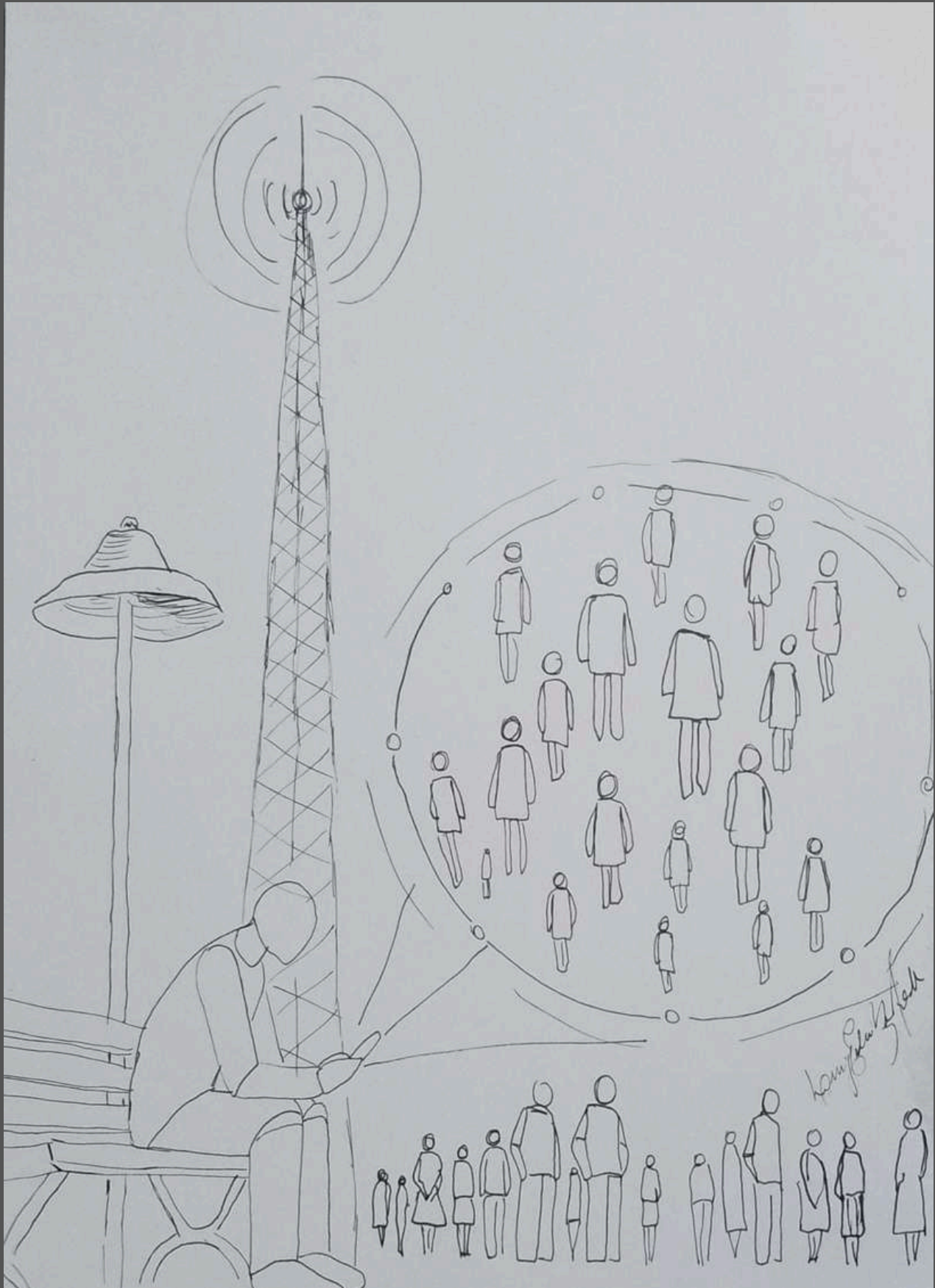


REVISTA IΦ-SOPHIA

2024/2



Indivíduo-sociedade e suas relações na contemporaneidade



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

ORGANIZADA POR:



Instituto Federal do Paraná – IFPR – Assis Chateaubriand

EDITADA E PUBLICADA POR:



JPJ Editor

PARCEIROS FORMAIS E INFORMAIS:





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Reitor –
Adriano Willian da Silva Viana Pereira.

Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR – Assis Chateaubriand
– **Coordenação Geral** - José Provetti Junior e **Vice Coordenador** – Daniel Salésio
Vandresen

Editor-Chefe – José Provetti Junior

Editor-Adjunto - Daniel Salésio Vandresen

Comissão Editorial - Keyla Christina Almeida Portela; Daniel Salésio Vandresen; José
Provetti Junior

Diagramador - Daniel Salésio Vandresen

Revisor do periódico - Lucas Sidnei Carniel e Keyla Christina Almeida Portela

Tradução para o Esperanto: José Provetti Junior

CONSELHO EDITORIAL

Me. Alan Rodrigo Padilha – IFPR – Umuarama – Brasil.

Ma. Cláudia Dell'Agnolo Petry – IFPR – Assis Chateaubriand – Brasil.

Dr. Daniel Salésio Vandresen – IFPR – Coronel Vivida – Brasil.

Dr. Frederico Fonseca da Silva – IFPR – Curitiba – Brasil.

Dr. Ivan Eidt Colling - UFPR - Curitiba - Brasil.

Dra. Jessica Paula Vescovi – IFPR – Coronel Vivida – Brasil.

Dr. José Provetti Junior – IFPR – Assis Chateaubriand – Brasil.

Esp. Katia Cristiane Kobus Novaes - IFPR - Assis Chateaubriand - Brasil.

Dra. Katyúscia Sosnowski – IFPR – Coronel Vivida – Brasil.

Dra. Keyla Christina Almeida Portela - IFPR - Assis Chateaubriand - Brasil.

Me. Lucan Fernandes Moreno – IFPR – Coronel Vivida – Brasil.

Dr. Luiz Fernando Dias Pita – UERJ – Rio de Janeiro/ AERJ – Rio de Janeiro – Brasil.

Me. Rafael Egidio Leal e Silva - IFPR - Umuarama - Brasil.

Dr. Vicente Estevam Sandeski – IFPR – Assis Chateaubriand – Brasil.

Dr. Hélio Camilo Rosa - IFNMG - Januária - Brasil.

Me. Euliane da Silva Gonçalves - IFRO - Porto Velho - Brasil.

Dr. Genivaldo de Souza Santos - IFSP - Birigui - Brasil.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Dr. Joel Cesar Bonin - UNIARP - Caçador - Brasil.

Dr. Raphael Guazzelli Valerio - UFPE - Recife - Brasil.

Dr. Ricardo Pereira de Melo - UFMS - Campo Grande - Brasil.

Dr. Rodrigo Pelloso Gelamo – UNESP – Marília - Brasil.

CONSELHO INTERNACIONAL

Dra. Catarina Pombo Nabais - Universidade de Lisboa - Lisboa - Portugal.

Dra. Claudia Arcila Rojas - Facultad de Educación - Universidad de Antioquia -
Medellín - Colombia.

Dr. Cristián Soto - Universidad de Chile - Santiago - Chile.

Dr. José Luis Rubio de Lucas - Universidad Autónoma de Madrid - Madrid - Espanha.

Dra. Maria Nancy Ortiz Naranjo - Facultad de Educación - Universidad de Antioquia -
Medellín - Colombia.

Dr. Pablo Rafael Kreimer - Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) - Buenos Aires -
Argentina.

Dr. Vicente Manzano-Arrondo - Universidad de Sevilla - Sevilla - Espanha.

**IF-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**AVALIAÇÃO POR PARES CEGA****Pareceristas *ad hoc***

Dra. Erika Tiemi Anabuki - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais -
Campus Leopoldina.

Dr. José Aldo Araújo de Camurça Neto - Instituto Federal do Sertão Pernambucano -
Campus Serra Talhada.

Dr. Pedro Augusto de Castro Buarque Silva - Instituto Federal do Sertão Pernambucano,
Campus Santa Maria da Boa Vista.

Ma. Tatiane de Oliveira – Instituto Federal de Mato Grosso - Cuiabá-MT.

Esp. Ícaro Araújo Teixeira Honório – Mestrando pela Universidade Federal do Piauí

Me. Felipe Alves da Silva – Doutorando pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

Me. Luís Márcio Nogueira Fontes - Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas

Me. Lucas Sidnei Carniel - Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas.

Dra. Keyla Christina Almeida Portela - Instituto Federal do Paraná – Campus Assis
Chateaubriand.

Me. Rafael Egidio Leal e Silva - Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama.

Dr. José João Neves Barbosa Vicente - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Me. Ailson Barbosa de Oliveira - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Dr. Ronaldo Augusto Campos Pessoa - Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Dr. Silvério Becker - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

Dr. Ivan Eidt Colling - Universidade Federal do Paraná - Campus Curitiba

Dr. Antonio Santana Sobrinho - Instituto Federal do Ceara – IFCE - Campus Cedro.

Dr. Hélio Camilo Rosa – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Januária

Capa – Daniel Salésio Vandresen

A imagem de capa é de autoria do estudante Luiz Eduardo Braga de Carvalho, formando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no IFPR - Campus Assis Chateaubriand. Pesquisador Junior do Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologia e da Revista IF-Sophia.



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Editoração eletrônica – Daniel Salésio Vandresen

CATALOGAÇÃO NA FONTE

PROVETTI JR, José (Org.); VANDRESEN, Daniel Salésio (Ed.). **IF-Sophia: revista eletrônica de investigações filosófica, científica e tecnológica**. Ano X, Volume X, nº XXVIII (2º. semestre 2024) – Assis Chateaubriand e Coronel Vivida: JPJ Editor; Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR, 2024.

Semestral
ISSN - 2358-7482

1. Filosofia – Periódicos. I. Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias - IFPR.

Endereço eletrônico

<https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/ifsophia>

Endereços para correspondência

A/C José Provetti Junior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Assis
Chateaubriand

Av. Cívica, 475 – Centro Cívico – Assis Chateaubriand/PR - Brasil

CEP – 85.935-000

Tel.: (44) 3528-6885

A/C Daniel Salésio Vandresen

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Coronel
Vivida

PR 562, Flor da Serra – Coronel Vivida/PR - Brasil

CEP - 85.550-000

Tel.: (46) 3232-2960



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
EDITORIAL - Quem somos nós neste mundo de incertezas? - Joel Cezar Bonin..	09-11
DOSSIÊ: Indivíduo-sociedade e suas relações na contemporaneidade	
LA OSCURIDAD DE LA INDIVIDUALIDAD Y EL VACÍO DEL OLVIDO: síntomas de náusea por la contemporaneidad - Claudia Arcila Rojas.....	12-33
A DOCTRINA LIBERAL DO ESTADO DE DIREITO - Antonio Santana Sobrinho	34-49
MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ESFERA PÚBLICA: Resgate de Habermas e Fraser e comentários sobre a sociedade plataformizada - Alysson Ramos Artuso ...	50-68
A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E SUAS CRISES ENQUANTO PROJETOS - Vicente Estevam Sandeski e Carliane Oliveira Carvalho.....	69-97
O NOVO ENSINO MÉDIO E A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO - Euvaldo Cotinguiba Gomes e Claudio Eduardo Félix dos Santos	98-113
VONTADE, AUTONOMIA E UNIVERSALIDADE: Um ensaio sobre a capacidade da Razão Prática de gerir autonomamente a conduta moral sob uma perspectiva universalista na Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant – Fernanda Cardoso.....	114-132
O NOVO LEVIATÃ: a arquitetura discursopatológica do poder, controlando mentes e moldando destinos – redefinindo biopolítica e necropolítica - Adriano Menino de Macêdo Júnior; João Mário Pessoa Júnior; Miriam de Andrade Brandão e Eulampio Dantas Segundo	133-173
RESSIGNIFICAÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS NA LÍNGUA PORTUGUESA: explorando a subordinação lexical por afixos através da análise do discurso - Adriano Menino de Macêdo Júnior; Marília Bezerra de Araújo Rodrigues; José Roberto Alves Barbosa e Moises Batista da Silva.....	174-218
A RECONEXÃO COM A NATUREZA A PARTIR DO MARAVILHAMENTO COM O COSMOS: ações educativas do Observatório Astronômico Popular Móvel de Barbacena, Minas Gerais. - Delton Mendes Francelino e Leandro Benedini Brusadin	219-231



APRESENTAÇÃO

A presente edição da Revista Eletrônica IF-Sophia, nº XXVIII do 2º semestre de 2024, propõe discutir a temática “Indivíduo-sociedade e suas relações na contemporaneidade”. O objetivo desta edição é abrir espaço para divulgar pesquisas, experiências e reflexões acadêmicas que discutem a complexa e multifacetada relações entre indivíduo e sociedade. Abordar a dinâmica de formação do indivíduo e da construção social é fundamental para compreensão das questões existenciais que afetam os indivíduos e os dilemas das questões sociais-políticas-econômicas de nossa época.

Na presente edição da Revista IF-Sophia o leitor encontrará nove artigos (oito nacionais e um internacional). Para introduzir essa edição, contamos com o editorial do prof. Dr. Joel Cezar Bonin (UNIARP) que nos apresenta um olhar para alguns momentos da história a partir da leitura sobre a relação indivíduo-sociedade. E no dossiê, reunimos textos que tratam sobre o tema da relação indivíduo-sociedade de maneira conceitual e em temáticas ligadas a pesquisas e/ou experiências no campo da filosofia, educação, análise do discurso e cosmologia.

Desejo a todos uma ótima leitura.

Coronel Vivida, 30 de dezembro de 2024.

Dr. Daniel Salésio Vandresen

Editor-Adjunto



EDITORIAL

Quem somos nós neste mundo de incertezas?

Dr. Joel Cezar Bonin¹

“Corremos tanto, mas ainda estamos no mesmo lugar”: a frase é bem conhecida, mas não sei precisar neste momento quem é o seu autor, mas para além de qualquer autor desconhecido, fica a forte marca de sua implacável verdade. Por sua vez, a banda Titãs musicou com sapiência que “desde os primórdios até hoje em dia, o homem ainda faz o que o macaco fazia, eu não trabalhava, eu não sabia, o homem criava e também destruía; homem primata, capitalismo selvagem” (Homem Primata, composta por Jose Fernando Gomes Dos Reis, Marcelo Fromer, Ciro Pessoa Mendes Correa e Sergio De Britto Alvares Affonso e lançada no ano de 1997 no álbum “2 é Demais”).

Das duas afirmativas, uma mesma constatação: a relação do ser humano com os seus iguais ou desiguais permanece muito semelhante ao estado hipotético de natureza que Hobbes defendeu em “O Leviatã”. Do estalo intelectual da modernidade até o momento presente, pouquíssimas mudanças ocorreram. O homem permanece, em linhas gerais, lobo de si mesmo, pois é incapaz de ver o outro como si mesmo.

Durante todo o período iluminista-moderno e, mais precisamente com a Revolução Industrial, houve um forte movimento (em sua maioria, não deliberado) de pessoas para o mundo urbano. O trabalho, a fábrica, a produção, o consumo e a lógica da própria existência impeliram milhares para o mundo da cidade.

¹ Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2020). Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008) e graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997). Atualmente é professor do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SC), desde 2015 e professor da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe), desde 2010. Atua como professor no Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade (PPGDS), na linha de pesquisa "Sociedade, Cidadania e Segurança" (2020) e no Mestrado Profissional em Educação Básica, na linha de pesquisa "Políticas Públicas e Gestão da Educação" (2019). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Política Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, filosofia, sociologia, antropologia, sustentabilidade, ética, cidadania e política. Atua como professor, tutor e produtor de material EAD para a UNIARP nas disciplinas de sociologia e antropologia jurídica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5599831923296454>; E-mail: boninj7@gmail.com



O conceito de cidade sempre foi muito importante para o pensamento filosófico desde os gregos: a cidade é o local do homem livre, daquele que é habitante de um espaço comum, o que nos faz pensar no espaço comunitário daqueles que convivem em situação de igualdade, equidade e paridade. Contudo, já entre os gregos, isso representava uma meia-verdade. A liberdade não era algo para todos, pois alguns eram mais livres do que outros.

Nessa contextualização, emerge a indagação mais premente: mais de 2000 anos se passaram, mas quais foram as reais mudanças? Conforme Titãs, ainda somos primatas, somos homens e mulheres que anseiam negar o próprio lado animal, em busca de mais felicidade e mais autorrealização; contudo, o que sabemos é que tudo isso não passa de um monte de bobagem sensacionalista.

Mas, o que deu tão errado nesse percurso todo? Onde foi parar o sonho dourado da vida preconizada pelos modernos? Não conheço uma resposta totalmente assertiva, porém, ousou dizer: o problema está na forma como a Revolução Francesa foi concebida. A proposta de igualdade, liberdade e fraternidade me faz lembrar um belo *slogan* de qualquer empresa de cosméticos ou de bebida alcoólica. “Abraça essa causa”; “Cria em você mesmo”; “O futuro do mundo está em nossas mãos” ou “Eu amo tudo isso” podem ser exemplos emblemáticos de frases de efeito que poderiam estar facilmente associadas com os ideais da Revolução Francesa que nunca foram concretizados de verdade, a não ser para a velha burguesa francesa e para a atual elite financeira do mundo.

Longe de todo pessimismo, porém mais perto do realismo, é preciso convir que a relação indivíduo-sociedade sempre viveu na corda bamba entre o excesso e a falta. A falta de um discurso coerente e o excesso de um individualismo sempre premente. Não é à toa que Bauman, um dos maiores sociólogos de nossa contemporaneidade, propôs que vivemos em um mundo líquido, no qual tudo se evapora no sol forte das impermanências, volatilidades e incertezas. Um mundo desconstruído pela falta de objetivos claros e projetos de possíveis “amanhãs”. Um certo desamparo, uma certa melancolia: um lembrete de Schopenhauer do século 19 para nosso momento histórico.

Assim, no duelo atual entre o indivíduo e a sociedade, não há vencedores ou perdedores, só há perfis, *avatars*, *skins*. Em outras palavras, há uma vida delegada ao espaço das redes sociais, que empurra a todos para um deserto muito árido: o mundo da



Matrix que duplica a identidade de todos e cada um e que não permite outros espaços. Estamos fadados a esquecer a presença real do outro em detrimento de uma vida virtual, na qual não existem preocupações sociais, ambientais ou econômicas. É um novo tipo de igualdade que suplanta a liberdade e enclausura qualquer possível ato de fraternidade. O problema da Revolução Francesa persiste, mas com vestes mais tecnológicas.

Diante de tantas agruras, é necessário ponderar com base em alguns célebres pensadores alemães: se para Hegel, o indivíduo só se completa na vida do Estado; se para Marx, a luta de classes é infinda; se para Habermas, a ação comunicativa só pode ocorrer sem coações e, se para Kant, a verdadeira liberdade só se dá na conclusão de que o imperativo categórico é o nosso único escudo para enfrentarmos as adversidades da vida em comum, quem somos nós diante de tanta diversidade de ideias e proposições? Em minha modesta opinião, apenas seres sedentos por respostas, mas que não sabem confabular adequadamente suas próprias perguntas.

Já dizia o esperto gato Cheshire para Alice, no País das Maravilhas: “para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve”. Esse conselho nos cai bem, pois na busca pelo encontro de nós mesmos, não sabemos para onde ir; buscamos respostas em vários pensadores e correntes de debate filosófico, antropológico, sociológico ou histórico; contudo, o caminho só pode ser, de fato, apreendido ao se caminhar por ele. E esse trabalho é solitário: para muitos, pode ser assustador, mas para aqueles que querem ir além do óbvio, o convite está feito.

Desse modo, esta edição da Revista IF-Sophia é “prato cheio” para aqueles que tem “vontade de saber”, “fome de palavras” e “gosto por aquilo que incomoda”.

Boa leitura.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Recebido em: 15/10/2024

Aprovado em: 01/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

LA OSCURIDAD DE LA INDIVIDUALIDAD Y EL VACÍO DEL OLVIDO: SÍNTOMAS DE NÁUSEA POR LA CONTEMPORANEIDAD²

THE DARKNESS OF INDIVIDUALITY AND THE VOIDANCE OF FORGOTTENNESS: SYMPTOMS OF NAUSEA DUE TO CONTEMPORANEITY

A ESCURIDÃO DA INDIVIDUALIDADE E A ANULAÇÃO DO ESQUECIMENTO: SINTOMAS DE NÁUSEA DEVIDO À CONTEMPORANEIDADE

LA MALLUMO DE INDIVIDUECO KAJ LA VAKCINO DE LA FORGESO: SIMPTOMOJ DE NAUZO HODIAŬ

Ser esclavo del Diablo, en definitiva, es una cuestión voluntaria de la que la consciencia se puede librar. Sharman y Greene.

Claudia Arcila Rojas³

Resumen

Las relaciones que se establecen en la época contemporánea han estado determinadas por el criterio de la conveniencia y el síntoma de la individualidad impuesto por el dogma capitalista. En este fundamentalismo de la productividad, se ha privilegiado el afán dentro de los protocolos del consumo, y se ha desviado el deseo hacia la oferta de mercancías dispuestas a complacer, de manera efímera, las demandas de una sociedad asaltada por el olvido. Ante esta realidad la imagen que puede representar la desventura humana, se refleja en la denominada prueba faústica, en la cual se ilustra el pacto con el capitalismo poniendo en consignación el alma. Con este precedente del silenciamiento de la memoria, la presente reflexión propone una narrativa hermenéutica para posicionar el acto poético como la enunciación que expone el vacío y su sentido esperanzador de la búsqueda y la construcción del sentido de la vida. En esta ruta se reflexiona el auténtico obrar humano en evocación de la verdad y la belleza que acontecen en el devenir del espíritu absoluto, entendido como manifestación ontológica en la cual se integra el adentro y el afuera como travesía de renovación y diversificación incesante de la vida.

Palabras clave: Individualidad. Contemporaneidad. Vacío. Deseo. Memoria. Poética.

² Este artículo se deriva del proyecto investigativo: Espiritualidad, saberes y prácticas culturales en el territorio

³ Doctora en Filosofía y docente investigadora de la Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, Colombia; perteneciente al grupo de investigación "Somos palabra". E-mail: claudia.arcila@udea.edu.co



Abstract

The relationships established in contemporary times have been determined by the criterion of convenience and the symptom of individuality imposed by capitalist dogma. In this fundamentalism of productivity, desire has been privileged within the protocols of consumption, and desire has been diverted towards the offer of merchandise ready to please, in an ephemeral way, the demands of a society assaulted by oblivion. Given this reality, the image that human misfortune can represent is reflected in the so-called Faustian test, in which the pact with capitalism is illustrated by putting the soul on consignment. With this precedent of the silencing of memory, the present reflection proposes a hermeneutic narrative to position the poetic act as the enunciation that exposes the void and its hopeful sense of the search and construction of the meaning of life. On this route, authentic human action is reflected in evocation of the truth and beauty that occur in the future of the absolute spirit, understood as an ontological manifestation in which the inside and the outside are integrated as a journey of renewal and incessant diversification of life.

Keywords: Individuality. Contemporaneity. Empty. Desire. Memory. Poetics.

Resumo

As relações estabelecidas na contemporaneidade têm sido determinadas pelo critério da conveniência e pelo sintoma da individualidade imposto pelo dogma capitalista. Neste fundamentalismo da produtividade, o desejo foi privilegiado nos protocolos de consumo, e o desejo foi desviado para a oferta de mercadorias prontas a satisfazer, de forma efêmera, as exigências de uma sociedade assaltada pelo esquecimento. Diante desta realidade, a imagem que a desgraça humana pode representar se reflete na chamada prova faustiana, em que o pacto com o capitalismo é ilustrado pela entrega da alma à consignação. Com esse precedente do silenciamento da memória, a presente reflexão propõe uma narrativa hermenêutica para posicionar o ato poético como a enunciação que expõe o vazio e seu sentido esperançoso de busca e construção do sentido da vida. Neste percurso, a ação humana autêntica reflecte-se na evocação da verdade e da beleza que ocorrem no futuro do espírito absoluto, entendido como uma manifestação ontológica em que o dentro e o fora se integram como um caminho de renovação e de diversificação incessante da vida.

Palavras-Chaves: Individualidade. Contemporaneidade. Vazio. Desejo. Memória. Poética.

Resumo

La rilatoj kiuj estis establita en nuntempaj tempoj estis determinitaj per la kriterio de oportuno kaj la simptomo de individueco trudita de kapitalisma dogmo. En ĉi tiu fundamentismo de produktiveco, la deziro estis privilegiita ene de konsumprotokoloj, kaj la deziro estis deturnita al la provizo de varoj disponeblaj por kontentigi, en efemera maniero, la postulojn de socio atakita de la forgesitaj. Fronte al ĉi tiu realo, la bildo, kiu povas reprezenti la homan malfeliĉon, estas reflektita en la tiel nomata faustika provo, en kiu la pakto kun la kapitalismo estas ilustrita per konsignado de la animo. Kun tiu ĉi precedenco de la silentigo de la memoro, la nuna pripensado proponas hermeneŭtikan rakonton por poziciigi la poezian agon kiel la elparolon, kiu elmontras la malplenon kaj esperplenon signifon de la serĉado kaj la konstruo de la signifo de la vivo. Sur ĉi tiu



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

vojo, aŭtentika homa laboro reflektiĝas en la elvoko de vero kaj beleco, kiu okazas en la iĝo de la absoluta spirito, komprenata kiel ontologia manifestiĝo en kiu ĝi integriĝas interne kaj ekstere kiel vojaĝo de renovigo kaj senĉesa diversiĝo de vivo.

Ŝlosilvortoj: Individueco. Nuntempa. Vakuo. Deziro. Memoro. Poetiko.

INTRODUCCIÓN

La sociedad individual y sus relaciones en la época contemporánea son el reflejo del más pretencioso afán del capitalismo por convertir la riqueza en el criterio de la capacidad adquisitiva que pone en exterioridad un lugar diferencial en el cual sobresale la apariencia. Esta es la imagen protagónica del individualismo dentro de la exclusividad de relaciones de conveniencia que tienen lugar en la contemporaneidad y que posicionan la riqueza como recurso material que deja de ser la relación con la tierra para convertirse en una relación con el dinero.

Despojar la tierra de su sentido de la riqueza y de su relación con el cuidado y la defensa de la vida, conduce a otro referente de valores en el cual se apropia la idea de la riqueza como el acumulado de capital en amplia liquidez para su interacción con la oferta. En este sentido, la riqueza se entiende en reacción con lo que el mercado ofrece y con la inmediata satisfacción a lo que se demanda, lo cual siempre será un deseo en correspondencia con el catálogo de vitrinas de este modelo económico.

En esta perspectiva, las peticiones y complacencias de estas individualidades dentro de la contemporaneidad se inscriben en la especificidad del producto, el cual, en sí mismo, no responde a un deseo que emerja en profundo sentido con la vida. Compensar la inmediatez del deseo hace parte de la lógica del libre mercado y su ininterrumpido despliegue de mercancías que ponen en desatención el cuidado de la vida y su mismo sentido.

En esta precariedad reflexiva, el deseo pierde su vínculo con el sentido más profundo que lo representa, a saber, el palpito de la voluntad en manifestación de un vacío que trasciende la inmediatez material en su connotación accesorio. Desear implica atender a la voluntad que se expresa en consonancia con la memoria de la vida en ontología de la belleza; el deseo es un movimiento vital donde la belleza se encuentra en la voz de la verdad y, por ello mismo, en los actos de la poesía, los mismos que se cuentan en la narración y en su recorrido por el inagotable devenir del espíritu:



Cuando yo era joven se despreciaba lo narrativo, se lo llamaba anécdota y se olvidaba que la poesía empezó siendo narrativa, que en las raíces de la poesía está la épica y la épica es el género poético primordial, narrativo. En la épica está el tiempo, en la épica hay un antes, un mientras y un después, todo eso está en la poesía. (Borges, 2011, p. 356)

De este modo, recuperar el sentido de la vida constituye una tarea en contemplación y comprensión de otros y nuevos horizontes alternativos donde la anécdota se vuelve acontecimiento en la profundidad y en la exterioridad narrativa de la palabra. Sin duda, estas nuevas travesías están asistidas por el espíritu de la fuga; por el palpito intuitivo que pone en tono lento las vibraciones del corazón. Es la travesía de Ítaca (Cavafis, 1995) inspirando a regresar a los panales de miel donde la palabra se endulza y el silencio se dispone a la melodía del medio día (Nietzsche, 2011); al tiempo supremo de la representación.

Ahora bien, aunque esta fuga poética es el efecto de un deslizamiento vertiginoso sobre una sociedad líquida compulsiva por el consumo y el anestesiamiento de los sentidos (Bauman, 2003) y, además, determinada por las consignas del capitalismo que pretenden desconocer el dolor “combatiéndolo con fuertes dosis de analgésicos, muchas veces innecesarios” (Otálvaro, Aldana Y Viloría, 2017, p.p. 180-181), nos asiste un deber pedagógico en gesto de atención, cuidado y defensa de la vida, a través de una obra donde las manos y el lenguaje se vuelvan a corresponder con la poética que sugiere la puesta en escena de lo vital; la representación que encarna la palabra como un guion en evocación e integración del tiempo dentro de un tejido con los tonos y texturas del pasado, el presente y el futuro. Artesanía épica frente a ese momento oracular como acontecimiento que dejó de ser ignorado; dolor atendido, inquietud expresada: memoria que irrumpe en el alma y libera el sentido del asombro, lo insólito de la infancia y la extrañeza de una metamorfosis.

Encuentro con la palabra como metáfora que cuenta un renacimiento; el soltar lo que ha generado peso; el entregar y agradecer por lo que ya no amerita ser cargado. En este camino del afuera, se nombra y se afronta la poética desde la esperanza; el camino de la vida que, en medio de los dilemas y las incertidumbres, nos presenta un atajo que parece ilustrar la causa de la libertad en una mayoría de edad que no se define por la cronología, sino, por la capacidad de tomar decisiones (Kant, 1986).

La decisión es por la vida misma, pero desde otros horizontes que no limiten el sentir, el pensar y el decir en el catálogo ideológico del capitalismo; los horizontes



alternativos del obrar para poder cumplir con la tarea hermenéutica desde la imagen de la “bisagra entre lo que se ve y permanece oculto” (Vásquez, 2017, p. 5); imagen que puede nombrarse como la representación del afuera, concebida como un encuentro para trazar el paisaje de un camino que nos pondrá a prueba con “los significados profundos de todas las cosas.” (Vásquez, 2017, p. 5)

A partir de esta narrativa en hermenéutica por el sentido de la vida, el pensamiento del afuera (Foucault, 1997) y su esencia poética, busca sostener la fuerza común del amor como horizonte alternativo dentro del adentro de las regulaciones, abriendo y haciendo del trayecto interior la extensión y la representación de ese afuera donde todo lo que había estado oculto “adopta allí la forma de una imagen [...] solicitando la profundidad de todos los sentidos posibles” (Blanchot, 1969, p. 20).

En esta intimidad hermenéutica que se despliega como territorio mítico en diversidad vital, se hace necesaria la degustación de la superficie, la contemplación de la cicatriz, la escucha de lo que pasa, el gesto para detener los sonidos, los olores, los colores; sostener en las manos la sensación de la vida y ponerla en poética como artesanía de múltiples formas e imágenes de sentido.

En esta laboriosidad hermenéutica, la vida es el devenir por donde el espíritu transita a través de todas las formas de vida, extendiéndose en experiencia material y en infinita renovación de imágenes semánticas, las cuales encuentran en la poética nuevas ideas que fortifican la cultura: “El hombre diversifica las formas creativas a través de la evolución de la cultura. La evolución de la cultura nace de la evolución geológica, y las altera [...]. La alteración que hace el ser humano de su planeta es el retrato de sus ideas” (Otálvaro, Aldana Y Viloría, 2017, p. 171), las cuales deben cuidarse de no amalgamarse en una ideología que puede entenderse como “una doctrina que restringe las posibilidades hermosas de las ideas” (Otálvaro, Aldana Y Viloría, 2017, p. 171).

Así las cosas, precisar el sentido de la poética como una tarea hermenéutica, supone situar la deriva narrativa en rumbos oblicuos, sombreados y bordeados, asistidos por otros matices comprensivos que van tendiendo puentes con otros encumbramientos de la palabra y con otras mediaciones de sentido que se amplían como mantas de arropo frente al desamparo de la incertidumbre, asumido como un enigma custodiado por la muerte o, lo que es igual, representado por una evocación épica en fertilidad de todo el escenario narrativo.



Es pues, la poética, el puente de unión entre el resplandor y la sombra, el amanecer y la noche, el sol y la luna; un nuevo día de la esperanza que recuerda la calma cuando la tarde es anunciada por la tormenta y el anochecer por un grito de soledad y locura. Sobre esta travesía se definen nuevos rumbos comprensivos que, sostenidos por *el eslabón de lo visible y lo invisible*, siguen los renglones sublimes que también cuentan la vivencia humana en la representación del adentro y el afuera como un cuerpo que vence el temor a lo eterno y deja de sentirse como “un sumiso animal doméstico [al que] le bastaba, cada mes, la limosna de unas horas de sueño, de un poco de agua y una piltrafa de carne” (Borges, 2009, p. 996).

Con esta vitalidad que también es agonía, el acontecimiento poético se engrandece con la finitud de la materia porque cada memoria de aquello que es único e irrepetible, se convierte en sencillo mensaje de belleza. De tal modo, se alude a la profundidad que deja de ser una densa abstracción con las palabras y se asume como un movimiento leve de la vida, pues lo profundo requiere condiciones para crecer hacia abajo y volver a la semilla que ofrece el mensaje de la vida a través del poder mágico de la palabra y de la sabia dulzura de la memoria.

APERTURA DEL TEMA

En virtud de este panorama introductorio, la fuga es un movimiento poético donde el devenir espiritual y material de la vida se conjugan para desplegarse en la vivencia del territorio mítico, recogiendo las huellas y memorias de prácticas y saberes de resistencia a través de la belleza. Frente a un mundo definido por la mercancía, la belleza de la vida se expone a través del arte; frente a un mundo de dominación capitalista, la libertad se expresa a través de las palabras, y no como una manifestación en unicidad de tonalidades sobre formas; es el arte de la palabra que también es movimiento y sonoridad de la libertad, la dignidad y la justicia.

En este viaje poético por la memoria, se pueden encontrar las palabras que, pese a evocar escenas de miedo y dolor, mantienen el vínculo con la belleza y la verdad por ser las expresiones estéticas del amor y éste, el motor inmóvil (Aristóteles, 2013) que convierte la vida en arte. En tal sintonía, las subjetividades en fuga se cuentan a través de la poesía que se une al pueblo a través de un “profundo hilo de piedra” (Neruda, 1983, p. 214) que surca memorias tan viejas como sabias.



En esta profundidad, la gema en filigrana es una memoria cuya consideración de antigüedad y sabiduría significa el “vínculo con ese misterioso mundo interior [...], un mundo oculto, lleno de riquezas y potencialidades, en el que no podemos penetrar sin el consentimiento de sus soberanos invisibles (Sharman y Greene, 1998, p.39) que aguardan y custodian el afuera y sus abismos.

Poética de la roca y de la arena, del mar y el desierto; imágenes de fuga y resistencia a los códigos monetarios y a su voracidad de la tierra, de la vida, de la diversidad y la belleza. Buscar la libertad en el territorio del afuera que, además de ser vértigo también es abrigo de ese mundo subterráneo tejido por sueños, fantasías e intuiciones.

De esta manera, junto al hilo de la piedra, los hilos oníricos, fantasmales e intuitivos con los cuales la vida y el arte disponen los territorios de la pesadilla y el amanecer, de las sombras y los resplandores, de los pálpitos y la calma; memorias y semillas de otros tiempos que se citan con el espacio y su llave que abre territorios secretos (Varo, 2015).

El tiempo del afuera es la eternidad del alma; es el antes, el durante y el después que hace del territorio poético el lugar secreto revelado por el oráculo para habitar apaciblemente el mundo. Es considerar la belleza del mundo desde el arquetipo de la calma, cuyo nombre del amor es la tranquilidad que no hace de la eternidad un valle de lágrimas.

Habitar poéticamente el mundo es el manifiesto de un movimiento humano que busca cambios en el adentro para experimentar apaciblemente el afuera; es la conciencia de lo trascendental que trasciende la individualidad; es la evocación del espíritu de la libertad que recuerda los horizontes de la dignidad y la justicia; es el mensaje con el cual las palabras dulces “sostuvieron en su canto una rosa [y]la mostraron en los callejones para que se supiera que la vida no será siempre triste” (Neruda, 1983, p. 21).

En esta tarea poética de la palabra, intentar entender nuestra casa lingüística representa el esfuerzo de responder a la pregunta *¿Qué significa pensar?*, lo cual supone reconocer que las palabras en las que habitamos tienen la energía que concede la fuerza para que la materia logre transitar el tiempo que le corresponde, porque, a diferencia del maltrato intencional que anticipa un deterioro o la misma muerte, toda materialidad se corresponde con un inicio y un final en equivalencia al ritmo de su fortaleza. En este



preâmbulo, se reconoce el viaje del pensamiento gracias al lenguaje, el cual, en su sentido narrativo significa un volver al acto creador con las palabras; al sentido vital de la enunciación que es movimiento y sonido de todas las formas que habitamos el mundo.

En dicha tesis, el no habitar se entiende como la quietud y el silencio que bien podría reflejar la imagen de la muerte; de aquello que no está en la casa del lenguaje, de lo que ya no es ser, es materia vacía de la energía y, por lo mismo, materialidad que ya ha cumplido el tiempo de su fuerza: *hay tiempo para todo lo que se hace bajo el cielo: tiempo para nacer y tiempo para morir*, como lo declara el axioma bíblico.⁴ El tiempo de la formación que, como el de una flor, recorre todo el colorido de vida hasta el momento de su opacamiento (Zambrano, 2009); tonalidades que narran el camino como un antes, un durante y un después donde transita eternamente la vida.

Ahora bien, este tránsito de la vida como una experiencia formativa, atraviesa grandes pruebas y enfrenta a inimaginables aprendizajes, muchos de ellos motivan profundas satisfacciones y muchos otros generan profundas desdichas. En estas profundidades emergen ilusiones y decepciones que ponen el pensamiento en riesgos de creación, pero también de destrucción; riesgos que, desde la causa formativa, deben procurar el triunfo de la creación sobre la destrucción.

Desde esta perspectiva, la travesía narrativa es el retorno al pensamiento de la vida que, desde la poética de la palabra, invita a la tarea hermenéutica en amor con la obra que podrá expresar la belleza y la verdad de un acontecimiento en trascendencia de la mismidad y en experiencia de la diversidad como posibilidad de ser en otredad; no sucumbir en la individualidad de la desdicha ni en la limitación del pensamiento que se encuentra ante el límite de la vida; desafiar este riesgo y acontecer en el afuera de las palabras: en su poética de manifestaciones simbólicas y ceremoniales narraciones.

En coherencia con todo ello, volver al sentido narrativo del pensamiento supone la reconciliación poética con la palabra; el reencuentro con la fuente mítica que moldea el barro y sopla el sentido de la vida, el cual no es otro diferente al del eterno movimiento por las diversas formas en que se expresa la materia: “Lenguaje y trabajo son exteriorizaciones en las que el individuo no se retiene y posee ya en él mismo, sino

⁴ Eclesiastés 3:1-8



en que deja que lo interior caiga totalmente fuera de sí y lo abandone a algo otro” (Hegel, 1993, p. 186) en cuyo tránsito está en devenir el espíritu absoluto.

En este recorrido fenomenológico por la arquitectura secreta, se despliega el antes, el durante y el después de la dialéctica poética, es decir, del proceso dinámico de composición en tejido de acontecimientos dispersos, a través de los cuales se descifra la verdad de la narración, como si de un momento agónico se tratara; momento épico ante la prueba del enigma; confrontación con el oráculo que pone en el cuerpo la revelación del destino, o, si se quiere, la memoria de un pacto que traza el camino con la experiencia del amor.

En atención a todo ello, reflexionar la sociedad individualista y sus relaciones en la época contemporánea, como un entramado de transacciones imaginarias que idealizan la mercantilización de la vida, depara la agonía del espíritu como efecto del cansancio arandelario que ignora el momento de pausa e intimidad con la memoria. La palabra y el gesto de sentido propician esta evocación mediante el recorrido que busca un destino, lamentablemente “escindido en multitud de obras y estados” (Hegel, 1993, p. 189) y, aun así, un destino que permita una experiencia de “realidad en el mundo.” (Hegel, 1993, p. 189), a través de la magia y la belleza de su espacialidad en conciencia.

Esta tensión entre el alma con sus búsquedas y el mundo con sus ofrecimientos deja al descubierto la señal de la calma como premisa, guardiana y anfitriona después de la tormenta, así como el guiño de la esperanza al fondo del cofre de la vida. De este modo, en lo profundo de la desolación, el aliciente de un esfuerzo de vigilancia y observación logra expresarse como manifestación vital en la exterioridad real, en la cual, el individuo:

[...] no queda mudo en su acción exterior y con respecto a ella, porque al mismo tiempo se refleja en sí y exterioriza este ser reflejado en sí; y esta acción teórica o el lenguaje del individuo consigo mismo acerca de esto es también perceptible para otros, porque es él mismo una exteriorización (Hegel, 1993, p. 189).

En esta manifestación, como realidad en el mundo, se recorre la vivencia y se narran otras relaciones donde la memoria actualiza su rumbo al hogar. La palabra se hace cauta, así como su gesto, y como la posibilidad de acoger la autenticidad del sentido; el recuerdo puede recuperar el camino para que otra voz se esculpa; el lenguaje



se hace obra y en ella se expresa la elección de habitar poéticamente el mundo. Se adquiere, entonces, la belleza suprema que pareciera ser “un don vedado” (Borges, 2011, p. 48) a la experiencia humana, pero que, en realidad, es la creación poética que convierte toda palabra en una oda al silencio y a su gesto de profunda reflexividad.

Esta narrativa vivencial Borges la presenta como una imagen estética en la cual se lima “cada letra y cada palabra (2011, p. 46) en su recorrido por la interioridad y la exterioridad del *espejo y la máscara*, hasta llegar al filo de una *daga*. Ir cumpliendo la travesía artística replicando la realidad y las emociones que definen su relevancia histórica; atender las minucias que componen el fenómeno y lo simbolizan como un emblema; afilar su mensaje para que atravesase el cuerpo y agite la sangre; afilar la espada y volver a empuñarla, no para renovar los votos con la batalla, sino, para volver al espejo y contemplar el rostro en exteriorización de lo oculto; poner en el afuera el adentro como si de una nueva imagen se tratara; descubrir el rostro que había estado guardado y desenmascarar la intimidad donde había estado sometido el espíritu; liberarlo y, con esta evocación, reanudar la travesía del alma que sabe narrar la vida sin aislar el cuerpo; narrar la vida en sensibilidad, sin reducirla a una fórmula o a un esquema.

En lamentación con la contemporaneidad, porque además de limitar lo humano a los imaginarios de individualidad y a la tendencia reivindicativa de la diferencia dentro de patrones consumistas que expresan las relaciones con el mundo en clave del cumplimiento del deseo, también impone las restricciones o expansiones discursivas que definen las formas de sintetizar o interpretar un fenómeno. El mismo acontecer de la inquietud como dilema entre el alma y el mundo, y además, como construcción o posibilidad de una búsqueda, es adaptada a los cánones titulares del lenguaje bajo criterios de hegemonización de la misma individualidad.

Este posicionamiento hermenéutico que narra el fenómeno de la individualidad y sus relaciones en la época contemporánea asume la diferencia en las disposiciones y disponibilidades consumistas en vista del encadenamiento de imágenes que circulan, tanto en las lógicas de las vitrinas mercantiles, como en las dinámicas de las relaciones sociales. Es pues, el mercado, el que encara la autoridad para el diseño de las fórmulas y formas de actuar dentro de la sociedad capitalista.



En este devenir de apreciaciones, resulta desconcertante la docilidad con la cual se defiende el rigor conductual que sanciona los riesgos, abismos y trayectos del pensamiento que ponen en el afuera el lenguaje. Afirmaba Foucault (1997) que el pensamiento del afuera sugiere el vértigo y el sosiego de la vida para poner las palabras en la experiencia de la transgresión que también significa el desnudamiento de una intimidad en discontinuidad con los códigos de la individualidad consumista.

Ahora bien, este consumo o esta facultad adquisitiva anulan el sentido de la búsqueda, ya que no se corresponde con una travesía que acoge lo que es ofrecido por el sistema de relaciones comerciales. Fausto entrega su alma para poder adquirir lo que satisface sus deseos efímeros, pero ¿qué desea su alma? Esta pregunta y la búsqueda que sugiere no es posible dentro del capitalismo; es una pesquisa en el afuera como territorio de fuga de los protagonismos, programaciones y propagandas; en el afuera de “una astronomía sublime en el infinito de nuestros corazones” (Borges, 2010, p. 90); ese afuera donde “el Abismo verdadero, [...] es el alma del nombre” (Borges, 2010, p. 90) intentando fugarse del pacto faústico (Goethe, 2000) en el cual se cumple toda enmascarada del deseo.

El alma y su tiempo en la memoria, al encontrarse en el cautiverio de las mercancías, se despojan de la autenticidad del deseo y pierden el recuerdo de la felicidad, la cual deja de ser un viaje en el asombro contemplativo y en el descanso en tranquilidad, para ensombrecerse en la pesadilla de una competencia por poseer. Al desatenderse el sentido de la vida también se esquivo la verdad de la felicidad, pese a los grandes esfuerzos reflexivos donde la filosofía y la poesía coinciden para narrar las imágenes del deseo que habitan en el alma.

En tal direccionamiento, asumir una postura reflexiva o un paisaje de conceptos que pretendan narrar la realidad en el mundo desde los códigos del alma, no ha dejado de ser una vana ilusión de anunciar el pensamiento desde el aliento interrogativo que mueve las aguas del lenguaje (Heidegger, 1972) para conservar el aspecto cristalino de la libertad y su profundidad reflexiva en la creatividad.

La banalidad de esta ilusión es reemplazada por la consistencia lineal que apela a los dispositivos terminológicos del mercado, los cuales son validados para los eventos discursivos, en respuesta a los requerimientos estructurales y a sus instrucciones de operatividad subjetiva para la composición y proposición de sentido. De este modo,



operativizar el lenguaje es también operativizar el cuerpo dentro de desempeños ideológicos institucionales que garantizan relaciones de mutua aprobación, con las cuales se refuerzan ideas que ponen en cuestión otras posturas de sentido.

Por ello y en virtud de lo establecido, se sostienen premisas paradigmáticas que anulan la sensibilidad y su inquietud hermenéutica como un atributo narrativo que es origen de la poesía en su devenir como un antes, un mientras y un después de la vida, en cuya riqueza lingüística se anuncia la felicidad de la metáfora. El mismo Borges se refiere a este aspecto en el tributo que le hace a La Divina Comedia:

Cuando yo era joven se despreciaba lo narrativo, se lo llamaba anécdota y se olvidaba que la poesía empezó siendo narrativa, que en las raíces de la poesía está la épica y la épica es el género poético primordial, narrativo. En la épica está el tiempo, en la épica hay un antes, un mientras y un después, todo eso está en la poesía. (2011, p. 356)

A la luz de esta oportuna aclaración sobre lo narrativo, se reitera el lamento frente a los imponentes e insistentes reclamos que cuestionan el ordenamiento de las palabras en descripción, evocación o poetización de la experiencia, pretendiendo declarar la contemporaneidad como el modelo para las acciones, actuaciones y enunciaciones humanas, todo dentro de un gran teatro de representaciones guiadas por el capitalismo en su abundante desfile de etiquetas que aluden, de manera explícita y soterrada, a la necesidad y pertinencia de categorizar la instrucción y convertirla en brújula que dirige el cumplimiento o la desatención de lo reglamentado.

En tal sentido, la contemporaneidad se ha esforzado en persistir en la maquinización formativa de lo ideológicamente correcto o lo protocolariamente permitido. Se enclaustra el pensamiento y se amordazan las palabras; se inmoviliza el mundo y se petrifica la vida. Se inmuniza el cuerpo y se enmudece el sentido. *¿Qué significa pensar?* Esta es la pregunta que se extiende como reflexión filosófica en la artesanía de subjetividad de Heidegger, como urgencia de recuperar el vínculo pensante con la utopía y así, poder conservar el movimiento del lenguaje, el cual, como la vida misma en sus pliegues y despliegues más complejos, es dialéctico y, por lo mismo, mudable.

Se infiere con esto, el acto migratorio de las palabras al nivel del aliento, esfuerzo, compromiso y convicción del pensamiento, o, lo que podría ser lo mismo si en



una dimensión de lo integral nos encontráramos, a la altura, pulcritud y liberación del espíritu. A modo de aforismo podría decretarse como: *del encumbramiento del pensamiento y de la consistencia del espíritu, da cuenta la elocuencia y el devenir de las palabras*. A este esfuerzo reflexivo conduce el lenguaje cuando el pensamiento y el espíritu se disponen a reflejarse en lo que es dicho.

En esta transformación se pasa del ocultamiento al develamiento, del mostrar el adentro o manipularlo; del poner en al afuera lo que nos constituye o lo que nos desmiente, pues, podría pasar que, de acuerdo al camino recorrido por la memoria y a su capacidad contemplativa, lo interior se sintiera extraño y supeditado a un sistema de creencias que opera dentro de “un lenguaje cuyos sonidos y combinaciones de sonidos no serán la cosa misma, sino algo enlazado con ella caprichosamente y puramente contingente para ella” (Hegel, 1993, p. 187).

La manifestación del interior obedece, entonces, al movimiento de la unidad como destino al que conduce el espíritu en sacrificio de la singularidad y en cumplimiento de la fuente cósmica que “es su alma y su esencia” (Hegel, 1993, p. 210) desatada de los credos y las sospechas de maldad a través de la belleza, ya que ella, la belleza en sí misma, es escurridiza a cualquier apreciación que la niegue como fuente del amor y causa de la verdad.

En esta trascendencia de los categóricos de la contemporaneidad que permean también la militancia espiritual a la que no le basta con el principio del amor y su tejido universal, se superan los dogmas de conciencia y los preceptos ideológicos que parecen autorizados para adjetivar jerárquicamente las formas que la vida o el arte expresan, y ubicarlas dentro de calificativos de perjuicio o pertinencia de acuerdo a la pirámide de valores en la cual la individualidad predica.

En este panorama y en la insistente lamentación por los estragos de la contemporaneidad en los sentidos de habitar y relacionarse con el mundo, es de aclarar que, independientemente de las motivaciones que ponen a rondar en la cabeza diferentes valoraciones que perciben la maldad y pretenden alertar o salvar de ella, es un hecho que la palabra erigida como un don mesiánico o como una declaración de verdad que se impone en pretenciosa actitud de liberar de un yugo, no deja de ser una falsificación del lenguaje carente de todo sentido de unidad y, por lo tanto, de todo sentido de lucidez:



[...] solamente en el espíritu universal tiene cada uno la certeza de sí mismo, o sea la certeza de no encontrar en la realidad que es más que a sí mismo; está tan cierto de los otros como de sí. Intuyo en todos que son para sí mismos solamente esta esencia independiente, como lo soy yo; intuyo en ellos la libre unidad con los otros, de tal modo que ella es a través de mí lo mismo que a través de los otros; los intuyo a ellos como yo, y me intuyo a mí como ellos (Hegel, 1993, p. 210).

Este prometedor paisaje de la alteridad, ofrece la sabiduría y la virtud como prácticas de sí en vivencia de lo universal y, por lo mismo, en palabra que teje, integra y procesa con medida la experiencia de la belleza y la verdad, que también son expresiones del amor en tanto fuente de la vida. En este horizonte, lo universal es la expansión de la vida que se manifiesta como exteriorización de lo interior, es decir, del palpitar esencial que teje lo visible y lo invisible en la permanencia de la belleza y en su diversidad de tonalidades para ser comprendida. De tal modo, el lenguaje en general y, de manera particular, la voz poética, recoge la verdad del amor por ser semántica primigenia para el ordenamiento de la belleza.

Ahora bien, la palabra de la belleza pacta con la verdad para que la vida sea el camino en el cual la memoria del amor siempre esté arrullando el alma. A la luz de este eco, la poesía es el efecto universal que cuenta los recuerdos del alma para escenificar la contemplación de un símbolo que inspira al camino contemplativo de una búsqueda.

Este deambular simbólico otorga el don contemplativo como disposición interior para anunciarse en desprendimiento del artificio y, por ello, en conciencia de lo sublime como perpetuidad que purifica de la muerte y despliega el renacimiento de la vida dentro de una bella finitud en devenir por extrañas arquitecturas.

No obstante, la finitud sigue también las reglas de lo divino toda vez que depara un acontecer de fases que van presentando y ausentando lo que en su ser también es un desaparecer y un retener para componer la belleza del lenguaje. Por esta vía, la travesía de esta búsqueda supone trascender lo efímero o irlo abandonando a medida que el mismo camino pone sus pruebas.

En este aprendizaje se recorre la causa de la inmortalidad en fatiga del cuerpo y sometimiento al padecimiento onírico entre las alusiones y alucinaciones de la muerte que hacen del dolor un espejismo que pareciera definir y revelar el destino. El mismo Fausto desciende a “una especie de horror sagrado” (Borges, 2009, p.992) donde la soledad, la locura y la muerte arrojan a la experiencia del vacío para probar el propósito



del camino y seducir a que la memoria se aferre a cualquier imagen que logre conmover en alegría.

En el vértigo de este vacío, experimentar la necesidad de recuperar y reivindicar la lealtad es el síntoma inequívoco del extrañamiento frente a las relaciones de individualidad en conveniencia y apetencia dentro del escenario contemporáneo, predominantemente ajeno a una ética de interpelación con el orden moral (Mèlich, 2010). Innegablemente, la complacencia ante la lealtad denota la condición de fragilidad que establece una profunda cercanía con el dolor humano.

Por ello, el enrostramiento con el desgaste y la vulnerabilidad, constituye el registro biográfico que pluraliza la vivencia y el atestiguamiento del sufrimiento, y el cual, también expresa la coherencia de la reacción y la reflexión frente a toda atrocidad, así como la compasión en postura ética y oposición a toda forma y sentido del ultraje. La vida, en la premisa del amor y su expresión en belleza y verdad, parece ser un anacronismo que la sociedad contemporánea resuelve en la inmediatez y transitoriedad del objeto, de la mercancía y las diferentes materialidades que pretenden salvar de la precariedad de sentido.

Por ello, la sociedad líquida (Bauman, 2013), en la que todo fluye sin permitir el abrazo de la memoria con la vivencia, habrá de encontrar su momento para el desbordamiento y, por ello mismo, para acontecer como disolución de lo transitorio, pues solamente en este desbordamiento será posible volver a considerar lo que sostiene, lo que permanece pese al paso del tiempo y los mismos embates del olvido.

De este modo, la memoria volverá a ser el lienzo de la obra de la belleza con los múltiples tonos de la verdad; volverá a disponerse para exteriorizar el amor que es eterno en la imagen que acompaña y auxilia; el amor como espíritu inalterable, pero en movimiento a través de las formas y sentidos que lo comunican. Por ello, el amor cuenta con tantas nominaciones, versiones y experiencias, ya que están sujetas al nivel de comprensión y evocación que se le haya permitido al alma, es decir, a la actuación virtuosa que ha sabido librar las batallas contra el olvido y encontrar los nombres que al amor le corresponden.

Estar a la altura de afrontar estos embates de la contemporaneidad, en tanto tiempo de la premura adquisitiva, representa un altísimo estado de conciencia en la contemplación y reflexión de esa imagen que acompaña y auxilia y, a su vez, brinda la



posibilidad de pensar y apropiar el lenguaje en cercanía a un estado que sugiera sensibilidad. Ser en la mirada anfitriona capaz de recibir la lluvia como un mensaje de la memoria para el reencuentro; poder mirar el agua como el significado de esta causa donde las lágrimas revelan la claridad de lo profundo.

En este devenir de contemplación sublime se acoge, no solamente el sentido sino también el sentimiento de la felicidad en una entrega o posesión de la memoria que hace fluir el espíritu del deseo hacia el saber del amor como lo deseado, lo pactado y lo evocado. En la certeza de este aprendizaje, le asiste a la contemporaneidad la necesidad de encontrar la pausa para el sepultamiento de sus propios principios y la remembranza del sentido que permite volver a la autenticidad de la vida.

El mismo Fausto expresa la condición insoportable del sinsentido y la tremenda necesidad de acogerse en el alma para evocar los saberes eternos como arquetipos de la felicidad: disfrutar la contemplación sublime y apreciarla como manifestación de los elementales que despliegan la sensibilidad, el pensamiento y la palabra; contemplaciones que dan qué sentir, qué pensar y qué decir frente a la *multiplicidad orgánica* que de estos elementales se deriva: “El agua, el aire, la tierra, las zonas y el clima son esos elementos universales que constituyen la esencia simple indeterminada de las individualidades y en las cuales éstas, al mismo tiempo, se reflejan en sí” (Hegel, 1993, p. 157) a través del todo.

Apreciaciones de cierre

La belleza expansiva de la vida es añorada por el alma que sabe discernir las determinabilidades que separan a través de prejuicios, y las reconcilia en las *relaciones esenciales* que no se reconocen en “*leyes* como éstas: los animales pertenecientes al aire tienen la estructura propia de las aves y los pertenecientes al agua la de los peces” (Hegel, 1993, p. 157). En estas restricciones de la observación que no atiende a las memorias del alma y al movimiento de su aguja reflexiva, se ofrece el vínculo de un elemento con la expresión de la materia, mostrando, a través de estas explicaciones “una pobreza que no corresponde a la multiplicidad de lo orgánico” (Hegel, 1993, p. 157).

Tal vez sea este, el momento en el cual, de la mano del opacamiento del capitalismo, también se derrumben imágenes que han alimentado el relato del corte, del afilamiento y las distancias. La aguja del alma se teje al sentido de la espada, de la



navaja y de la daga como espejos donde la vida se refleja y se reflexiona entre rostros y máscaras que constituyen la gran diversidad en la cual somos y nos renovamos.

En este dinamismo, en el cual se expresan las formas y las esencias del fuego que también es aire, agua y tierra, junto con todas las manifestaciones de la diversidad expandida, se desmiente el guion de la contemporaneidad y los vestigios epistemológicos heredados de la fragmentación del conocimiento como separación de la vida. Pero, además, se cuestionan las escenas ornamentales de la publicidad que pretende dar respuesta a la pregunta por la felicidad sin atravesarla con el hilo del alma en tejido de sus rocas y arquitecturas sagradas.

Este momento anfitrión de la belleza en supremo nivel de alteridad, recuerda el tiempo lento de la memoria o la verdadera pausa que concede la calma como el antes, la continuidad y el después de la tormenta; permite ver el amanecer en el transitar de la noche, la luz en la fuente de la oscuridad y la compasión en la revelación inesperada.

El asombro por lo inesperado, la sorpresa ante una felicidad más misteriosa que la de la lluvia, es la felicidad del recuerdo con el cual se puede afirmar que “No hay placer más complejo que el pensamiento” (Borges, 2009, p. 996); el de mover las palabras con el oleaje del destino que permite ver a Homero a través de sus palabras y de otras palabras que sueñan su inmortalidad en la imagen de un troglodita “tirado en la arena, donde trazaba torpemente y borraba una hilera de signos, que eran como las letras de los sueños, que uno está a punto de entender y luego se juntan” (Borges, 2009, p. 993); pero además de estos asombrosos relatos por donde lo infinito se filtra, poder considerar con tal lucidez lo universal en la certeza que le atribuye Borges al hecho de que todo ser humano ha debido o deberá “componer, siquiera una vez, la *Odisea*. Nadie es alguien, un solo hombre inmortal es todos los hombres” (2009, p. 995); la posibilidad de ser en la grandeza y en la miseria que el espíritu experimenta en la dimensión tangible.

Imágenes de la felicidad que, no obstante, también expresan el sentido del suplicio y la calma que, aun acompañando todos los tramos de la tormenta, se hace esquiva y tan extraña como la esperanza. Pero la tormenta es agua que se anuncia con el relámpago extendiendo sobre la inmensidad del cielo el resplandor de la calma; es trueno que manifiesta el fuego y agua que arrulla como epílogo estético y pedagógico de una nueva posibilidad onírica.



La posibilidad de soñar el agua realizándose en las formas de ríos, cascadas, mares, manantiales, arroyos, quebradas, pozos y lágrimas; el agua que también es lluvia, granizo, nevado, peces, corales y algas; el agua que baña la arena, cubre las piedras y las montañas; riega jardines y prados; habita la tierra y florece en plantas, árboles, hongos, lombrices, frutas y verduras; primavera de la lozanía y otoño del marchitamiento; misterio arquitectónico que recuerda la semilla en el mensaje del amor como fuente dialéctica de la vida.

Volver a la riqueza de la tierra donde anida la semilla del amor avivando el vuelo de aves, ángeles, insectos, mariposas, hadas y demás espíritus que soplan en el manto invisible del aire; volver a la riqueza de la tierra donde el agua es cuerpo, sensibilidad, emoción, inquietud, pasión, dolor, muerte y renacimiento; es el oleaje de la verdad y la belleza donde el amor se cuenta sin otro aliento que el de la libertad que también es la voz del viento, en cuyos rugidos cantan y bailan los espíritus visibles e invisibles, así como se escuchan los susurros de todas las deidades y los más silenciosos mensajes divinos. El agua es palabra del aire enseñando el sentido de la libertad que no puede confundirse ni reemplazarse con la publicidad del mercado.

Ninguna mercancía, dentro del gran e ininterrumpido arsenal de objetos que el capitalismo le entrega a la contemporaneidad, podrá responder a la libertad como la capacidad de pensar mientras se recuerda el sentido de la vida, pues la libertad enmarcada en la capacidad adquisitiva y en sus llamados a la inversión, al endeudamiento y al riesgo por algo que responda al eufemismo de la felicidad, continúa siendo un engaño.

En esta treta capitalista, se contiene la imagen de la individualidad sometida al manifiesto de la contemporaneidad redactado en el vacío del olvido. Y si bien el compromiso de este sistema es alimentar la sensación nihilista con objetos que continúan afianzando la idea capacitista para el vínculo adquisitivo, se agudiza de tal manera este vacío del olvido que la misma nauseas por el consumo, pone en el ocaso el desenfreno del apetito.

Apetecer pasa a ser un gesto del deseo que se niega al aforismo del consumo y al refinamiento que estrecha las relaciones de conveniencia para satisfacer la individualidad en desamparo del humanismo planetario. El deseo emerge en busca de lo que había abandonado, lamentando, por un lado, la pérdida de vínculos trascendentales,



por otro lado, el olvido de la vida como tejido integral de autenticidad en el apoyo, y por otro lado más, la precariedad sensible incapaz de la compasión y la identificación con el sufrimiento, así como la indiferencia y su tolerancia a la injusticia y a la reacción ventajosa como criterio de pertenencia a imaginarios de felicidad que trazan homogeneidades en las prioridades del consumo.

El retorno al sentido del deseo como búsqueda en aprobación de la vida, sugiere, en vista de todo lo recorrido, comprender lo que significa pensar en la conquista de la libertad frente a todas las limitaciones que coartan el espíritu; significa devenir en trascendencia de las esquematizaciones y estigmatizaciones que separan y determinan relaciones fundamentadas en similitudes de enajenación.

Este camino aproxima a la orilla poética que reflexiona el humanismo como una travesía donde la vida debe ser defendida de las formas y caracterizaciones generacionales que también son empaques del capitalismo. El espíritu ha devenido como fuente del amor y ha estado asistido por la libertad para contemplar la verdad y poder reflexionarla en la profundidad de su belleza. No hay pues, una dimensión generacional que pueda restringir la libertad a una búsqueda determinada por lo accesorio; el deseo por la libertad reconoce la causa del amor como fundamento de la dignidad y la justicia y, por ello mismo, no hay propósito que se inscriba dentro de un momento histórico, ni dentro de un sistema ideológico y productivo que enmascara el sentido y reduce su autenticidad al saqueo lingüístico y al despojamiento de la belleza y la verdad como atributos para nombrar el deseo.

En tal perspectiva, la dimensión faústica de la contemporaneidad, declara la prueba con el deseo desde una relación con el tiempo de la productividad y el afán de poseer lo que promete felicidad. Ahora bien, en virtud del olvido, el vacío de sentido no se satisface con el itinerario de accesorios y procedimientos que han manipulado la belleza y la verdad al desligarlas del amor como principio de la vida. La belleza y la verdad se instalan en el aforismo de la adquisición con la falsa idea de la felicidad considerada como un estado de complacencia que desconoce la necesidad y privilegia el deseo ¿Cuál deseo? El de poseer para mantener engañado el vacío; el de consumir para aislar del reencuentro con la memoria; el de habitar el afán para no retornar a los panales de la dulzura.



No obstante, y pese al semblante desolador que pareciera cernirse coma un mal que ha superado los cien años, y un cuerpo que pareciera haberlo soportarlo más de lo suficiente, se retorna a la certeza de que “las fuentes de la alegría son más hondas que las del dolor (Anónimo, 1987, p. 165) porque remiten “al conocimiento superior que procede del amor” (Anónimo, 1987, p. 165) y que supone el devenir de una subjetividad en paso por “la transformación de la conciencia personal en conciencia cósmica” (Anónimo, 1987, p. 645) o si se quiere, que trasciende el dictamen de lo individual y sus vínculos de conveniencias adquisitivas.

Se trata, entonces, de manifestar en plena reconciliación con el adentro y el afuera que acoge lo interior y el interior que no es extraño al exterior, es decir, la obra humana en auténtica atención y expresión de la vida; más allá de las relaciones ideológicas que, para el caso de la contemporaneidad, suponen una identificación en conveniencia con el artificio. Trascender el artificio es la expresión de la virtud que ha logrado desplegar sus *dones, capacidades y fuerzas* en la concepción y convicción del bien como lo universal.

En este rumbo, la virtud expresa una individualidad que ha trascendido a lo universal y a su verdadera realidad, cuya conciencia es la memoria que responde a la pregunta por la felicidad en contra vía con la manipulación del *curso del mundo*. Sin embargo, y en vista de que la contemplación de lo universal “se halla del mismo modo a la disposición de la conciencia de la virtud y del curso del mundo, no es posible percatarse de si, así pertrechada, la virtud vencerá sobre el vicio.” (Hegel, 1993, p. 227)

Sin duda, se trata de una prueba con el carácter y el manejo de los dones, los cuales “buscan mantenerse y realizarse por medio de la lucha” (Hegel, 1993, p. 227), con la cual “la conciencia virtuosa entra en la lucha con el curso del mundo como con algo contrapuesto al bien” (Hegel, 1993, p. 227). Ahora bien, este esfuerzo de la virtud no puede vulnerar el curso del mundo, ya que su lucha consiste en habitar de otras maneras y con otros ritmos, ese curso o concurso de individualidades en reacción y relación de conveniencia.

Es una travesía en conciencia íntima que traza niveles y voluntades diferentes para desligarse de esas relaciones de conveniencia, lo cual significa que, para trascender la individualidad que había distanciado de la virtud, se requiere de un acontecimiento y un acontecer interior que despliega la lucha sin que desborde el afuera de la muerte



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

como manifiesto de quietud, silencio y ausencia. Es más bien, un semblante de elocuente reflexividad en cuyo asombro se contempla la belleza de la vida y se escucha la voz del oráculo revelando los nombres y la verdad del amor.

Bibliografía

- ANÓNIMO. **Los arcanos mayores del Tarot**. Barcelona: Herder Editorial, 1987.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Lexington: Tecnibook Ediciones, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidad líquida**. España: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BLANCHOT, M. **El libro que vendrá**. Venezuela: Monte Avila, 1969.
- BORGES, J. **El inmortal**. *Obras completas I*. Buenos Aires: Emecé, 2009.
- BORGES, J. **El espejo de los enigmas**. *Obras completas I*. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- BORGES, J. **La Divina Comedia**. *Obras completas III*. Buenos Aires: Emecé, 2011.
- CAVAFIS, C. Ítaca. En: *Obra escogida*: España: Edicomunicación S.A, 1995.
- FOUCAULT, M. **El pensamiento del afuera**. Valencia: Editorial Pre-Textos-, 1997.
- GOETHE, J. **Fausto**. Bogotá: Panamericana Editorial, 2000.
- HEIDEGGER, M. **¿Qué significa pensar?** Buenos Aires: Ed. Nova, 1972.
- HEGEL, G. **La fenomenología del Espíritu**. Colombia: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- KANT, E. **Respuesta a la pregunta ¿qué es la ilustración?** Bogotá, 1986.
- MÈLICH, J. **Ética de la compasión**. Barcelona: Herder, 2010.
- NERUDA, P. **Odas elementales**. Barcelona: Editorial Bruguera, 1983.
- NIETZSCHE, F. **Genealogía de la moral**. Barcelona: Editorial Gredos, 2011.
- OTÁLVARO, F. ALDANA, E. y VILORIA, A. **Crítica a la teoría de la evolución pura. Hacia la belleza estructural**. En: *Revista Ludus Vitalis*. Vol. XXV, 2017.
- SHARMAN-BURKE, J. y GREENE, L. **El Tarot místico**. Madrid: Editorial EDAF, 1998.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

VARO, R. Cinco Llaves del mundo Secreto de Remedios Varo. España: Atalanta, 2015.

VÁSQUEZ, F. Hermes y la tarea hermenéutica.

<https://fernandovasquezrodriguez.com/2017/01/13/hermes-y-la-tarea-hermeneutica/>, 2017

ZAMBRANO, M. Las palabras del regreso. Madrid: Ediciones Cátedra, 2009.



Recebido em: 27/10/2024

Aprovado em: 11/12/2024

Publicado em: 30/12/2024

A DOCTRINA LIBERAL DO ESTADO DE DIREITO

THE LIBERAL DOCTRINE OF THE RULE OF LAW

LA LIBERALA DOKTRINO DE LA LEGROŜATO

Antonio Santana Sobrinho⁵

Resumo

Nesse artigo, explora-se a complexidade das relações entre liberalismo e democracia durante o século XIX, destacando os desafios enfrentados pelos defensores do liberalismo diante do avanço da democracia e das mudanças sociais e econômicas significativas da época. Além disso, o texto enfoca a exclusão de diversos grupos sociais, como mulheres, pobres e colonizados, das liberdades e direitos proclamados pelo liberalismo na Europa. Neste contexto, discute-se também a contradição entre os ideais liberais e a prática de exploração colonial, que revelou as limitações do liberalismo em promover a igualdade e a inclusão social. Na sequência, a segunda parte aborda as contradições das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, que proclamavam direitos universais e inalienáveis, mas por outro lado excluíram porções significativas da população desses direitos. Por exemplo, mulheres, escravos e estrangeiros foram puramente deixados de fora do pleno gozo dos direitos civis e políticos. Embora tenham ocorrido transformações sociais promovidas por essas revoluções, persistiram limitações severas à participação política e à inclusão social, e isso evidencia as falhas na aplicação dos ideais de igualdade e liberdade promovidos pelos movimentos burgueses.

Palavras-chave: Liberalismo. Democracia. Exclusão. Contradições e Direitos Individuais.

Abstract

In this article, the complexity of the relationships between liberalism and democracy during the 19th century is explored, highlighting the challenges faced by liberalism advocates in light of the advancing democracy and the significant social and economic changes of the time. Moreover, the text focuses on the exclusion of various social groups, such as women, the poor, and colonized peoples, from the freedoms and rights proclaimed by liberalism in Europe. In this context, the contradiction between liberal ideals and the practice of colonial exploitation is also discussed, revealing the limitations of liberalism in promoting equality and social inclusion. Subsequently, the second part addresses the contradictions of the bourgeois revolutions of the 18th and 19th centuries, which proclaimed universal and inalienable rights but, on the other hand,

⁵ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus - Jaguaribe-
Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos.



excluded significant portions of the population from these rights. For example, women, slaves, and foreigners were purely left out of the full enjoyment of civil and political rights. Although social transformations promoted by these revolutions occurred, severe limitations on political participation and social inclusion persisted, and this highlights the failures in the application of the ideals of equality and freedom promoted by bourgeois movements.

Keywords: Liberalism. Democracy. Exclusion. Contradictions. Individual Rights.

Resumo

Ĉi tiu artikolo esploras la kompleksecon de la rilato inter liberalismo kaj demokratio dum la 19-a jarcento, elstarigante la defiojn konfrontitajn fare de defendantoj de liberalismo antaŭ la progreso de demokratio kaj la signifaj sociaj kaj ekonomiaj ŝanĝoj de la tempo. Krome, la teksto temigas ekskludon de diversaj sociaj grupoj, kiel virinoj, malriĉuloj kaj koloniigitaj, de la liberecoj kaj rajtoj proklamataj de liberalismo en Eŭropo. En ĉi tiu kunteksto, la kontraŭdiro inter liberalaj idealoj kaj la praktiko de kolonia ekspluato ankaŭ estas diskutita, kiu rivelis la limigojn de liberalismo en antaŭenigado de egaleco kaj socia inkludo. Sekve de tio, la dua parto traktas la kontraŭdirojn de la burĝaj revolucioj de la 18-a kaj 19-a jarcentoj, kiuj proklamis universalajn kaj neforigeblajn rajtojn, sed aliflanke ekskludis signifajn partojn de la loĝantaro de tiuj rajtoj. Ekzemple, virinoj, sklavoj kaj eksterlandanoj estis pure forlasitaj de la plena ĝuo de civilaj kaj politikaj rajtoj. Kvankam ekzistis sociaj transformoj antaŭenigitaj de tiuj revolucioj, severaj limigoj al politika partopreno kaj socia inkludo daŭris, kaj tio reliefigas la fiaskojn en la aplikado de la idealoj de egaleco kaj libereco antaŭenigitaj de burĝaj movadoj.

Ŝlosilvortoj: Liberalismo. Demokratio. Ekskludo. Kontraŭdiroj kaj Individuaj Rajtoj.

INTRODUÇÃO

Na tradição liberal, os direitos humanos são fundamentados na doutrina dos direitos naturais, também conhecida como jusnaturalismo moderno. Nesse contexto, este sistema é representado por filósofos políticos dos séculos XVI e XVII, como Thomas Hobbes (1588-1679), Baruch Spinoza (1632-1677) e John Locke (1632-1704), além disso, inclui pensadores iluministas do século XVIII, como Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Immanuel Kant (1724-1804). Norberto Bobbio define esse modelo como hobbesiano e o contraste com o modelo aristotélico [Ver: BOBBIO, Norberto, "O modelo jusnaturalista." In: BOBBIO, N. e BOVERO, M., "Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna", trad. Carlos Nelson Coutinho, Brasiliense, São Paulo 1986 (1979), pp. Agora, examinaremos as principais características do modelo jusnaturalista, especialmente em sua vertente liberal (Bobbio-Bovero, 1986: p. 13-100).



Os filósofos jusnaturalistas partem do princípio do individualismo. Nesse sentido, eles pressupõem a existência dos indivíduos em um estado de natureza primordial, que precede a formação do Estado civil. Assim, nesse estado original, os indivíduos vivem em condições de igualdade diante das necessidades fundamentais e da mortalidade, desfrutando de direitos naturais inalienáveis, como o direito à vida, à propriedade e à liberdade. Vale ressaltar que esses direitos são considerados intrínsecos e não derivam de qualquer autoridade política ou legal, mas sim da própria condição humana.

O conceito de estado de natureza representa uma condição hipotética ou imaginária, considerada como o estágio primordial no qual os seres humanos existiam antes da formação de uma sociedade civil estruturada. Portanto, este é um elemento central e fundamental no pensamento do direito natural moderno, sendo um pressuposto compartilhado por todos os pensadores desse período, embora apresente diferentes interpretações.

Para Thomas Hobbes, o estado de natureza é caracterizado como um estado de guerra, onde a vida era solitária, pobre, sórdida, brutal e curta. Por outro lado, John Locke via como um estado de paz assustador, no qual os indivíduos ainda desfrutavam de certa liberdade e direitos, mas enfrentavam o desafio da insegurança. De maneira diferente, Jean-Jacques Rousseau entendia o estado de natureza como um estado primitivo de liberdade plena, marcado por uma harmonia relativa entre os indivíduos.

Diante desse cenário, os indivíduos vivem em igualdade em relação às necessidades básicas e à mortalidade, possuindo direitos naturais intrínsecos, como o direito à vida, à propriedade e à liberdade. Entretanto, apesar da existência desses direitos indiretos, no estado de natureza não havia leis ou autoridades reconhecidas por todos, o que poderia levar facilmente a conflitos entre os direitos individuais e à impossibilidade de manter uma vida em sociedade estável e importadora

Portanto, o Estado de natureza é uma condição da qual é necessário sair para estabelecer o Estado civil, no qual os direitos, embora teoricamente ilimitados, tornam-se praticamente inviáveis de serem exercidos sem a proteção e organização proporcionadas pela sociedade política. Assim, a transição do Estado de natureza para o Estado civil é essencial para garantir a segurança e a efetivação dos direitos naturais dos indivíduos.



Ao mesmo tempo, ao instituir o Estado civil, os seres humanos renunciaram a uma parte da sua liberdade natural em troca da segurança e do reconhecimento legal de seus direitos. Nesse contexto, a função principal do Estado é estabelecer leis e instituições que protejam os direitos naturais dos cidadãos, assegurando, dessa forma, uma convivência imposta e justa na sociedade. Portanto, essa transição marca o advento da ordem política e jurídica, na qual os direitos individuais podem ser exercidos de forma mais eficaz e equitativa do que no estado de natureza.

Além disso, as leis da natureza representam os princípios fundamentais que os filósofos jusnaturalistas consideravam como eternos e imutáveis, orientando os seres humanos sobre como transcender o estado de natureza e estabelecer a paz entre si. Contudo, estas leis, se o homem fosse puramente racional, seguidas espontaneamente; mas, dada a sua natureza também passional, é por isso que é necessária a intervenção de uma força externa para garantir sua observância. Essa força, portanto, é o Estado.

No entanto, o processo de fundação do Estado não é trivial. Na verdade, ele é realizado através do Pacto Social ou Contrato Social, entendido como um acordo artificial entre os indivíduos livres para formar uma sociedade civil, superando assim o estado de natureza. Por meio deste pacto, os indivíduos, anteriormente dispersos como uma multidão no estado de natureza, tornam-se um povo unificado.

Entretanto, o preço dessa união é a renúncia à liberdade absoluta que cada um desfrutava no estado natural, transferindo-a para o poder do Estado. Além disso, o pacto é voluntário e artificial em sua natureza, destinado a garantir os direitos fundamentais do homem que, no estado de natureza, era constantemente ameaçado pela ausência de leis e de um Estado com capacidade coercitiva para fazê-las valer.

Por outro lado, o poder que surge a partir desse pacto não se baseia mais na autoridade divina ou na natureza, mas sim não há consenso entre os indivíduos. Assim, nasce a concepção do “povo” ou da “nação” como a fonte e o fundamento legítimo do poder político. Conseqüentemente, esse pacto social é o primeiro passo em direção à constituição de uma ordem política organizada, na qual os direitos naturais são protegidos e a convivência é possível.

Em relação a isso, os filósofos jusnaturalistas apresentam diversas concepções sobre o Estado, cada uma refletindo uma visão particular do poder político e da organização da sociedade. Thomas Hobbes (1588-1679) defende um modelo de



soberania absoluta, no qual o poder político é centralizado em um soberano sem divisão de poderes, com controle estatal sobre a religião (concepção absolutista). Por outro lado, John Locke (1632-1704) propõe um sistema de divisão de poderes entre o Rei e o Parlamento, onde este último é a fonte original do poder político, e defende a tolerância religiosa (monarquia constitucional ou parlamentar de tipo liberal).

Além disso, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) defendeu um Estado onde a Assembleia Geral representa diretamente a vontade geral do povo ou da nação (modelo democrático). Por fim, Immanuel Kant (1724-1804) idealiza uma Federação Mundial de Estados Republicanos baseada em direitos universais (modelo republicano cosmopolita).

É importante destacar que, desde Maquiavel, o Estado é associado ao conceito de poder, marcando o início de uma tradição que culmina na famosa definição weberiana do Estado como detentores do monopólio legítimo da força, abandonando a concepção aristotélica do Estado como garantia da felicidade e *faça bem comum*.

Dessa forma, os direitos naturais subjetivos são fundamentais para os jusnaturalistas, sendo estes considerados anteriores à formação do Estado. Nesse sentido, o Estado não cria esses direitos, mas os regular e protegido. Apesar das divergências sobre a natureza do Estado, todos os pensadores jusnaturalistas concordam que o Estado surge da associação livre dos indivíduos com o objetivo de proteger e garantir a realização desses direitos fundamentais.

Por exemplo, para Hobbes, o direito fundamental é o direito à vida; para Locke, é o direito à propriedade; enquanto Rousseau e Kant consideram a liberdade como o único e verdadeiro direito natural, abrangendo todos os demais direitos e compreendidos como autonomia do indivíduo. Portanto, o Estado é chamado de “de direito” porque sua função é garantir a legalidade e o respeito a esses direitos fundamentais, que são os alicerces inquestionáveis do sistema jurídico e político, não sujeitos à deliberação da maioria da população.

A soberania popular, que foi resgatada da tradição republicana romana e medieval, é reinterpretada de maneira atomística, desvinculando-se de seu contexto organicista. Nesse sentido, o conceito de “povo” (*populus*) como a fonte última da legitimidade política é fundamentado no princípio da representação, onde o poder



decorrente do pacto social não mais se origina de Deus ou da natureza, mas sim do consenso dos indivíduos (Barberá; Fusaro, 1997).

Além disso, o governo das leis é um princípio central do Estado de direito, influenciado pela ideia aristotélica de que os homens devem ser governados pelas leis e não pelo arbítrio humano. Dessa forma, essa noção é associada à concepção de liberdade como autonomia, como proposta por Rousseau: ao obedecer às leis, cada indivíduo está, na verdade, obedecendo a si mesmo, pois é parte do processo de formulação dessas leis (Aristóteles; Bin, 2004).

Por outro lado, a divisão dos poderes é introduzida pelo liberalismo político, a partir das ideias de Locke, com o objetivo de evitar os perigos do absolutismo apresentados na concepção hobbesiana. Inicialmente, ocorre uma divisão entre o Rei e o Parlamento, sendo este último a fonte principal de poder, e posteriormente é formalizado por Montesquieu, estabelecendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, essa separação é vital para evitar o retorno do absolutismo do Antigo Regime, configurando um sistema de "*checks and balances*," no qual nenhum poder pode dominar sobre o outro, estabelecendo controles recíprocos (Montesquieu).

Além disso, a ideia de tolerância religiosa, promovida por Locke em sua "Carta sobre a Tolerância" e difundida pelos iluministas, transforma a relação entre Estado e Igreja. Nesse contexto, a religião deixa de ser um assunto público para se tornar privada, e assim, a Igreja é encarada como uma associação privada. Além disso, a liberdade religiosa impulsiona também a liberdade de pensamento, expressão e imprensa, fortalecendo assim a esfera privada do cidadão e ampliando os direitos civis.

DESENVOLVIMENTO

"Revoluções Burguesas e os Limites da Cidadania: Uma Concepção Restrita dos Direitos de Liberdade"

As doutrinas jusnaturalistas não surgiram apenas como invenções teóricas dos filósofos, mas também foram moldadas e impulsionadas por guerras, revoluções e movimentos sociais que marcaram intensamente a era moderna, evoluindo de maneira profunda na sociedade europeia e global. De fato, essas doutrinas ganharam destaque nos séculos XVII e XVIII, um período marcado pela ascensão da burguesia, que buscava maior participação política frente à nobreza e ao clero. Nesse contexto, elas



forneceram uma base ideológica sólida para os movimentos revolucionários que gradualmente desmantelaram o antigo sistema feudal e deram forma ao mundo moderno. Assim, o jusnaturalismo moderno exerceu uma influência significativa nas três grandes revoluções liberais desse período.

Além disso, as revoluções burguesas do século XVII e XVIII, combinadas com a revolução industrial tardia do final do século XVIII, foram cruciais para a transformação radical da Europa. Embora todas essas revoluções tenham nuances distintas, elas se unem à proclamação dos direitos fundamentais.

Por exemplo, a Declaração de Direitos resultante da Revolução Gloriosa de 1688/89 marcou o fim do período de guerra civil na Inglaterra, que havia sido iniciada em 1640, e distribuiu uma monarquia parlamentar que perdura até os dias atuais. Além disso, a Declaração de Direitos do Estado da Virgínia de 1776 serviu de base para a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, especialmente as primeiras 10 emendas (Declaração de Direitos) de 1791, o que consolidou os alicerces do primeiro grande Estado democrático moderno.

Por sua vez, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa de 1789 foi a mais radical e profunda de todas, pois marcou o fim definitivo do Antigo Regime e pavimentou o caminho para o estabelecimento da República na França. Para uma apresentação das principais declarações comentadas, veja: COMPARATO, Fábio Konder, *A afirmação histórica dos direitos humanos*, São Paulo: Saraiva 1999.

Essas declarações de direitos, conforme discutidas por Fábio Konder Comparato em "*A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*" (1999), representam marcos históricos fundamentais na evolução dos direitos humanos e na consolidação dos princípios democráticos modernos. Além disso, elas refletem não apenas um momento de transformação política, mas também um movimento rumo à consolidação dos direitos individuais e da cidadania em escala global.

A soberania popular e direitos, liberdade negativa e positiva.

As doutrinas jusnaturalistas têm como pilares fundamentais os conceitos de "direitos naturais" e "soberania popular", que são representados, respectivamente, pelo liberalismo e pela democracia, com Locke e Rousseau como principais teóricos. O



liberalismo preconiza a limitação dos poderes do Estado, cuja principal função é garantir os direitos subjetivos que os cidadãos possuíam no estado de natureza. Dessa forma, os “direitos de liberdade” são essencialmente os direitos do indivíduo (burguês) à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança. Conseqüentemente, o Estado restringe a proteção desses direitos individuais por meio da lei, sem intervir ativo em sua promoção. Por isso, esses direitos são denominados liberdades negativas, transitando para não interferência do Estado na esfera dos direitos individuais.

No entanto, o conceito de liberdade negativa possui limitações, pois não abrange uma ação positiva do Estado para garantir que todos os cidadãos tenham condições materiais permitidas para exercer efetivamente a sua liberdade e participar na vida pública. Como observamos os críticos do liberalismo, isso pode resultar na “liberdade de morrer de fome”. Por esse motivo, as correntes socialistas e certas vertentes mais sociais do liberalismo propõem uma concepção positiva de liberdade, na qual o Estado se compromete a oferecer condições materiais adequadas para que todos os cidadãos possam desfrutar de sua liberdade.

Outra contradição na teoria política liberal está na relação entre direitos e soberania popular. Embora o poder político moderno seja fundamentado na soberania do povo, muitos indivíduos continuaram excluídos desses direitos, com uma cidadania restrita apenas aos adultos, proprietários e originários da nação. Como destaca Bobbio (1990), o liberalismo e a democracia são conceitos distintos e até mesmo contrapostos. Portanto, podem existir sociedades liberais não democráticas, como os Estados europeus do século XIX, e sociedades democráticas não liberais, como os regimes comunistas do século XX.

Além disso, os liberais, preocupados com o possível surgimento de uma “tirania da maioria,” vinculavam o conceito de cidadania ao cidadão “de bem” associado ao proprietário, temendo a expansão irrestrita da cidadania nas novas sociedades de massa emergentes. Assim, os direitos da tradição liberal estão centrados nos “direitos de liberdade,” protegendo os interesses individuais do cidadão burguês. Desta forma, o Estado tem o papel de garantir esses direitos por meio da lei, sem interferência direta na sua promoção, caracterizando assim os direitos como liberdades negativas.

Por outro lado, o surgimento dos direitos de liberdade positiva, que implica uma intervenção ativa do Estado na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais,



representa uma trajetória distinta, moldada pela história dos movimentos socialistas, muitas vezes em contraste com os princípios liberais. Portanto, as doutrinas jusnaturalistas possuíam dois pilares teóricos essenciais: os "direitos naturais" e a "soberania popular" representados respectivamente pelo liberalismo e pela democracia, com Locke e Rousseau como principais teóricos. O liberalismo defendia a limitação dos poderes do Estado, cuja função era garantir os direitos subjetivos "naturais" e pré-políticos que os cidadãos possuíam no estado de natureza. Nesse sentido, o pacto social, nos seus momentos de *pactum unionis* e *subjectionis*, estabelece o Estado para garantir total ou parcialmente (conforme as concepções dos diferentes autores) os direitos dos cidadãos.

Em resumo, o liberalismo, originado na luta contra o absolutismo, adota uma visão "negativa" do Estado, considerando-o um mal menor que deve ser limitado e controlado para evitar abusos contra os direitos dos cidadãos e para não interferir na esfera privada, entendida tanto como privacidade pessoal quanto como propriedade privada, ou seja, o mercado.

Além disso, o surgimento dos direitos de liberdade positiva está associado à história dos movimentos socialistas, que contestaram a abordagem liberal e defenderam uma intervenção mais ativa do Estado na promoção do bem-estar social e na garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais dos cidadãos. Assim, esses movimentos questionaram a ênfase exclusiva na liberdade negativa e nas limitações do Estado, propondo uma visão mais ampla de liberdades que envolve não apenas a interferência não estatal, mas também a criação de condições igualitárias para o pleno exercício da liberdade individual e coletiva.

Conforme afirmado por Norberto Bobbio, o liberalismo e a democracia são conceitos distintos e, em certa medida, contrapostos. Ele observa que é possível existirem sociedades liberais que não são democráticas, como aquelas resultantes da revolução francesa na primeira metade do século XIX. Os liberais do período não mantinham um compromisso explícito com a democracia e frequentemente identificavam o cidadão "de bem" com o cidadão "de posse," aquele que possuía condições financeiras para exercer plenamente seus direitos políticos. Havia, entre os liberais, um receio considerável de que uma expansão indiscriminada da cidadania pudesse resultar em uma "tirania ou ditadura da maioria." Esse temor era alimentado



pelas novas classes proletárias emergentes e pela transformação da sociedade em uma massa populacional, uma preocupação expressa, por exemplo, por pensadores como Tocqueville e John Stuart Mill.

Alexis de Tocqueville, em sua obra "A Democracia na América"(2005), discute os desafios e os perigos associados à expansão da democracia na sociedade americana do século XIX, alertando para o potencial de uma tirania majoritária que poderia resultar do aumento dos direitos políticos. Por outro lado, John Stuart Mill, em "Sobre a Liberdade," aborda as questões da liberdade individual e da interferência estatal, destacando a importância da preservação dos direitos dos indivíduos contra a possível opressão da maioria. Nesse sentido, ele enfatiza a necessidade de proteger as liberdades pessoais e argumenta que a participação política deve ser limitada para evitar o domínio de uma maioria desinformada ou intolerante.

Assim, esses pensadores liberais do século XIX ilustram a complexidade das relações entre liberalismo e democracia, apontando para os desafios e as preocupações enfrentadas pelos defensores do liberalismo diante do avanço da democracia e da política de inclusão em um contexto de mudanças sociais e econômicas significativas.

Os excluídos das liberdades burguesas.

Durante os séculos XVIII, XIX e XX, enquanto os direitos universais eram proclamados na Europa, um grande movimento de colonização e exploração dos povos extra-europeus ganhava ímpeto, resultando na exclusão de grande parte da humanidade do desfrute dos direitos fundamentais. Esse processo de colonização e exploração foi viabilizado pela pilhagem e drenagem de recursos enormes das populações colonizadas, além da reintrodução em larga escala da escravidão, contribuindo para a acumulação primitiva do capital e impulsionando a expansão do sistema capitalista global (Losurdo, 2006).

A instituição da escravidão na era moderna foi promovida pelas chamadas "potências cristãs", sendo Portugal detentor do monopólio do tráfico de escravos. Além disso, esse sistema era particularmente brutal e injustificável, pois contrariava abertamente a doutrina cristã da liberdade e igualdade natural de todos os homens. Por outro lado, os modernos, ao discriminarem os chamados "bárbaros" deram origem ao



racismo em sua forma específica, produto do etnocentrismo e do cientificismo europeu, um ausente na Antiguidade.

Além disso, as sociedades burguesas pós-revolucionárias excluíram uma parte significativa de seus membros da plena cidadania. Por exemplo, na Revolução Francesa, as mulheres não foram consideradas sujeitas a direitos iguais aos homens, e somente os homens adultos e ricos tinham o direito de voto (voto censitário), enquanto mulheres, pobres e analfabetos eram excluídos da participação política.

Esses eventos históricos demonstram as contradições entre os princípios proclamados pelos movimentos revolucionários e a realidade da exclusão social e política que persistiu em muitas sociedades burguesas após esses períodos de transformação política. Assim, a proclamação de direitos universais na Europa ocorreu paralelamente à exploração e à opressão dos povos colonizados, revelando a complexidade e as contradições das relações sociais e econômicas globais durante esse período.

Durante os séculos XVIII, XIX e XX, embora tenha havido proclamações de direitos universais na Europa, ocorreu simultaneamente um movimento intensificado de colonização e exploração dos povos extra-europeus, resultando na exclusão de vastas populações do pleno gozo dos direitos fundamentais. Esse processo de colonização e exploração foi facilitado pela pilhagem de recursos e pela reintrodução em larga escala da escravidão, contribuindo significativamente para a acumulação primitiva do capital e a expansão do sistema capitalista global (Losurdo, 2006)

No contexto das colônias das Américas, as declarações de direitos não reconheciam os escravos como titulares de direitos, ressaltando a exclusão sistemática das pessoas escravizadas do alcance dos direitos fundamentais. Nos Estados Unidos, a abolição formal da escravidão só foi alcançada após a devastadora Guerra Civil (1861-1865), seguida por décadas de batalhas civis para eliminar a discriminação racial arraigado na sociedade. Da mesma forma, o Brasil, que foi o último país a abolir a escravidão em 1888, enfrentou desafios persistentes na luta contra o racismo estrutural. As sociedades pós-revolucionárias burguesas, apesar de proclamarem os direitos do homem e do cidadão, impuseram limitações severas ao acesso à cidadania, excluindo grande parte da população, como mulheres, escravos, estrangeiros e pobres, da participação política e do pleno exercício dos direitos civis e políticos.



Vale ressaltar que, assim como na democracia dos antigos em Atenas, onde apenas uma minoria de cidadãos podia governar e ser governada, as sociedades posteriores às revoluções burguesas também limitaram drasticamente o acesso aos direitos políticos. O voto era censitário, reservado apenas aos homens adultos e ricos, enquanto mulheres, pobres e analfabetos eram privados do direito de participar na vida política.

As revoluções dos séculos XVII e XVIII foram marcos fundamentais na busca por soluções para os problemas derivados da profunda desigualdade e da restrição das liberdades individuais. A partir desses movimentos, emergiram conjuntos de direitos organizados para cada indivíduo, estabelecendo um novo paradigma de igualdade e liberdade.

Entre os direitos consagrados nesse período estão o direito à vida, à igualdade, à liberdade, à propriedade, à segurança, ao sigilo das correspondências e à inviolabilidade do domicílio. Esses direitos foram concebidos como inerentes a todos os indivíduos, independentemente de sua origem social ou grupo étnico, rompendo assim com as estruturas sociais baseadas em privilégios exclusivos para determinados grupos.

Com essas revoluções, estabeleceu-se a noção de que cada pessoa possuía direitos universais e inalienáveis, dando fim aos privilégios de classe e inaugurando uma nova ordem fundamentada na igualdade perante a lei. Isso significou uma ruptura significativa com o antigo regime, onde certos grupos detinham privilégios e outros eram completamente desprovidos de direitos.

Essa concepção de direitos individuais não apenas redefiniu o papel do Estado, limitando seus poderes para proteger os direitos dos cidadãos, mas também inspirou movimentos posteriores em busca de uma maior inclusão social e garantia de direitos para todos os estratos da sociedade. Assim, as revoluções burguesas não apenas promoveram a consciência dos direitos individuais, mas também pavimentaram o caminho para transformações sociais mais amplas, impulsionando debates e lutas por igualdade, liberdade e justiça em diversas sociedades ao redor do mundo.

Ademais, é importante destacar que os direitos proclamados nesse período não se estendiam às relações internacionais, revelando uma contradição entre os ideais



proclamados de direitos universais e a prática de colonização e exploração de povos extra-europeus.

Portanto, o processo de expansão do mercado mundial foi viabilizado à custa da pilhagem e exploração dos povos colonizados, desencadeando uma acumulação primitiva do capital que impulsionou a criação e expansão do sistema capitalista global. Esse contexto histórico também evidencia a hipocrisia das potências cristãs que promoveram a escravidão, contrariando os princípios de liberdade e igualdade que afirmavam seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII representaram momentos cruciais na história da humanidade, marcando uma virada significativa na concepção de direitos individuais e na organização política das sociedades. A partir desses eventos, emergiram princípios fundamentais que influenciaram o desenvolvimento do pensamento político e jurídico moderno.

Os direitos proclamados durante essas revoluções, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, redefiniram a relação entre o Estado e o cidadão. Esses direitos foram concebidos como inalienáveis e universais, aplicáveis a todos os indivíduos independentemente de sua condição social, origem étnica ou religião. Essa ideia revolucionária rompeu com os sistemas de privilégios e hierarquias que caracterizavam as sociedades pré-revolucionárias.

Além disso, as revoluções burguesas estabeleceram os alicerces para a consolidação de sistemas políticos baseados na democracia representativa e na soberania popular. Embora nem todas essas sociedades fossem democráticas de imediato, o princípio da soberania popular passou a ser uma referência central na organização política moderna.

No entanto, é importante reconhecer que esses ideais de igualdade e liberdade nem sempre foram aplicados de maneira universal e imediata. Muitas das revoluções deixaram de incluir amplas parcelas da população, como mulheres, escravos e trabalhadores marginalizados, nos benefícios dos direitos proclamados. Essas exclusões revelam as contradições e desafios enfrentados na busca por uma sociedade verdadeiramente igualitária e livre.



Por fim, as revoluções burguesas deixaram um legado duradouro, inspirando movimentos posteriores em prol dos direitos civis, sociais e políticos. O processo de expansão e aprofundamento desses direitos continuou ao longo dos séculos seguintes, impulsionado por lutas sociais e políticas que buscavam garantir a plena realização dos ideais de justiça e dignidade para todos os indivíduos.

Assim, ao refletirmos sobre as revoluções burguesas, somos desafiados a considerar não apenas seus feitos históricos, mas também os desdobramentos contemporâneos desses princípios fundamentais na construção de sociedades mais inclusivas e democráticas.

As análises abordadas deste artigo sobre a doutrina liberal do Estado de Direito oferecem uma visão abrangente das bases teóricas e das complexidades históricas associadas ao liberalismo político e aos direitos naturais. A primeira parte explora as origens filosóficas do liberalismo, destacando a concepção jusnaturalista dos direitos individuais e o papel fundamental do Estado na proteção desses direitos. Os pensadores abordados, como Hobbes, Locke, Rousseau e Kant, oferecem perspectivas distintas sobre a transição do estado de natureza para o estado civil e a natureza dos direitos naturais.

A segunda parte amplia o escopo, considerando os desdobramentos históricos das doutrinas jusnaturalistas, especialmente durante os séculos XVIII, XIX e XX. Ela destaca as contradições entre os princípios proclamados de liberdade e igualdade e a exclusão sistemática de grupos sociais, como mulheres e populações colonizadas, do pleno gozo desses direitos.

Observa-se, a análise conjunta dessas partes revela que, embora o liberalismo tenha proporcionado avanços importantes na consolidação dos direitos individuais e na limitação do poder estatal, persistiram desafios substanciais relacionados à exclusão social e à desigualdade estrutural. As revoluções burguesas, embora tenham proclamado direitos universais, muitas vezes falharam em incluir todos os estratos da sociedade, evidenciando as tensões entre os ideais democráticos e as práticas sociais e políticas efetivas ao longo da história.

Assim, destacamos a necessidade contínua de reflexão crítica sobre o liberalismo e seus desdobramentos históricos, visando não apenas a consolidação dos direitos

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

individuais, mas também a superação das exclusões e contradições que caracterizaram a implementação desses princípios na prática política e social.

Concluimos esse trabalho explorando o impacto das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII na configuração dos direitos individuais e na organização política das sociedades modernas. Inicialmente, discutimos como essas revoluções estabeleceram princípios revolucionários de direitos universais, como liberdade, igualdade e propriedade, rompendo com sistemas de privilégios e hierarquias sociais. Destacamos também a emergência da soberania popular como um conceito central, embora nem todas as sociedades pós-revolucionárias tenham se tornado democráticas imediatamente. As revoluções deixaram de incluir amplas parcelas da população, como mulheres e escravos, nos benefícios dos direitos proclamados, evidenciando desafios na busca por igualdade plena.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. O modelo jusnaturalista in, BOBBIO, N. e BOVERO, M., “**Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**”, trad. Carlos Nelson Coutinho, Brasiliense, São Paulo 1986 (1979), pp.13-100.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**, São Paulo: Brasiliense 1990.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**, Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOBBIO, Norberto. Os direitos do homem hoje, In: SANTILLÁN, J. F. **Norberto Bobbio: O filósofo e a Política** (antologia), Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, pp. 197-206.

BAGGIO, Antonio M. (org.). **O princípio esquecido/1A fraternidade na reflexão atual da ciência política**, Cidade Nova: São Paulo, 2008.

BARBERA, Augusto; FUSARO, Carlo. **O governo das democracias**. 3ª ed. Bolonha: Mulino, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder, **A afirmação histórica dos direitos humanos**, São Paulo: Saraiva 1999.

HOBBS, Thomas, **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil (1651)**, São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal do Ponto de Vista Cosmopolita** (1784) e **À Paz Perpétua. Um projecto Filosófico** (1796), Lisboa: Edições 70, 1990.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o Governo civil** (1689-90), São Paulo: Abril Cultural, 1983; **Cartas sobre a Tolerância**, São Paulo: Hedra, 2007.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do liberalismo**, tradução de Giovanni Semeraro, Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques, **Do Contrato Social** (1757), São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes**. Tradução Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet.- 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOSI, Giuseppe (org.). **Direitos humanos. História, teoria e prática**, João Pessoa, Ed. UFPB, 2005.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

VOLTAIRE. **Tratado Sobre A Tolerância**, São Paulo: L&PM, 2008.

ZOLO, Danilo. COSTA, Pietro. **O Estado de Direito**, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL.ONU: <http://www.onu-brasil.org.br/>. Acesso em 16.07.2010.

DH-NET. *História dos Direitos Humanos no Mundo*:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/index.html>. Acesso em 16.07.2010.

HISTÓRIA-NET: <http://www.historianet.com.br/hom>. Acesso em 16.07.2010.



Recebido em: 06/08/2024

Aprovado em: 29/08/2024

Publicado em: 30/12/2024

MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA ESFERA PÚBLICA: Resgate de Habermas e Fraser e comentários sobre a sociedade plataformizada

STRUCTURAL CHANGES IN THE PUBLIC SPHERE: Revisiting Habermas and Fraser and Comments on Platform Society

STRUKTURAJ ŜANĜOJ EN LA PUBLIKA SFERO: Savo de Habermas kaj Fraser kaj komentoj pri la platforma socio

Alysson Ramos Artuso⁶

Resumo

A transformação da esfera pública com o advento das tecnologias digitais, com foco especial nas redes sociais e sua influência na política contemporânea, é o foco deste artigo. O problema de partida é como essas plataformas estão moldando as interações públicas e a disseminação de informações para gerar engajamento em uma sociedade plataformizada. O objetivo é entender se o conceito habermasiano de esfera pública permanece pertinente para descrever as implicações dessas mudanças para a democracia. A metodologia utilizada inclui uma revisão da literatura existente e um histórico de aprimoramentos do conceito por parte da Habermas e Fraser após sua proposição na década de 1960, bem como uma análise crítica dos impactos das plataformas digitais. A análise enfatiza que, enquanto as plataformas amplificam vozes e mobilizam movimentos sociais, elas também fragmentam a esfera pública e promovem extremismos e desinformação. A argumentação também destaca a pertinência descritiva-analítica do conceito de esfera pública, mas defende uma nova necessidade normativa que inclui a regulamentação e transparência das plataformas para preservação dos ideais democráticos.

Palavras-chave: Democracia. Plataformas digitais. Redes sociais. Polarização.

Abstract

This article focuses on the transformation of the public sphere with the advent of digital technologies, particularly social networks and their influence on contemporary politics. The primary research problem is how these platforms are shaping public interactions and the dissemination of information to generate engagement in a platform-based society. The aim is to understand if Habermas' concept of the public sphere remains relevant to describe the implications of these changes for democracy. The methodology

⁶ Doutor em Métodos Numéricos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciado em Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná/IFPR-Campus Colombo. E-mail: alysson.artuso@ifpr.edu.br



includes a review of existing literature and a historical overview of enhancements to the concept by Habermas and Fraser since its proposition in the 1960s, along with a critical analysis of the impacts of digital platforms. The analysis emphasizes that while platforms amplify voices and mobilize social movements, they also fragment the public sphere and promote extremism and disinformation. The argument also highlights the descriptive-analytical relevance of the concept of the public sphere but argues for a new normative need that includes regulation and transparency of platforms to preserve democratic ideals.

Keywords: Democracy. Digital platforms. Social networks. Polarization.

Resumo

Transformo de la publika sfero kun la apero de ciferecaj teknologioj, kun speciala fokuso sur sociaj retoj kaj ĝia influo sur nuntempa politiko, estas la fokuso de ĉi tiu artikolo. La komenca problemo estas kiel ĉi tiuj platformoj formas publikajn interagojn kaj la disvastigon de informoj por generi engaĝiĝon en platformigita socio. La celo estas kompreni ĉu la Habermasiana koncepto de publika sfero restas grava por priskribi la implicojn de tiuj ŝanĝoj por demokratio. La metodaro uzita inkludas revizion de ekzistanta literaturo kaj historion de plibonigoj al la koncepto de Habermas kaj Fraser post ĝia propono en la 1960-aj jaroj, same kiel kritikan analizon de la efikoj de ciferecaj platformoj. La analizo emfazas ke, dum platformoj plifortigas voĉojn kaj mobilizas sociajn movadojn, ĝi ankaŭ fragmentigas la publikan sferon kaj antaŭenigas ekstremismon kaj misinformadon. La argumento ankaŭ elstarigas la priskriban-analizan gravecon de la koncepto de publika sfero, sed defendas novan normigan bezonon kiu inkluzivas la reguligon kaj trarivedlecon de platformoj por konservi demokratajn idealojn.

Ŝlosilvortoj: Demokratio. Ciferecaj platformoj. Sociaj retoj. Polusiĝo.

A relação entre democracia e sociedade plataformizada tem se tornado um campo de estudo emergente. As plataformas digitais facilitaram a comunicação e a interação social, mediaram o acesso à informação e influenciaram as dinâmicas de poder na sociedade. Entre seus efeitos, transformaram as interações pessoais, as dinâmicas identitárias coletivas e perturbaram processos eleitorais.

O desafio que se coloca com a crescente plataformização das interações sociais e políticas faz surgir um problema de pesquisa relacionado com o aporte teórico e normativo mobilizado para seu estudo. Por um lado, é o caso de se verificar se antigos conceitos ainda são capazes de descrever e analisar a sociedade plataformizada. Por outro, é preciso um novo horizonte normativo mais adequado com vistas a se manter e aperfeiçoar a democracia.

Para o estudo da democracia, um arcabouço descritivo-analítico e normativo profícuo foi desenvolvido pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas na década



de 1960 e tem sua centralidade no conceito de esfera pública. Eis, então, a pergunta de pesquisa com a qual trabalharemos: O conceito de esfera pública permanece pertinente com a emergência das mídias sociais digitais na sociedade plataformizada atual?

Para abordar a questão, será feito um resgate do conceito habermasiano de esfera pública em dois momentos de sua produção bibliográfica, 1961 e 1990, a crítica da filósofa americana Nancy Fraser, também de 1990, e complementos de Habermas em 2022. Também será caracterizada a sociedade plataformizada, aquela em que plataformas digitais dominam e mediam grande parte das interações sociais, econômicas e culturais, influenciando comportamentos, práticas e relações.

As plataformas centralizam dados e serviços e, com isso, exercem um poder significativo sobre usuários e reconfiguram os mercados, o que coloca em xeque a noção original de esfera pública. Nesse contexto, será descrito como as mídias sociais reconfiguram as dinâmicas de inclusão e participação na esfera pública, desafiando a ideia habermasiana e requerendo novos conceitos para complementá-la em suas dimensões descritivo-analítica e normativa. Com isso, se objetiva contribuir com um ferramental mais adequado para se refletir sobre a realidade atual.

MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA, DE 1961, PUBLICADO EM 1962

Na concepção de Habermas (2003), a esfera pública é um espaço de discussão e deliberação onde cidadãos se reúnem para debater assuntos de interesse coletivo comum, formando a opinião pública e potencialmente influenciando decisões políticas. Há no conceito uma dimensão descritiva e analítica da sociedade e uma dimensão normativa, esta no sentido de (i) estudar as normas que regem o funcionamento da esfera pública, (ii) e projetar um ideal de como ela deveria ser.

Idealmente, a esfera pública deve ser acessível a todas as pessoas e funcionar como um mediador entre a esfera privada e o Estado. Em tese, isso permite que as questões e necessidades da população sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão (Habermas, 2023).

Historicamente, a esfera pública estudada por Habermas (2003) surge no contexto da Europa do século XVIII, durante o Iluminismo. Seu desenvolvimento está ligado à ascensão da burguesia e à transformação de estruturas sociais e econômicas.



Com o crescimento do comércio e das cidades, emergiram novos espaços de encontro e debate, como cafés, salões e clubes literários, nos quais indivíduos podiam se reunir para discutir questões de interesse comum. É a esfera pública burguesa, em particular a inglesa, francesa e alemã, objeto de estudo do pensador alemão.

Uma pré-condição da esfera pública é a existência de uma esfera privada com indivíduos livres para expor seus problemas e se manifestar, daí a sua emersão com a burguesia e o próprio conceito de indivíduo surgido na modernidade.

Os espaços de debate – cafés, salões, clubes – foram incrementados e impulsionados pela expansão da imprensa, que permitiu a circulação mais ampla de informações e opiniões. Isso contribuiu para a existência um público informado e crítico maior, de onde emerge a esfera pública burguesa. Como consequência, ela é capaz de pressionar a esfera estatal por um lado e a esfera privada por outro. Apesar da imagem didática, as fronteiras entre essas esferas não são bem delimitadas. As empresas, por exemplo, podem ser entendidas entre a esfera privada e a esfera pública. Já partidos políticos estariam entre a esfera pública e a esfera governamental (estatal).

Para Habermas (2003, p. 93):

a esfera pública passa a ter uma função central: ela se torna diretamente o princípio organizatório dos Estados de Direito burgueses com forma de governo parlamentar [... a esfera pública] passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades.

Nesta concepção emergente, o Estado seria uma espécie de extensão da esfera pública, se configuraria como um executor da vontade coletiva, atendendo ao interesse público. Porém, especialmente a partir do final do século XIX, Habermas identifica que a esfera pública sofre uma decadência com a transformação das sociedades capitalistas avançadas, que ele condensa na concepção de Estado de bem-estar social.

Um dos aspectos destacados é que a mídia passa a ser dominada por interesses comerciais, orientando-se pelo lucro e consumo, em vez de servir ao interesse público. Combinado com isso, a crescente influência da publicidade⁷ e propaganda transforma a esfera pública em um espaço de manipulação, onde o debate crítico é substituído por

⁷ Habermas faz uso do termo publicidade em duas acepções. Primeiro como sinônimo de transparência e divulgação, em um pré-requisito da esfera pública. Segundo, como mensagem que publicita, promove, uma ideia, produto ou serviço específico, no sentido de propaganda. Essa propaganda é uma subversão do princípio da publicidade e corrompe a esfera pública ideal.



estratégias de persuasão, em particular com interesses empresariais e político-partidários.

A sociedade também se torna mais segmentada, dificultando a formação de uma opinião pública unificada e a ação coletiva dos cidadãos. Os processos políticos se tornam mais burocratizados e controlados por elites tecnocráticas, o que compromete a capacidade da esfera pública de funcionar como um espaço democrático efetivo. Sendo assim, por um lado ela é colonizada pelo Estado (pelo político), por outro, pelo mercado.

Interessado em construir uma teoria de democracia deliberativa, Habermas estabelece parâmetros normativos para o funcionamento ideal da esfera pública, resgatando algumas premissas de sua emergência no século XVIII. Entre esses parâmetros está a igualdade de participação, a inclusão e o uso da razão crítica para possibilitar um debate genuíno e democrático sobre questões de interesse coletivo. Há, assim, uma grande ênfase no poder legislativo como representante maior da esfera pública.

Trata-se de uma concepção da democracia, na qual deliberação e procedimento se combinam para conceder legitimidade e racionalidade discursiva às decisões (Lubenow, 2010). Segundo Nobre (2007, p. 18),

O procedimento, para Habermas, é “formal”, mas não em oposição a conteúdos determinados, de que ele seria a abstração, ou em relação aos quais ele seria “vazio”, mas o processo capaz de permitir o surgimento do maior número possível de vozes, de alternativas de ação e de formas de vida, garantindo seu direito de expressão e de participação. Ele é formal também no sentido de que o processo de deliberação política não pode ser orientado por nenhuma forma de vida determinada, por nenhum modelo concreto do que deva ser a sociedade ou os cidadãos que vivem em um Estado Democrático de Direito.

Ao argumentar por um processo deliberativo não capturado por uma ideal de vida ou sociedade, Habermas defende uma esfera pública aberta e inclusiva, da qual resulte um processo que, em teoria, respeita e considera a diversidade de opiniões e modos de vida presentes na sociedade.

Essa proposta inicial é comentada e alguns pontos são revistos pelo próprio Habermas no prefácio da edição de 1990 de “Mudança estrutural da esfera pública”. A revisão decorre de críticas feitas nas quase três décadas que se passaram desde a



publicação original. Outra crítica contundente foi feita por Nancy Fraser, que identifica, nas sociedades neoliberais do início dos anos 1990, mudanças sociais que não podiam ser ignoradas para a operacionalização do conceito de esfera pública, como a pluralidade de identidades e as desigualdades estruturais.

O PREFÁCIO DA EDIÇÃO DE 1990 DE MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA

No prefácio de 1990, Habermas (2014) defende e reelabora algumas passagens do livro “Mudança estrutural da esfera pública” à luz de trabalhos empíricos e teóricos ocorridos desde então. Ele faz uma autocrítica sobre a concepção de esfera pública que tinha no início da década de 1960 e comenta sobre modificações necessárias quase 30 anos depois.

Para Lubenow (2007, p. 104), essa primeira revisão que Habermas faz do conceito tem dois momentos diferentes e complementares: “o da esfera pública por si mesma e o do lugar que ela ocupa em um quadro teórico mais amplo da macroteoria habermasiana”. Além dos elementos constitutivos do primeiro momento, também nos interessa os desenrolares do conceito para uma teoria da democracia, embora Lubenow destaque a revisão como central também para a teoria da ação comunicativa do pensador alemão.

Em seu prefácio, Habermas começa destacando que investigou a consolidação da esfera pública a partir da realidade material, cultural, social e política da sociedade civil burguesa em uma construção de tipo ideal no sentido weberiano para representar um amplo movimento na sociedade ocidental. Ainda assim, Habermas reconhece que sua visão inicial da esfera pública burguesa era excessivamente idealizada e não considerava as exclusões estruturais de diversos grupos sociais, como mulheres, trabalhadores e outras minorias representativas. O pensador alemão reflete, então, sobre uma realidade e dinâmica da esfera pública mais complexa e desigual do que uma leitura rasa da esfera pública faria supor, mas também defende que muitas dessas complexificações já estavam presentes na obra original.

Entre os pontos centrais revistos por Habermas no prefácio de 1990, podemos destacar três: a esfera pública única, o processo de decadência da esfera pública e a



introdução do conceito de sociedade em dois níveis (como mundo da vida e como sistema).

Quanto à unicidade da esfera pública, Habermas reconhece ter feito uma estilização excessiva de seu caráter singular, mas ressalva que mencionou a existência de outras esferas públicas, como a plebeia, considerando-a “uma variação da esfera pública burguesa que teria sido reprimida no processo histórico” (Habermas, 2014, p. 41-42). Mas também reconhece que essa visão precisa ser colocada em perspectiva a partir de trabalhos que tratam da mobilização política de trabalhadores urbanos e camponeses, como o de Edward Palmer Thompson (2012).

Carole Patemon (1988) também é mencionada para se colocar em perspectiva a esfera pública singular, com Habermas passando a se atentar à exclusão das mulheres na constituição da esfera pública política e problematizando essa exclusão também na esfera privada. Ainda assim, o pensador alemão defende que a esfera pública burguesa pode ser transformada por dentro a partir da articulação “em discursos nos quais podem participar não apenas o movimento trabalhista, mas também [...] o movimento feminista” (Habermas, 2014, p. 48), defendendo sua unicidade na dimensão normativa.

A decadência da esfera pública, inserida na transformação do Estado e da economia teve um de seus aspectos desencadeantes revisto. No contexto de surgimento de novos meios de comunicação de massa e da indústria cultural, Habermas vê como incompleta a sua explicação inicial de que houve a passagem de um público que produzia cultura (um público politicamente ativo) para um público que consumia cultura (um público privatizado). À concepção original, ele adiciona a importância da educação escolar formal, a dimensão da cultura política e a capacidade de resistência e o potencial crítico do público tomado como massa.

Nisso, Habermas reconhece novos desenvolvimentos da mídia de massa (a televisão) e também novas propostas teóricas avindas dos estudos de recepção dos últimos 30 anos. Cita Stuart Hall para mostrar como o que foi produzido pela mídia não age linear e diretamente sobre os espectadores, mas que eles também alteram, sintetizam ou se opõem às mensagens vinculadas, ou seja, eles têm agência. Destaca, ainda, que nas transformações estruturais da sociedade no fim dos anos 1980 o papel da mídia foi diferente do que havia imaginado. Referindo-se ao contexto de revolução na Tchecoslováquia, Romênia e Alemanha Oriental como um processo histórico que não só



teve seus eventos divulgados pela televisão, mas a própria forma de esse processo se realizar foi a transmissão televisiva:

Os meios de comunicação de massa não foram apenas decisivos para incendiar a difusão mundial de seus efeitos. Diferentemente do que acontecia no século XIX e no início do século XX, a própria presença física das demonstrações de massa em praças e ruas só pôde desdobrar seu poder revolucionário na medida em que foi transformada em uma presença ubíqua por meio da televisão (Habermas, 2014, p. 86).

Por fim, o próprio Habermas desenvolveu a teoria da ação comunicativa nesse ínterim, da qual extrai o conceito de sociedade em dois níveis para complementar sua visão de esfera pública. Um desses níveis é o mundo da vida, que se refere ao contexto cultural e social em que os indivíduos interagem cotidianamente e compartilham significados, valores e normas. Ele é caracterizado pela comunicação e pela construção de entendimento mútuo, sendo essencialmente intersubjetivo. No mundo da vida, as interações seriam guiadas pela racionalidade comunicativa, onde a ênfase está na busca por consenso através do diálogo e da argumentação.

O outro nível da sociedade, o sistema, refere-se às estruturas formais e às instituições que organizam e regulam a sociedade, como a economia e o Estado. Este nível é caracterizado pela racionalidade instrumental, onde as ações seriam orientadas pela eficiência, controle e cumprimento de objetivos específicos. O sistema opera através de mecanismos impessoais, como o mercado e o poder administrativo, que funcionam independentemente das interações comunicativas e do entendimento mútuo presente no mundo da vida.

Habermas considera impossível modificar o sistema de modo democrático a partir de dentro sem que isso destrua sua capacidade funcional, o que ele exemplifica com a falência do socialismo de Estado. Com isso, o objetivo da esfera pública passa a ser o de conter democraticamente a influência colonizadora do sistema sobre o mundo da vida. Colonização esta que passa pela imposição da lógica instrumental e burocrática nas esferas da vida cotidiana, manipulando os processos de comunicação e deliberação. Somente com a moderação proporcionada pela racionalidade comunicativa do mundo da vida se pode garantir que as instituições e práticas sociais permaneçam democráticas e responsivas às necessidades e valores dos cidadãos. Porém, Habermas (2014, p. 87) finaliza o prefácio sem otimismo, entendendo que “o potencial democrático de uma



esfera pública, cuja infraestrutura é impregnada pelas crescentes pressões seletivas da comunicação de massas eletrônica, é ambivalente”.

A CRÍTICA DE NANCY FRASER

A americana Nancy Fraser (1990) sumariza e aprofunda as críticas ao conceito de esfera pública de Habermas em seu artigo *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*⁸, de 1990.

Fraser toma o conceito de esfera pública de Habermas como indispensável para um ponto de partida da análise democrática (Lubenow, 2010), porém, critica o conceito por sua perspectiva excessivamente idealizada e limitada, que, segundo ela, não leva em conta as desigualdades e exclusões presentes na sociedade neoliberal, seja estratificada ou multicultural, de sua época.

A autora contesta quatro premissas fundamentais da esfera pública de Habermas: primeiro, ela critica a suposição de uma esfera pública única e homogênea, argumentando que, na realidade, existem múltiplas esferas públicas subalternizadas, que denominou contrapúblicos subalternos:

[...] members of subordinated social groups—women, workers, peoples of color, and gays and lesbians—have repeatedly found it advantageous to constitute alternative publics. I propose to call these subaltern counterpublics in order to signal that they are parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs⁹ (Fraser, 1990, p. 67).

Segundo, Fraser questiona a noção de igualdade de participação e destaca que desigualdades estruturais frequentemente excluem ou marginalizam certas vozes, como mulheres e trabalhadores. Terceiro, ela desafia a separação rígida entre a esfera pública e a esfera privada, ressaltando que muitos assuntos tidos como privados são de interesse público, como a violência contra a mulher. Por fim, ela critica a premissa de que o

⁸ Repensando a esfera pública: Uma contribuição à crítica da democracia atualmente existente.

⁹ Em uma possível tradução: membros de grupos sociais subordinados — mulheres, trabalhadores, pessoas de cor e gays e lésbicas — repetidamente acharam vantajoso constituir públicos alternativos. Proponho chamá-los de contrapúblicos subalternos para sinalizar que são arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, que por sua vez lhes permitem formular interpretações contra-hegemônicas de suas identidades, interesses e necessidades.



funcionamento de esfera pública democrática exige uma separação entre Estado e sociedade civil.

Fraser observa que as mudanças sociais do final do século XX, como o aumento da diversidade cultural e a intensificação das lutas por reconhecimento de diferentes grupos sociais, exigem uma reformulação do conceito de esfera pública. O ideal habermasiano da esfera pública burguesa não seria alcançável e nem desejável para Fraser, dadas as premissas impraticáveis e as características das sociedades neoliberais. Porém, o conceito de esfera pública tem potencial descritivo-analítico, necessitando apenas ser reformulado. É nessa reformulação que seu conceito contrapúblicos subalternos se insere (Melo, 2021).

Para Habermas, a emergência de públicos suplementares é tardia e vista como sinal de fragmentação e declínio da esfera pública. Para Fraser, é justamente quando temos uma multiplicidade de interesses que a esfera pública é mais necessária, destacando que grupos marginalizados criam seus próprios espaços de discussão e deliberação para articular seus interesses. Sem isso, Fraser (1990, p. 77) argumenta que “the bourgeois conception of the public sphere, as described by Habermas, is not adequate for the critique of the limits of actually existing democracy in late capitalist societies”¹⁰.

Nesse sentido, a supressão das diferenças sociais para uma atuação homogênea da esfera pública, proposta pelo alemão, apenas favoreceria os grupos dominantes frente aos subordinados, dado que aqueles têm mais força e voz nesse espaço. Para a americana, arenas públicas formam a opinião pública, mas também formam identidades sociais e, por isso, destaca que a participação efetiva implica que os diferentes agentes possam ouvir suas próprias vozes e exprimirem suas identidades culturais.

Por isso, o mais desejável para Fraser no âmbito normativo seria explicitar e tematizar as desigualdades dentro da ética comunicacional de Habermas e, mesmo que não se alcance interesses comuns, buscar interesses parciais e movimentos em que contrapúblicos virem público e vice-versa. A simples busca de consensos mascara a

¹⁰ Em uma possível tradução: a concepção burguesa da esfera pública, conforme descrita por Habermas, não é adequada para a crítica dos limites da democracia realmente existente nas sociedades capitalistas tardias.



forma com que eles foram obtidos, com a tendência de serem sempre os mesmos grupos a ceder e serem os interesses hegemônicos os constantemente atendidos.

Lubenow (2010, p. 121) vê na crítica de Nancy Fraser, uma busca por trazer à proposta habermasiana “uma dimensão mais realista, um conteúdo político de vínculo mais concreto com a orientação emancipatória da práxis, e capaz de lidar melhor com a diferença, a diversidade e o conflito”. Tal busca também estaria presente em outros críticos da filosofia política da Habermas, como Axel Honneth (Lubenow, 2010).

UMA NOVA MUDANÇA ESTRUTURA DA ESFERA PÚBLICA E A POLÍTICA DELIBERATIVA, DE 2022

Em sua nova obra, Habermas (2023) reflete sobre o impacto de novas tecnologias de comunicação, especialmente as mídias sociais digitais e as plataformas digitais, sobre como a informação é disseminada e como os debates públicos são conduzidos. O pensador alemão nota que essas tecnologias possibilitam uma maior democratização do acesso à informação e à participação, além de introduzirem novos desafios, como a fragmentação e plataformização da esfera pública, a proliferação de desinformação e a criação de bolhas informativas, denominadas câmaras de eco, que dificultam o diálogo racional e inclusivo.

Ele introduz o conceito de esfera pública digital para abranger a dinâmica das interações *online*, onde a comunicação é mais imediata, mais global e menos regulada. Também aborda o poder das plataformas, isto é, o controle exercido por grandes corporações tecnológicas sobre o fluxo de informação e os algoritmos que moldam a visibilidade e a prioridade das questões públicas, dando origem às câmaras de eco. Nessas câmaras de eco, os integrantes (seguidores) possuem, ou formam, mentalidades semelhantes e estão isolados de opiniões externas dissonantes.

Se a princípio uma maior participação das massas no debate público soaria como positiva para um processo emancipatório e democrático, Habermas chama a atenção para as condições comunicacionais em que isso ocorre nos anos 2020: “essa grande promessa emancipatória é hoje abafada, ao menos parcialmente, pelos ruídos selvagens em câmaras de eco fragmentadas e que giram em torno de si mesmas” (Habermas, 2023, p. 61).



O sequestro das novas tecnologias por um oligopólio bastante restrito e poderoso – as *big techs* – plataformiza a esfera pública e reatualiza a difícil compatibilidade entre capitalismo e democracia. Habermas ilustra essa dificuldade com o episódio de ameaça à democracia americana com invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 por apoiadores do candidato derrotado, Donald Trump. Os gritos de ordem eram para o enforcamento do vice-presidente e presidente do senado, Mike Pence, antes que ele desse posse ao presidente então eleito, Joe Biden, em uma tentativa de golpe para manter Trump no poder.

No conflito de tecnologias, mesmo a mídia antes tradicional está sujeita a pressões de mercado para adotar estratégias de mídias sociais e assim se manterem lucrativas. Entre estas estratégias estão a criação de nichos, os debates superficiais facilmente dissemináveis (viralizáveis) e, por vezes, o emprego de informações deturpadas para se obter cliques, comentários e compartilhamentos. Nesse cenário, Habermas defende a necessidade de as democracias se comunicarem com os cidadãos de modo a serem reconhecidas como levando-os em consideração e se efetivando como representativas da disputa argumentativa com vistas ao bem comum: “os cidadãos precisam ser capazes de perceber sua disputa tanto como uma disputa acirrada quanto uma disputa sobre as melhores razões” (Habermas, 2023, p. 44).

Habermas enfatiza, ainda, a necessidade de regulamentação e transparência dessas plataformas para preservar a integridade e a inclusão da esfera pública, mas vê grandes dificuldades no curto prazo dessa nova mudança estrutural: “Assim como a impressão do livro transformou todos em potenciais leitores, a digitalização hoje transforma todos em potenciais autores. Mas quanto tempo levou para todos aprenderem a ler?” (Habermas, 2023, p. 61).

PERTINÊNCIA DO CONCEITO NA SOCIEDADE PLATAFORMIZADA

A análise crítica da esfera pública pode ser pensada em como em permanente reconstrução no debate sobre a sociedade e democracia, conforme exposto por Melo (2015, p. 17):

voltamo-nos para a esfera pública menos para replicar um determinado *ethos* democrático normativamente carregado, e sim para diagnosticar experiências práticas de desigualdade, exploração,



exclusão e desrespeito que ganham uma configuração política e *colocam em circulação o poder*. (grifo no original).

Essa perspectiva de reconstrução constante do conceito pode enriquecer a discussão presente sobre a sociedade plataformizada. Ao incorporar a perspectiva de que a esfera pública não deve ser vista apenas como um ideal normativo, mas como um conceito socialmente constituído e sujeito a conflitos, é possível aprofundar a reflexão sobre como as dinâmicas de poder moldam a participação democrática nas plataformas digitais. Esse enfoque crítico destaca a importância de considerar as realidades sociais contemporâneas, como a fragmentação e os múltiplos interesses que emergem nas esferas digitais.

A sociedade plataformizada pode ser caracterizada pela predominância e centralidade das plataformas digitais na organização e mediação das interações sociais, econômicas e culturais. Essas plataformas, que incluem redes sociais, serviços de *streaming*, *marketplaces* e aplicativos de comunicação, conectam indivíduos e facilitam a troca de informações, bens e serviços.

As mídias digitais, cujas redes sociais são o principal expoente, são os principais ambientes a formar a esfera pública política e cultural (Gomes, 2020). Nesses ambientes, as pessoas se expressam e interagem, com comportamentos julgados pelos grupos. Para Gomes (2020), nos ambientes sociais, digitais ou não, somos incentivados à conformidade e punidos pela dissonância, experimentamos aceitação ou isolamento. O medo do isolamento ou a satisfação do aceitamento são meios pelos quais o grupo – selecionados pela própria plataforma – exerce poder sobre o indivíduo.

Por outro lado, as plataformas digitais coletam, armazenam e analisam grandes volumes de dados dos usuários, o que lhes permite personalizar serviços, direcionar publicidade e influenciar comportamentos. É nesse sentido que as plataformas influenciam com que grupos a que o indivíduo interage, como será explorado em mais detalhes a seguir.

Outro aspecto de interesse para o debate da esfera pública é o econômico. A economia de plataforma é marcada pela prevalência de modelos de negócios baseados em intermediários digitais que conectam produtores e consumidores, como Uber, Airbnb e Amazon, ou simplesmente extraem informações dos usuários para comercializar esses dados e promover propagandas, como Meta (Facebook, Instagram,



Whatsapp, Messenger), ByteDance (TikTok, FlipChat, BuzzVideo, Helo) e Alphabet (Google, YouTube, Android, Blogger).

Essa centralização de dados confere às plataformas um poder significativo sobre a informação e a privacidade dos usuários. Isso as leva a influenciarem significativamente a formação da opinião pública, o consumo cultural e a participação política. Elas amplificam vozes, mobilizam movimentos sociais e moldam narrativas, além de fragmentarem a esfera pública, promoverem extremismos e espalharem desinformação.

O que se deseja enfatizar é que, além dos processos espontâneos de influência, podem existir processos dirigidos intencionalmente. Os rastros digitais, capturados e analisados, revelam padrões de preferências e comportamentos. Com uma centena de interações nas redes sociais, os algoritmos podem prever a personalidade de alguém com boa precisão e, então, influenciar a pessoa com mensagens personalizadas. No exemplo de Gomes (2000, p. 17),

se 50 mil perfis são profundamente impactados por três influenciadores digitais cujo perfil psicológico foi aprendido pela máquina, é possível exercer efeito indireto sobre 50, 500 mil pessoas, produzindo mensagens específicas e bem refinadas para um número muito pequeno desses influenciadores.

Essa personalização massificada, capaz de atingir agilmente centenas de milhares de pessoas com mensagens precisas a seus perfis, é uma novidade em relação às mídias anteriores. Rossini e Maia (2021) mostram que plataformas como o Facebook ampliam a exposição a uma variedade maior de pontos de vista políticos em comparação com sites de notícias e são capazes de fazer isso em debates interseccionais. Ainda assim, está em aberto a questão de agência dos indivíduos diante de interações personalizadas. No âmbito político, ainda que haja debate, tendem a mostrar que resultados eleitorais intencionais podem ser alcançados por meio das plataformas, como no caso do Brexit e da eleição de Donald Trump de 2018 (Kaiser, 2020; O'neil, 2020; Fisher, 2023).

Para pensar a personalização massificada, um conceito relevante é o de "privacidade relacionada com um público", que destaca a orientação da subjetividade para um público, uma característica central tanto na esfera pública burguesa original quanto na esfera pública digital contemporânea (Habermas, 2003; Carriquiry, 2022).



A noção de privacidade orientada para um público pode ser vista na persistência da expressão pública da intimidade através de produções escritas, como blogs e postagens em redes sociais. Esses formatos digitais podem ser comparados às cartas e diários íntimos do passado, funcionando como uma espécie de experimentos com a subjetividade. Além disso, a interação bi e multidirecional, característica das redes sociais, permite uma relação dinâmica entre auto-observação e engajamento com o público, reconfigurando a subjetividade de maneiras que são influenciadas e moldadas pelas respostas e reações do público.

Esses desenvolvimentos evidenciam como as mídias digitais reconfiguram a dinâmica da subjetividade da influência social, utilizando rastros digitais para personalizar e amplificar mensagens em larga escala na sociedade plataformizada. Na definição de Thomas Poell, David Nieborg e José van Dijck (2020, p. 4), plataformas são

infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados.

A presença de algoritmos que visam otimizar o engajamento dos usuários é central para se repensar as interações sociais digitais e o conceito de esfera pública. Como já destacado por Habermas, os algoritmos criam câmaras de eco e a fragmentação do debate público, promovendo o extremismo e a polarização, prejudicando a saúde mental dos usuários e facilitando a disseminação de informações falsas em nome da maximização dos lucros corporativos. Exemplos desses efeitos deletérios são descritos por Sumpter (2018) e O’Neil (2020) em termos de *fake news* e ameaça à democracia; Morozov (2018) e Kaiser (2020) quanto à manipulação de eleições, polarização e extremismo; ou Fisher (2023) e Frenkel e Kang (2021) sobre prejuízos à saúde mental a partir de algoritmos otimizadores de faturamento empresarial.

O fenômeno das *fake news* tem sido compreendido como uma parte integrante do repertório contemporâneo de ação política na sociedade plataformizada. Para Mendonça *et al* (2023), a propagação de informações falsas desinforma e intensifica a polarização e a crise epistêmica, desafiando as noções tradicionais de verdade e confiabilidade das informações. A checagem de fatos, no entanto, não é vista como suficiente para resolver o problema, pois apenas contém danos de maneira muito



limitada, atrasando ou remediando consequências da propagação da desinformação. A estrutura de engajamento da plataforma privilegia justamente interações facilmente viralizáveis, como costumam ser as *fake news*.

Guardado (2023), a partir de um referencial habersiano, também faz uma análise da nova forma de comunicação nas redes sociais, influenciada pela tecnologia algorítmica das grandes empresas, e como esta tecnologia interfere na liberdade de informação e no direito de ser informado. Para o autor, esse ecossistema comunicacional consolida a polarização, o ódio e a exclusão de diferentes, afetando o pluralismo essencial para a democracia.

Nesse sentido, com bolhas polarizadas extremistas, a presença de contrapúblicos subalternos de Fraser é intensificado na sociedade plataformizada. Lembrando que a própria Fraser destaca que tais contrapúblicos não necessariamente são promotores da prática democrática, mostrando que, se do ponto de vista descritivo e analítico, o conceito de esfera pública e contrapúblicos permanece pertinente, no campo normativo a situação é mais complexa.

Um debate entre os pensadores é se a capacidade de produzir decisões progressistas e efetivas para a maioria da população se dá com a fragmentação ou não da esfera pública. Para Fraser é melhor que existam múltiplos conflitos, ainda que se chegue a menos acordos, do que uma ideia de esfera única que suprime as diferenças em nome de decisões estratégicas. No entanto, a polarização estimulada pelas redes sociais e o uso de meios digitais para formação de identidade de grupos antidemocráticos e disseminadores de desinformação indicam resultados preocupantes da fragmentação da esfera pública para a democracia, como episódio do Capitólio americano de 2020 ou a tomada da Praça dos Três Poderes em tentativa de golpe no Brasil em janeiro de 2022

Portanto, do ponto de vista normativo, no curto prazo o ideal de Habermas de uma esfera pública mais homogênea e com debates regidos por uma ética comunicacional parece ter maior potencial de manter e promover decisões em uma democracia deliberativa integrada. Por conseguinte, o maior desafio da sociedade plataformizada tende a ser o da regulamentação, em termos de privacidade e ética. Questões como a monopolização do mercado, a proteção dos dados pessoais, a transparência dos algoritmos e a responsabilidade por conteúdos prejudiciais são temas centrais nessa regulamentação.



Nisso, podemos destacar a importância de alfabetização digital e competência midiática como novas formas de capacitação dos cidadãos para navegar criticamente em um ambiente digital complexo, filtrando desinformação e participando de maneira informada e responsável no debate público. Ou seja, uma ética comunicacional se torna ainda mais necessária para a formação racional da opinião pública no contexto da sociedade plataformizada.

Contudo, há de se fazer ressalvas sobre a potencialidade construtiva e deliberativa da esfera pública digital. A análise de Maia *et al* (2019) sobre os fatores que moldam a discordância nas plataformas digitais revela que nem todas as discordâncias motivam os participantes a justificar suas opiniões, sendo que apenas as expressões moderadas de discordância estão associadas à justificativa. Isso destaca a importância das implicações normativas das formas de expressar discordância e suas consequências práticas nos ambientes digitais, como a abertura ou não de novas oportunidades de se constituir formas produtivas de discordar e contribuir para a deliberação democrática.

Em Rossini e Maia (2021), as autoras mostram para o contexto brasileiro que há na esfera pública digital a possibilidade de se aprender sobre opiniões divergentes, mesmo que nem sempre cumpram os ideais deliberativos habermasianos. Para elas, o discurso incivil pode coexistir com discussões políticas acaloradas sem necessariamente minar seus valores democráticos.

Por fim, defendemos que há sim pertinência no conceito de esfera pública na atualidade, ainda que algumas adequações sejam necessárias. Tais adequações não são novidade no histórico do conceito (Melo, 2015; 2021). Habermas já o reviu no prefácio de 1990, Fraser complementou com o conceito de contrapúblicos subalternos e o próprio Habermas chamou a atenção para potencialidades e fragilidades em 2022, introduzindo as ideias de esfera pública digital e câmara de eco. Com isso, se mantém a capacidade descritiva e analítica do conceito. Por outro lado, alterações também em seu arcabouço normativo são necessários, em especial com ideais regulatórios da mídia para se buscar a descolonização dos interesses mercadológicos das *big techs* para a promoção de uma esfera pública capaz de servir como espaço comunicativo adequado para a deliberação democrática.

REFERÊNCIAS



CARRIQUIRY, A. Jürgen Habermas y lo privado vuelto al público, en la esfera pública original y en la esfera pública digital. **Ideas y Valores**, v. 71, n. 180, p. 123-146, 2022.

FISHER, M. **A máquina do caos** – Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Trad. É. Assis. São Paulo: Todavia: 2023.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FRENKEL, S.; KANG, S. **Uma verdade incômoda** – Os bastidores do Facebook e sua batalha pela hegemonia. Trad. C. A. Leite, C. A. Marcondes e O. Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, W. S. Comunicação, sociedade e big data. **Bahia Análise & Dados**, v. 30, n. 2, p. 13-21, 2020.

GUARDADO, S. M. Desinformación, odio y polarización en el entorno digital: segregación de la esfera pública y efectos sobre la democracia. **Revista Estudios en Derecho a la Información**, n. 15, p. 3-30, 2023.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. F. R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. D. L. Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Unesp, 2023.

KAISER, B. **Manipulados** – Como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque. Trad. R. Clapp e B. Fiuza. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 10, n. 1, p.103-123, 2007.

LUBENOW, J. A. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Revista Veritas**, v. 55, n. 1, p. 121–134, 2010.

MAIA, R.; HAUBER, G.; CHOUCAIR, T.; CREPALDE, N. J. B. What kind of disagreement favors reason-giving? Analyzing online political discussions across the broader public sphere. **Political Studies**, v. 69, n. 1, p. 108-128, 2021.

MELO, R. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova**, n. 94, p. 11-39, 2015.



MELO, R. Contrapúblicos e os novos conflitos na esfera pública. In: BATISTA, M.; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. (Orgs.) **As teorias e o caso**. Santo André: Editora UFABC, 2021. p. 269-296.

MENDONÇA, R. F.; FREITAS, V. G.; AGGIO, C. O.; SANTOS, N. F. Fake news e o repertório contemporâneo de ação política. **Dados**, v. 66, n. 2, p. e20200213, 2023.

MOROZOV, E. **Big tech** – A ascensão dos dados e a morte da política. Trad. C. A. Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.

NOBRE, M. Introdução. In: NOBRE, M.; TERRA, R. (Orgs.). **Direito e democracia: um guia de leitura**. Malheiros, 2007. p. 15-35.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa** – Como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Trad. Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

PATEMON, C. **O contrato sexual**. Trad. M. Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

ROSSINI, P.; MAIA, R. Characterizing disagreement in online political talk: Examining incivility and opinion expression on news websites and Facebook in Brazil. **Journal of Deliberative Democracy**, v. 17, n. 1, p. 90-104, 2021.

SUMPTER, D. **Dominados pelos números** – do Facebook e Google às Fake News – os algoritmos que controlam nossa vida. Trad. A. M. Sotero e M. Neto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. D. Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Recebido em: 26/04/2024

Aprovado em: 22/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E SUAS CRISES ENQUANTO PROJETOS

THE POLITICAL DIMENSION OF EDUCATION AND ITS CRISES AS POLITICAL PROJECTS

LA POLITIKA DIMENSIO DE EDUKADO KAJ ĜIA KRIZO KIEL PROJEKTOJ

Vicente Estevam Sandeski¹¹Carliane Oliveira Carvalho¹²

Resumo

O artigo investiga as crises da educação no Brasil como parte de um projeto político, analisando a educação enquanto arena de disputas ideológicas e culturais. Fundamentado na teoria de Antonio Gramsci sobre hegemonia, o trabalho argumenta que as crises educacionais são, em grande medida, resultado de projetos deliberados de controle social e cultural pelas classes dominantes. A educação, nesse sentido, não apenas reflete as tensões políticas e econômicas, mas é também moldada por elas, funcionando como instrumento de reprodução das estruturas de poder. Ao examinar o papel dos meios de comunicação de massa na consolidação de uma sociabilidade

11 Doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP (2016). Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo UPF (2006). Especialização em Didática Aplicada a Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação do Rio de Janeiro – CEFET-RJ (1996). Especialização em Gestão Pública MEC/IFPR – (2013). Graduado (bacharelado e licenciatura) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (1986). Diretor Geral do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen – CAFW/UFSM (1997-2003). Diretor Geral do Campus Umuarama – IFPR (2010-2013). Diretor Geral Campus Colombo – IFPR (2013-2014). Diretor Geral Campus Pitanga – IFPR (2018). Diretor Geral Campus Assis Chateaubriand – IFPR (2019-2023). É professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Email: vicentesandeski@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2291510727070681>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9464-6897>

12 Procuradora Federal Chefe na Procuradoria Federal Junto ao Instituto Federal do Paraná-IFPR. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2019), Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2014). Especialista em Direito Processual Civil. Autora de livros jurídicos e de livros literários. Palestrante. Professora em Direito do Estado, com ênfase em Direito Constitucional e Direito Administrativo. Integrou a Comissão da Advocacia Pública da OAB-PR, como relatora. Integrou a Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR. Integra a Comissão da Mulher da Associação Nacional dos Advogados Públicos-ANAFE. Integra o Programa de Auxílio à Prevenção e de Combate ao Assédio Sexual nas Autarquias e Fundações Públicas Federais da Procuradoria-Geral Federal-AGU. Atuação especializada em questões de direito do Estado e de enfrentamento ao assédio sexual. Email: carlianec@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0358891658393309>; <https://orcid.org/0009-0007-7041-3360>



homogênea e alienada, o artigo discute como a educação é instrumentalizada para sustentar a hegemonia das elites. O estudo se propõe a questionar que se beneficia com as recorrentes crises no processo educacional e como elas se relacionam com a fragilidade da sociedade civil e a desorganização política dos trabalhadores. Como alternativa, o texto sugere que a superação dessas crises depende de uma educação crítica e emancipadora, vinculada à organização política dos trabalhadores e à construção de uma nova hegemonia, que desafie o status quo.

Palavras-chave: Política Brasileira. Projeto de Crise. Crise na Educação.

Abstract

This article investigates the educational crises in Brazil as part of a political project, analyzing education as an arena of ideological and cultural disputes. Based on Antonio Gramsci's theory of hegemony, the work argues that educational crises are, to a large extent, the result of deliberate projects of social and cultural control by the dominant classes. Education, in this sense, not only reflects political and economic tensions but is also shaped by them, functioning as an instrument for reproducing power structures. By examining the role of mass media in consolidating a homogeneous and alienated sociability, the article discusses how education is instrumentalized to sustain the hegemony of elites. The study aims to question who benefits from the recurrent crises in the educational process and how they relate to the fragility of civil society and the political disorganization of workers. As an alternative, the text suggests that overcoming these crises depends on a critical and emancipatory education, linked to the political organization of workers and the construction of a new hegemony that challenges the status quo.

Keywords: Brazilian Politics. Crisis Project. Educational Crisis.

Resumo

La artikolo esploras edukajn krizojn en Brazilo kadre de politika projekto, analizante edukadon kiel arenon por ideologiaj kaj kulturaj disputoj. Surbaze de la teorio de Antonio Gramsci pri hegemonio, la laboro argumentas ke edukaj krizoj estas, en granda mezuro, la rezulto de intencaj projektoj de socia kaj kultura kontrolo de la dominaj klasoj. Edukado, tiusence, ne nur reflektas politikajn kaj ekonomiajn streĉitecojn, sed ankaŭ estas formita de ili, funkciante kiel instrumento por reprodukti potencostrukturojn. Ekzamenante la rolon de amaskomunikiloj en plifirmigado de homogena kaj fremdigita sociebleco, la artikolo diskutas kiel edukado estas instrumentigita por daŭrigi la hegemonion de elitoj. La studo proponas pridubi, kiu profitas de ripetiĝantaj krizoj en la eduka procezo kaj kiel ili rilatas al la fragileco de la civila socio kaj la politika malorganizo de laboristoj. Alternative, la teksto sugestas, ke superi tiujn krizojn dependas de kritika kaj emancipa edukado, ligita al la politika organizo de laboristoj kaj la konstruado de nova hegemonio, kiu defias la status quo-on.

Ŝlosilvortoj: Brazila Politiko. Kriza Projekto. Krizo en Edukado.

INTRODUÇÃO

“Juro delante de usted; juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por mi patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a



mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español.”¹³

Este artigo busca examinar a intrínseca relação entre política e educação à luz dos escritos de Antonio Gramsci, com especial atenção à educação como expressão das relações de hegemonia. A análise enfoca o papel da hegemonia cultural na construção de uma sociabilidade dominada pelas classes hegemônicas, evidenciando como os meios de comunicação de massa atuam na formação de um pensamento homogêneo e submisso ao sistema capitalista.

Partindo da reflexão sobre o contexto atual brasileiro, marcado por uma crise educacional que beneficia interesses de dominação, o texto propõe investigar as alternativas de superação dessa crise. Para tanto, utiliza-se das teorias de Antonio Gramsci, Álvaro Vieira Pinto e Anita Schlesener, no intuito de discutir o impacto do projeto político neoliberal no sistema educacional, que aprofunda a subserviência da educação ao capitalismo.

Faz-se necessário acentuar que Antonio Gramsci (1891-1937) atuou e refletiu sobre a realidade italiana e europeia do início do século XX, num contexto econômico e social caracterizado pela implementação do fordismo e por políticas essencialmente autoritárias, em confronto com um movimento operário que se organizava pela revolução socialista. A relação entre política e cultura nos escritos de Gramsci evidencia tanto a importância quanto as dificuldades de organização política dos trabalhadores no contexto de uma sociedade civil enfraquecida pelo constante processo político centralizado e paternalista, por um elitismo dos intelectuais e pela ação da Igreja Católica.

Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), destacado filósofo e professor universitário, atuou intensamente no meio acadêmico junto aos estudantes e com expressiva atuação junto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante as décadas de 1950 e

13 O juramento de Bolívar ocorreu em 15 de agosto de 1805, nos arredores de Roma. O próprio local – a colina do Monte Sacro –, escolhido em conjunto para a ocasião solene, já constituía uma indicação da natureza do compromisso histórico do jovem Bolívar. Pois foi precisamente na colina do Monte Sacro, 23 séculos antes, que consta ter ocorrido o protesto revoltoso dos plebeus contra os patrícios da Roma Antiga, sob a liderança de Sicínio.

“Juro diante de ti, juro pelo Deus de meus pais, juro pelos meus antepassados, juro pela minha honra e juro pela minha pátria que não permitirei que nem o meu braço nem a minha alma descensem até termos rompido os grilhões que nos oprimem por vontade do poder espanhol.” Ver maiores informações em: (Mészáros 2011, p. 91).



1960, em um período de intensas transformações econômicas e políticas no Brasil. Em razão disso, os direitos políticos dele foram cassados, levando-o ao exílio, mas sua obra permaneceu profundamente influente, marcada por uma crítica incisiva às universidades e ao papel submisso da educação diante do imperialismo. Pinto é reconhecido pela defesa da “consciência nacional”, buscando uma educação que não apenas forme tecnicamente, mas que também emancipe politicamente o povo brasileiro, especialmente no contexto de subdesenvolvimento e dependência econômica.

Por sua vez, Anita Helena Schlesener, professora e pesquisadora contemporânea, trabalha com uma abordagem crítica ao analisar as forças políticas e sociais que moldam a educação. Schlesener se destaca pela habilidade em interligar diferentes tempos históricos, compreendendo as correlações de forças que atuam na sociedade capitalista, e por seu foco em como a hegemonia cultural afeta a construção do conhecimento e a reprodução das relações de poder.

Uma das questões levantadas neste artigo é se a atual¹⁴ crise educacional é realmente uma crise ou se faz parte de um projeto deliberado que visa reconfigurar o papel da educação na sociedade. Esse questionamento ressalta a importância de uma postura crítica e da necessidade de o indivíduo se posicionar para enfrentar os desafios que ela impõe.

A análise da interseção entre política e educação no contexto atual exige uma reflexão sobre as influências políticas e econômicas externas, como o impacto do imperialismo. Esse sistema, em sua natureza expansionista, molda as políticas educacionais de forma a atender a interesses específicos do grupo de poder. Isso aponta para um projeto educacional que procura reconfigurar a educação conforme a lógica de dominação presente na sociedade brasileira.

Um exemplo claro dessa influência está nas exclusões e reinserções constantes de disciplinas como sociologia, filosofia e antropologia nos currículos acadêmicos. Essas disciplinas, que incentivam o pensamento crítico, são frequentemente marginalizadas, refletindo uma tendência em direção a uma educação

14 Neste artigo, estabelecemos um recorte temporal que abrange o período de 1980 até 2024. Essa fase foi caracterizada pelo aprofundamento das políticas neoliberais, que começaram a se intensificar na década de 1980 e continuaram a moldar a dinâmica econômica e social do Brasil até os dias atuais.



predominantemente técnica. Isso demonstra um afastamento do desenvolvimento de uma formação crítica e cidadã

O "Novo Ensino Médio"¹⁵ é um exemplo de como a reconfiguração educacional favorece uma formação técnica e instrumental. Esse modelo prioriza habilidades práticas em detrimento de uma formação mais ampla, que valorize a crítica social e a construção de uma consciência cidadã. A exclusão de disciplinas críticas sinaliza que a crise educacional não é um evento isolado, mas parte de um projeto político maior e deliberado.

Nos últimos anos, a educação tem sido palco de intensos debates e disputas políticas, revelando as complexas interseções entre ideologias, políticas públicas e transformações sociais. Por essa razão, a importância em explorar como as crises educacionais são construídas e instrumentalizadas politicamente, investigando se são inevitáveis ou se fazem parte de um projeto maior de transformação social.

A resposta aqui proposta não pretende ser definitiva, mas busca trazer a questão para o campo de criticidade e debate, alinhada ao princípio da refutabilidade sugerido por Karl Popper (2004, p. 13-14). O objetivo, neste momento, é promover uma discussão necessária sobre os rumos que a educação brasileira está tomando, ou poderia tomar, e explorar possíveis soluções que atendam ao real interesse da sociedade.

A análise desenvolvida parte de um entendimento crítico do sistema capitalista e suas implicações. Embora os autores citados para embasar este trabalho pertençam a diferentes contextos históricos, suas abordagens convergem para a compreensão de que as características fundamentais do capitalismo permanecem invariáveis ao longo do tempo. Problemas como as fissuras sociais, o descontrole inflacionário e a distribuição desigual dos recursos públicos são recorrentes nesse sistema, independentemente da época analisada.

E, por sua vez, a ideológica e simples redução da participação do Estado nas questões sociais, como defendido pelos adeptos do "Estado mínimo", não é suficiente para restabelecer a ordem econômica esperada.

DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

15 BRASIL. Ministério da Educação. 2024. E conferir, Dossiê novo Ensino Médio: tensões, disputas e implicações educacionais 2024.



A dimensão política da educação está diretamente ligada ao conceito de hegemonia, entendida como uma forma de exercício de poder baseada na relação entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral. A formação para a vida ocorre dentro de um movimento histórico em que se instituem determinadas relações de poder e modos de percepção da realidade, ajustados aos interesses do modo de produção vigente. (Schlesener, 2020, p.10)

Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental como um dos aparatos de formação cultural, contribuindo para a consolidação da hegemonia dominante, ao mesmo tempo em que oferece a possibilidade de formação de uma consciência crítica.

Para as classes trabalhadoras, a escola possibilita o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, mas essa aprendizagem é realizada dentro dos limites de uma instituição que, sob as condições das relações hegemônicas, tende a se alinhar aos objetivos do modo de produção capitalista.

Conforme argumenta Schlesener (2020, p.10), “a dimensão política da educação define-se a partir da compreensão da hegemonia como uma forma de exercício do poder que se concretiza pelo equilíbrio entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral.” A hegemonia, portanto, não se sustenta apenas pela força, mas também pelo consenso, pela aceitação social da legitimidade do poder dominante. Assim, as decisões sobre o que se ensina, como se ensina e por quem são questões essencialmente políticas, refletindo e reforçando as relações de poder e as ideologias dominantes.

Entender a educação como uma prática política implica reconhecer que ela é um campo de disputa, onde diferentes grupos competem para definir quais conhecimentos e valores devem ser promovidos. Nesse sentido, Schlesener destaca que “a escola apresenta-se como um dos aparatos de formação cultural para a consolidação da hegemonia, mas também com perspectivas de formação de consciência crítica” (2020, p.10). Portanto, a educação, longe de ser neutra, é moldada por forças políticas e sociais que buscam ora manter ora contestar a ordem vigente.

Esta análise está fundamentada no contexto contemporâneo da educação brasileira, caracterizado por uma conjuntura de desafios complexos, resultantes de cortes orçamentários, instabilidade política e intervenções ideológicas. Nesse cenário, emergem narrativas governamentais que, sob a justificativa de oferecer “soluções” para



os problemas educacionais, têm alcance limitado, frequentemente mediadas e amplificadas por mecanismos de controle midiático.¹⁶

O atual Governo Federal sinaliza uma retomada de projetos voltados à educação, com foco em investimentos em ciência e tecnologia, entretanto essas medidas ainda carecem de concreticidade. Segundo Edmundo Fernandes Dias, muitas dessas ações podem ser interpretadas como "revolução passiva", ou seja, mudanças que ocorrem sem um rompimento efetivo com a estrutura de poder dominante. (Dias, 2012).

Dada a natureza política das ações governamentais, é imperativo questionar para qual direção o sistema educacional brasileiro se inclina e a quem ele serve. Afinal, as decisões educacionais refletem os interesses de grupos específicos, e a educação, como ação do Estado, é intrinsecamente política.

Conforme afirmou Gramsci, a relação do ser humano com sua vida exige uma capacidade de "ler o real", o que implica uma intervenção intelectual constante:

"Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual; não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Todo homem, fora de sua profissão, realiza uma atividade intelectual qualquer: é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, contribui, portanto, a sustentar ou a modificar uma concepção de mundo, isto é, a suscitar novos modos de pensar" (Gramsci, 1975, p. 1550-1551).

Como ponto central desta análise, é fundamental reconhecer que a luta de classes, ainda que muitas vezes invisibilizada, permanece sendo uma realidade inescapável dentro do sistema capitalista atual. As desigualdades sociais, profundamente enraizadas nas estruturas desse sistema, criam e reforçam barreiras que dificultam a compreensão e a percepção consciente dessa luta.

Essas barreiras, por sua vez, são instrumentalizadas para manter a hegemonia dominante, tornando ainda mais relevante a análise crítica inspirada nas ideias de Marx (2013). Por isso, a obra de Carl Marx continua a oferecer um importante referencial teórico para compreender como as desigualdades estruturais são perpetuadas e legitimadas, especialmente no campo da educação.

16 O período de maior incidência foi no interstício de 2016 a 2022. (CENTRO METRÓPOLI. 2024). Conferir o "retrocesso na educação marca o fim do governo Bolsonaro. (CORREIO BRASILIENSE, 2024). Conferir, o desastre da educação no Governo Bolsonaro, (CNTE. 2024).



INTERESSES DISTINTOS QUE CONDUZEM O PROJETO EDUCACIONAL

O sistema educacional brasileiro tem passado por diferentes fases ao longo das últimas décadas, algumas marcadas por avanços no desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora¹⁷, enquanto outras revelam movimentos contrários, aparentando a intenção de limitar a capacidade crítica e a autonomia intelectual da população.

Desse modo, nesta oportunidade, nos dedicaremos a investigar as forças que conduzem a direções divergentes, destacando a existência de interesses políticos e econômicos que, em determinados contextos, parecem contribuir para um projeto que busca restringir a consciência crítica das massas. Assim, propõe-se elucidar como certas políticas educacionais refletem um processo que pode ser compreendido como um projeto de “deseducação”, no qual o foco se desloca da formação crítica para uma educação exclusivamente técnica e instrumental.

Conforme destaca Hannah Arendt (1906-1975), “por mais claramente que um problema geral possa se apresentar em uma crise, ainda assim é impossível chegar a isolar completamente o elemento universal das circunstâncias específicas em que ele aparece” (2020, p. 223). A par dessa constatação, Arendt destaca o fato de que, ainda que a crise na educação seja uma realidade ampla, na América ela toma contornos especiais, em razão de que “apenas aqui, uma crise na educação, poderia se tornar realmente um fator na política”. (Silva Filho, 2024)

As “crises” no sistema educacional¹⁸ têm origem em aspectos estruturais e culturais, tais como: disciplinamento, conformidade com afazeres alienados e parcelados, na submissão, bem como, na aceitação da delegação em detrimento do protagonismo. Segundo Vieira Pinto, “ficamos cantonados em uma compreensão de nós

17 Entende-se por educação crítica, no sentido exposto por Karl Popper, aquela educação na qual os conceitos são submetidos a uma refutabilidade, ou seja, são criticados e submetidos a uma verificação de verdade teórica, dentro do possível para cada área do conhecimento. A partir da percepção de que o indivíduo tem pleno conhecimento sobre determinado assunto, ele passa a ter condições para se posicionar em relação a ele de forma livre, sem que isso decorra de manipulações políticas, por exemplo, torna-se autônomo. Trata-se de uma forma de emancipação do indivíduo, ao passo em que, consciente de suas ações e posicionamentos, terá melhores condições de contribuir para a sociedade. Esse entendimento, complementa-se pela posição de Gramsci no sentido de que a educação aliena sucumbe-se ao papel de instrumentalizar o capitalismo com mão de obra, uma função utilitarista da educação, desconsiderando o potencial dos indivíduos de agirem como agentes políticos, no sentido de se conduzirem, de atuarem socialmente de forma efetiva.

18 Segundo Darcy Ribeiro “Em consequência, a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (1986, p. 20).



mesmos produzida a partir de ângulos parciais”, a perspectiva educacional, traz em si uma percepção de Brasil, e, continua Vieira, “nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a capacidade de análise e compreensão”. E segundo ele, pode ser mais grave, quando se tenta abranger o conjunto da realidade brasileira e seus tempos históricos, fá-lo de “meramente descritiva” sem a perspectiva das “correlações” de força. (1959, p. 13).

A crise expressa na conformidade com afazeres alienados, a divisão do trabalho pedagógico e a alienação dos sujeitos educacionais. O processo educacional se fragmenta em tarefas mecânicas e desconectadas da realidade concreta dos alunos e professores, resultando em uma educação que reproduz a alienação social e econômica, como apontado por Karl Marx em suas análises sobre o trabalho alienado. Diz ele, que a alienação do trabalho e de seu produto, significa: “não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. (Marx, 1964, p. 160).

O trabalho alienado impede o sujeito de entender as correlações, compreender-se no processo e controlar as suas ações, segundo Marcuse, aliena-se na estrutura, isso é “deforma todas as faculdades humanas” e Marcuse, acrescenta:

O trabalhador alienado do seu produto está, ao mesmo tempo, alienado de si mesmo. Seu próprio trabalho não é mais seu, e o fato de que se torne propriedade de outro anuncia uma expropriação que atinge a essência mesma do homem. O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para sua satisfação e prazer. Na sua forma corrente, entretanto, ele deforma todas as faculdades humanas e proscreve a satisfação” (Marcuse, 1988, p. 255-256).

O trabalhador não se reconhece em seu trabalho, ele se torna um objeto estranho a si mesmo, segundo Marx, “não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (Marx, 1964, p. 162). Segundo Terry Eagleton, o capitalismo inverte os objetos, torna um sujeito “determinado pelas próprias produções”, são formas de manter o poder de um sobre os outros: “O sujeito humano



cria um objeto, o qual se torna então um pseudo-sujeito capaz de reduzir seu próprio criador a algo manipulado” (Eagleton, 1999, p. 33).

A crise também se expressa na tendência de os indivíduos renunciarem ao papel ativo no processo educacional, delegando a responsabilidade a figuras políticas. Essa falta de protagonismo dos estudantes e até mesmo dos educadores compromete o desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora, como defendido por Paulo Freire em sua concepção de educação libertadora.

A crise educacional, sob a ótica de Gramsci, pode ser entendida como resultado de uma lógica tecnicista e competitiva, que reflete os interesses das classes dominantes na manutenção da hegemonia cultural. A educação, em vez de promover o pensamento crítico e a emancipação, é orientada por valores liberais burgueses que priorizam a formação de mão de obra adaptada às exigências do mercado e do progresso econômico. Esse modelo, ao reduzir o processo educativo a uma função instrumental e utilitária, desconsidera a capacidade dos sujeitos de atuarem como agentes transformadores da sociedade, perpetuando, assim, a ordem estabelecida e a subordinação das classes subalternas.

Nesse sentido, segundo Schlesener, Gramsci foi um político que explicitou uma pedagogia da emancipação humana para a construção de uma nova ordem social e política. “A noção gramsciana de política amplia a noção implícita nos escritos de Marx e enraíza-se na tradição política moderna, na qual o poder se consolida como relação de domínio do homem sobre o homem e do homem sobre a natureza”. (Schlesener, 2009, p.17).

Portanto, a educação faz parte de um processo amplo, repleto de fissuras nas quais vai se forjando novas concepções de mundo, compreendidas em seu processo histórico e pressupostos teóricos.

Para Gramsci a educação não se separa da luta pela hegemonia, da ação política que possibilita ampliar a compreensão das condições das contradições da sociedade capitalista e pensar em novas estratégias de construção de uma nova ordem social e política que possibilite construir também a emancipação humana. (Schlesener, 2009, p.21).

Entende-se que para Gramsci, não há uma separação rígida entre pensamento, sociedade e natureza, pois todos fazem parte de um processo histórico de construção de relações de poder. A educação, nesse sentido, é uma arena onde se manifestam e se



disputam forças hegemônicas, articulando-se com as estruturas sociais e políticas dominantes.

No contexto brasileiro atual, o processo educacional reflete uma estrutura conservadora que atravessou a história do país e se intensificou nos últimos governos.¹⁹ Esse cenário é marcado por uma série de “crises”, que vão desde cortes orçamentários a intervenções pedagógicas de caráter ideológico, evidenciando o controle da educação por forças alinhadas a projetos neoliberais que buscam desarticular o caráter emancipador da formação crítica.

Além das frequentes alterações curriculares, impostas por meio de legislações que ora excluem, ora reincluem disciplinas com conteúdo propedêutico, observa-se uma tendência preocupante na condução da educação: a adaptação mecânica às exigências do mercado de trabalho. Essa abordagem não apenas ignora as investigações de natureza social que buscam uma perspectiva emancipatória, mas também empobrece o potencial crítico dos discentes. A educação, em vez de ser um espaço de reflexão e questionamento sobre as dinâmicas sociais atuais, torna-se um mero instrumento de formação para a força de trabalho, limitando a capacidade dos alunos de interagir de maneira crítica e transformadora com a realidade em que estão inseridos.

Além disso, as políticas de austeridade e contenção aplicadas nos últimos anos intensificaram a marginalização de grupos sociais e movimentos que se opõem à exploração e entrega das riquezas nacionais. Como aponta Mattos (2022), tais medidas têm aprofundado a exclusão social e minado o papel da educação como um instrumento de transformação e inclusão social, enfraquecendo a função política e econômica que a educação possui no processo de construção da cidadania.

Essas alterações e restrições se encontram fundadas na noção de crise. Um dos sentidos da crise aqui mencionado, é o da autoridade ameaçada, daquela que vê a estrutura social da qual resulta o poder dela em risco, e busca medidas para restabelecê-la, perpetuando a estrutura posta. Assim é importante questionar acerca da legitimidade democrática dessas medidas de contenção de crise que afetam a sociedade como um todo e não a elite que se vê ameaçada. (Carvalho, 2020, p. 35-36).

19 O período mencionado reposta-se os anos de 2016 a 2022, períodos que impactaram decisivamente as ações democráticas da nação brasileira. – (REPOD. 2023)



Ao par dessa questão, que não receberá maiores detalhamentos nessa oportunidade, nota-se que o que se tem retratado na política educacional é justamente a busca da perpetuação do sistema conservador estabelecido. Isso pois, também no período de 2016-2022, verificou-se no governo medidas de entreguismo, reflexo de política de extrema direita; bem como ações para extinguir o pouco de poder empresarial que ainda há gerenciado pelo Estado. Tudo isso por meio de atos de privatizações, ajustes fiscais acompanhados da dependência das políticas externas e dos fundos econômicos, a total desregulamentação dos fluxos financeiros, o capital girando sem o controle do estado fugindo do fisco com danos graves ao processo produtivo. (Mattos, 2022).

Há também o sentido de crise política, ou crise moral (Cowan, 2014), que, dentre outras formas, manifesta-se como crise de credibilidade nos representantes políticos, cujo cinismo não se preocupa em esconder as barganhas em nome de interesses econômicos, interesses de grupos que fazem parte, em detrimento da defesa de um país, de suas riquezas e do bem-estar da sociedade brasileira; fato que na realidade cotidiana do Brasil se desdobra em descrença nas próprias instituições trazendo à luz a fragilidade da democracia representativa.

Um exemplo dessa dinâmica é a crise moral²⁰ que atravessou o último governo²¹, aprofundando o desequilíbrio sistêmico e ampliando as disparidades

20 “Importante destacar que a crise moral não se desenvolve sozinha, normalmente, contextualiza-se com outros movimentos de rompimento da estabilidade, como, por exemplo, a crise econômica. É o que afirmam Iolmar Alves Baltazar e Márcia Kriscke Matzembacher acerca do momento sócio-jurídico-político de crise vivenciado em 2017 no Brasil, na oportunidade do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quando se vivia uma “crise de valores, culturais e espirituais, uma verdadeira crise civilizatória, amparada num modelo econômico financeirizado e rentista sem base sustentável que acaba atingindo as bases democráticas”. (Carvalho, 2020, p. 61)

21 Essas ponderações destacadas são correspondentes a complexidade do cenário educacional brasileiro entre 2016 e 2022. Dentre muitas: a) O **Desfinanciamento da Educação** - durante esse período, ocorreu significativos cortes no orçamento destinado à educação, impactando diretamente a qualidade do ensino e a infraestrutura das escolas. A Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos, teve efeitos drásticos, comprometendo investimentos em áreas essenciais como a educação básica e superior. b) **Desigualdade Acentuada**: A crise econômica e os cortes orçamentários exacerbaram as desigualdades existentes no sistema educacional. As escolas públicas, especialmente em regiões mais vulneráveis, enfrentaram desafios ainda maiores em termos de recursos, infraestrutura e qualidade de ensino, enquanto as instituições privadas se beneficiaram de um maior fluxo de alunos. c) **Políticas de Ensino à Distância (EAD)**: A pandemia de COVID-19 forçou uma rápida transição para o ensino remoto, revelando tanto o potencial quanto as limitações da Educação a Distância. Embora tenha sido uma solução necessária, a falta de preparação e acesso desigual à tecnologia expôs as fragilidades do sistema educacional e acentuou a exclusão digital entre os estudantes de diferentes classes sociais. d) **Currículo e Diretrizes Educacionais**: O período também foi marcado por mudanças nas diretrizes curriculares e por uma ênfase



socioeconômicas. Embora as divisões políticas frequentemente pareçam desconectadas da base econômica, como Schlesener (2018, p. 67) aponta, “a origem dessas divisões está, de fato, na estrutura econômica da sociedade”. O não reconhecimento dessa realidade agrava as condições de subsistência das classes mais vulneráveis, que já enfrentam um cenário de precariedade. Em meio a isso, surgem moralismos superficiais, desprovidos de conteúdos éticos reais, que, ao invés de resolver as contradições estruturais, expõem ainda mais suas fragilidades. As formas discursivas, como sugere Dias (2014, p. 22), eliminam a subjetividade e a historicidade dos subalternos, capturando a subjetividade antagonista e conformista, o que reforça a luta de classes nas esferas cotidianas como a família, a escola e o trabalho.

O moralismo, portanto, atua como uma máscara que oculta as contradições históricas do sistema capitalista, revelando crises existenciais que antes pareciam inimagináveis. A ineficácia da equipe governamental, aliada à influência de grupos de poder que controlam as políticas educacionais, resultou em um colapso social e econômico. Esse colapso reflete a hegemonia de uma classe dominante que, como ressalta Schlesener (2018, p. 65), “ao não explicitar a posição política da qual faz parte, fala sempre de maneira abstrata, mistificando a realidade”. Nesse contexto, a democracia política torna-se uma aparência ilusória quando não é acompanhada de democracia social e quando não enfrenta as desigualdades estruturais.

em conteúdos que priorizavam uma formação técnica e utilitarista, em detrimento de uma educação mais crítica e reflexiva. Isso gerou preocupações sobre a formação integral dos alunos e a capacidade da educação de promover uma consciência crítica sobre questões sociais e políticas. e) **Atenção à Saúde Mental:** A pandemia trouxe à tona a importância da saúde mental dos estudantes e professores, que enfrentaram altos níveis de estresse e ansiedade. No entanto, as políticas de apoio psicológico nas escolas foram muitas vezes insuficientes, refletindo uma falta de investimento na saúde mental como parte integrante da educação. f) **Movimentos de Resistência:** Apesar dos desafios, também houve um fortalecimento de movimentos sociais e de resistência em defesa da educação pública e de qualidade. Educadores, estudantes e uma pequena parte da comunidade se mobilizaram para enfrentar as pautas que estavam sendo direcionadas pela equipe governamental deste período, para lutar por melhores condições de ensino e por uma educação que respeitasse a diversidade e promovesse a inclusão social. g) **Retrocessos em Direitos Educacionais:** Houve acentuados retrocessos em direitos educacionais, especialmente em relação a políticas de inclusão e diversidade. A implementação de medidas que visavam limitar a discussão, a análise crítica e inclusão de pautas ideológicas. Em síntese, como observa alguns dos documentos abaixo, este período foi de retrocesso e perdas significativas para a sociedade brasileira. Documentos consultados: Grilhões Invisíveis: as Dimensões da Ideologia, as Condições de Subalternidade e a Educação em Gramsci de Anita Helena Schlesener; Documentos Base da CONAE 2024; O Brasil nas trevas (2013-2020), de autoria de Luiz Filgueiras e Graça Druck; Brasil sob escombros de autoria de Juliana Paula.



A aliança entre os setores governamentais e essas elites reforça a perpetuação de privilégios, ignorando as necessidades da população e priorizando a manutenção de uma ordem injusta e desigual. Como afirma Dias (2014, p. 24), “a ideologia dos dominantes nunca é apresentada como ideologia, mas como projeto ou teoria, enquanto as dos antagonistas são sempre marginalizadas”. Esse processo se reflete nas políticas públicas, onde a educação é tratada como um custo a ser minimizado, semelhante a outros serviços públicos precarizados. Entretanto, o verdadeiro custo está na ignorância, na falta de uma educação sistematizada e na disseminação da desinformação, que alimenta uma atmosfera reacionária e conservadora.

As poucas pessoas que são autorizadas a participar da estruturação do sistema educacional, de forma controlada, são moldadas pela influência de tecnocratas que veem a educação como algo “neutro”, desprovido de seu potencial transformador. Nesse sentido, Dias (2014, p. 26) esclarece que “a captura da subjetividade antagonista é uma necessidade para a ordem capitalista, assim como a incorporação de lógicas que impedem questionamentos estruturais”. Essa captura limita o potencial crítico e subversivo da educação, favorecendo a manutenção da ordem vigente e a reprodução das desigualdades sociais.

No entanto, o entendimento desse enfoque “pressupõe que não exista uma natureza humana fixa e imutável, mas sim que a natureza humana é construída historicamente pelo conjunto das relações sociais determinadas historicamente” (Schlesener, 2018, p. 66-67). Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos participam ativamente na manutenção da estrutura hegemônica. De forma semelhante, para Vieira Pinto, os técnicos são cooptados para reproduzirem o pensamento da classe dominante.

Assim, os sistemas ideológicos funcionam em favor dos grupos dirigentes, que detêm o poder político, econômico e midiático, utilizando-os para abstrair e naturalizar a indiferença, a banalização das injustiças sociais e a perpetuação da hegemonia da classe dominante. Como ressalta Dias (2014, p. 27), “para a preservação do capital é essencial que política e economia sejam consideradas esferas separadas e autônomas no processo como um todo”.

Nesse sentido, Gramsci (2020, p. 29), em “Os Indiferentes”, afirma que viver é tomar partido, expondo que “não podem existir os que são apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão, de assumir um



lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria; não é vida. Por isso odeio os indiferentes”. E, em seguida, acrescenta:

A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo dos inovadores, é a matéria inerte na qual afundam rapidamente os entusiasmos mais esplêndidos, é o pântano que cerca a velha cidade e a defende melhor do que as mais rígidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque envolve em seus vórtices lodosos os agressores, dizimando-os e desencorajando-os até que desistam do empreendimento heroico. (Gramsci, 2020, p. 29).

A indiferença e a passividade são terrenos férteis para o desenvolvimento de ideias e movimentos perversos, assim como para o surgimento de moralismos e ideologias sorradeiras, propagadas dos púlpitos aos palanques. Essa passividade não é acidental nem uma fatalidade; trata-se de um projeto deliberado de distanciamento e exclusão das classes sociais, visando à manutenção do poder.

Edmundo Fernandes Dias (2014), ao discutir a “revolução passiva”, oferece uma chave essencial para compreender esses processos de mudança política e social em contextos marcados pela aparente estabilidade e continuidade institucional. Em sua análise, as revoluções passivas ocorrem por meio de mecanismos de adaptação e cooptação das elites dominantes, que preservam sua hegemonia ao mesmo tempo em que promovem mudanças superficiais para atender às demandas populares. Essas mudanças, embora possam parecer significativas à primeira vista, servem principalmente para manter o status quo e evitar ameaças reais ao poder estabelecido.

CRISE, LINGUAGEM E SUAS EXPRESSÕES HEGEMÔNICAS

É essencial revisitar as práticas educacionais com o objetivo de incorporar estratégias que promovam mudanças estruturais, contrapondo-se às iniciativas ideológicas superficiais, como a “escola sem partido”²² e outras propostas controversas. Além de enfrentar essas manifestações, é crucial compreender a política hegemônica em um âmbito global, fortalecendo novos componentes ideológicos por meio da reconfiguração da sociedade civil e da criação de novos instrumentos de formação da opinião pública, acessíveis e sem filtros.

22 Essa expressão compreende dois conceitos, o primeiro refere-se a um “movimento” que defende uma educação escolar neutra. No segundo, compreende o projeto de lei, denominado PLS 193/2016, que tem o objetivo de controlar o que os professores ensinam em sala de aula. (Politize. 2024).



A educação, sendo um processo ideológico e formativo, nunca é neutra. Ela reflete uma postura política, sempre vinculada ao contexto social e histórico em que está inserida. A partir da compreensão dessa realidade, emerge o imperativo de uma transformação social que resista às tentativas de desmantelamento das estruturas sociais estabelecidas.

Reconhecer e internalizar o contexto circundante é o primeiro passo para a mudança; ignorar essa necessidade resulta em alienação e empobrecimento — literal e simbólico. Como afirma Marques (2011, p. 26), “a interpretação da nossa realidade a partir de esquemas alheios só contribuiu para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários.”

O neoliberalismo²³, por sua vez, fundamenta-se na abstração de conceitos como liberdade e igualdade, oferecendo visões superficiais que ocultam os conflitos e as desigualdades reais. Essas noções confortam o imaginário popular, mas, desprovidas de raízes concretas, são apenas palavras vazias, sem força transformadora.

Dessa forma, compreende-se que a linguagem, longe de ser um instrumento neutro, é, na verdade, um elemento constitutivo das relações de poder e dominação. Como componente fundamental da superestrutura, a linguagem reflete e reproduz os padrões de pensamento hegemônicos, funcionando como meio de disseminação e perpetuação das ideologias dominantes. Para os sujeitos submersos nesse complexo campo ideológico, a capacidade de reconhecer e superar as condições de subalternidade é significativamente limitada, uma vez que sua visão de mundo é mediada e moldada por essa mesma estrutura que os subordina.

Neste período de “crise”²⁴ no Brasil, a interseção dos traços do capitalismo globalizado se exacerba, consolidando-se como a principal âncora que orienta tanto as ações governamentais quanto os discursos dos meios de comunicação. Dentro desse

23 “Enquanto a definição de “liberal” é ampla e abriga formas de pensamento bem diferentes entre si, a definição de neoliberal é mais específica. Trata-se de uma doutrina prática, voltada a ações econômicas concretas, já que poucos acadêmicos de fato se definem como neoliberais ou desenvolvem uma filosofia política ou econômica neoliberal. Também não existem muitas tentativas de definição rigorosa do termo. Dessa forma, o artigo de Williamson e as políticas do FMI e do Banco Mundial são o que temos de mais concreto sobre o que compõe o ideário neoliberal” (Politize. 2024).

24 Reiteramos o enunciado da “crise” enquanto projeto, “[...] a dita crise, criada de fora para dentro, é um projeto de desconstrução, com início, meio e fim, que percorre todos os vãos da vida nacional, mas se concentra na inviabilização do futuro do país, cortando de vez as possibilidades objetivas de retomada do desenvolvimento, pois todas elas dependem de ensino, pesquisa e tecnologia, o alvo mais frágeis.” (Carta Capital. 2024).



contexto, emergem características éticas moldadas pela crise política, fragilizando os laços políticos, democráticos e legítimos da sociedade brasileira. “A crise econômica, portanto, não pode ser dissociada do restante do sistema. A fraude, a dominação do capital e a exploração da classe trabalhadora não podem perpetuar-se indefinidamente,” como ressaltava Mészáros (2011, p. 133), ao afirmar que os trabalhadores não podem continuar sendo os únicos penalizados e “mantidos sob controle”.

Segundo Mészáros (2011), “temos que ir além das manifestações superficiais dessas contradições e de suas raízes. Você consegue manipulá-las aqui e ali, mas elas voltarão com vingança. Contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete indefinidamente”. Mészáros reforça que essas contradições estão agora se tornando insustentáveis, crescendo como uma montanha. Essas manifestações estão associadas à elite econômica local, que se subordina ao capital internacional.

A burguesia, detentora dos meios de comunicação, constrói uma narrativa ideológica que visa apaziguar e cooptar a classe trabalhadora, fomentando a destruição das políticas públicas conquistadas ao longo do tempo, que buscaram reduzir as desigualdades sociais. Esse processo de alienação utiliza o poder midiático para incutir no imaginário popular a ideia ilusória de igualdade. Pretende-se transmitir a falsa impressão de que todos pertencem à mesma classe social e compartilham histórias de lutas comuns. No entanto, essas estratégias dissimulam as verdadeiras desigualdades de classe, desviando a atenção da luta de classes. São mecanismos que ocultam a realidade das disparidades sociais e criam a ilusão de participação equitativa, promovendo o discurso meritocrático que promete, falsamente, igualdade de oportunidades para todos.

Há um interesse claro da classe dominante em distorcer a consciência das massas por meio de teorias errôneas, com o objetivo de desviar a atenção e impedir que elas compreendam a divisão capitalista da sociedade entre ricos e pobres, bem como as razões pelas quais, tal divisão persiste. Como aponta Vieira Pinto, “na raiz de todas as teorias enganadoras encontra-se o desejo de ocultar ao povo em geral a origem e a causa da situação privilegiada de que goza essa minúscula minoria que compõe os denominados ricos” (1962, p. 14).

O objetivo de quem detém o poder é evitar que se descubra “quem são os ricos e por que se tornaram ricos”. Segundo Vieira Pinto, a riqueza geralmente resulta da exploração do trabalho dos despossuídos de bens. Ele observa que “o povo, a imensa



maioria da população, permanece em estado de pobreza porque, embora seja possuidor da força de trabalho que cria a riqueza, não é proprietário dos resultados do seu trabalho" (Pinto, 1962, p. 16).

A estrutura de poder conta com o controle dos meios de comunicação para difundir suas ideias e seu modelo de vida, de modo que, quando se dirigem às massas, fazem-no como a voz dominante. Como observa Vieira Pinto:

A aparelhagem de opressão ideológica não se exerce agora apenas pelo prestígio social ou pela cultura monopolizada por um pequeno grupo de letrados, mas também por intermédio das máquinas de difusão das ideias: a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão, que ingressam assim na categoria dos bens mais valiosos entre os que compõem a fortuna dos ricos. (1962, p. 37).

A burguesia brasileira, conforme analisa Vieira Pinto (1962, p. 37), aliada ao capital externo e ao poder estatal, é uma classe que se adapta aos contextos, mas carece dos valores revolucionários observados em outras realidades históricas. A burguesia nacional exibe uma estrutura parasitária, historicamente passiva e incoerente, ao mesmo tempo em que busca se aliar ao capital estrangeiro para garantir sua permanência no poder. “Por um lado, seus interesses, em princípio, se opõem ao do capital estrangeiro; por outro, reconhece que, sem aliança com o capital forâneo, ficaria sem apoio ou teria de buscar proteção nas massas trabalhadoras que explora” (Pinto, 1962, p. 37).

Nesse contexto, a dominação ideológica se sustenta sob o disfarce de um suposto ideal inclusivo de educação e políticas públicas, amplamente difundido pelos meios de comunicação. A escola pública, em particular, enfrenta o desafio constante de travar batalhas pelo esclarecimento, muitas vezes começando por dentro de seus próprios muros. Neste cenário, torna-se urgente promover uma educação que resista à uniformidade do pensamento e à banalização das desigualdades – um exercício de pensamento crítico e independente, que rejeite o conformismo.

Hannah Arendt (2001) descreve a necessidade de “pensar sem corrimão”, ou seja, de pensar livremente, sem ser guiado por tradições ou padrões preestabelecidos. O “corrimão” aqui simboliza a tradição que, devido às crises históricas, perdeu sua confiabilidade como guia. Arendt argumenta que essa ruptura expõe a fragilidade da sociedade e questiona os valores e conceitos que outrora orientavam o pensamento.



Conforme aponta Schlesener (2009, p. 158), ao se referir a Gramsci, “a educação não se restringe ao espaço escolar, mas faz parte da vida e da luta das massas trabalhadoras por sua identidade e autonomia”. Segundo ela, o trabalhador só pode se tornar dirigente a partir das suas lutas concretas, e é nesse contexto que a educação deve ser pensada.

Os desafios atuais demandam uma educação omnilateral e crítica, que forneça aos estudantes as ferramentas necessárias para interpretar as transformações em curso de maneira profunda e contextualizada. Tal educação deve permitir a compreensão das inovações sem reduzi-las, reconhecendo suas complexidades e nuances. É essencial capacitar os estudantes a compreenderem as categorias sociais e políticas em seus contextos específicos, possibilitando uma análise mais ampla e informada das questões contemporâneas.

A EDUCAÇÃO E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Segundo Schlesener (2009, p. 70), as características contemporâneas são as de uma “crise de civilização”, em “que não se vislumbra nenhum movimento de resistência ou de organização política que tenha densidade suficiente para iniciar um processo radical de mudança”. O modelo capitalista, arrolado nas reformas neoliberais, está numa condição hegemônica, em que cada vez mais corpos e mentes comungam das mesmas ideologias estonteantes do capital.

O neoliberalismo político se consolidou como um grupo econômico nacional que busca implementar medidas para concretizar a chamada "reforma" do Estado. Essas medidas advogam por uma intervenção mínima do Estado na economia, transferindo para o setor privado as responsabilidades de gestão econômica, especialmente quando há lucro envolvido. Essas narrativas são respaldadas por uma estrutura presente na administração direta do Estado brasileiro, que age como síndicos de uma burguesia disfarçada e parasitária.²⁵

25 Burguesia parasitária, é o termo usado para descrever uma classe que se beneficia do trabalho de outros, sem produzir nada de valor real.

Marx argumenta que a burguesia se beneficia do trabalho dos proletários sem contribuir diretamente para a produção de riqueza. Ele descreve a burguesia como uma classe que explora o trabalho e acumula riqueza às custas do proletariado. Embora Marx não use o termo "burguesia parasitária", suas ideias sobre a exploração do trabalho e a acumulação de capital pela burguesia podem ser interpretadas como uma crítica à burguesia como uma classe parasitária. (Linden, 2016).



Schlesener (2009, p. 71) também defende que a ausência de um conjunto de medidas regulamentadoras do mercado “deixa ao jogo e à ambição dos interesses privados, a especulação descontrolada como danos graves do processo produtivo, mostram-se como as grandes falhas dessa política”, são características do “tempo” que o homem contemporâneo tem em mãos, “cujas consequências foram o aprofundamento das desigualdades sociais que relegaram grandes populações das várias regiões do mundo a mais extrema miséria”.

Os momentos atuais seguem a lógica hedonista e esse contexto reflete na sociedade e também no ser humano individualmente considerado.

De acordo com Bauman (2015), a modernidade gera uma sensação de desconforto, cuja a instabilidade se tornou a norma e as pessoas não se sentem felizes. Imersas em um contexto de egoísmo, autoafirmação e competição constante com os outros. Essas percepções destacam o individualismo contemporâneo, que é vazio de significado e se resume a meras ilusões e cinzas.

A infelicidade nos tempos atuais é atribuída a diversas razões. Bauman (2015) explica que, no passado, a falta de conhecimento era vista como a causa de todos os problemas, no entanto, hoje em dia, o ser humano está cercado de informações, todas ao alcance das mãos, graças à internet. Mesmo com essa abundância de dados, o acesso fácil e instantâneo a fragmentos da realidade não necessariamente resulta em maior sabedoria ou capacidade em comparação com outras gerações. O tipo de "conhecimento" adquirido na contemporaneidade tende a ser temporário e superficial, proporcionando apenas noções fragmentadas e redundantes em vez de uma compreensão completa. Como resultado, o indivíduo acaba permanecendo na superfície das coisas, incapaz de mergulhar na profundidade do conhecimento.

Portanto, nota-se que o que se tem em mãos para a leitura de mundo é bastante frágil, não se tem consistência, não tem forma, como diz Bauman (2015), “é líquido”. Esse entendimento permeia objetos, relacionamentos e conhecimentos. O ser humano transforma-se em um ser insaciável vivenciando um vazio existencial, o que é para Schlesener (2009, p. 156) “o vazio de um momento que parece sem perspectivas de futuro, sem futuro”.

Educar hoje em dia é enfrentar essa realidade de superficialidade e transitoriedade. Isso leva a questionar qual é o papel da educação e dos professores.



Como se encontrar nesse vazio saturado de tecnologia e teorias educacionais? Bauman (2009, p. 155) argumenta que para superar esse modelo, é necessário uma reestruturação do processo produtivo e uma mudança nas relações de trabalho. Ele afirma que "o capitalismo mudou, como é sua característica, mas a dominação do homem e da natureza não apenas continua, como se aprofunda, assumindo novas formas antes desconhecidas". Portanto, uma educação crítica, engajada e transformadora não pode deixar de levar em conta essas estruturas em movimento.

Portanto, é nesse contexto de coisificação do ser humano e de suas interações que se propõe repensar a educação. É crucial conceber um projeto educacional que prepare o indivíduo para os desafios da vida, que seja inovador e que tome posição diante das complexidades e fragilidades das relações humanas na contemporaneidade, as quais estão repletas de significados e ideologias influenciadas pelo poder.

A reflexão sobre o processo educativo deve abarcar diferentes perspectivas e compreender a transitoriedade das estruturas mentais diante das circunstâncias e relações humanas. Um projeto educacional fundamentado na realidade reconhece o ser humano como um indivíduo "autônomo", muitas vezes individualista e focado em sua própria identidade e imagem. Este indivíduo frequentemente está imerso em uma cultura consumista e em uma busca constante por progresso.

Contribuindo com esse entendimento, Schlesener (2011, p. 56) reitera que a ideia de progresso contínuo é uma ilusão, nela se oculta uma matriz de exploração do trabalho mediante as estruturas de poder que aprisionam os homens. "A ideia de progresso é um mito porque oculta a verdadeira natureza das relações que se instauram na sociedade moderna". [...] "O mito esconde a essência sob uma aparência e subverte no imaginário as relações reais".

A leitura de mundo ora proposta está centrada na compreensão das relações de poder através da luta pela hegemonia. Sugere-se que a teoria do conhecimento contemporânea precisa se basear na mudança do modo de produção para ser autêntica.

A EDUCAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE FORMAÇÃO

No mundo contemporâneo, as vozes do sistema neoliberal se mesclam com o discurso ideológico, econômico e político presentes nas relações entre as gerações, integrando-se nas novas narrativas. Esse cenário tende a se homogeneizar, esvaziando a



consciência crítica do ser humano ao sobrecarregá-lo com bens materiais e criar necessidades artificiais. O valor é atribuído ao que se possui e ao que se aparenta ser. Nessa contemporaneidade, a coisificação do mundo e do ser humano é uma característica marcante .

Segundo Vieira Pinto (1962, p. 17), a educação diz respeito a existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos. É uma percepção ampla e pela qual deve ser julgado e analisado todo seu entorno:

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Por consequência, educação é formação (*Bildung*) do homem pela sociedade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos.” (Pinto, 1962, p. 17)

Essa palavra alemã, *bildung*, genericamente pode ser considerada “cultura”, mas, sobretudo, representa uma forte conotação pedagógica e designa a formação como processo.

Assim, o entendimento da educação como uma formação para a vida implica em preparar indivíduos que sejam capazes de liderar e não apenas de seguir, sendo a autonomia um elemento essencial nesse processo educacional de emancipação.

Para Gramsci, "a educação não se separa da luta pela hegemonia da ação política que possibilita ampliar a compreensão das contradições da sociedade capitalista e pensar e nova estratégias de construção de uma nova ordem social e política que possibilite construir também a emancipação humana. (Schlesener, 2009, p. 21).

Esse sistema possui suas estruturas, fundamentos e referências, surgindo o conhecimento como resultado da jornada existencial humana, embasado na razão humana. O conhecimento, como afirmou Vieira Pinto, (1979, p.13), é "a capacidade de dominar a natureza, transformá-la e adaptá-la às nossas necessidades", desde os estágios primordiais da vida biológica até as mais elevadas esferas da consciência humana. Esse conhecimento se amplia através da pesquisa científica, que tem como objetivo final enriquecer a consciência com novas ideias, representando aspectos previamente desconhecidos da realidade externa.

Conforme Vieira Pinto, (1979, p.13), os desafios contemporâneos reforçam a necessidade de uma base científica sólida como forma de prevenir possíveis retrocessos.



Para o país que precisa libertar-se política, econômica e culturalmente das peias do atraso e da servidão, a apropriação da ciência, a possibilidade de fazê-la não apenas por si, mas para si, é condição vital para a superação da etapa da cultura reflexa, vegetativa, emprestada, imitativa, e a entrada em nova fase histórica que se caracterizará exatamente pela capacidade, adquirida pelo homem, de tirar de si as ideias de que necessita para se compreender a si próprio tal como é e para explorar o mundo que lhe pertence, em benefício fundamentalmente de si mesmo. (Pinto, 1979, p. 4)

Vieira Pinto ressalta a importância da ciência na compreensão do mundo e de suas questões. Para ele, é através da consciência do mundo que se possibilita uma compreensão não determinada dos fatos, ou seja, “uma coisa é o conhecimento como ato vivo de apreensão de um conteúdo da realidade, outra é a sua formulação mental e depois verbal”. (Pinto, 1979, p.15)

Segundo Vieira Pinto, o indivíduo constrói sua própria consciência dentro de um contexto de consciência social que o envolve, molda e condiciona. Como ele afirma, “não é a consciência de ninguém em particular, nem pode ser hipostatizada, conforme fazem certas escolas de filosofia sociológica, mas é a representação consciente feita pela generalidade da comunidade” (Pinto, 1979, p.19). Portanto segundo Vieira Pinto, o conhecimento é a expressão da realidade adquirida por meio das percepções, relações e inferências de suas próprias capacidades.

Educar vai além da simples transmissão de conhecimento, é situar-se e permitir que o outro se posicione diante das complexas interações entre o homem e o mundo. À medida que as relações humanas com o mundo evoluem de uma simples adaptação para uma transformação deliberada da realidade externa, o trabalho emerge como o meio pelo qual o homem começa a moldar o mundo ao seu redor, criando objetos e condições necessárias para a existência dele. Nesse contexto, o homem não apenas “está” no mundo, mas o produz ativamente, conferindo-lhe uma dimensão humana por meio de sua presença e da organização social que ele estabelece através do trabalho. Esse processo de produção do mundo humano evidencia a centralidade da educação em orientar o indivíduo a compreender e intervir no mundo em que vive, capacitando-o a desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

CONCLUSÃO



Para concluir as questões discutidas ao longo deste texto, é importante observar alguns pontos que, embora não tratados diretamente, foram referenciados e são essenciais para uma compreensão completa. Em primeiro lugar, o pensamento educacional só pode ser compreendido em seu contexto histórico e social, uma vez que ele é sempre uma expressão de uma realidade mais ampla. Em segundo lugar, conceitos não devem ser analisados de forma isolada; são interdependentes e só adquirem sentido em um conjunto integrado de fatores sociais e políticos. A temporalidade em que os sujeitos se encontram é também fundamental, pois molda as formas de compreensão e intervenção na educação contemporânea. Finalmente, a educação precisa ser entendida como um processo que reflete e responde à realidade histórica e humana, fundamentando-se nessa base para promover mudanças significativas.

Além disso, cabe ressaltar a crítica ao que chamamos de "hemerocentrismo", a tendência de absolutizar o conhecimento científico atual sem considerar sua historicidade e seus limites. Embora essa questão não tenha sido profundamente abordada no artigo, ela foi tocada e é crucial para refletirmos sobre as limitações de uma visão hegemônica da ciência, que muitas vezes se coloca como a realização máxima do saber, negando outras formas de conhecimento e percepção do mundo.

Por fim, acreditamos que a ação educativa transformadora começa com o rompimento dos preconceitos tradicionais e com o enfrentamento da realidade concreta. Somente assim podemos reconhecer as grandes estruturas e limitações impostas à educação, libertando-a de ser um instrumento de manutenção do pensamento hegemônico e possibilitando seu papel emancipador

Com isso, observa-se que as crises são projetadas em benefício dos interesses próprios desse sistema de condução, resumidamente, do modo de produção, e que beneficiam apenas a ele. Nesse modelo, o Estado assume o papel de manter e viabilizar o imperialismo e o monopólio a uma camada da burguesia que controla a política e a economia de maneira expansionista, as quais, é importante ressaltar, caminham lado a lado.

Uma educação que não promove a autonomia individual serve aos interesses da estrutura de produção, perpetuando uma estrutura de poder, onde os projetos, interesses políticos e o sistema de produção estão alinhados. Somente uma abordagem educativa crítica, que amplifica as vozes, desvenda a influência oculta do imperialismo, o domínio



das corporações e a subserviência do Estado, pode abrir caminhos para romper com a crise educacional.

A análise das estruturas e da dinâmica de acumulação, e seus desdobramentos, pode definir as estratégias de enfrentamento, seja através da educação ou de outras formas e manifestações de resistência.

Em suma, a ação crítica na realidade visa promover uma educação política que contribua para a emancipação. Sendo necessário considerar a forma social em que a educação é realizada, pois seu fechamento nesse contexto a torna vulnerável. A reflexão educacional assume um caráter político-social crucial, já que julgar-se esclarecido sem verdadeiramente sê-lo, representa uma condição falsa e perigosa.

O termo "semiformação" educacional exprime uma condição de momento e descreve um fenômeno paradoxal: ao mesmo tempo que obscurece, também convence. Refere-se a um conhecimento superficial, uma compreensão parcial que parece convincente à primeira vista, mas que carece de profundidade. Essa "semiformação" pode ser perigosa, levando à aceitação acrítica de ideias não examinadas. Embora proporcione uma equivocada sensação de segurança, pois muitas vezes esconde a falta de entendimento verdadeiro, resultando em ações baseadas em premissas frágeis.

Portanto, a educação vai além de dominar códigos de linguagem ou conquistar graus e títulos. Ela tem um caráter crítico de superação e engajamento. Desempenha um papel de resistência contra a barbárie, rejeitando as solicitações frequentes e ingênuas por tolerância e serenidade.

Por sua vez, a educação está presente nos diferentes pensamentos, atuando como resistência e, ao mesmo tempo, como instrumento de manutenção da estrutura burguesa. Toda educação é ideológica, resta saber a qual ideologia ela serve. A educação é utilizada pela classe dominante e pelos países "desenvolvidos" como instrumento de dominação. A ideologia também reside em atribuir equivocadamente a "falta de educação" como a razão de todos os males presentes nas classes pobres.

Tomar partido é compreender que os espaços educacionais, que deveria ser um recinto da cultura universitária nacional, é também um reduto de ideias externas do dominador, um processo de aculturação "o que aprendem nos livros estrangeiros, o que observa nas viagens ao exterior, o que escuta dos 'técnicos' e 'especialistas' que manda buscar lá fora para nos virem dizer o que somos, e o que devemos fazer" (Pinto, 1986,



p. 39). Portanto, o resultado da cultura produzido na universidade nestas circunstâncias, segundo Viera Pinto é uma “cultura alienada”.

Para a classe operária assumir a direção política, é essencial liderar culturalmente. Isso requer uma visão independente que reflita as contradições cotidianas, representando os excluídos e desafiando o domínio da classe e do capital transnacional.

O capitalismo mudou sua abordagem em relação à educação, uma característica inerente ao modo de produção que persiste ao longo do tempo, adaptando-se às oscilações do mercado. Essas mudanças têm ampliado as formas de dominação sobre a humanidade e a natureza.

Essa abordagem educacional visa não só transmitir informações, mas também cultivar uma compreensão crítica e histórica da realidade, resultando na formação de uma identidade de classe que se manifesta em uma nova consciência individual e engajada. Essa individualidade não só reconhece, mas vive plenamente a liberdade e a autonomia política. O caráter intrinsecamente político da educação, como destacado, levanta questões profundas sobre as condições fundamentais para construir uma civilização autônoma.

Essas condições abrangem aspectos econômicos, sociais e políticos que, quando bem estabelecidos, promovem o surgimento de um novo tipo de ser humano. Apesar de parecer distante a busca pelo ideal de formar um indivíduo renovado em uma sociedade baseada na liberdade e no respeito mútuo, essa aspiração criativa se torna uma necessidade vital para guiar o caminho em direção a um futuro mais humano e justo.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975**. Org. Jerome Kohn. Trad. Beatriz Andreiuolo ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Entrevista com Zygmunt Bauman**. Concedida a Alberto Diniz no Observatório da Imprensa. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=kM5p8DqgG80>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Sociologizando a arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

CARVALHO, Carliane de Oliveira. **O poder nas mãos do povo. A realização do Direito em tempos de Crise e a revisão das funções do STF**. Curitiba: Juruá, 2020.

CENTRO METRÓPOLI. Disponível em: <https://centrodametropole.ffiich.usp.br/pt-br/noticia/pesquisadoras-analisam-agenda-educacional-do-governo-bolsonaro-faltam-evidencias-de-que> Último acesso em: 18 set. 2024.

CORREIO BRASILIENSE. **Retrocesso na educação marca o fim do governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5062795-retrocesso-na-educacao-marca-o-fim-do-governo-bolsonaro-veja-problemas.html> Último acesso em: 18 set. 2024.

CNTE. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/relembre-7-desastres-do-governo-bolsonaro-na-educacao-publica-a9dc>. Último acesso em: 18 set. 2024.

COWAN, Benjamin Arthur. **Nosso Terreno crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira**. Trad. Clara Furtado Lins. In.: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 30, n° 52, p.101-125, jan/abr 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. **HEGEMONIA: NOVA CIVILTÀ OU DOMÍNIO IDEOLÓGICO?** In.: **História e Perspectivas**, Uberlândia (50): 89-146, jan./jun. 2014.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade**. São Paulo: Unesp, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. **O Brasil nas trevas (2013-2020)**. Editora Boitempo, 2023.

GRANSCI, Antonio, 1891-1937 **Odeio os indiferentes** [recurso eletrônico]: escritos de 1917 / Antonio Gramsci; seleção, tradução e aparato crítico Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. recurso digital (Escritos gramscianos).

LINDEN, Marcel van der. **O Conceito Marxiano de Proletariado: uma Crítica**. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016v614>. ARTIGOS • Sociol. Antropol. 6 (1) • Jan-Apr 2016

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. In: **Relações internacionais**, Março 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Último acesso em: 07 abril 2024.

PAULA, Julina. **Brasil sob Escombros**. Coleção Tintas Vermelhas, Editora Boitempo, 2023

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 537 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editôra Universitária, 1962.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. MEC/ISEB, Rio de Janeiro, 1959

PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962

POPPER, Karl Raimund. **A lógica das Ciências Sociais**. 3ª ed. Trad. Estevão de Rezende Martins. Ap. Cláudio Muniz Accquarone Filho; Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

POLITIZE. **Escola sem partido, entenda a polêmica**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwg-24BhB_EiwA1ZOx8vi3VoGWEIXR1zdun809fg9TfkLGpiTCIsuT9QZtu83rdi4fVgRPGRoCKM8QA_vD_BwE>. Último acesso em: 25 out. 2024.

POLITIZE. **Neoliberalismo. O que é**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/>>. Último acesso em: 25 out. 2024.

RIBEIRO, D. **Sobre o Óbvio**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília, DF: Liber Livro, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **Os Tempos da História**. Leituras de Walter Benjamin. Brasília, DF: Liber Livro, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena; OLIVEIRA, André Luiz; ALMEIDA, Tatiani Maria Garcia. **A Atualidade da Filosofia da Práxis e políticas Educacionais**. Curitiba, UPF, 2018.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

SCHLESENER, Anita Helena. **Política e Educação**: a questão da cultura na formação dos trabalhadores. ENFIL – Revista encontro com a filosofia. ANO 8, N.11. 2020 (FEV-JUN). ISSN 2317-6628. UFF – Rio de Janeiro, 2020

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SILVA FILHO, L. M. da. A ensaística de Hannah Arendt em "A crise na educação". **Educação e Filosofia, Uberlândia**, v. 33, n. 67, p. 307–347, 2019. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-43064. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/43064>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CONAE 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>
Último acesso em: 02 out. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> . Último acesso: 01 out. 2024.

REPOD - **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 12, n. 2, p. 795-814, mai./ago. <https://periodicos.ufsm.br/reveduacao/article/view/70211/61505>; 2023

CARTA CAPITAL. **O golpe em curso**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-golpe-em-curso-so-para-quando-desmontar-o-estado-nacional/>. Último acesso em 18 set. 2024.
Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 223-243, maio/ago. 2017
<http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v8n2p223-243>.



Recebido em: 24/07/2024

Aprovado em: 11/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

O NOVO ENSINO MÉDIO E A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO

THE NEW HIGH SCHOOL AND THE CORPORATE REFORM OF EDUCATION

LA NOVA MEZIA LERNEJO EDUKADO KAJ LA KOMERKA REFORMO DE EDUKADO

Euvaldo Cotinguiba Gomes²⁶Claudio Eduardo Félix dos Santos²⁷

Resumo

O presente artigo visa a analisar como se deu o projeto de Reforma do Novo Ensino Médio, examinando os elementos ideológicos presentes nessa, como forma de atender ao ideário neoliberal e, principalmente, a concepção de educação de determinadas fundações, cujas bases vinculam-se diretamente a teoria do capital humano. Apontaremos elementos que justificam nossa hipótese de que jamais tivemos um projeto de ruptura com o sistema ou projeto qualquer que não fosse sempre uma educação pensada para o atendimento dos interesses do mercado e, por extensão, das elites. A Educação ofertada por meio do Novo Ensino Médio subordina a educação e a escola ao mercado, pois aponta um projeto de formação de novos trabalhadores na perspectiva da governamentalidade neoliberal. Examinaremos conceitos como o de capital humano que se consolidou ganhando corpo e sendo incorporado ao projeto educacional por meio de diversos atores da sociedade civil, representantes dessas que, simultaneamente, de propositores passam a defensores do modelo visando atender aos interesses mercantis privados e não a um projeto de educação pública, gratuita, universal e igualitária.

Palavras-chave: Educação. Novo Ensino Médio. Reforma.

²⁶ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Itapetinga, onde leciono Filosofia. Atualmente sou discente no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade – UESB. E-mail: euvaldocotinguibagomes@gmail.com

²⁷ Graduação em história pela Universidade de Pernambuco (1998), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2011). É professor titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) onde leciona nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade. É Pesquisador do Museu Pedagógico/UESB: grupo de pesquisa História e Memória das ideias e práticas pedagógicas Contra Hegemônicas e do Grupo de Estudos Marxistas em Educação (UNESP). Visando a contribuir com o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica, produz e orienta pesquisas e projetos de extensão no campo da memória e sua relação com a história e o trabalho educativo investigando questões relativas à construção de concepções de mundo e posicionamentos éticos e políticos na educação e na arte. E-mail: claudio.felix@uesb.edu.br



Abstract

This article aims to analyze how the New High School Reform project came about, examining the ideological elements present in it, as a way of meeting the neoliberal ideology and, above all, the conception of education of certain foundations, whose bases are directly linked to the theory of human capital. We will point out elements that justify our hypothesis that we have never had a project to break with the system or any project other than an education designed to serve the interests of the market and, by extension, the elites. The education offered through the New High School subordinates education and the school to the market, as it points to a project to train new workers from the perspective of neoliberal governmentality. We will examine concepts such as human capital, which has been consolidated and incorporated into the educational project through various civil society actors, representatives of which, at the same time, go from proposers to defenders of the model, with the aim of serving private market interests rather than a project for public, free, universal and equal education.

Keywords: Education. New High School. Reform.

Resumo

Ĉi tiu artikolo celas analizi kiel aperis projekton de Nova Mezlerneja Reformo, ekzamenante la ideologiajn elementojn ĉeestantajn en ĝi, kiel manieron renkonti novliberalajn ideojn kaj, ĉefe, la koncepton de edukado de certaj fondaĵoj, kies bazoj estas rekte ligitaj la teorio de homa kapitalo. Ni montras elementojn, kiuj pravigas nian hipotezon, ke ni neniam havis projekton por rompi kun la sistemo aŭ ajnan projekton, kiu ne ĉiam estis edukado desegnita por servi la interesojn de la merkato kaj, per etendo, de la elitoj. La edukado ofertita tra la Nova Mezlernejo subigas edukadon kaj lernejon al la merkato, ĉar ĝi montras projekton por trejni novajn laboristojn el la perspektivo de novliberala registareco. Ni ekzamenos konceptojn kiel la homa kapitalo, kiu firmiĝis, formiĝas kaj enkorpiĝas en la eduka projekto per diversaj agantoj de la civila socio, reprezentantoj de kiuj, samtempe, de esti proponantoj fariĝas defendantoj de la modelo celanta servi privatajn komercajn interesojn kaj ne libera, universala kaj egala publika eduka projekto.

Ŝlosilvortoj: Edukado. Nova Mezlernejo. Reformo.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos, por meio dessa pesquisa, algumas evidências de como o projeto de reforma do Novo Ensino Médio (NEM) atende, cada vez mais, às necessidades das classes dominantes e do sistema capitalista, capturando e incorporando os diversos instrumentos e organismos do próprio Estado a fim de melhor servir aos seus interesses. Mais que isso, tudo sendo feito como se esse fosse o único caminho de melhoria e recuperação do sistema educacional. Contudo, o que se tem é uma reforma que visa atender primeiramente aos interesses do mercado, aproveitando-se e



transformando o espaço público educacional em mais uma de suas fontes de lucro para a acumulação.

Nesse contexto, nossa hipótese é de que a educação se mantém e segue aprofundando a vocação de servir e atender aos interesses das classes detentoras do poder e ao próprio capital. Essa situação se dá, sobretudo, quando a educação incorpora em si teorias como a do *Capital Humano* sutilmente postas no sistema por meio dos diversos materiais formativos e das próprias teorias educacionais baseadas nesses elementos.

Pretendemos, por fim, identificar e apontar no Novo Ensino Médio alguns elementos ideológicos absorvidos e difundidos nesse projeto que corroboram a tese de que a educação foi e segue sendo uma das mais eficientes armas do sistema capital. Para tanto, mesmo que as teorias e movimentos que contestam o sistema o absorvam e se submetam ao aparato instrumental desse e, por vezes, justificam sua adesão pelas vias de um discurso seduzido pelo canto da sereia do vocabulário sistêmico, ainda assim, a educação segue o que sempre foi: uma poderosa arma não somente para o aprimoramento, a eficiência e o funcionamento do sistema, como também uma forma de contenção de qualquer revolta contra ele.

O NOVO ENSINO MÉDIO

Nas palavras de Fernando Azevedo (apud Niskier, 2001, p. 34), a educação na sociedade brasileira desde “[...] a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”, sempre foi um projeto a partir e para as elites que, em sua história, traz elementos que mostram como essa sempre atende aos interesses do capital, em um seguimento cego às regras do mercado. Por essa leitura, assim como assevera Niskier (2001):

[...] a organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas (Niskier, 2001, p. 34).

Dessa maneira, nessa seção iremos construir uma linha histórica do pensamento educacional brasileiro recente, apontando no Novo Ensino Médio alguns elementos



ideológicos que visam ao atendimento das demandas das elites e do mercado, deixando para segundo plano os projetos reais de transformação da sociedade.

O Novo Ensino Médio teve seu lançamento pelo Ministério da Educação (MEC) em setembro de 2016. Esse projeto se deu por meio da Medida Provisória N° - 746, de 22 de setembro de 2016, a qual instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e, ainda, a Lei n° 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Vale lembrarmos que, há aproximadamente 20 anos, o país vinha discutindo uma reforma para o Ensino Médio, pois era sabido e necessário que essa acontecesse. Entretanto, o que se deu a partir do Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi o atropelo de todo esse processo, visto que tudo que se havia discutido, simplesmente, foi desconsiderado e se apresentou uma reforma a toque de caixa. Essa reforma foi apadrinhada, sobretudo, pelos setores da sociedade civil vinculados ao empresariado nacional com forte presença no MEC e que defendem a adequação da educação aos interesses do mercado, principalmente de ordem financeira.

O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e, em seguida, sancionado pelo presidente da República, Michel Temer, em fevereiro do ano seguinte, 2017. Para entendermos o quanto essa reforma visava atender aos interesses do mercado e demandas de investimentos externos, no mês seguinte à sanção da Lei 13.415, ou seja, em março de 2017, o MEC já a apresentava a representantes do Banco Mundial e pleiteava investimentos junto desse para a implementação do referido projeto.

Em abril do mesmo período, o Senado Federal aprovou o acordo para celebração e recebimento de tais recursos²⁸. A partir deste momento, tivemos uma verdadeira corrida para que o projeto pudesse seguir e ter sua implementação nos Estados o mais rápido possível. Em uma rápida consulta ao site do MEC, podemos encontrar diversas

²⁸ A abordagem aqui apresentada teve como fonte de informações textos consultados no site: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/novo-ensino-medio>. A Medida provisória do Novo Ensino Médio pode ser ainda consultada na sua íntegra no seguinte endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48601-mp-746-ensino-medio-link-pdf&category_slug=setembro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 set. 2022



notícias publicadas nos meios de comunicação que mostram o *frenesi* que tomou conta do mercado, sendo esses manifestos por articulistas, consultores e diversos formadores de opinião defendendo não somente a reforma, como a urgência de sua implementação.

Dentre os Estados que primeiro implementaram a reforma, tivemos São Paulo e o Distrito Federal, que aprovaram suas proposições, sendo essas formuladas por consultorias de fundações e institutos empresariais como Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA. Essas são as principais articuladoras, formuladoras e prestadoras de consultorias em diversos estados e municípios do país, além de o fazerem ao próprio Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Logo, os estados de São Paulo e do Distrito Federal foram sendo seguidos pelos demais Estados que teriam até 2022 para inalteravelmente adequar e tocar o reformismo proposto. Entramos, dessa forma, em definitivo, no que podemos denominar “a era dos reformadores empresariais na Educação”²⁹.

NOVO ENSINO MÉDIO, IDEOLOGIA E O CAPITAL HUMANO

A educação no cenário de sociedade no qual nos encontramos, resulta por ser fruto da consciência alienada. Logo, ela atende e segue servindo à manutenção de um modo que é próprio da sociedade capitalista. Não há mudanças, mesmo que os discursos apontem possibilidades e os projetos de reformas apareçam com tais justificativas, essas são meros subterfúgios, pois funcionam como uma forma de acalmar as crises do próprio sistema e não para que se mude de fato o estado permanente de submissão e alienação social, como bem afirma Mészáros (2016):

Poucos negariam hoje que a educação e os processos de reprodução mais amplos estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas

²⁹ Sobre essa questão, há um importante e relevante artigo do Professor Doutor Luiz Carlos de Freitas publicado na **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012 intitulado “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação”. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade/119-v33-abr-jun-2012-educacao-sociedade>. Acesso em: 29 set. 2022



para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico. É-se autorizado a ajustar as formas através das quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com a regra geral pré-estabelecida da reprodução societária, mas nunca se pode alterar a própria regra geral. (Mészáros, 2016, p. 25)

Ao apontarmos esses questionamentos, entendemos que o atual cenário da educação decorre de uma série de escolhas e projetos anteriormente implantados que, a partir do advento neoliberal e, mais recentemente, com o pós-neoliberalismo intensificou-se. Pensamos o neoliberalismo como uma ideologia que afeta e interfere sistematicamente nos projetos educacionais e nos projetos de educação como um todo.

Essas ideologias minam o sistema e estabelecem formas de pensar que eliminam por completo outros modos de refletir a própria educação. A esse respeito, apontam Anderson (1995) e Harvey (2008) que a preocupação e a ação central desses governos – guiados pela ideologia neoliberal – é atender aos interesses do sistema financeiro e, para isso, sacrificam empregos, estrangulam sindicatos, reduzem investimentos sociais, privatizam empresas estatais etc. Nesse sentido, abrimos possibilidades de interpretarmos determinadas características da sociedade atual como o processo de polarização política e o reaparecimento de ideologias extremistas.

Tratando-se de um projeto como o que se desenvolve a partir do Novo Ensino Médio (NEM), isso se evidencia, mais ainda, ao vermos que esse teve toda sua articulação a partir do setor privado em diálogo constante com representantes do poder público e, muitas vezes, tendo dentro do próprio sistema público agentes do setor privado agindo como mediadores nos espaços públicos. Pode-se apontar como exemplo a ação do “Movimento pela Base”, articulado e pensado a partir de instituições como Itaú, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Inspirare, entre outros; esses tiveram profunda participação na elaboração daquilo em que se tornou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada no pós-reforma do Ensino Médio, em 2018.



São diversas as fundações e suas estreitas ligações com o Ministério da Educação em todo esse estágio. Vale salientarmos que essas ligações vêm de longe, pois no processo da aprovação da Reforma do Ensino Médio tivemos participação ativa de outras organizações, como o “Todos Pela Educação”. Essas organizações, como bem define Catini (2021) são os ativistas do “bem comum”; contudo, esse “bem” sempre está direcionado e atende, essencialmente, aos interesses dos grandes conglomerados que, por vezes, são os seus patrocinadores e financiadores, e em troca acabam por torná-los seus porta-vozes e fiadores nas instituições públicas.

O NEM se torna, dessa maneira, um espaço privilegiado aos grupos empresariais; isso posto, eles podem seguir quase que funcionando como uma extensão de suas empresas. A Escola, por sua vez, converte-se em um espaço de treinamento, tudo isso possível graças aos consensos e hegemonia que essas empresas passam a ter dentro desses organismos. Nesse ponto, interessa-nos pensar de que forma o setor privado passa a municiar e alimentar os espaços públicos com suas ideologias e com todo aparato de condições que lhes interessam para poderem, assim, estender os tentáculos de sua exploração. Catini (2021) nos dá uma pista de como esse processo ocorre ao postular que:

O alto empresariado nacional apresenta suas ações como atividades “sem fins lucrativos” e promotoras de engajamento nas causas sociais enquanto parte da juventude que não tem mais nada o que vender – ou investir – além de sua própria pele, se autor representa como “ativista” do próprio empreendedorismo, ostentando um modo de vida “empoderado”, “autossustentável”. Desse modo, a empresa privada pode aparecer livre da forma empresarial e a juventude trabalhadora como simulacro de empresas de si mesmos. Talvez isso ocorra porque, de fato, há uma espécie de ativismo empresarial que se volta para os direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras, enquanto a militância juvenil – por adesão ou por necessidade – acabam representando papel de devoção ao capital (Catini, 2021, p. 92, grifos da autora).

No entanto, o que nos interessa é apontar aqui como esse processo alcança e se estabelece dentro das escolas e por meio dos diversos projetos desenvolvidos nesses espaços justamente através de toda a ideologia que trazem consigo, a fim de consolidar e sustentar a Educação como mais um *front* para a exploração. Nesse viés, a ideologia solidifica-se por meio de ações e também de materiais como livros e módulos



distribuídos às escolas, antes, porém, essa vem devidamente justificada nos projetos de reforma educacional.

Tais projetos são devidamente subsidiados pelas diversas ações que os grupos financeiros por trás das diversas fundações e sua “boa vontade” em transformar e melhorar a vida educacional do país. A esse respeito, apresentamos uma reflexão de Gaudêncio Frigotto (2012), acerca da questão em comento, quando declara que:

A ideologia do capital humano atualiza-se por novas noções que agudizam o ocultamento da perda do direito ao emprego, precarização, exploração e novas formas de expropriação do trabalhador e de adequação do conhecimento, cultura e formação ao que serve ao mercado e à acumulação de capital. No plano mais geral desaparecem as palavras de nação e desenvolvimento que são substituídas por mercado e mercados emergentes; O trabalho metamorfoseia-se em “trabalhabilidade ou laborabilidade” e a noção de emprego em “empregabilidade”; os direitos conquistados por desregulamentação e flexibilidade; a qualificação transmuta-se em carteira de competências e habilidades”. O resultado cínico desta operação ideológica é culpar o trabalhador por seu desemprego ou precarização do mesmo (Frigotto, 2012, p. 12, grifos do autor).

Ressaltamos ainda que, em nosso entendimento, a ideologia parte do pressuposto da ideia cuja racionalidade é submetida às suas próprias leis subjetivas, tomando o real muitas vezes como produto do mundo ideal. Nesse aspecto, tudo que hoje vemos ser aplicado no que toca à educação – e a esse processo de reforma empresarial a que está submetida – atende ao mundo ideal do mercado e de seus ideólogos.

Avançamos, aqui, para além do pensamento inicial sobre o que seria a teoria do *Capital Humano*, posto que está muito além da concepção inicial proposta por Schultz (1973), de que essa seria uma forma de ser capitalista por meio do investimento em educação e treinamento. Frigotto (2012) atualiza esse termo conceito ao mostrar – por meio da informação acerca de um trabalho realizado por professores da Universidade de Frankfurt, onde tratam de palavras do discurso público – que os sentidos se distanciam e acabam, até mesmo, por negar o que se propõe podendo esses, por meio das palavras, serem até violadores da dignidade humana. No caso do conceito de *Capital Humano*, escolhido em 2004 justamente por ser um termo que “[...] degrada pessoas a grandezas de interesse meramente econômico” (Altvater, 2010, p. 75 *apud* Frigotto, 2012, p. 10).



Vale ainda pontuarmos sobre a teoria do *Capital Humano* e sua presença na educação, que este é um tema discutido por muitos pesquisadores que discutem essa questão e da qual já se tem uma respeitável produção. Assim sendo, destacamos a obra de José Oliveira Arapiraca “A USAID e a educação brasileira”, livro publicado nos idos de 1982, que teve como pano de fundo o trabalho de pesquisa realizado durante o seu mestrado em educação cujo título original é “A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano”. (1979).

Nessa obra citada, o autor busca demonstrar que os investimentos realizados por meio da USAID - United States Agency for International Development, na educação brasileira visavam, acima de tudo, garantir o lucro dos capitais investidos no país. Dessa forma, uma vez que o próprio sistema educativo assegurava a possibilidade de implementação do novo modelo econômico vigente nos países detentores do capital e nós, como um país de capitalismo periférico, carecíamos de educação que pudesse ser adequada e conveniente ao sistema. Essa é uma realidade que, conforme o pesquisador, vai se aperfeiçoar principalmente a partir de 1964. Outros trabalhos que destacamos é a obra “Educação e Capitalismo Real” de Gaudêncio Frigotto (1995) e “Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação” de Wagner Rossi (1978).

Não pretendemos, neste trabalho, cair no ingênuo juízo de que há no pensamento ideológico presente na educação atual, uma preocupação em preparar para o trabalho imediato requerido pelos setores produtivos. Essa questão é superada e muito bem apresentada suas razões em análise do próprio Frigotto (2006), ao tratar da questão em seu texto a “Produtividade da Escola Improdutiva” quando assevera que “[...] o específico da escola não é a preparação profissional imediata” (Frigotto, 2006, p. 166).

Em síntese, a Teoria do *Capital Humano*, hoje, materializa-se nas novas formas ideológicas que se formam nesses indivíduos. Há um processo de autculpabilização do sujeito, pelo insucesso na vida ou, até mesmo, o sentimento de incapacidade e de que não são bons o suficiente para as necessidades do mercado. Os novos indivíduos são formados para que desenvolvam habilidades e competências que lhes assegurem empregabilidade em uma sociedade que já não tem emprego e que responsabiliza o sujeito por esse fracasso, e não o próprio sistema e sua crise estrutural.



INFLUÊNCIAS PÓS-NEOLIBERAIS E OS REFORMADORES EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO

No que tange às influências pós-neoliberais na educação, notamos que para seus ideólogos, essa é tão somente mais um ramo da economia, reduzindo-a à função de criar e explorar o capital humano. A escola dantes pensada como universal é posta em xeque, submetida agora aos interesses predatórios do Capital. Dardot e Laval (2016) indicam como as mudanças relativas à nova economia de mercado possibilitaram que o Estado acabasse à mercê dos interesses de mercado. A reforma do ensino médio é mais um episódio em meio a essa disputa, fato que ficou bastante evidente durante o processo de discussões em torno da PL de Conversão nº 34/2016 até a efetivação desta na Lei nº 13.415/2017 é o que apontam Ferreti e Silva ao afirmar que

Da análise das audiências públicas ficou evidente o cenário da disputa em torno das finalidades, dos conteúdos e dos formatos que deve ter o ensino médio brasileiro. O maior ou menor atrelamento da reforma curricular a questões de ordem pragmática, tais como a adequação a demandas econômicas e de mercado, a melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, ou, ainda, a contenção do acesso à educação superior por meio da profissionalização, entre outras, caracteriza disputas por hegemonia em torno de um projeto formativo e de sociedade, disputas que atravessam o Estado e suas instâncias decisórias no âmbito do legislativo e do executivo, bem como de seus interlocutores. (Ferreti; Silva, 2017, p. 396).

Nesse ponto, chamamos atenção à questão sobre como o discurso empresarial, do sujeito que se realiza exclusivamente pelas vias do trabalho, daquele que por mérito próprio conquista o mundo acabou por forjar o “indivíduo ideal” para a empresa. A escola envolveu-se e trouxe para dentro dos seus espaços a responsabilidade de formar esse “neo-sujeito”, esse “homem que faz a si mesmo”? (Dardot; Laval, 2016, p. 327). Há, portanto, uma nova forma de conceber o trabalho e a relação do sujeito com o trabalho e com a empresa.

O princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente são possíveis se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Em outras palavras, isso pressupõe conceber a empresa como uma entidade composta de pequenas empresas de si mesmo (Dardot; Laval, 2016).

Essa compreensão é fundamental e ela fica mais evidente ao analisarmos os meios pelos quais os elementos ideológicos são devidamente postos nas reformas



educacionais empresariais de forma sutil. Por exemplo, quando se constrói uma linguagem e vocabulário próprio a não assustar, mas, sim, cooptar os próprios educadores e todos aqueles que estão envolvidos na vida educacional e na vida escolar; uma das funções dessa nova linguagem, é produzir e distribuir os novos valores para a educação, valores esses que estão diretamente vinculados e de acordo com os valores do mercado. Tal linguagem traz consigo novas formas de associação e agenciamento das instituições educacionais, da escola, da secretaria de educação, do secretário e de todos os que estão ali no entorno participantes do processo educativo e pedagógico.

Esse processo é muito bem articulado e negociado por meio das fundações, organizações e demais entidades que operam como “amigas da escola”, consultoras e prestadoras de serviços para a melhoria educacional do país, do estado e do município. Ao fazerem isso, esses organismos estendem seus tentáculos sobre a coisa pública e passam a operar na defesa da privatização, da desregulação, da economicidade, da eficiência etc., do Estado³⁰.

O vocabulário neoliberal, por fim, serve única e exclusivamente para que tudo e todos sejam convertidos ao estado de mercadoria, por meio da naturalização do sistema capital dentro das instituições; esse vocabulário encontra-se totalmente incorporado e ativo nos espaços educacionais públicos. Em uma sociedade pós-neoliberal, já não precisamos disfarçar o seu alcance e propósito, pois ele não encontra resistência nem mesmo naqueles que historicamente um dia lhe foram críticos, como os políticos de esquerda. Toda essa conquista se dá, mormente, por meio dessa linguagem absorvida, incorporada e tornada comum nos espaços em que se opera, seja na educação ou na própria sociedade em geral, como pontua Giroux (2019):

O neoliberalismo potencializou o modo como a linguagem é usada tanto na educação quanto na sociedade em geral. O neoliberalismo trabalha para se apropriar dos discursos associados à democracia liberal que já foram normalizados, para limitar seus significados e usá-los para significar o oposto do que eles significaram tradicionalmente, especialmente com relação aos direitos humanos, justiça, julgamento informado, ação-militância crítica e democracia em si. Está em curso uma guerra, não só em torno das estruturas

³⁰ A esse respeito há relevante trabalho da pesquisadora Dr^a Mariângela Bairros publicado em [NEM-Novo-Ensino-Medio.pdf](#), neste relatório ficam evidentes elementos que apontam como a reforma do ensino médio foi marcada pela influência de setores privados. É apresentado um levantamento das instituições privadas dentro da SEDUC – RS, participando tanto da formulação das políticas do Novo Ensino Médio, como das formações continuadas



econômicas, mas também se disputam a memória, as palavras, os significados e a própria vida política (Giroux, 2019, on-line).

Recordemos, em vista disso, o pensamento de Bourdieu e Passeron (2014,) ao argumentarem ter a esquerda subestimado as dimensões simbólicas e pedagógicas da luta, não tendo sido capaz de forjar as armas adequadas para o combate neoliberal nesse *front*. Diante dessa realidade, como pensar a educação, ou melhor, há ainda o que pensar sobre educação? Em um primeiro momento podemos responder a essa questão tomando a síntese feita por Giroux (2019) ao dizer que:

A educação, no paradigma neoliberal deixou de ser vista como força central da política e ponto de intersecção de linguagem, poder e política. Mais que isso: em tempos em que a cultura civil está sendo erradicada, as esferas públicas esvaem-se e noções de cidadania partilhada parecem obsoletas, palavras que dizem a verdade, revelam injustiças e oferecem análise crítica bem-informada também já começam a desaparecer. Nesse quadro, é cada vez mais difícil atacar criticamente o que o liberalismo dá à colonização da linguagem (Giroux, 2019, on-line).

Esse processo, dentro dos espaços públicos de educação, ocorre de maneira muito tranquila e praticamente sem resistência das instituições. Ao contrário, as instituições, muitas vezes, acabam totalmente seduzidas e participantes ativas desse processo, são até mesmo as proponentes e parceiras com os setores controladores do capital. Ainda, essas instituições atuam como elementos que requerem um maior aprofundamento em sua análise, mas que servem para ilustrar algumas das formas pelas quais o processo de colonização das instituições se dá, ou seja, antes de uma colonização da linguagem existe uma colonização dos espaços. A pesquisadora Carolina de R. Catini (2021) nos relata e mostra bem essa situação em artigo publicado na Revista *Geminal*, salienta ela:

Na área da formação de profissionais da educação, a Cátedra de Educação Básica foi criada em 2018 dentro da Universidade de São Paulo (USP) por meio de uma parceria entre Itaú Social e o Instituto de Estudos Avançados (IEA). Em conjunto com o financiamento da pesquisa por meio de capital privado, esse tipo de iniciativa perfaz uma estratégia poderosa da combinação da “política do caruncho” com o imediato preenchimento dos vazios deixados pelas mordidas, além de mostrar uma grande capacidade de ultrapassar barreiras e passar a transitar livremente na universidade pública, local onde encontrava maior resistência. Com essa articulação, o Itaú leva consigo para a universidade pública outros 17 “parceiros institucionais”, todos empresariais,



dentre os quais a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Roberto Marinho. Por enquanto, a cátedra oferece cursos virtuais gratuitos de formação de professoras e professores, faz pesquisa da educação básica e tem edital de chamamento para projetos de pesquisa de pós-doutorado com ou sem bolsa (Catini, 2021, p. 100, grifos da autora).

Verificamos, para tanto, que essa é uma situação clara dos meios pelos quais os reformadores empresariais da educação conseguem alcançar seus objetivos e assumirem papel decisivo no processo educacional nacional. Eles ocupam o vazio deixado pelo poder público em termos de investimento e como “bons amigos da escola” desempenham e passam a definir e ter o controle sobre os modelos que querem dentro das escolas. Além disso, atacam da formação dos estudantes à formação dos que irão formar, são generosos na oferta de benefícios, pois sabem que, assim, assumirão os diversos *fronts*, educandos e educadores. Todos devidamente educados pelo capital e para o capital.

É a partir desse conjunto de ações que nasce a atual reforma do ensino médio. Ela não cai por acaso sob nossas cabeças, é resultado de um processo construído e devidamente preparado por instituições que desejam aprofundar seu controle e domínio sobre o modelo educacional brasileiro. Para isso, o momento ideal se dá justamente em um período de crise política das instituições em que um governo ilegítimo assume e abre as portas para entrada definitiva dos interesses privados.

A reforma apresentada e realizada por meio de Medida Provisória inicialmente e, depois, transformada em lei mediante projeto de Emenda Constitucional, veio para atender muito mais aos anseios dos grupos financeiros e empresariais que dos próprios estudantes, como justificado e amplamente discutido nas propagandas apresentadas nos meios midiáticos.

Outro aspecto observado, e que muitos pesquisadores chamam atenção, é o fato de que “a reforma é cruel com os estudantes porque cria uma ideia de que, se fizerem tudo certo, eles vão ter sucesso”. Ou seja, para além de ser um processo altamente ideologizado ainda compromete os aspectos subjetivos do estudante. Há, como destacamos anteriormente, uma transferência da responsabilidade do fracasso sempre ao sujeito e nunca aos que controlam e operam o sistema.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a questão da educação em um mundo dominado pela necessidade de conversão de tudo quanto há em mercadoria, constitui um dos grandes desafios do nosso tempo, sobretudo no campo educacional. As questões e reflexões rápidas que trouxemos nesse pequeno artigo, visaram levantar algumas possibilidades para esse "pensar, considerando o cenário brasileiro e, especialmente, elementos que possam abrir horizontes para o entendimento do fenômeno de reformas não como acontecimentos isolados ou ações pontuais, porém como uma construção presa aos elementos históricos do modelo econômico e da sociedade como um todo.

A Educação e os sujeitos nela envolvidos constituem, assim, mais um produto para o capital e uma fonte para ampliar o acúmulo de riqueza para grupos financeiros. Como tal, é preciso que se pense sobre para que possamos dentro desse espaço e sob tais condições, construir possibilidades de resistência, mas isso só será possível e real se tivermos clareza do que acontece nesse espaço.

Como se vê, no que diz respeito às relações entre educação e sociedade, entendemos que a educação traz consigo uma ampla margem de autonomia em face da primeira. Tanto que lhe cabe um papel decisivo na conformação da sociedade: evitar a desagregação social, como defende Saviani (1993); e garantir a construção de uma sociedade igualitária. De tal forma, esse papel constitui-se como um desafio à educação atualmente (Saviani, 1993).

Há outras questões a serem observadas e analisadas para melhor entendermos esse processo de reforma empresarial da educação. Um dos que chamam bastante atenção, mas que não foi possível analisar, é no tocante dos livros didáticos, totalmente reformulados e que tiveram a própria política de aquisição bastante comprometida.

Em uma rápida olhada no que foi encaminhado às escolas, é possível constatar que os livros sofreram grandes perdas, pois esses revelam, muito claramente, que o material disponibilizado visa muito mais atender aos interesses do mercado. Isso se dá pelo fato de que são materiais didáticos com baixíssima incidência de conteúdo, concentrados em uma pseudopedagogia de projetos que desconhecem ou excluem qualquer possibilidade de integração curricular, entre disciplinas e eixos temáticos. Além de apresentarem diversos conteúdos de disciplinas distintas juntos, mas nada integrado e sem delimitações precisas das próprias disciplinas.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

O que estamos vendo ao fim do projeto de reforma, é uma grande miscelânea de intenções sem qualquer coerência com um projeto real de reforma educacional de fato. Ao fim, podemos concordar com o que afirmou Michel Torres (2021), coordenador da “Frente Nacional por um PNLD Democrático” e professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro ao afirmar que “[...] trata-se de um projeto que veio para acirrar a dualidade estrutural da educação brasileira, direcionando os filhos da classe trabalhadora que estão nas escolas públicas para o mercado de trabalho precarizado”³¹.

Um grande desafio posto nessa discussão é reafirmarmos e “[...] mostrar a necessidade lógica, social e histórica da escola existente na sociedade capitalista, pondo em evidência aquilo que ela desconhece e mascara: seus determinantes materiais” (Saviani, 1993, p. 41).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARAPIRACA, José Oliveira; **A Usaid e a Educação Brasileira**. São Paulo, Editora Cortez, 1982.

ARAPIRACA, José Oliveira; **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**, Rio de Janeiro, 1979. Tese para obtenção do título de mestre em educação, FGV, Rio de Janeiro, 1979 disponível em [A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano](#), acesso em nov. 2024.

BAIRROS, Mariângela. **O Novo Ensino Médio: Quem são as instituições privadas que formulam as políticas do NEM?** Porto Alegre: UFRGS, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br>

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução** – elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes. 7ª ed. 2014.

CATINI, C. R. A Educação Bancária, “Com um Itaú de Vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p. 90-118, abr. 2021.

³¹ Sobre essa temática, vale a pena leitura da entrevista concedida por Michel Torres a Maíra Mathias, publicada pelo portal EPSJV/Fiocruz, em 18 maio. 2021 e reproduzida, também, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609406-livro-didatico-sela-guinada-para-o-novo-ensino-medio>. Acesso em: 24 out. 2022



Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43748>.
Acesso em: 26 out. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R da. **Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia**. Educ. Soc. Campinas, v, 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora. 2006.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho em Tempos de Insegurança**. In: Ciclo de Conferências do Bacharelado em Ciências do Trabalho. 2012. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: DIESE. 2012. Disponível em: <https://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/DIESE.-Artigo.-2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

GIROUX, H. **O Neoliberalismo é a Nova Face do Fascismo** – A linguagem da educação neoliberal. Entrevistado: Henry Giroux. Entrevistadora: Mitja Sardoc. Tradução: Coletivo Vila Matinga. **Blog do Alok**. 06 jan. 2019. Disponível em: <https://blogdoalok.blogspot.com/2019/01/o-neoliberalismo-e-nova-face-do.html#more>. Acesso: 26 out. 2022.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo, História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 4ª ed. 2016.

NISKIER, A. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. Rio de Janeiro: FUNARTE. 2001.

ROSSI, Wagner Gonçalves; **Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. São Paulo, Cortez & Moraes Editora, 1978.

SAVIANI, D. **Educação e Democracia** – polêmicas de nosso tempo. Campinas: Editora Autores Associados. 1993.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.



Recebido em: 11/09/2024

Aprovado em: 14/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

**VONTADE, AUTONOMIA E UNIVERSALIDADE:
Um ensaio sobre a capacidade da Razão Prática de gerir
autonomamente a conduta moral sob uma perspectiva
universalista na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de
Kant**

**WILL, AUTONOMY, AND UNIVERSALITY:
An essay on the capacity of practical reason to autonomously manage
moral conduct from a universalist perspective in Kant's *Groundwork of
the Metaphysics of Morals***

**VOLO, AUTONOMIO KAJ UNIVERSALECO:
eseo pri la kapacito de Praktika Racio aŭtonomie administri moralan
konduton de universalisma perspektivo en la *Fundamento de la
Metafiziko de Moralo* de Kant.**

Fernanda Cardoso³²**Resumo**

O texto busca responder à questão: quando começamos a refletir e deliberar sobre nossa conduta moral, colocando-nos no lugar dos outros?, ou, mais especificamente, de que forma gerimos, de maneira arbitrária, nossa conduta a partir de uma perspectiva que prioriza o bem de todos os seres humanos de forma universal? Com o objetivo de responder essa questão, parto da hipótese de que o conceito de *Razão Prática*, frequentemente tratado como 'Vontade' na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de Kant, pode esclarecer o desenvolvimento de nossa capacidade de refletir e gerir autonomamente nossas ações sob uma ótica que coloca todos os indivíduos em condições de igualdade, isto é, sob uma perspectiva universalista. Para atingir esse objetivo, minha investigação se desdobra nas seguintes etapas: (1) analiso o conceito de Vontade a partir dos conceitos de *Dever* e de *Razão Prática*; (2) analiso o conceito de *Autonomia* a partir dos conceitos de *liberdade* e de *Lei Moral*; e (3) sintetizo as duas análises precedentes e abordo com mais detalhes o conceito de *Imperativo Categórico* no sentido de buscar responder como o conceito de Vontade pode nos ajudar a compreender o processo pelo qual passamos a direcionar nossa conduta a partir de uma perspectiva universalista. Concluo que, embora a reflexão autônoma seja o caminho para a liberdade e para uma conduta moral universal, ela ainda pode — e deve — ser socialmente cultivada.

³² Atualmente é graduanda em Filosofia (Bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e realiza pesquisa de Iniciação científica com financiamento FAPESP sob orientação do Prof. Dr. Silvio Seno Chibeni (IFCH/UNICAMP). E-mail: f234369@dac.unicamp.br



Palavras-chave: Dever. Ética Racionalista. Lei Moral. Liberdade. Imperativo Categórico.

Abstract

The text seeks to answer the question: when do we begin to reflect and deliberate about our moral conduct, putting ourselves in the place of others? Or, more specifically, how do we arbitrarily manage our conduct from a perspective that prioritizes the well-being of all human beings universally? In order to answer this question, I begin with the hypothesis that the concept of *Practical Reason*, often referred to as 'Will' in Kant's *Groundwork for the Metaphysics of Morals*, can shed light on the development of our capacity to reflect upon and autonomously manage our actions from a perspective that places all individuals in conditions of equality—that is, from a universalist perspective. To achieve this goal, my investigation unfolds in the following stages: (1) I analyze the concept of Will from the perspectives of *Duty* and *Practical Reason*; (2) I analyze the concept of *Autonomy* from the perspectives of *Freedom* and *Moral Law*; and (3) I synthesize the two previous analyses and discuss in more detail the concept of the *Categorical Imperative* in order to explore how the concept of will can help us understand the process by which we begin to direct our conduct from a universalist perspective. I conclude that, while autonomous reflection is the path to freedom and universal moral conduct, it can—and must—still be socially cultivated.

Keywords: Duty. Rationalist Ethics. Moral Law. Freedom. Categorical Imperative.

Resumo

La teksto celas respondi la demandon: kiam ni komencas pripensi kaj interkonsiliĝi pri nia morala konduto, metante nin en la ŝuojn de aliaj?, Aŭ, pli specife, kiel ni arbitre administras nian konduton el perspektivo, kiu prioritatas la bonon de ĉiuj homoj universale? Por respondi ĉi tiun demandon, mi komencas de la hipotezo ke la koncepto de Praktika Racio, ofte traktata kiel "Voleco", en la Fundamento de la Metafiziko de Moralo de Kant povas klarigi evoluon de nia kapablo aŭtonome pripensi kaj administri niajn agojn, sub perspektivo kiu metas ĉiujn individuojn je egalaj kondiĉoj, tio estas, de universalisma perspektivo. Por atingi ĉi tiun celon mia esploro disvolviĝas en la sekvaj paŝoj: (1) Mi analizas la koncepton de "Voleco" el la konceptoj Devo kaj Praktika Racio; (2) Mi analizas koncepton de Aŭtonomio bazita sur la konceptoj de libereco kaj Morala Juro; kaj (3) Mi sintezas la du antaŭajn analizojn kaj traktas koncepton de Kategoria Imperativo pli detale por serĉi respondi kiel la koncepto de Voleco povas helpi nin kompreni procezon per kiu ni komencas direkti nian konduton el universalisma perspektivo. Mi konkludas ke, kvankam aŭtonoma pripensado estas la vojo al libereco kaj universala morala konduto, ĝi ankoraŭ povas - kaj devus - esti socie kultivita.

Ŝlosilvortoj: Deveco. Racionalisma Etiko. Morala Juro. Libereco. Kategoria Imperativo.



INTRODUÇÃO

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785)³³, Immanuel Kant estabelece o conceito de *Vontade* como fundamento da moralidade e, em momentos pontuais, o desenvolve a título de ‘*Razão Prática*’. Embora Kant analise o conceito de *Razão Prática* propriamente dito apenas na segunda seção, na qual ele finalmente revela que “a *Vontade* não é outra coisa senão *Razão Prática*” (Kant, 2007, p. 47), todo o percurso argumentativo da obra é pautado no conceito de *Vontade*, seu correlato. Com o propósito de explicar, no interior da filosofia moral kantiana, o processo pelo qual as pessoas passam a levar em consideração todas as outras pessoas na deliberação de sua conduta em busca de um bem comum, este ensaio tem por objetivo analisar, embora modestamente, o conceito kantiano de *Razão Prática* no contexto argumentativo da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (FMC), onde quase sempre é referido como *Vontade*. Na FMC, Kant buscou fundamentar a possibilidade de uma metafísica dos costumes para então tornar inteligível sua *Crítica da Razão Prática* (CRPr)³⁴. No prefácio da FMC, Kant nos indica que “esta obra de caráter introdutório ainda não consistia em uma *Crítica da Razão Prática Pura* porque procurava apenas estabelecer o ‘princípio supremo da moralidade’, sem considerar a relação do uso prático da razão com seu uso especulativo” (Hulshof, 2014, p. 29). Em última análise, Kant estabelece na FMC, a partir do seu conceito de *juízo sintético a priori* previamente estabelecido na *Crítica da Razão Pura* (CRP), as premissas a partir das quais desenvolverá sua metafísica dos costumes na CRPr. No entanto, pretendo reconstruir o conceito de *Razão Prática* não a partir da CRPr (tampouco a partir da CRP), mas principalmente a partir da FMC, que serve como intermediadora entre ambas as *Críticas* ao suceder a CRP e anteceder a CRPr e, portanto, envolve elementos de ambas. Parto da hipótese de que já na FMC é possível vislumbrar como Kant concebe o processo de aprendizado pelo qual o sujeito passa a refletir sua conduta moral a partir de um ponto de vista que considera todos universalmente e busco corroborar minha leitura por meio de outras obras de Kant, em especial *Sobre a Pedagogia* (2017b), mas de modo complementar.

³³ Uso a tradução de Paulo Quintela (2007) da FMC como referência principal para este ensaio.

³⁴ Uso as traduções de Monique Hulshof (2017a) e de Valério Rohden (2016) da CRPr, e a referência de acordo com a edição da Akademie Ausgabe (AA), 1902.



Kant defende, já no prefácio da FMC, que a filosofia moral deve ser uma disciplina separada e distinta da filosofia teórica, e, além disso, deve ser puramente racional e independente da experiência empírica, pois as leis que são estudadas pela filosofia moral, as *leis da liberdade*, são derivadas da razão pura, ou seja, da capacidade humana de raciocinar abstratamente, independentemente das contingências. Da mesma forma que a Física Empírica deve ser complementada por uma Metafísica da Natureza que explore os fundamentos racionais da natureza, a Antropologia Prática, que estuda o comportamento humano a partir da investigação empírica, deve ser complementada por uma Metafísica dos Costumes, que seja cuidadosamente depurada de elementos empíricos. Essa Metafísica dos Costumes deve investigar até que ponto a razão pura pode contribuir para o conhecimento moral e de onde ela obtém seus ensinamentos *a priori*. Enquanto as regras práticas podem ser derivadas da experiência e podem ter uma validade limitada, as leis morais são estabelecidas *a priori* e têm uma validade universal. Além disso, uma Metafísica dos Costumes é indispensável não apenas para investigar os princípios práticos *a priori* que residem na razão, mas também para fornecer uma norma suprema e um fio condutor para julgar corretamente os costumes. Tendo em vista o objetivo de fundamentar sua filosofia moral puramente racional, Kant estrutura sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* em três seções: a primeira é dedicada à transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico; a segunda, à transição da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes; e, por fim, a terceira, à transição da metafísica dos costumes para a crítica da Razão Prática pura. A primeira seção da FMC analisa o conceito de *Dever* e chega a uma primeira formulação do princípio fundamental da moralidade, o *Imperativo Categórico*, cuja representação exige a *Razão Prática*, conceito que será analisado na segunda seção da FMC. Ao passo que as duas primeiras seções da FMC são analíticas, a terceira seção da FMC é sintética, pois busca demonstrar a validade universal do Imperativo Categórico a partir do conceito de *liberdade*. A tarefa da terceira seção, apresentada no final da segunda seção (Kant, 2007, p. 91), é explicar como é possível conceber *a priori* uma proposição prática sintética e por que essa proposição é necessária, ou seja, como é possível conceber o *Imperativo Categórico* e por que esse imperativo é categórico. Neste ensaio, não pretendo reconstruir todo o percurso



argumentativo da FMC, mas sim caracterizar o conceito de *Vontade*, com ênfase para sua Autonomia e Universalidade, no contexto desse percurso argumentativo.

Visto isso, o recorte deste ensaio é delimitado pelo seguinte problema: como o conceito de *Vontade*, cuja Autonomia é o “princípio supremo da moralidade”, pode contribuir para explicar como desenvolvemos nossa capacidade de autonomamente refletir e gerenciar nossa conduta moral sob uma perspectiva que considera todos os nossos pares em uma condição de igualdade, isto é, sob uma perspectiva universalista? Desse modo, as etapas da minha investigação cujo alvo é responder esse problema podem ser resumidas em três: (1) analiso o conceito de *Vontade* com base principalmente nas duas primeiras seções da FMC, buscando articular os conceitos de Dever e de Razão Prática com o conceito de *Vontade* para ilustrá-lo; (2) analiso o conceito de Autonomia com base principalmente na segunda e na terceira seção da FMC, buscando articulá-lo com os conceitos de liberdade e de *Lei Moral* para melhor caracterizá-lo; (3) sintetizo as duas análises precedentes buscando explicar a relação entre a Autonomia da *Vontade* e a Universalidade da *Lei Moral*, o Imperativo Categórico, e, o mais importante, buscando mostrar como o conceito de *Vontade*, cuja Autonomia e Universalidade fundamentam a metafísica dos costumes kantiana, pode nos ajudar a responder como passamos a arbitrariamente gerenciar nossa conduta moral a partir da perspectiva que privilegia o que é universalmente bom para todos os seres racionais em geral.

Vontade: introduzindo a Razão Prática a partir da ideia de Dever

Para esclarecer o conceito de *Vontade*, Kant analisa o conceito de Dever na primeira seção da FMC, cujo percurso argumentativo parte “do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico” (Kant, 2007, p. 21). Kant argumenta na FMC (Kant, 2007, pp. 35-37) que não é necessário ter uma perspicácia excepcional para cultivar nossa moralidade. O conceito de uma boa *Vontade*, que é altamente estimável em si mesma e sem qualquer intenção ulterior, já está presente no bom senso natural. Mesmo sem experiência ou conhecimento profundo do mundo, até as pessoas mais mal educadas possuem um senso de Dever, embora ainda bastante rudimentar. O conhecimento moral comum da razão humana é capaz de distinguir o que é bom, conforme ao Dever e virtuoso, de modo que não é necessário conhecimento científico



ou filosófico para saber como ser honrado e bom. Além disso, o que significa ser honrado e bom? De acordo com Kant, características como discernimento, capacidade de julgar e outros talentos intelectuais podem ser boas e desejáveis, mas se a Vontade não for boa, essas características podem se tornar prejudiciais. Da mesma forma, a posse de poder, riqueza, honra e saúde, conhecida como felicidade, pode se tornar negativa se não houver uma boa Vontade para corrigir sua influência sobre a pessoa. Desse modo, o valor moral não depende do efeito esperado da ação, mas sim do princípio que a motiva.

Kant apresenta alguns exemplos (Kant, 2007, pp. 27-30) para ilustrar a distinção entre ações realizadas por Dever e ações realizadas por inclinação ou interesse próprio. Considere um comerciante que mantém preços fixos para todos os clientes, sem subir os preços para os compradores inexperientes ou aproveitar-se da alta demanda. Embora essa ação seja conforme ao Dever, não é suficiente para acreditar que o comerciante a realizou por princípios de honradez, pois seu interesse próprio também exigia essa ação. No caso, a ação não foi realizada por Dever nem por inclinação imediata, mas apenas com intenção egoísta. Outro exemplo é: considere que preservar a própria vida é ao mesmo tempo um Dever e uma inclinação imediata. O cuidado com a própria vida, quando não tem valor intrínseco e é motivado apenas por inclinação ou medo, não possui conteúdo moral. Em contraste, quando alguém deseja a morte por causa de adversidades e desgosto, mas continua a viver por Dever e não por inclinação ou medo, mas sim porque é um Dever preservar a própria vida, então essa ação tem um conteúdo moral. No fundo, poderíamos dizer que, na perspectiva kantiana, se manter vivo só é uma ação moral quando o sujeito considera suicídio e não o concretiza por amor ao Dever de preservar a própria vida. Por fim, Kant ainda apresenta outros exemplos, como o da caridade. Considere um filantropo que, devido ao seu próprio sofrimento pessoal, perde toda a compaixão pela sorte dos outros. No entanto, se esse filantropo se arrancar desse estado de insensibilidade e realizar uma ação sem qualquer inclinação, apenas por Dever, então essa ação teria um valor moral autêntico. Mesmo alguém com pouca simpatia natural pode encontrar dentro de si mesmo um valor moral mais elevado do que alguém com um temperamento bondoso, pois o caráter moralmente mais elevado consiste em fazer o bem não por inclinação ou de acordo com as circunstâncias, mas por Dever. É apenas quando o comportamento é guiado *por* Dever, e não é apenas *conforme* o Dever, que possui valor moral, pois o valor moral de uma ação praticada por Dever



não reside no propósito ou no efeito esperado da ação, mas sim na *Máxima* que a determina (Kant, 2007, pp. 30-32). Kant descreve a Vontade como operando com base em princípios subjetivos que ele chama de *Máximas*, de modo que a moralidade e outras exigências racionais são, em sua maioria, demandas que se aplicam às *Máximas*, com base nas quais agimos. As *leis*, por sua vez, são os princípios objetivos que regem nossa conduta moral, ou seja, os princípios universalmente válidos (Kant, 2007, p. 58).

Visto como o conceito de Dever exige o de Vontade, Kant (2007, p. 49) distingue dois tipos de Vontade: imperfeita e perfeita. Os seres humanos possuem uma Vontade imperfeita, pois são afetados por sua natureza biológica e suas ações são, portanto, influenciadas por seus impulsos sensíveis, como sentimentos e instintos. Por outro lado, uma Vontade perfeita, como a de um ser divino e santo, apresenta necessariamente uma identidade entre a razão e a ação, tornando imediata a conformidade entre ambas, pois não há meios empíricos que afetem essa Vontade. Na Vontade imperfeita dos seres humanos, essa imediatez na relação entre o desejo e a razão não é o caso, pois, devido à nossa natureza, nem sempre seguimos o que a razão estabelece. Se existir uma Vontade sagrada ou divina, ela seria boa, mas não porque é motivada pelo Dever, uma vez que tal Vontade não tem inclinações naturais e, portanto, cumpre necessariamente os requisitos morais sem sentir-se constrangida a fazê-lo. É a presença de desejos que poderiam agir independentemente das exigências morais que torna a bondade nos seres humanos uma restrição, um elemento essencial do conceito de Dever. Por isso, o conceito do Dever é aplicável apenas às Vontades imperfeitas, pois as Vontades perfeitas já a desejam naturalmente. Visto que seres dotados de Vontade imperfeita têm naturalmente uma tendência para os vícios, instintos e inclinações, ou seja, fins empíricos em geral, então os humanos só podem adquirir um ponto de vista universalista e se tornarem moralmente bons coagindo a si mesmos pelos mandamentos obrigatórios da razão. Ao analisar a bondade no caso de criaturas imperfeitamente racionais, estamos investigando a ideia de sermos motivados pelo pensamento de que somos obrigados a agir de certas maneiras, mesmo que não desejemos, simplesmente porque somos moralmente obrigados a fazê-lo. Kant confirma isso ao comparar a motivação pelo Dever com outros tipos de motivações, como interesses próprios, autopreservação, simpatia e felicidade. Supondo que uma ação tenha valor moral apenas



se expressar uma boa Vontade, conformidade da ação com o Dever, nesses casos, está apenas acidentalmente relacionada à moralidade e não possui valor moral de fato.

Na segunda seção da FMC, cujo percurso argumentativo parte “da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes” (Kant, 2007, p. 39), Kant analisa o conceito de *Razão Prática*. Enquanto a razão teórica se preocupa com a aquisição de conhecimento empírico e o entendimento dos fenômenos naturais, a Razão Prática se concentra na determinação da Vontade Moral e na aplicação dos princípios morais universais. Embora ambas as formas de razão se baseiem na mesma faculdade de conhecimento, elas têm usos distintos e devem ser consideradas separadamente.³⁵ É na segunda seção da FMC que Kant revela que “a Vontade não é outra coisa senão Razão Prática” (Kant, 2007, p. 47) e é também nessa seção que ele descreve o princípio da Autonomia da Vontade, concebido como “o princípio supremo da moralidade”, como “não escolher senão de modo a que as Máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como Lei Universal” (Kant, 2007, p. 85). A Autonomia é uma propriedade que, quando atribuída à Vontade, significa que a Vontade é capaz de se autodeterminar e estabelecer sua própria *Lei Moral* a partir de uma perspectiva que considera todos os outros seres providos de Vontade. Assim, a Vontade autônoma age de acordo com leis de caráter universal que ela mesma se impõe. Ao deliberar sobre nossa conduta moral, devemos agir de modo que as nossas Máximas, que são os princípios subjetivos que orientam nossas ações, possam ser universalizadas, ou seja, de modo que as normas que estabelecemos para nossa própria conduta possam ser objetivamente válidas para todas as pessoas nas nossas circunstâncias. O conceito de Autonomia da Vontade é, em suma, o cerne da filosofia moral de Kant e, por isso, dedicarei uma seção inteira para analisá-lo. Adianto que o conceito de Autonomia consiste basicamente na capacidade da Vontade de estabelecer leis para si mesma,

³⁵ A atribuição de significado prático às categorias difere da aplicação teórica, uma vez que não se baseia na correspondência com objetos sensíveis, mas na produção de uma *causalidade incondicionada* pela Razão Prática. A efetividade da razão pura prática é estabelecida pela consciência da determinação da Vontade de acordo com a Lei Moral, e não requer conhecimento de nossa existência suprassensível (cf. Hulshof, 2014, pp. 34-35). No entanto, apesar de distinguir a Razão Prática e a teórica, Kant, já no fim do prefácio da FMC, destaca também a necessidade de demonstrar a unidade entre ambas por meio de um princípio comum, já que, no final das contas, trata-se de uma única razão que só se diferencia na aplicação. É sobre essa unidade sistemática entre razão teórica e Razão Prática a qual Hulshof (2014) se dedica a refletir a partir do conceito de liberdade.



independentemente da natureza da faculdade de desejar que acompanha a humanidade em sua animalidade.

Mas antes de partir para a *Autonomia da Vontade*, podemos concluir, a partir das considerações precedentes a respeito do conceito de Dever, e respondendo à questão que inaugura esta seção, que uma pessoa é considerada boa quando sua Vontade e sua conduta são orientadas por princípios morais universais. Kant acredita que todos valorizam a Boa Vontade sem restrições, e, de acordo com Johnson e Cureton (2022), por duas razões principais. Primeiro, a bondade moral não deve ser sacrificada em nenhuma circunstância para obter qualquer objeto desejável. Ao contrário, outras qualidades desejáveis, como coragem ou inteligência, podem ser renunciadas ou sacrificadas em certas situações, como quando a coragem exige injustiça ou é preferível não ser espirituoso se isso exigir crueldade. Não há restrição ou qualificação implícita quanto ao compromisso de atribuir importância decisiva às considerações morais, mas apenas em circunstâncias específicas. Segundo, possuir e manter um compromisso firme com os princípios morais é a condição essencial para que qualquer outra coisa tenha valor ou seja buscada. A Inteligência, e até mesmo o prazer, só têm valor se não exigirem a renúncia às convicções morais fundamentais. Portanto, o valor de uma Vontade Boa não está em assegurar determinados fins valiosos, seja para si mesmo ou para outros, pois seu valor depende exclusivamente de possuímos e mantermos uma Vontade Boa. Assim, Kant conclui que uma boa Vontade é boa em si mesma, e não em virtude de sua relação com outras coisas, como a felicidade do agente moral, o bem-estar geral ou os efeitos que ela possa ou não produzir. Mesmo que fosse inútil, uma Boa Vontade continuaria sendo boa.

Autonomia: a Liberdade da Vontade como Auto-legislação

Na terceira seção da FMC, cujo percurso argumentativo parte “da metafísica dos costumes para a crítica da Razão Prática pura” (Kant, 2007, p. 93), Kant introduz o conceito de liberdade como conceito-chave para a explicação do conceito de Autonomia da Vontade, previamente estabelecido como “princípio supremo da moralidade” (Kant,



2007, p. 85).³⁶ Segundo Hulshof , “apenas este conceito [o de liberdade] tem sua realidade objetiva efetivamente assegurada pela consciência da Lei Moral” (Hulshof, 2014, p. 29). De acordo com Kant (Kant, 2007, p. 46), toda a natureza é regida por leis naturais determinísticas necessárias e universais e, no entanto, os seres humanos possuem a capacidade de agir de acordo com as *leis da liberdade*. Kant começa a terceira seção da FMC definindo a liberdade como a propriedade da Vontade, descrita como “uma espécie de causalidade dos seres vivos”, por meio da qual ela “pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a determinem” (Kant, 2007, p. 93).³⁷ Kant distingue a liberdade em sentido negativo, como a independência em relação às leis da natureza, da liberdade em sentido positivo, que é a legislação própria da Vontade. Enquanto a liberdade em sentido negativo foi abordada anteriormente, a legislação própria da Vontade é apresentada na segunda seção como a propriedade da Vontade de ser lei para si mesma, submetida às suas próprias leis morais. Autonomia, o conceito fundamental da metafísica moral de Kant, gira em torno da liberdade de Vontade. Liberdade não significa simplesmente estar isento de leis, mas sim estar submetido a leis que, de alguma forma, foram estabelecidas por nós mesmos. A concepção de liberdade como Autonomia vai além de uma mera ausência de influências externas em nossas ações; ela envolve, em primeiro lugar, a ideia de leis criadas e estabelecidas por nós mesmos e, em virtude disso, leis que têm autoridade decisiva sobre nós.

O conceito de uma Vontade racional é o conceito de uma Vontade que opera em resposta ao que considera ser razões, sem ser influenciada por fatores externos que não sejam essa responsividade às razões aparentes. Portanto, para ser livre, uma Vontade

³⁶ No começo do prefácio da CRPr (AA V, 3) Kant esclarece o conceito de liberdade: “O conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é prova da por uma lei apodítica da Razão Prática, constitui agora a pedra angular de todo o edifício de um sistema da razão pura, até mesmo da razão especulativa, e todos os outros conceitos (aqueles de Deus e de imortalidade), que, enquanto meras ideias, permanecem sem apoio na razão especulativa, se anexam agora a este conceito, recebendo com ele e por ele consistência e realidade objetiva, isto é, a sua possibilidade é provada por ser efetiva a liberdade; pois essa ideia se manifesta mediante a Lei Moral.” De acordo com Hulshof (2014, p. 29), “A “pedra angular”, também designada como “chave”, consiste em uma pedra cortada em ângulo, colocada por último para fechar um arco e sem a qual ele não teria sustentação.”

³⁷ Sobre a Vontade, no final do primeiro capítulo da CRPr (AA V, 55-56) Kant diz: “A realidade objetiva de uma Vontade pura ou, o que é o mesmo, de uma Razão Prática pura é dada a priori na Lei Moral, por assim dizer, mediante um fato; pois pode-se designar assim uma determinação da Vontade que é inevitável, embora não se baseie em princípios empíricos. Mas no conceito de uma Vontade já está contido o conceito de causalidade e, portanto, no conceito de uma Vontade pura está contido o de uma causalidade com liberdade [...]”



precisa estar livre de coações físicas e psicológicas em sua operação. Comportamentos realizados devido a obsessões ou distúrbios do pensamento não são considerados livres nesse sentido negativo, de acordo com Kant. Além disso, para Kant, uma Vontade que é determinada pela operação de leis naturais, como as leis da biologia ou psicologia, não pode ser pensada como agindo em resposta a razões. Portanto, a determinação por leis naturais parece conceitualmente incompatível com a liberdade em um sentido negativo e, no entanto, um ponto crucial no argumento de Kant é sua afirmação de que uma Vontade racional só pode agir sob a *ideia* de sua própria liberdade (Kant, 2007, p. 95). É fundamental que a Vontade racional, que é livre em sentido negativo, seja autônoma, pois, segundo Kant, a Vontade é uma causa em si mesma, uma vez que ela é a causa da ação. De acordo com Johnson e Cureton (2022), se minha Vontade é a causa de uma ação específica, essa ação está vinculada ao tipo de Vontade com a qual estou envolvido por meio de uma lei universal. No entanto, essa lei não pode ser uma lei natural, como uma lei psicológica, física, química ou biológica. Embora Kant considere essas leis como universais, elas regem os movimentos do meu corpo, o funcionamento do meu cérebro e sistema nervoso, bem como a interação do meu ambiente e seus efeitos sobre mim como um ser material. No entanto, elas não podem ser as leis que governam a operação da minha Vontade; isso, como Kant argumentou anteriormente, é incompatível com a liberdade negativa da minha Vontade. Portanto, a Vontade opera de acordo com uma lei universal, mas essa lei não é imposta pela natureza, e sim pelo próprio sujeito. Ao considerar meu desejo de agir de uma determinada maneira como a causa livre em sentido negativo dessa ação, devo considerar minha Vontade como a causa autônoma de eu ter realizado essa ação, agindo de acordo com uma lei que, como uma Vontade racional, eu estabeleci para mim.

Buscando ilustrar intuitivamente o conceito de liberdade, Kant recorre à metáfora política do "reino dos fins" para representar a concepção de auto-legislação da Vontade.³⁸ Ao adentrar o *reino dos fins* como membros, os seres humanos estão

³⁸ De acordo com Johnson e Cureton (2022), para compreender intuitivamente a ideia de auto-legislação, também podemos fazer uma analogia com a liberdade política. Nas teorias liberais, a liberdade política é considerada relacionada à autoridade política legítima: um estado é livre quando seus cidadãos são governados apenas por leis que eles mesmos criaram, por exemplo, através de votação ou representação. As leis desse estado, portanto, refletem a Vontade dos cidadãos que estão sujeitos a elas. A fonte da autoridade política legítima não é externa aos cidadãos, mas interna a eles, ou seja, é a "Vontade do povo". Assim, um estado autônomo é aquele em que a autoridade de suas leis está na Vontade do seu



submetidos às leis desse reino, as quais são estabelecidas por sua própria Vontade. A Vontade humana, de acordo com Kant (2007, pp. 74-76), deve ser considerada como uma legisladora universal através de suas Máximas, de modo que cada indivíduo tem o Dever de agir de acordo com uma Máxima que possa ser elevada a uma lei universal. Todos estão sujeitos à lei de não tratar os outros meramente como instrumentos, mas também como fins em si. Essa concepção estabelece as bases para a moralidade e para a construção de um reino dos fins (2007, pp. 76-78). A moralidade, conforme Kant argumenta (2007, pp. 76-78), consiste na relação de toda ação com a legislação, possibilitando a existência do reino dos fins. A necessidade prática de agir de acordo com o princípio da legislação universal é chamada de Dever, e esse Dever não se fundamenta em sentimentos ou inclinações, mas sim na relação entre os seres racionais, que devem ser considerados legisladores universais. Seguindo essa linha de raciocínio, Kant (2007, pp. 80-81) conclui que a moralidade é a única que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo. A moralidade e a capacidade de agir de acordo com princípios morais são as únicas coisas que possuem dignidade. Ao reconhecer a dignidade dos outros e agir de acordo com a Máxima da legislação universal, cada indivíduo se torna um membro legislador no reino dos fins. A Vontade absolutamente boa é aquela cuja Máxima, ao se tornar uma lei universal, jamais poderia se contradizer. Essa Vontade absolutamente boa é o sujeito de todos os fins possíveis (Kant, 2007, pp. 80-81). Em suma, a metáfora do reino dos fins utilizada por Kant ilustra a ideia de auto-legislação da Vontade, em que cada ser racional é compelido a agir de acordo com Máximas que possam ser elevadas a leis universais. A concepção de um reino dos fins estabelece a interdependência moral entre os seres racionais, em que todos são simultaneamente fins em si mesmos e meios para os fins dos outros. Ao reconhecer a dignidade moral dos outros e agir de acordo com princípios universais, cada indivíduo

próprio povo, não na Vontade de um povo externo, como acontece quando um estado impõe suas leis sobre outro durante uma ocupação ou colonização, quando as leis não possuem autoridade legítima sobre os cidadãos. De maneira semelhante, podemos conceber uma pessoa como livre quando está vinculada apenas à sua própria Vontade, não à Vontade de outra pessoa ou coisa. Suas ações, então, expressam sua própria Vontade e não a Vontade de outrem. A autoridade dos princípios que a vinculam também não é externa à sua Vontade, mas decorre do fato de que ela desejou tais princípios. Portanto, quando aplicada a um indivíduo, a Autonomia assegura que a fonte da autoridade dos princípios que o vinculam reside em sua própria Vontade.



se torna um membro legislador nesse reino. Portanto, ao reconhecer a Lei Moral como princípio de sua conduta, cada sujeito torna-se imediatamente livre.

Universalidade: a Lei Moral enquanto Imperativo Categórico

Ao refletir sobre as tentativas anteriores de descobrir o princípio da moralidade, Kant observa que a maioria delas considerava o ser humano como sujeito a leis externas, sem reconhecer sua capacidade de ser legislador universal. Nesse sentido, a ideia de Autonomia da Vontade, em oposição à heteronomia, desempenha um papel fundamental. E leis morais não podem ser fundadas em princípios empíricos (Kant, 2007, p. 87), visto que, de nenhum caso da experiência é possível ter certeza se uma ação estará moralmente fundamentada. Pois, se as leis morais devem valer para todos os seres racionais, então a necessidade prática da Universalidade seria perdida caso essas leis fossem fundamentadas na constituição particular da natureza humana ou derivadas de quaisquer circunstâncias contingentes da experiência (Kant, 2007, p. 64). Desse modo, uma ação por Dever ocorre na conformidade com o Dever e entre a Máxima e a lei pelas quais agimos. As crianças, enquanto ignorantes desses conceitos, não precisam saber os fundamentos daquilo que os faz seres morais, mas, na medida em que os aprendem, têm de se familiarizarem com seus fundamentos. Esses princípios não devem ser introduzidos às crianças pela experiência externa, mas colhidos em si mesmas pela reflexão racional (Kant, 2017b, p. 67). Na filosofia kantiana o valor moral de uma ação está fundamentado em Máximas universalizáveis, isto é, princípios da razão que determinam nossas ações individuais e que valem, ao mesmo tempo, objetivamente para todos os seres racionais; as ações são contingentes, entretanto, os princípios que as regem devem ser necessários e universais quando há uma pretensão moral. Para Kant, um ponto de vista universalista, aquele em que as pessoas agem considerando todos os seres racionais — e, portanto, toda a humanidade —, é o único caminho possível para a construção de uma sociedade moralizada que caminha rumo à felicidade geral, a finalidade mais querida pelos humanos em geral (Kant, 2007, p. 51). A validade universal da Lei Moral é central para a formulação do Imperativo Categórico enquanto incondicionalmente necessário. A Lei Moral é, portanto, o ponto de partida que nos conduz ao conceito de liberdade, já que liberdade consiste em auto-legislação moral. Se a forma legislativa universal das Máximas é o único fundamento suficiente de



determinação da Vontade, então a Vontade deve ser pensada como livre, ou seja, como possuidora de liberdade transcendental. A razão pode estabelecer uma nova ordem que vai além da ordem natural ao impor sua própria legislação baseada no que *deve* acontecer, não apenas no que acontece. Em suma, na ética kantiana, uma Boa Vontade é aquela que toma decisões determinadas pela Lei Moral e não de acordo com as circunstâncias. Os seres humanos sentem naturalmente essa lei como uma restrição a seus desejos naturais, por isso, quando aplicada a eles, ela se torna um imperativo e um Dever. Uma Vontade humana em que a Lei Moral é decisiva é motivada pelo senso de Dever. A representação de um princípio objetivo imposto pela razão à Vontade, ou seja, a Lei Moral é um *mandamento* e a fórmula desse mandamento é um *imperativo*: uma fórmula de ordenação para exprimir a relação necessária de conformidade entre a lei objetiva e as Máximas subjetivas da Vontade imperfeita. Por conseguinte, mandamentos são leis obrigatórias que Vontades imperfeitas devem seguir independentemente das inclinações, pois somente assim a lei exibiria sua necessidade e Universalidade.

A razão, na medida em que se relaciona com uma Vontade imperfeita por meio da obrigação, pode operar tanto como *Razão Prática empírica* quanto como *Razão Prática pura*. Estes modos de racionalidade são expressos pelos imperativos, isto é, comandos da razão que determinam o querer. A Razão Prática empírica comanda nossas ações por meio de imperativos hipotéticos, enquanto a Razão Prática pura comanda por meio do Imperativo Categórico, também chamado de Imperativo da Moralidade (Kant, 2007, p. 53). Os imperativos hipotéticos não podem representar as ações de maneira objetiva como praticamente necessárias e por isso devem ser considerados como regras ou conselhos da razão, e não como mandamentos, estritamente falando (Kant, 2007, p. 55). Por outro lado, quando não há nenhum querer condicionado, então a razão move sozinha a ação, independentemente de qualquer fim empírico, como ocorre no caso do Imperativo Categórico, que comanda incondicionalmente. No caso de o imperativo ser categórico, emerge a determinação de como devemos agir visando a moralidade, ou seja, de modo que a ação seja objetivamente necessária e com fim em si mesma. Para isso, a representação de um princípio racional é acrescentada incondicionalmente ao querer, isto é, ocorre o acréscimo de uma regra prática à faculdade de desejar, excluindo todos os fins empíricos. Os imperativos hipotéticos são comandos condicionados a um fim prévio, enquanto o Imperativo Categórico comanda a razão incondicionalmente. Por



outro lado, o Imperativo Categórico comanda incondicionalmente e não está relacionado a objetos desejados anteriormente. Ele é considerado bom em si mesmo e baseia-se na conformidade da Máxima da ação com a forma da Lei Moral, que possui uma necessidade incondicionada e é universalmente válida. No entanto, surge a questão de como a Razão Prática pode determinar a Vontade sem a necessidade de um objeto de desejo prévio, e como ela pode nos compelir a agir de acordo com uma lei que seja válida para todos. Kant oferece diversas formulações do Imperativo Categórico, como a fórmula da lei da natureza e a fórmula da humanidade como fim em si mesma. A fórmula da autolegislação da Vontade, a terceira, é o início da resposta para explicar a possibilidade do Imperativo Categórico, pois sintetiza as anteriores. A ideia de autolegislação da Vontade está intrinsecamente ligada à Autonomia, que se refere à capacidade da Vontade de se determinar por si mesma. A transição de um imperativo hipotético para o Imperativo Categórico ocorre quando a ação é orientada, não por um fim particular mas, pela conformidade da Máxima da ação com a forma da lei universal.

Resumindo as três formulações do Imperativo Categórico apresentadas na FMC, podemos compreender seu caráter intrinsecamente universalista. A fórmula da lei da natureza destaca o aspecto objetivo do Imperativo Categórico, sua caracterização como uma lei prática necessária e universal. Kant argumenta que podemos conceber leis morais tão necessárias quanto às leis da natureza. Dessa forma, se a realidade é determinada por leis universais, o Imperativo Categórico pode ser expresso da seguinte maneira: "Aja como se a Máxima de tua ação devesse se tornar, pela sua própria Vontade, uma lei universal da natureza" (Kant, 2007, p. 59). Por outro lado, a fórmula da humanidade como fim em si mesma destaca o aspecto subjetivo do Imperativo Categórico — as Máximas individuais. Kant argumenta que, embora a razão possa operar com fins e calcular meios para alcançá-los, os seres humanos não podem ser tratados como meros meios, exceto sob a perspectiva da prudência. Os seres humanos possuem um valor absoluto e devem ser considerados como fins em si mesmos. Essa é a maneira como representamos necessariamente nossa própria existência: "A natureza racional existe como um fim em si" (Kant, 2007, p. 69). Assim, o Imperativo Categórico é formulado: "*Aja de tal maneira que use a humanidade, tanto em sua própria pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como fim e nunca simplesmente como meio*" (Kant, 2007, p. 69, meu itálico). Por fim, a fórmula da autolegislação relaciona ambos



os aspectos, subjetivo e objetivo, do princípio supremo da moralidade. Nós nos submetemos a uma representação de uma lei que deve ser válida universalmente, porque nos consideramos como parte desse todo, compartilhando a concepção de uma legislação comum a todos os seres racionais. Em outras palavras, o fundamento da legislação prática está objetivamente na lei e subjetivamente no ser humano. Por último, a terceira formulação do Imperativo Categórico é apresentada: "a Vontade de todo ser racional concebida como uma Vontade legisladora universal" (Kant, 2007, p. 72). Desse modo, a Universalidade desempenha um papel fundamental na Lei Moral que torna livre a Vontade que a concebe. A Razão Prática, ao estabelecer a Lei Moral como incondicional e universal, permite que a Vontade se liberte das inclinações individuais e se oriente pelo princípio supremo da moralidade. Ao agir de acordo com uma lei que pode ser universalizada, a Vontade se torna livre, transcendendo os desejos particulares e atuando de acordo com a razão. A Universalidade na Lei Moral implica que cada ser racional deve agir de acordo com Máximas que possam ser elevadas a leis universais. Ao reconhecer a dignidade moral dos outros e agir de acordo com princípios que são válidos para todos, cada indivíduo se torna um membro legislador no reino dos fins. A Universalidade na Lei Moral não apenas promove a harmonia entre os seres racionais, mas também permite que a Vontade alcance sua plena Autonomia.

Por fim, o princípio fundamental de moralidade tem de ser derivado *a priori* da razão pura, ou seja, de modo abstraído de todas as influências que qualquer cenário cultural contingente possa impor sobre as considerações daquilo que é moral. No entanto, humanos não são seres morais por natureza, pois cada pessoa desenvolve a moralidade em si culturalmente, a partir do momento em que suas razões tomam consciência dos conceitos de Dever e de lei (Kant, 2017, p. 93), ou seja, ninguém nasce sabendo o Imperativo Categórico, mas vem a saber, embora não por meio da experiência, mas por meio da reflexão estimulada pela cultura. No livro *Sobre a Pedagogia*, Kant diz (Kant, 2007, pp. 7-10) que os seres humanos precisam ser educados para agirem de acordo com o Imperativo Categórico.³⁹ Cada ser humano é

³⁹ Para Kant (2017b, pp. 7-10), a educação, também chamada de 'arte da pedagogia', é dividida em: 1) cuidados, 2) disciplina e 3) instrução. Essas três etapas conduzem os seres humanos do seu estágio primitivo, animalesco, para o estágio moral, onde agem considerando toda a humanidade e visando o seu aperfeiçoamento, de acordo com a Lei Moral. Os cuidados dizem respeito à subsistência e alimentação dos bebês; a disciplina poda a condição selvagem das crianças; por último, na instrução, cultivam-se três



compelido a exercer a escolha em busca dos fins bons, que são aqueles aprovados pela humanidade como um todo e que também podem ser considerados fins individuais (Kant, 2007, p. 22): por meio do processo de moralização, os indivíduos adquirem valor como membros da humanidade (Kant, 2007, p. 32), de tal sorte que desde a infância é essencial que as pessoas se habituem a agir de acordo com Máximas e não simplesmente por instintos, apetites e desejos (Kant, 2007, p. 71). As crianças também devem compreender que a ação não deve ser praticada meramente por hábito, mas sim porque é intrinsecamente boa, ou seja, sua Máxima de ação pode ser universalizada. Dessa forma, os educandos passam a direcionar sua atenção para o fundamento da ação segundo o conceito do Dever (Kant, 2007, p. 64). Além de se habituarem a não agir contra a humanidade, conforme prescrito pela disciplina, as crianças também devem desenvolver sua consciência moral. Não basta apenas evitar o mal passivamente, é necessário aprender a agir ativamente de forma virtuosa. Inicia-se o aprendizado moral com o ensino das Máximas escolares e progride para o ensinamento das Máximas da humanidade. Nesse sentido, o primeiro esforço na formação moral de uma pessoa é estabelecer o caráter (Kant, 2007, p. 72, 85), que consiste na capacidade de agir de acordo com Máximas e envolve tanto a intenção do agir quanto a própria realização da ação. De acordo com Kant (2007, p. 15, 20), cultivar a moralidade é um Dever dos seres humanos enquanto espécie, de modo que sejamos progressivamente mais honrados conforme desenvolvemos nossa moralidade. Portanto, cada sujeito deve aprender, no processo de desenvolvimento moral, a reconhecer que uma ação tem valor moral não porque esteja alinhada com suas inclinações particulares, mas sim por cumprir o Dever, determinando sua Vontade pelo Imperativo Categórico e validando sua ação como lei para todos os seres racionais (Kant, 2007, p. 104).

CONCLUSÃO

Comecei a primeira seção deste ensaio como Kant começou a FMC, abordando o conceito de Dever como estratégia para introduzir o conceito de Vontade. Então,

ensinamentos nos seres humanos a fim de viverem em sociedade, são eles: as aptidões, a prudência e a moralidade. Mas não cabe a este texto desenvolver com detalhe essas categorias da educação, pois o motivo pelo qual estou abordando a obra *Sobre a Pedagogia* é muito mais simples e exige apenas destacar que a moralidade é em certo sentido cultivada e, em outro sentido, fruto da reflexão autônoma e individual a partir de uma perspectiva universalista.



distingui a Vontade perfeita da Vontade imperfeita, restringindo a concepção de Dever à Vontade imperfeita. Já finalizando a primeira seção deste ensaio, introduzi o conceito de Autonomia da Vontade enquanto princípio supremo da moralidade conforme apresentado na segunda seção da FMC, onde Kant revela a equivalência entre Vontade e Razão Prática. Para explicar o conceito de Autonomia da Vontade, também recorri à mesma estratégia de Kant na terceira seção da FMC: recorri ao conceito de liberdade enquanto auto-legislação. Busquei ilustrar esse conceito com a metáfora do reino dos fins e a analogia com a Vontade do povo. Finalizando a segunda seção deste ensaio, caracterizei com um pouco mais de detalhes o conceito de lei e comecei a introduzir mais apropriadamente o conceito de Imperativo Categórico. Na terceira seção deste ensaio, comecei contrastando as leis da natureza e as leis da liberdade, e recapitulando os conceitos de Dever, Máxima e Lei para introduzir o aspecto inerentemente universalista da Lei Moral na FMC. Já buscando expor mais claramente esse aspecto, expliquei brevemente a diferença entre imperativos hipotéticos e categóricos, e sintetizei as três formulações do Imperativo Categórico apresentadas na FMC. Por fim, recorri ao *Sobre a Pedagogia* para auxiliar a responder mais claramente, tendo já percorrido a FMC, como somos capazes de, na prática, cultivar a capacidade de reflexão moral a partir de um ponto de vista universal por meio da educação. A abordagem de Kant sobre a natureza do raciocínio moral e o conteúdo dos requisitos morais é baseada em sua análise da força causal única que as considerações morais possuem como razões para agir. A força dos requisitos morais como razões é que não podemos ignorá-los, não importa quão contrárias sejam as circunstâncias particulares ou qualquer outra consideração contingente, pois eles têm validade necessária e universal. No entanto, embora seja por meio da reflexão autônoma que o sujeito racional se torna livre — na medida em que concebe o Imperativo Categórico em toda sua Universalidade —, isso não significa que a reflexão autônoma não possa, ela mesma, ser cultivada. Na verdade, ao que tudo indica, era exatamente isto que Kant propunha: o cultivo social paulatino da nossa capacidade de refletir autonomamente sobre nossa conduta moral, orientando nossas ações a partir de uma perspectiva universalista. Em suma, ao buscar esclarecer e articular de modo coerente os conceitos de *Vontade*, *Autonomia* e *Universalidade*, tentei contribuir para a discussão pública que rumo para a construção coletiva de uma ética racionalista passível de ser cultivada e transmitida por meio da cultura.

**REFERÊNCIAS**

HULSHOF, Monique. O conceito de liberdade e a unidade sistemática entre razão teórica e Razão Prática em Kant. **Cadernos de Filosofia alemã**, v. 19; n. 2, pp. 27-37, 2014.

JOHNSON, R.; CURETON, A. Kant's Moral Philosophy. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2004/2022.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Monique Hulshof. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2017a.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden. Martins Fontes, 2016.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. 1. Ed. Edições 70, 2007.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Trad. João Tiago Proença. Edições 70, 2017b.

KANT, I. **Kants gesammelte Schriften**. Akademie Ausgabe (AA). Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin, 1902.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Recebido em: 12/08/2024

Aprovado em: 06/09/2024

Publicado em: 30/12/2024

**O NOVO LEVIATÃ: a arquitetura discursopatológica do poder,
controlando mentes e moldando destinos – redefinindo biopolítica e
necropolítica**

**THE NEW LEVIATHAN: the discoursepathological
architecture of power, controlling minds and shaping destinies –
redefining biopolitics and necropolitics**

**LA NOVA LEVIATANO: la diskurspatologia arkitekturo de potenco,
kontrolante mensojn kaj formante destinojn - redifinante biopolitikon
kaj nekropolitikon**

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹

Miriam de Andrade Brandão²

Eulâmpio Dantas Segundo³

João Mário Pessoa Júnior⁴

Resumo

Este estudo investiga a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, uma forma emergente de poder na sociedade contemporânea que opera através da disseminação de discursos

¹ Farmacêutico – Epidemiologista pelo Centro Universitário Natalense (UNICEUNA); Licenciado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Pesquisador no Grupo de Estudo do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN); Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia (INVEST).

² Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Desastres (NUPED/UFRN); Professora auxiliar em Medicina de Família e Comunidade na Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN).

³ Mestrando em Saúde Coletiva na Faculdade de Medicina pela Fundação do ABC (FMABC); Professor e coordenador do internato em Saúde Mental do Curso de Medicina do Centro Universitário (UNIFIP); Professora de Psiquiatria e Saúde Mental na Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMCM/UFRN).

⁴ Doutor em Enfermagem na Atenção à Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Docente Adjunto no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Departamento de Ciências da Saúde (DCS), Curso de Graduação em Medicina, Eixo de Atenção Primária à Saúde e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (PPGCTI/UFERSA); Docente Permanente no Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Saúde da Família (PPGSF); Representante titular da UFERSA na Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

negacionistas e desinformativos. A *tese* central argumenta que esse poder redefine e amplia conceitos como biopolítica, necropolítica e estados de exceção, utilizando o discurso como ferramenta principal para o controle social e cognitivo, influenciando percepções e comportamentos, com impactos diretos na saúde pública. A metodologia adotada é o método arqueogenealógico de Foucault (1996; 2005), que combina crítica e genealogia para investigar as práticas discursivas e as relações de saber-poder que moldam a subjetividade. O estudo analisa como o discurso negacionista e desinformativo molda a realidade percebida, utilizando exemplos históricos e contemporâneos, como a desinformação sobre vacinas e a saúde de líderes políticos, que resultam em estados de exceção pessoais e questionamento da legitimidade política. O artigo conclui que a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* representa uma evolução das formas tradicionais de controle, combinando elementos de biopoder (Foucault, 1999), necropoder (Mbembe, 2018) e estados de exceção (Agamben, 2004; 2007) para manipular percepções e realidades. Este poder é onipresente e insidioso, influenciando diretamente questões de vida e morte na sociedade contemporânea, e sua eficácia reside na capacidade de infiltrar-se nas mentes das pessoas, criando realidades alternativas que justificam medidas extremas e controle reforçado.

Palavras-chave: *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. Discurso. Saúde Pública. Cognição.

Abstract

This study investigates the Discoursepathological Architecture of Power, an emerging form of power in contemporary society that operates through the dissemination of denialist and disinformative discourses. The central thesis argues that this power redefines and expands concepts such as biopolitics, necropolitics and states of exception, using discourse as the main tool for social and cognitive control, influencing perceptions and behaviors, with direct impacts on public health. The methodology adopted is Foucault's archaeogenealogical method (1996; 2005), which combines criticism and genealogy to investigate the discursive practices and knowledge-power relations that shape subjectivity. The study analyzes how denialist and disinformative discourse shapes perceived reality, using historical and contemporary examples, such as misinformation about vaccines and the health of political leaders, which result in personal states of exception and questioning of political legitimacy. The article concludes that the *Discoursepathological Architecture of Power* represents an evolution of traditional forms of control, combining elements of biopower (Foucault, 1999), necropower (Mbembe, 2018) and states of exception (Agamben, 2004; 2007) to manipulate perceptions and realities. This power is omnipresent and insidious, directly influencing matters of life and death in contemporary society, and its effectiveness lies in its ability to infiltrate people's minds, creating alternative realities that justify extreme measures and reinforced control.

Keywords: *Discoursepathological Architecture of Power*. Speech. Public health. Cognition.

Resumo

Ĉi tiu studo esploras la Diskurspatologian Arkitekturon de Potenco, emergantan formon de potenco en nuntempa socio kiu funkciigas per la disvastigo de neisma kaj seninformaj diskursoj. La centra tezo argumentas ke tiu potenco redifinas kaj vastigas konceptojn kiel



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

ekzemple biopolitiko, nekropolitiko kaj statoj de escepto, utiligante diskurson kiel la ĉefan ilon por socia kaj kogna kontrolo, influante perceptojn kaj kondutojn, kun rektaj efikoj al publika sano. La metodaro adoptita estas la arkeogeneologia metodo de Foucault (1996; 2005), kiu kombinas kritikon kaj genealogion por esplori la diskursivajn praktikojn kaj scio-potencajn rilatojn kiuj formas subjektivecon. La studo analizas kiel neisma kaj seninforma diskurso formas la perceptitan realecon, uzante historiajn kaj nuntempajn ekzemplojn, kiel ekzemple misinformado pri vakcinoj kaj la sano de politikaj gvidantoj, kiuj rezultigas personajn esceptajn statojn kaj pridubadon de politika legitimeco. La artikolo konkludas ke la Discursopatologian Arkitekturon de Potenco reprezentas evoluon de tradiciaj formoj de kontrolo, kombinante elementojn de biopotenco (Foucault, 1999), nekropotenco (Mbembe, 2018) kaj esceptostatoj (Agamben, 2004; 2007) por manipuli perceptojn kaj realaĵojn. Tiu ĉi potenco estas ĉiea kaj insida, rekte influante aferojn pri vivo kaj morto en la nuntempa socio, kaj ĝia efikeco kuŝas en sia kapablo enfiltri la mensojn de homoj, kreante alternativajn realaĵojn kiuj pravigas ekstremajn rimedojn kaj plifortigitan kontrolon.

Ŝlosilvortoj: Discoursepatologica Arkitekturo de Potenco. Parolado. Publika sano. Sciado.

INTRODUÇÃO

No fulcro das considerações principais, como ponto axial e de maior importância, na sociedade contemporânea emerge uma nova forma de poder que pode ser denominada de *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. A posteriori, este novo conceito refere-se a uma construção deliberada e complexa de discursos que, disseminados por figuras institucionalizadas ou não, e amplificados pela mídia tradicional e redes sociais, manipulam a realidade, distorcendo fatos e promovendo desinformação. Ulteriormente, essa nova tecnologia de poder não apenas engloba e influencia o biopoder, o necropoder e os estados de exceção, mas também opera como um sistema de controle social e cognitivo, moldando comportamentos, percepções e, em última instância, afetando questões de vida e morte. Esse novo sistema de poder manifesta-se de forma insidiosa, utilizando o discurso como sua engrenagem principal para controlar e manipular as massas. Ao distorcer fatos e propagar desinformação, este poder exerce profunda influência sobre a sociedade, incluindo líderes políticos altamente institucionalizados, como o presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden. A capacidade que essa nova hipótese de autoridade tem de afetar até mesmo essas figuras, ilustra seu alcance e poder de moldar comportamentos e percepções em escala global.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

No continuum temporal, a propagação desses discursos é facilitada pela mídia tradicional e pelas redes sociais como assevera Macêdo Júnior (2024, p. 235-236), amplificando seu alcance e impacto.

Além disso, os veículos de transmissão do agente etiológico da infecção discursiva podem incluir mídias digitais, como plataformas de redes sociais, sites de notícias e aplicativos de mensagens instantâneas, onde os discursos negacionistas são compartilhados e difundidos rapidamente. Esses veículos facilitam a disseminação das ideias negacionistas para um grande número de pessoas em um curto período de tempo, contribuindo para a propagação da infecção discursiva na população.

Transpondo-se agora para a justificativa dessa nova teoria de poder que sucede, na área de saúde pública, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* tem consequências diretas e severas. Como por exemplo, discursos que desinformam sobre práticas de saúde, como a eficácia das vacinas ou a gravidade de pandemias, podem resultar em comportamentos que aumentam a morbidade e a mortalidade da população, principalmente em crises sanitárias emergentes, como epidemias e pandemias. Entender esse fenômeno é crucial para desenvolver estratégias de comunicação eficazes que combatam a desinformação e protejam a saúde pública. Do ponto de vista linguístico, a análise desse sistema discursivo de poder revela como a linguagem pode ser usada como uma ferramenta de controle e manipulação. Estudar esses discursos permite compreender as técnicas retóricas e as estratégias de persuasão utilizadas para influenciar as crenças e comportamentos das pessoas. Assim, essa análise contribui para o campo da linguística aplicada e da análise crítica do discurso.

Sob a égide da hesitação, em um campo onde a clareza ainda não se manifestou, a problemática central deste artigo foca na capacidade que essa nova manifestação de poder tem em afetar a sociedade, mesmo figuras altamente institucionalizadas, como líderes políticos. A disseminação de discursos que manipulam a percepção pública não apenas influencia comportamentos e atitudes, mas também pode ter consequências diretas sobre a saúde, vida e morte das pessoas. Nas franjas da incerteza, onde o tangível e o intangível se confundem, emerge a seguinte indagação: como a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* atua como sistema de controle social e cognitivo, moldando

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

comportamentos e percepções e impactando figuras institucionalizadas, como o presidente dos EUA, Joe Biden?

Em adição às evidências aduzidas, este artigo tem como objetivo investigar e analisar essa nova dinâmica de poder, compreendendo como este novo sistema discursivo de poder, que engloba e influencia o biopoder, o necropoder e os estados de exceção, opera como um sistema de controle social e cognitivo. Será destacado como este poder afeta até mesmo figuras que detêm *status* (Foucault, 2005) institucionalizado (Foucault, 1996), como o presidente dos EUA, Joe Biden, moldando comportamentos, percepções e influenciando questões de vida e morte na sociedade contemporânea. O artigo abordará também as tentativas políticas de retirar Biden da corrida eleitoral devido a problemas de saúde, integrando as questões de controle/cuidado político, pessoal, saúde e morte, categorias de análises que são componentes essenciais e integradas à essa nova forma de poderio.

REFERENCIAL TEÓRICO

A biopolítica, conforme desenvolvida por Michel Foucault, especialmente a obra *Em defesa da sociedade* (1999), serve como base teórica essencial para a compreensão da *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. A título de incremento, Foucault (1999) descreve a biopolítica como uma tecnologia de poder emergente no final do século XVIII, voltada para a gestão e regulamentação dos processos biológicos das populações, como natalidade, morbidade e longevidade. Diferente do poder soberano, que se exercia através do direito de vida e de morte, a biopolítica se concentra na otimização da saúde e produtividade das populações, usando medidas como campanhas de saúde pública e medicalização. Essa nova forma de poder, teorizada no presente estudo, evolui os princípios da biopolítica, utilizando o discurso como ferramenta central para exercer controle social e cognitivo. Em adendo inexorável, ao disseminar discursos negacionistas e desinformativos, ele molda percepções, comportamentos e decisões, influenciando profundamente questões de vida e morte na sociedade contemporânea.

A par de tudo, em concomitância inquebrantável, Achille Mbembe amplia os conceitos de biopoder de Foucault (1999) ao introduzir a necropolítica, focando na instrumentalização da morte como ferramenta de poder. Em *Necropolítica* (2018),

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Mbembe argumenta que o poder soberano se manifesta na capacidade de decidir quem vive e quem morre, especialmente em contextos de conflito e estados de exceção. Esse sistema discursivo de poder e de controle, defendido neste artigo, expande esses princípios ao utilizar a manipulação narrativa para exercer domínio sobre a morte. À guisa de prosseguimento, ao disseminar desinformação e narrativas distorcidas esse novo sistema de poder pode influenciar decisões que levam à morte, seja por ações diretas ou omissão, particularmente em contextos de saúde pública, ampliando o escopo da necropolítica para o controle social e cognitivo em escala global.

A par de tudo, o conceito de estado de exceção, explorado por Carl Schmitt e Giorgio Agamben, também é central na análise dessa nova concepção de poder discursivo aqui elencada. Schmitt, em suas obras *A crise da democracia parlamentar* (1996) e *La dictadura* (2007), define o Estado de Exceção como a capacidade soberana de suspender a norma jurídica em situações emergenciais, criando uma nova ordem. Agamben, por sua vez, em suas obras *Estado de exceção* (2004) e *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (2007), expande essa ideia, argumentando que o Estado de Exceção provoca uma fusão entre a vida natural e a vida política, dando ao soberano o poder de decidir sobre a vida e a morte. Sob influxo suplementar, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* se apropria desse conceito ao utilizar a manipulação discursiva para criar crises fabricadas ou exacerbadas, justificando intervenções governamentais drásticas que beneficiam interesses específicos. Assim, utiliza o discurso para suspender a normalidade e instaurar uma nova ordem, mantendo um estado de exceção contínuo, ou individual, que permite o exercício de controle extremo sobre a sociedade.

BIOPOLÍTICA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER

A biopolítica, conforme discutida por Michel Foucault, em sua obra *Em defesa da sociedade* (1999), representa uma tecnologia/dispositivo de poder que emergiu no final do século XVIII, focando-se em processos vitais como natalidade, morbidade e longevidade das populações. Cumulativamente, Foucault (1999) descreve a biopolítica como um conjunto de processos que incluem a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução e a fecundidade de uma população. Estes processos, juntamente com



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

questões econômicas e políticas, tornaram-se os primeiros objetos de saber e alvos de controle dispositivo Biopoder. À vista disso, Foucault (1999, p. 289) afirma que a biopolítica

[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de urna população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica.

Conforme já ventilado em premissas pregressas, Foucault (1999) argumenta que essa nova forma de poder se diferencia do poder soberano, que se manifestava pelo direito de vida e de morte, ao focar-se na gestão da vida e na regulamentação dos processos biológicos. À luz do encadeamento irrefutável, a biopolítica se propõe a intervir não em fenômenos individuais, mas nos processos globais que determinam a saúde e a vida de populações inteiras. Isso inclui a introdução de medidas de higiene pública, campanhas de saúde e a medicalização da população, visando diminuir a morbidade e aumentar a longevidade. Com base nessas afirmativas, Foucault (1999, p. 293) corrobora:

[...] Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não e tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento.

Em consonância com a assertiva prévia, Foucault (1999) também discute como a biopolítica se manifesta na centralização da informação médica, na normalização do saber e na implementação de campanhas de aprendizado da higiene. Outrossim, é a importância de instituições de assistência e de mecanismos racionais e econômicos, como seguros e poupança coletiva, surge para lidar com os desafios da saúde pública, consoante destaca Foucault (1999, p. 291),

[...] a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida – e a epidemia – mas como a morte permanente,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece.

Tal como anteriormente esboçado, a biopolítica, portanto, introduz uma nova dimensão de poder que se preocupa em “fazer viver” ao invés de simplesmente “deixar morrer”, como era de costume e imposto no período do Renascimento. Dessa forma, este poder de regulamentação visa estabelecer uma homeostase⁵ na população, otimizando os processos biológicos e assegurando um estado de vida equilibrado e seguro. Ainda assim, Foucault (1999, p. 295) corrobora:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

De acordo com o que foi discorrido alhures, integrando esta seção de fundamentação teórica a uma nova concepção de poder, esta inovação de engenharia de controle pode ser compreendida como uma evolução e amplificação dos princípios da biopolítica. Simetricamente alinhado, enquanto esse dispositivo observado por Foucault (1999) se concentra na gestão da vida e saúde das populações, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* utiliza o discurso como uma ferramenta central para exercer controle social e cognitivo. Em confluência ascendente, através da disseminação de discursos negacionistas, terroristas e desinformativos, este novo poder molda percepções, comportamentos e decisões, influenciando profundamente a sociedade. Outrossim, cumpre destacar que este artigo propõe que a nova forma de poder constatada engloba e influencia não apenas o biopoder, mas também o necropoder e os estados de exceção,

⁵ Homeostase é o termo utilizado para descrever a capacidade de um organismo ou sistema biológico de manter a estabilidade interna, ou um equilíbrio dinâmico, frente às variações externas ou internas. Essa estabilidade é alcançada através de uma série de processos de regulação que compensam as mudanças no ambiente, permitindo que o organismo funcione de maneira eficiente e saudável. No contexto biológico, a homeostase envolve a regulação de fatores como temperatura corporal, pH do sangue, níveis de glicose, entre outros. Esses processos são controlados por mecanismos de feedback, que detectam variações e acionam respostas corretivas para restaurar o equilíbrio. O conceito de homeostase pode ser aplicado também em contextos sociais ou psicológicos, referindo-se à manutenção da estabilidade e do equilíbrio em sistemas complexos, como grupos sociais ou o comportamento individual, em resposta a mudanças e pressões externas (Brito; Haddad, 2017).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

operando como um sistema complexo de controle. Ao manipular a realidade e criar narrativas distorcidas, o discurso se torna uma engrenagem poderosa para controlar mentes e vidas, impactando até mesmo figuras institucionalizadas como o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

À guisa de prosseguimento, ao desenvolver o conceito de biopolítica, Foucault (1999) destaca que a saúde da população é um aspecto crucial não apenas para o bem-estar social, mas também para a eficiência econômica do Estado. No âmago da lógica consequencial, a biopolítica se preocupa com a gestão da vida das populações, vendo-as como um recurso que deve ser otimizado para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, políticas de saúde pública, higiene, e controle de doenças não são apenas medidas sanitárias, mas também estratégias econômicas para garantir uma população saudável e produtiva. Simultaneamente, à medida que novos elementos se agregam, Foucault (1999) argumenta que a biopolítica envolve a inserção dos fenômenos vitais próprios da espécie humana no domínio de cálculos explícitos, transformando a vida e a saúde da população em objetos de intervenção estatal e planejamento econômico. Dessa forma, ele descreve como a biopolítica lida com a população, transformando-a em um problema político e científico, que deve ser regulado e controlado para garantir a prosperidade do Estado.

Vocês estão vendo que são fenômenos coletivos, que se aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que se tornam pertinentes no nível da massa. São fenômenos aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmos, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer. E, enfim, são fenômenos que se desenvolvem essencialmente na duração, que devem ser considerados num certo limite de tempo relativamente longo; são fenômenos de serie. A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração (Foucault, 1999, p. 293).

Em consonância com o que foi previamente discutido por Foucault (1999), essa nova forma de controle discursivo também se integra com os aspectos econômicos. Dessa forma, a manipulação discursiva pode influenciar mercados, políticas públicas e até decisões de investimentos, baseando-se na construção de realidades que favorecem determinados interesses econômicos e políticos. Sob auspícios de paridade, é válido acrescentar, ainda, que este novo poder, que aqui discutimos, expande os princípios da biopolítica, incorporando a manipulação discursiva como uma engrenagem principal para



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

exercer controle social e cognitivo. Enquanto a biopolítica se concentra na gestão da vida e saúde das populações, essa estrutura discursiva utiliza o discurso para moldar percepções, comportamentos e decisões, influenciando a sociedade de maneira profunda.

Em adendo inexorável, para o incremento irrefutável, Foucault (1999, p. 295) menciona que o biopoder transforma a morte em um evento privado e regulado, diferentemente do poder soberano que exibia a morte como um símbolo de poder. No contexto dessa nova forma de poder proposta, o discurso manipula a percepção da realidade, criando narrativas que influenciam a vida e a morte, como exemplificado na campanha de desinformação sobre a saúde do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden: “a soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder [...] que consiste ao contrário em fazer viver e em deixar morrer.”

NECROPOLÍTICA E A ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER

Por equivalência paradigmática, é essencial reconhecer que Achille Mbembe, em sua obra *Necropolítica*, amplia os conceitos de biopoder introduzidos por Foucault, destacando a capacidade do poder soberano de decidir sobre a vida e a morte. Segundo Mbembe (2018), o poder soberano se manifesta essencialmente através da capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Em função *sine qua non*, esta capacidade é exercida através de políticas de morte que são implementadas em estados de exceção e situações de conflito, onde a violência e a exclusão se tornam instrumentos centrais de controle, conforme destaca o filósofo camaronês:

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2018, p. 5).

Revisitando o pensamento anteriormente formulado, Mbembe (2018) argumenta que a necropolítica é uma extensão lógica do biopoder, enfocando a instrumentalização da morte e o controle das populações através da violência. Ele descreve como a soberania moderna frequentemente utiliza a morte como uma ferramenta para exercer poder,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

particularmente em contextos de guerra e conflito. Ainda assim, Mbembe (2018, p. 8) acrescenta a seguinte ideia/*tese*:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade.

À luz de uma sequência lógica implacável, em consonância com o que foi previamente discutido por Mbembe (2018), a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* pode ser compreendida como uma evolução desses princípios, incorporando a manipulação discursiva dessa nova concepção de poder que se manifesta por meio do discursos para o controle social e cognitivo. Este novo sistema de poder utiliza o discurso para criar realidades que favorecem determinados interesses econômicos e políticos, manipulando a opinião pública e os fatos de maneira que beneficia aqueles no controle. A disseminação de discursos negacionistas e desinformativos não apenas molda percepções e comportamentos, mas também pode ter consequências diretas sobre a vida e a morte. De igual modo, é relevante mencionar, outrossim, que essa estratégia discursiva expande o necropoder ao usar o discurso como um meio para exercer controle sobre a morte. Enquanto a necropolítica de Mbembe (2018) enfoca a instrumentalização da morte através da violência direta e da guerra, essa nova forma de domínio utiliza a desinformação e a manipulação narrativa para influenciar decisões que podem levar à morte.

Além disso, exemplos incluem a disseminação de informações falsas sobre a eficácia de vacinas ou sobre a gravidade de pandemias, resultando em mortes que poderiam ser evitadas, como assevera Mbembe (2018, p. 5):

[...] a guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)?



Nesse sentido, em conformidade com o que se vem defendendo, nessa nova engenharia de poder, a saber *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, o estado de exceção pode ser discursivamente construído para justificar ações que resultam em mortes, sejam estas diretas ou indiretas. A manipulação discursiva pode levar a um estado de exceção, no qual as práticas inadequadas de saúde pública são justificadas e implementadas, aumentando a mortalidade.

No interstício temporal, se considerarmos a atuação histórica desse novo poder que se consolida, podemos identificar exemplos claros em períodos passados, particularmente no século XX, que corroboram a conjectura aqui defendida. Um caso notável é o de Getúlio Vargas, presidente do Brasil, que, sob a pressão extrema exercida por uma campanha intensa de desinformação e ataques, acabou por cometer suicídio em 1954. A constante manipulação discursiva criou um ambiente insustentável, que influenciou diretamente sua trágica decisão, demonstrando o impacto devastador que a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* pode ter sobre figuras tanto institucionalizadas quanto não institucionalizadas.

Além de figuras políticas, cidadãos comuns também podem ser vítimas dessa nova suposição de poder que se solidifica no presente estudo. Sob as luzes da infalibilidade, a desinformação sobre tratamentos médicos e vacinas, por exemplo, pode levar à morte de indivíduos que, de outra forma, teriam seguido orientações corretas de saúde pública. A criação de narrativas falsas e a disseminação de desinformação podem resultar em decisões que afetam diretamente a saúde e a vida das pessoas. Com base no que foi dito, suscitamos aqui a *tese* dos pesquisadores Macêdo Júnior, Aguiar Ferreira, Barreira Danziato, Gurgel Câmara e Rangel Soares (2023, p. 573), que inseriram o discurso como grave problema de saúde pública em contextos pandêmicos:

as considerações finais deste estudo convergem para uma assertiva central: o discurso negacionista proferido pelo ex-Presidente Bolsonaro, com sua política de morte [...] ou deixar morrer [...], desempenhou um papel crucial como uma variante influenciadora no expressivo quantitativo de mortes durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Como epítome final, com base no pressupostos do autores supramencionados (2023, p. 573), o discurso atua como variante epidemiológica de qualquer doença infectocontagiosa, em situações de crises sanitárias, como, surtos, endemias, epidemias e pandemias. Destarte, a análise da necropolítica de Achille Mbembe fornece uma base sólida para compreender a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* e seu impacto mortal. Este sistema de poder continua a tradição de gestão da vida e da morte introduzida pela biopolítica e necropolítica, mas amplia seu alcance através do controle discursivo. Além do mais, em sincronia evolutiva, é manipulando a realidade e criando narrativas distorcidas, que o discurso se torna uma ferramenta central para exercer controle social e cognitivo, influenciando diretamente a vida e a morte de figuras institucionalizadas ou não. Integrando esses conceitos, este artigo busca oferecer uma visão abrangente das novas formas de poder na sociedade contemporânea e seus impactos sobre a vida e a saúde das populações.

ESTADO DE EXCEÇÃO E A *ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER*

Para compreender a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, é essencial explorar o conceito de estado de exceção e sua relevância no contexto jurídico-político contemporâneo. O estado de exceção está intrinsecamente ligado à soberania estatal, sendo uma consequência direta da decisão política vigente. Carl Schmitt, em sua obra *Teologia política: quatro capítulos sobre a soberania* (1922), oferece a análise mais aprofundada desse conceito, relacionando o Estado de Exceção a uma decisão política do Soberano. Nesse sentido, consoante defende Schmitt (1922), a capacidade de decretar a exceção à norma jurídica é o que caracteriza o soberano afirmando que o “soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção” (Schmitt, 1996, p. 87). Schmitt (1922) argumenta que a capacidade de decretar a exceção à norma jurídica caracteriza o soberano, destacando a permissividade de um poder total racionalmente justificado. Por congruência absoluta, ele compara o estado de exceção ao milagre na teologia, no qual ambos suspendem a normalidade para instaurar uma nova ordem. Segundo Schmitt, “para a jurisprudência, o estado de exceção possui um significado análogo ao do milagre para a teologia” (Schmitt, 1996, p. 109).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Acrescentando-se a esse ponto, em progresso contínuo e lógico, o estado de exceção opera na intersecção entre o direito e a política, sendo descrito como um “ponto de desequilíbrio entre direito público e fato político” (*Apud* Agamben, 2004, p. 11). Este mecanismo suspende a norma jurídica sem invalidá-la, utilizando a força da lei para estabelecer uma nova ordem em situações emergenciais. À luz do encadeamento irrefutável, o excepcional surge como uma situação crítica imprevisível que desestabiliza o sistema jurídico-político vigente (Almeida Filho, 2007, p. 244). Giorgio Agamben (2007) argumenta que o Estado de Exceção provoca mudanças significativas na relação entre vida natural e vida política. A decisão soberana inclui a vida biológica na política, conferindo ao Estado o poder de “fazer morrer e deixar viver” (Foucault, 1999, p. 286). Nesse contexto, todos os cidadãos podem ser vistos como *Homo Sacer*, sujeitos à decisão soberana sobre sua vida e morte. Desta forma, o Estado de Exceção iguala-se ao milagre na medida em que ambos promovem a suspensão da normalidade e decretam uma exceção à regra geral. O Estado de Exceção no âmbito do direito e o milagre no âmbito da natureza (Santos, 2010).

Sob o mesmo prisma, o estado de exceção é caracterizado pela suspensão da norma jurídica, motivada por uma decisão soberana, que não invalida a lei, mas retira sua eficácia enquanto se apropria da força normativa – um dos componentes essenciais da norma jurídica. Nesse *modus operandi*, esse processo permite ao soberano instaurar uma nova ordem dentro do Estado, com o objetivo de criar um novo arcabouço jurídico ou resolver uma situação emergencial. Conforme Almeida Filho (2007, p. 244), “o excepcional aparece como situação crítica imprevisível marcada pela relativa desestabilização do sistema jurídico-político em vigor.”

Acrescenta-se que, em consonância com os postulados de Agamben (2007), o Estado de Exceção promove mudanças significativas no binômio vida natural/vida política, atribuindo à decisão soberana um poder tão intenso que a política se expande a ponto de incorporar a vida biológica dos cidadãos. Nesse sentido, o estado de exceção transcende seu significado meramente político, adquirindo um conteúdo eminentemente biopolítico, conforme os moldes foucaultianos.

Ademais, observa-se na atualidade a compreensão de que qualquer problema enfrentado por um governo, e não pelo Estado como um todo, pode ser suficiente para



criar uma situação que justifique a exceção e a invocação da cláusula de plenos poderes. Esse fenômeno corrobora a percepção de Walter Benjamin, que já em 1940 alertava para a transformação do Estado de Exceção em uma norma, um paradigma de governo. Essa denúncia é claramente perceptível em sua *Oitava tese sobre o conceito de história*:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (Benjamin, 1987, p. 222-232).

Em continuidade ao que foi dito por Benjamin, verifica-se que a transformação da exceção em técnica de governo sinaliza a decadência do sistema parlamentar. Por conseguinte, a crescente prevalência do poder executivo, o parlamento perde seu caráter de órgão de discussão e debate, limitando-se a ratificar os atos do poder executivo para conferir-lhes uma aparente legalidade e legitimidade. Santos (2010) observa que esse fenômeno evidencia a erosão dos princípios fundamentais da democracia parlamentar, resultando em um desequilíbrio de poder. Dessa maneira, fica evidente que:

O princípio da divisão dos poderes hoje está caduco e que o poder executivo absorve de fato, ao menos em parte, o poder legislativo. O parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo. Em sentido técnico, a República não é mais parlamentar e, sim, governamental. E é significativo que semelhante transformação da ordem constitucional, que hoje ocorre em graus diversos em todas as democracias ocidentais, apesar de bem conhecidas pelos juristas e pelos políticos, permaneça totalmente despercebida por parte dos cidadãos. Exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia e cultura e a tradições diferentes, a cultura política do ocidente não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam (Agamben, 2004, p. 32-33).

Retomando as reflexões de Agamben, pode-se concluir que a banalização e instrumentalização do estado de exceção como técnica de governo, em vez de servir para resolver crises estatais agudas, têm o propósito de desvirtuar os princípios fundamentais

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

da civilização ocidental. Isso revela que a política ocidental frequentemente opera sob um manto de aparente legalidade e legitimidade, mascarando a utilização de meios extremos para manter o controle e a ordem. Esse disfarce oculta a utilização indiscriminada de meios extremos para a prática política, conforme destaca Santos (2010).

Movimentando-se para a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, esse novo dispositivo de poder se conecta com o estado de exceção ao utilizar a suspensão da normalidade e a decretação de uma nova ordem através do discurso. É importante considerar que, na elaboração desses discursos e na manipulação das narrativas, implica-se a existência de a) um manipulador e b) um manipulado. Nessa “arquitetura”, a figura do arquiteto do poder é essencial, pois não se trata de uma ação espontânea ou acidental, mas sim de um processo deliberado, conduzido por aqueles que detêm os meios para construir e moldar essas narrativas. Esse processo revela uma estrutura de poder que vai além da mera interação entre manipulador e manipulado, apontando para uma superestrutura ideológica que opera sobre as relações sociais e políticas.

Essa superestrutura, como o centro organizador da manipulação discursiva, rege as dinâmicas de controle e repressão, engendrando estados de exceção que justificam a implementação de medidas autoritárias. Em crises econômicas, por exemplo, discursos manipuladores podem exacerbar problemas financeiros, criando pânico nos mercados e justificando intervenções governamentais drásticas que beneficiam interesses específicos enquanto prejudicam a população geral. Da mesma forma, em crises de segurança, a manipulação discursiva pode inflar ameaças, promovendo políticas de vigilância e controle que restringem liberdades civis sob o pretexto de proteção contra inimigos internos ou externos.

Em *summa rei*, é claro que há um ou mais arquitetos por trás dessa complexa teia arquitetônica de poder. Esses agentes, atuando dentro da superestrutura, utilizam-se de ferramentas discursivas para moldar a percepção pública, consolidando assim seu controle social e político. Explorando esses conceitos, torna-se evidente que a manipulação não é apenas um efeito das circunstâncias, mas parte de um projeto estruturado, conduzido por aqueles que detêm o poder discursivo e o direcionam conforme seus interesses estratégicos.



Na esteira dos eventos, os exemplos históricos mostram como essa forma de autoridade, aqui teorizada, utiliza o conceito de estado de exceção para minar a confiança em figuras políticas e criar crises contínuas. Diante disso, Franklin D. Roosevelt (1933-1945), por exemplo, sofreu de poliomielite e enfrentou constantes ataques sobre sua condição de saúde. Os adversários usaram sua saúde para minar sua liderança, apesar de seu papel crucial na Grande Depressão e na Segunda Guerra Mundial. Essa nova especulação de poder defendida no presente estudo, neste caso, utilizou o discurso para criar um estado de exceção pessoal, questionando sua capacidade de governar em momentos críticos. Schmitt (1996) explica que o estado de exceção permite ao soberano tomar decisões radicais para restaurar a ordem. No caso de Roosevelt, os ataques discursivos criaram uma percepção de fragilidade, permitindo que adversários políticos justificassem intervenções extremas para questionar sua liderança.

De forma semelhante, Winston Churchill (1940-1945, 1951-1955) enfrentou ataques sobre sua saúde e idade avançada durante e após a Segunda Guerra Mundial. Os discursos focavam em sua capacidade de liderar, especialmente durante crises. A manipulação discursiva buscava desestabilizar sua liderança, criando um estado de exceção contínuo que minava a confiança pública em sua capacidade de governar. Agamben (2007) destaca que o estado de exceção transforma a política em uma ferramenta para controlar a vida dos cidadãos. Os ataques a Churchill exemplificam como o discurso pode ser utilizado para criar um ambiente de incerteza e desconfiança, justificando medidas extremas para garantir a estabilidade política.

Sob moldes analógicos, outro exemplo, aqui já elencado, é o de Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954) que enfrentou críticas intensas e uma campanha implacável que levou ao seu suicídio em 1954. As críticas desestabilizaram seu governo e minaram sua autoridade. A nova teoria de poder emergente, que propomos defender aqui, mostrou como a manipulação discursiva pode levar à desestabilização emocional e política, resultando em consequências trágicas e criando um estado de exceção pessoal. A relação entre o estado de exceção e a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* é evidente no caso de Vargas. Schmitt (1996) argumenta que a capacidade de decidir sobre o estado de exceção é uma ferramenta poderosa nas mãos do soberano. No caso de Vargas, a

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

manipulação discursiva criou um ambiente de constante exceção, culminando em sua tragédia pessoal.

Do mesmo modo, John F. Kennedy (1961-1963) enfrentou especulações e ataques sobre sua saúde devido à doença de Addison e problemas na coluna. Embora popular, sua saúde foi usada para questionar sua capacidade de governar. Dessa maneira, os discursos desinformativos visavam minar a confiança pública em sua liderança durante um período de tensão global, criando um estado de exceção em torno de sua capacidade de tomar decisões cruciais. Por conseguinte, a nova perspectiva de poder que elencamos, se manifesta claramente no caso de Kennedy, no qual a disseminação de informações sobre sua saúde criou um estado de exceção que justificava a intervenção de outros poderes para questionar e minar sua liderança.

Em harmoniosa correspondência, Richard Nixon (1969-1974), durante o escândalo de Watergate, enfrentou uma campanha de ataques e desinformação. Os discursos sobre o referido escândalo minaram sua presidência, levando à sua renúncia. Dessa maneira, essa nova forma de soberania utilizou a manipulação discursiva para amplificar a crise, destacando o poder do discurso na construção de realidades políticas adversas e criando um estado de exceção que justificou medidas extremas. O caso de Nixon ilustra como o estado de exceção pode ser utilizado para justificar a remoção de um líder político. Agamben (2007) argumenta que a exceção permite a suspensão das normas jurídicas para restaurar a ordem, o que no caso de Nixon, foi facilitado pela manipulação discursiva que amplificou a crise de Watergate.

A Arquitetura Discursopatológica do Poder não apenas opera dentro dos limites do estado de exceção, mas também o transcende ao estender seu alcance para além das emergências políticas e sanitárias. Essa nova noção de poder pode se manifestar através da criação de crises fabricadas ou exacerbadas para justificar medidas extremas e controle reforçado. Discursos manipuladores podem exacerbar crises econômicas, criando pânico nos mercados financeiros e justificando intervenções governamentais drásticas que beneficiam interesses específicos enquanto prejudicam a população geral.

Em decorrência inexorável, o novo conceito de poder aqui destacado, cria um estado de exceção contínuo, utilizando o discurso para manipular a percepção pública e justificar ações extremas. Por outro lado, a manipulação discursiva pode inflar ameaças à

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

segurança, promovendo políticas de vigilância e controle que restringem liberdades civis sob o pretexto de “proteção” contra inimigos internos ou externos.

Além disso, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* usa o discurso para criar também um estado de exceção permanente, justificando medidas autoritárias. Outrossim, a desinformação sobre questões ambientais pode ser usada para justificar intervenções em territórios indígenas ou áreas protegidas, promovendo interesses econômicos à custa da sustentabilidade ambiental e dos direitos das populações locais. Ainda mais, essa nova abstração de poder aqui aludida, utiliza o discurso para criar um estado de exceção que permite a exploração indiscriminada dos recursos naturais.

O MÉTODO ARQUEOGENEALÓGICO

Na construção do método deste artigo, fundamentado no processo arqueogenealógico de Michel Foucault, é essencial compreender que o sujeito é, fundamentalmente, uma produção das práticas discursivas e das relações de saber-poder que o atravessam e o delimitam (Veiga-Neto, 2016). A arqueogenealogia, enquanto junção dos três momentos foucaultianos, evidencia que o campo da verdade ou da subjetividade do sujeito inicia, perpassa e encerra todas as fases de seu desenvolvimento. Este domínio, também conhecido como domínio ético-político, considera os aspectos discursivos e não discursivos que juntos corroboram para a problematização e construção da subjetividade do sujeito através da investigação das fases envolvidas na evidência de certas verdades.

Ao dar voz aos sujeitos produzidos pelos regimes de verdades, Foucault (2023) nos leva a refletir sobre como determinadas situações se solidificaram como tais. Sua intenção não é desconstruir, mas modificar o olhar sobre os acontecimentos, sem apontar uma contribuição teórica como verdadeira ou falsa, pois o sujeito é livre para conceber, criticar, reinventar e/ou reconstruir visões conforme os interesses em pauta. Este caminho teórico-metodológico baseia-se em duas atitudes principais: a crítica e a genealogia (Foucault, 2023, Veiga-Neto, 2016, Marshall, 2018). Nesse sentido, em relação a inspiração arqueogenealógica, Neves e Gregolin (2021, p.11) apresentam a seguinte contribuição:

Esse caminho teórico-metodológico baseia-se em duas atitudes: a crítica e a genealogia. A crítica [...] liga-se aos sistemas de recobrimento dos discursos,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

seus princípios de reordenamento, de exclusão e de rarefação. Trata-se, portanto, de investigar os procedimentos (discursivos e não discursivos) que controlam o que se pode e se deve dizer em um certo momento histórico. O segundo movimento – genealógico – propõe esquadrihar a formação efetiva dos discursos - que é, ao mesmo tempo, dispersa, descontínua e regular – em suas relações com os saberes e os poderes.

A crítica, segundo as citações das autoras supramencionadas, está ligada aos sistemas de recobrimento dos discursos, seus princípios de reordenamento, de exclusão e de rarefação. Isso envolve investigar os procedimentos discursivos e não discursivos que controlam o que pode e deve ser dito em um certo momento histórico. O movimento genealógico, por sua vez, propõe esquadrihar a formação efetiva dos discursos em suas relações com os saberes e os poderes. A crítica foucaultiana é compreendida como uma “crítica da crítica” ou “hipercrítica”, sendo mais questionadora do que explicativa, cética e incômoda, validando a necessidade de problematização (Veiga-Neto, 2016, p.24).

Para adentrarmos na especificidade do olhar arqueogenealógico, é necessário considerar, além dos discursos, os dispositivos que emergem das relações de poder e como estes agem sobre os sujeitos. Neste contexto, retornamos ao dispositivo disciplinar que exerce poder sobre os corpos e que se transformou ao longo da história, sem perder o foco na produção da sujeição, conforme apontado por Foucault:

[...] Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava e distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia [...] (Foucault, 1999, p.288).

Voltando à perspectiva de Foucault (1999), compreende-se que o poder disciplinar envolve procedimentos que asseguram a distribuição espacial dos corpos, sua separação, alinhamento, colocação em série e vigilância, bem como técnicas de aumento da força útil dos corpos através do exercício e do treinamento. Conforme exposto, em decorrência das sucessivas mudanças nos movimentos sociais, uma nova tecnologia de poder toma

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

forma:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar previa. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque e de outro nível, está noutra escala, ter outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes (Foucault, 1999, p. 289).

Reafirmando o posicionamento de Foucault (1999), é visível que durante a segunda metade do século XVIII, uma nova tecnologia de poder surge, não excluindo a técnica disciplinar, mas a integrando e modificando parcialmente. Esta nova técnica de poder, que Foucault chama de biopoder, aplica-se à vida dos homens, dirigindo-se ao homem como ser vivo, ao homem enquanto espécie.

Sob a mesma perspectiva, pode-se igualmente inferir que entender como a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* atua, é necessário adentrar na especificidade do olhar arqueogenealógico, considerando os discursos e os dispositivos que surgem das relações de poder. De mesmo modo, Foucault exemplifica a questão do sujeito e da influência do poder ao referir-se ao desejo pessoal em contraposição ao discurso institucional, problematizando com a seguinte questão: “Mas, o que há enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?” (Foucault, 2007, p. 8).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**Quadro 1** – Categorias de análise do poder e seus impactos na saúde pública, política e sociedade: uma abordagem multidimensional.

Categoria de Análise	Descrição	Exemplos / Aplicações	Impactos na Saúde Pública	Impactos Políticos	Estratégias de Manipulação Discursiva	Contexto Histórico	Metodologia de Análise	Impactos Sociais	Autores / Referências
Biopolítica	Gestão da vida e processos biológicos das populações, focando na saúde coletiva.	Políticas de saúde pública, campanhas de vacinação, gestão de pandemias.	Melhora da saúde coletiva, redução de doenças infecciosas.	Fortalecimento do controle estatal sobre a população.	Uso de dados científicos para justificar intervenções de saúde.	Final do século XVIII, surgimento com o desenvolvimento da medicina social.	Análise de políticas de saúde, campanhas de vacinação, medidas de higiene pública.	Aumento da expectativa de vida, melhoramento das condições sanitárias.	Foucault (1999)
Necropolítica	Poder soberano de decidir sobre a vida e a morte, utilizando a morte como controle.	Políticas de guerra, exclusão social, violência de estado.	Aumento da mortalidade, trauma psicológico.	Legitimação da violência de estado, controle sobre populações marginalizadas.	Desumanização de grupos específicos para justificar a violência.	Contextos de guerra, colonização e conflitos sociais.	Estudo de políticas de extermínio, genocídios, violência institucional.	Marginalização de grupos sociais, perpetuação da violência.	Mbembe (2018)
Estado de Exceção	Suspensão da norma jurídica em situações emergenciais para criar nova ordem.	Crises políticas, sanitárias e econômicas; medidas de controle extremo.	Restrição de liberdades civis, implementação de medidas extremas de saúde.	Centralização do poder, erosão da democracia.	Declaração de emergência para justificar ações autoritárias.	Períodos de crise política e econômica, ditaduras.	Análise de decretos de emergência, medidas autoritárias, suspensão de direitos.	Restrição de liberdades individuais, aumento do controle estatal.	Schmitt (1922), Agamben (2004)
<i>Arquitetura Discursopatológica do Poder</i>	Combina biopoder, necropoder e estado de exceção; manipula percepções e realidades via discurso.	Manipulação midiática, desinformação sobre saúde de líderes políticos, crises fabricadas.	Desinformação, aumento da morbidade e mortalidade por falta de informações corretas.	Desestabilização de governos, manipulação da opinião pública.	Criação de narrativas falsas, amplificação de incertezas e medos.	Era contemporânea, auge com o desenvolvimento das mídias sociais.	Análise de discursos midiáticos, estudo de campanhas de desinformação.	Polarização social, aumento da desconfiança nas instituições.	Veiga-Neto (2016), Foucault (1996), Macêdo Júnior (2024)

Fonte: criado pelos autores, adaptado de Foucault (1999), Mbembe (2018), Schmitt (1922), Agamben (2004), Veiga-Neto (2016), Foucault (1996), Macêdo Júnior (2024).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Conforme ilustrado no quadro 1, logo acima, o método arqueogenealógico, aplicado à análise da *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, desdobra-se em um processo minucioso de investigação das práticas discursivas e não discursivas que moldam as categorias de análise descritas. Este método integra a crítica e a genealogia, conforme delineado por Foucault, permitindo esquadrihar a formação e transformação dos discursos em suas relações com saberes e poderes. Na biopolítica, a análise foca nas políticas de saúde pública e suas justificativas científicas, enquanto a necropolítica examina a instrumentalização da morte em contextos de exclusão e violência de estado. O Estado de Exceção é abordado através da suspensão jurídica em crises, revelando a centralidade do poder. Finalmente, essa nova possibilidade de poder, defendida neste artigo, é investigada pela manipulação midiática e de desinformação, destacando suas estratégias de controle social e cognitivo. Este método arqueogenealógico revela como os discursos não apenas refletem, mas também constituem realidades sociais, políticas e de saúde pública, permeando desde a gestão biopolítica da vida até a manipulação discursiva contemporânea.

À guisa de exegese causal, revelando as raízes intrínsecas do fenômeno, a aplicação detalhada do método arqueogenealógico ao estudo da *Arquitetura Discursopatológica do Poder* envolve a análise das práticas discursivas e não discursivas que produzem e sustentam esta forma de poder. Isso inclui a investigação de como os discursos negacionistas e desinformativos são formados, disseminados e internalizados pelas populações, bem como a análise dos dispositivos de poder que operam nesses processos. Para a análise dos *corpus* selecionados, começamos pela descrição dos enunciados, identificando o que foi dito e as condições históricas que permitem sua emergência. No caso dos discursos sobre a saúde de Joe Biden, analisamos as declarações públicas, notícias e postagens em redes sociais que questionam sua capacidade mental. Em seguida, investigamos as formações discursivas, identificando as plataformas onde esses discursos se formam e se transformam, como mídias sociais, conferências de imprensa e debates políticos.

Explanando sob premissas lógicas, a análise das modalidades enunciativas envolve a identificação do estatuto dos sujeitos que emitem os discursos, como políticos, jornalistas e comentaristas, bem como os locais institucionais de onde se pronunciam.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Examinamos também as posições que esses sujeitos ocupam em relação aos diversos domínios de objetos, variando de opositores políticos a analistas independentes. A formação dos conceitos dentro dos discursos é analisada através das formas de sucessão e das técnicas de reescritura, examinando como as narrativas sobre a capacidade de Biden evoluem e são reiteradas em diferentes contextos. Finalmente, a análise das estratégias discursivas envolve a identificação dos pontos de incompatibilidade, equivalência e junção dentro dos discursos, bem como a economia da constelação discursiva e as relações de delimitação recíproca. Este método permite uma compreensão das condições históricas e das relações de poder que sustentam a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*. Como Foucault nos lembra,

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996, p. 8).

Através da aplicação detalhada do método arqueogenealógico, podemos revelar como os estratagemas hipotéticos desse novo poder manipula percepções, comportamentos e decisões, influenciando profundamente a sociedade contemporânea e moldando questões de vida e morte.

A ARQUITETURA DISCURSOPATOLÓGICA DO PODER

A análise do *corpus* selecionado fornece uma base sólida para compreender como essa nova proposição de Poder se manifesta na prática. A seguir, exploramos como essa nova forma de poder se exerce através dos discursos e ações observadas nos casos apresentados, destacando os mecanismos de manipulação discursiva e suas consequências.

Corpus 1: “Por que republicanos estão pedindo renúncia de Biden à Presidência”.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**Fonte:** McCausland; Debusmann (2024).

À luz do exemplo paradigmático, o primeiro *corpus*, notícia redigida pelos autores Phil McCausland e Bernd Debusmann, veiculada pelo jornal *BBC News Brasil*, intitulada *Por que republicanos estão pedindo renúncia de Biden à Presidência*, detalha os pedidos de renúncia de Joe Biden após sua retirada da corrida presidencial de 2024. Os republicanos, ao afirmarem que Biden não estava em condições cognitivas para ser presidente, utilizam uma estratégia clássica dessa abstração de poder: a criação de uma narrativa que questiona a capacidade mental do líder político. A fala do presidente da Câmara, Mike Johnson, é um exemplo claro de como o discurso pode ser utilizado para criar um estado de exceção pessoal, no qual a autoridade e legitimidade do presidente são minadas.

Para maior ilustração do exposto, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder*, ao focar na saúde mental e na capacidade cognitiva de Biden, manipula a percepção pública para gerar um ambiente de dúvida e incerteza. Isso vai além dos conceitos de biopolítica e necropolítica de Foucault (1999) e Mbembe (2018), respectivamente, que lidam principalmente com o controle e a gestão da vida e da morte. Aqui, o discurso não apenas controla a vida, mas também molda a realidade percebida das capacidades de um indivíduo, criando uma pressão insustentável para sua retirada.

Como corolário ilustrativo, essa perspectiva de manipulação discursiva encontra ressonância na *tese* de Macêdo Júnior (2024), que defende a ideia metafórica de que o discurso negacionista de um chefe de estado age de forma análoga a uma doença infectocontagiosa. Segundo essa visão, tal discurso deve ser encarado como um grave problema de saúde pública (Macêdo Júnior, 2023), conforme destaca na citação abaixo:



[...] com base nos efeitos introdutórios, metodológicos, resultados e discussão, afirmamos nossa *tese*, todo ser humano pode ser infectado por algum tipo de discurso; todo ser humano pode vir a ser infectado por qualquer tipo de discurso, em algum momento, todo ser humano pode ser portador de algum discurso latente ou crônico. Nesse sentido, todo ser humano que, no ato de suas práticas sociais de interação, pode ser acometido por algum discurso negacionista ou de ódio (Macêdo Júnior, 2024, p. 247).

De acordo com o que foi anteriormente destacado por Macêdo Júnior (2024), entende-se que todo ser humano pode ser infectado por algum tipo de discurso, tornando-se um portador de manifestações discursivas crônicas e até mesmo latentes. Essa infecção discursiva pode gerar consequências significativas na saúde mental e social da população, como apontados por Macêdo Júnior (2024, p. 249): “dos sinais e sintomas que uma pessoa com a infecção discursiva pode apresentar são: o estresse emocional, alienação social, insanidade temporal, desespero, perda da consciência.”

Portanto, é fundamental abordar essa questão de forma interdisciplinar, considerando tanto aspectos políticos quanto de saúde pública, para promover informações precisas e mitigar os impactos nocivos da desinformação. Dessa forma, a análise de Macedo Júnior (2024) complementa a nosso estudo ao sublinhar a necessidade de uma abordagem abrangente para entender e combater os efeitos perniciosos da *Arquitetura Discursopatológica do Poder*.

Transitando para o segundo *corpus* que compõe o presente estudo, a matéria foi redigida pela jornalista Paula Felix, intitulada Após pressão, Joe Biden desiste de candidatura à reeleição nos EUA. Por conseguinte, a matéria detalha a desistência de Joe Biden da candidatura à reeleição, citando as críticas sobre seu desempenho e atos falhos em discursos. A pressão contínua e as críticas constantes são ferramentas utilizadas por esse novo raciocínio de poder para desgastar a imagem do líder político e forçá-lo a tomar decisões drásticas. A carta de Biden na plataforma X, onde ele destaca os progressos de seu governo e expressa apoio à vice-presidente Kamala Harris, demonstra uma tentativa de mitigar os danos causados pela manipulação discursiva.

Corpus 2: “Após pressão, Joe Biden desiste de candidatura à reeleição nos EUA”.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.**Fonte:** Felix (2024).

De forma exemplificativa em grau absoluto, o segundo *corpus* detalha a desistência de Joe Biden da candidatura à reeleição, citando as críticas sobre seu desempenho e atos falhos em discursos. A pressão contínua e as críticas constantes são ferramentas utilizadas pela *Arquitetura Discursopatológica do Poder* para desgastar a imagem do líder político e forçá-lo a tomar decisões drásticas. A carta de Biden na plataforma X, onde ele destaca os progressos de seu governo e expressa apoio à vice-presidente Kamala Harris, demonstra uma tentativa de mitigar os danos causados pela manipulação discursiva.

À guisa de epítome elucidativo, para melhor demonstrar o ponto em questão, este caso ilustra como os fundamentos desse poder suplanta o estado de exceção ao não depender de crises políticas ou sanitárias para exercer seu controle. Em vez disso, cria uma percepção contínua de incompetência e falibilidade, manipulando a narrativa pública para forçar um líder a desistir de sua posição. Este novo poder não precisa da formalidade de um estado de exceção; ele opera através da constante manipulação discursiva para atingir seus objetivos. A análise dos *corpus* revela como os princípios desse poder utiliza os princípios de manipulação discursiva para exercer controle social e cognitivo.

Para clareza ampliada, pensando nesses efeitos sociais e cognitivos, Macêdo Júnior (2024) destaca a sintomatologia psicopatológica do discurso, o que corrobora com a maneira como as regras desse poder age nas mentes humanas e como forma de poder dominante. Dessa maneira, ao observar as variáveis epidemiológicas e a analogia entre o

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

discurso negacionista e uma doença infectocontagiosa, Macêdo Júnior (2024) argumenta que o discurso de um líder político desempenha um papel semelhante ao de um agente etiológico. Sua capacidade de semear dúvidas, desconfiança e hostilidade em relação às medidas de saúde pública e à ciência estabelecida é equivalente à patogênese de uma infecção, afetando não apenas a percepção coletiva, mas também a resposta à emergência sanitária. Outrossim, os sinais e sintomas da infecção discursiva incluem estresse emocional, alienação social, insanidade temporal e desespero, evidenciando os efeitos adversos na saúde mental e social da população. Sua incidência pode ser observada pela disseminação de ideias negacionistas, enquanto sua prevalência é medida pelo número de indivíduos afetados e pela extensão de sua influência na sociedade (Macêdo Júnior, 2024).

Em complemento, é crucial afirmar que a conexão entre a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* e a análise de Macêdo Júnior (2024) sublinha a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, considerando tanto aspectos linguísticos, políticos e de saúde pública. Assim, promover informações precisas e mitigar os impactos nocivos da desinformação são passos essenciais para combater os efeitos adversos dessa nova forma de poder, que atua de maneira semelhante a uma epidemia, espalhando desinformação e comprometendo a saúde mental e social da população.

Ainda assim, destacamos que este novo sistema de poder utiliza discursos manipuladores e desinformativos para criar realidades que favorecem determinados interesses econômicos e políticos, moldando comportamentos e percepções de maneira a influenciar diretamente questões de vida e morte.

Essa presunção de poder não apenas cria estados de exceção contínuos, mas também redefine o biopoder e o necropoder ao incorporar a manipulação discursiva como uma ferramenta central. Enquanto a biopolítica de Foucault (1999) se concentra no controle da vida e a necropolítica de Mbembe (2018) se foca no poder sobre a morte, essa nova reflexão de poder, aqui estabelecida, expande esses conceitos ao manipular a realidade percebida das capacidades e intenções dos indivíduos. Este novo poder utiliza o discurso para influenciar não apenas a vida e a morte, mas também a percepção pública da competência e legitimidade.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Cumprir notar que, em sintonia com o discorrido, que os exemplos históricos e contemporâneos mostram como essa especulação de poder utiliza a manipulação discursiva para criar realidades que favorecem determinados interesses políticos e econômicos e assim exercer seu poder. Bill Clinton, por exemplo, enfrentou o escândalo Lewinsky e subsequentes processos de *impeachment*. A campanha midiática e os discursos públicos afetaram sua presidência e imagem pública. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* utilizou a manipulação discursiva para amplificar o escândalo, criando uma percepção pública de crise contínua que justificou medidas extremas como o processo de *impeachment*. Isso demonstra como este novo poder pode suplantar o Estado de Exceção ao não depender de crises políticas formais, mas ao criar um estado de exceção discursivo que mina a autoridade do líder político.

No mesmo sentido, é válido acrescentar, que Hugo Chávez enfrentou constantes ataques sobre sua saúde, especialmente após o diagnóstico de câncer. As especulações e campanhas minaram sua autoridade e capacidade de governar. Dessa forma, a manipulação discursiva sobre a saúde de Chávez exemplifica como esse novo controle utiliza a desinformação para criar um ambiente de dúvida e incerteza. Este poder não apenas controla a vida e a morte, mas também a percepção pública da capacidade de governar, suplantando a biopolítica e necropolítica ao atuar diretamente sobre a cognição coletiva.

Em paralelo, pode-se afirmar, outrossim, que Dilma Rousseff sofreu um *impeachment* após uma campanha intensa de ataques e desinformação sobre sua administração. Os discursos sobre corrupção e má gestão contribuíram para sua destituição. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* se manifesta claramente no caso de Dilma Rousseff, na qual a campanha de desinformação e ataques constantes criaram uma narrativa de incompetência e corrupção. Esta narrativa manipuladora criou um estado de exceção discursivo que justificou o *impeachment*, destacando como este novo poder pode operar independentemente das crises políticas formais.

Em confluência ascendente, com a lógica dialética progressiva, é necessário considerar, igualmente, que Hillary Clinton, durante a campanha presidencial de 2016, enfrentou ataques sobre sua saúde e e-mails privados. Os discursos e campanhas de desinformação afetaram negativamente sua candidatura. A campanha contra Hillary

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Clinton exemplifica como essa jurisdição utiliza a desinformação para influenciar percepções públicas e resultados eleitorais. De tal maneira, a manipulação discursiva sobre sua saúde e e-mails privados criou uma narrativa de desconfiança e incompetência, minando sua candidatura e suplantando as dinâmicas tradicionais de biopolítica e necropolítica.

Em correlação inequívoca, estabelecendo nexos claros e precisos entre os elementos, é essencial reconhecer que Angela Merkel enfrentou ataques relacionados à sua saúde e capacidade de liderança, especialmente durante a crise migratória. Os discursos desafiaram sua autoridade e influenciaram a percepção pública sobre suas políticas. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* se manifestou na forma de ataques discursivos que questionaram a saúde e a capacidade de liderança de Ângela Merkel. Durante a crise migratória, esses ataques criaram um estado de exceção discursivo que desafiou sua autoridade e influenciou a opinião pública, demonstrando como este novo poder pode suplantiar as formas tradicionais de controle social e político.

Sob a égide de um propósito premente, concluímos que essa abordagem interdisciplinar é indispensável para entender que a autoridade discursopatológica não apenas opera dentro dos limites do estado de exceção, mas também o transcende ao estender seu alcance para além das emergências políticas e sanitárias. Este novo poder vai além do controle da vida e da morte abordado pela biopolítica e necropolítica, ao manipular diretamente a percepção e a cognição pública. Isso é alcançado através da disseminação de narrativas manipuladoras e desinformação, criando realidades alternativas que servem para justificar medidas extremas e controle reforçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse novo sistema de controle discursivo, que consideramos já presente na sociedade há muito tempo, não advém diretamente da instituição, mas permeia também a própria instituição. Essa forma de poder transgride as categorias de análises propostas por Michel Foucault, na sua obra intitulada *A ordem do Discurso*, incluindo Relações de Poder, Interdição, Separação/Rejeição, Vontades de Verdade e Disciplina. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* não apenas se estabelece como uma força externa, mas se



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

infiltra e opera através das próprias estruturas institucionais. Ademais, em acréscimo às evidências apresentadas, Foucault (1996, p. 8) supões que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 8-9).

Reiterando a ideia proposta por Foucault, observa-se que esse mecanismo discursivo de poder utiliza esses procedimentos para manipular e controlar a produção do discurso, subvertendo os mecanismos tradicionais de poder e instituindo um novo sistema de controle baseado na manipulação discursiva. Simultaneamente, verifica-se também que a relação de poder é fundamental para a operação desse novo sistema. Foucault (1996) nos lembra que

[...] a instituição responde: (...) estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que a muito tempo se cuida de sua aparição que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (Foucault, 1996, p. 7).

Remetendo-nos à argumentação de Foucault (1996), percebe-se que este poder institucional, ao invés de ser uma fonte única de autoridade, é agora um canal através do qual a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* exerce seu domínio. Ele se infiltra nas instituições, utiliza suas estruturas e redistribui o poder de maneira a manter o controle e a dominação. Além do mais, a interdição, outro mecanismo discutido por Foucault (1996), é central para a manutenção deste novo poder.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 1996, p. 9).

Ademais, é pertinente ressaltar a importância de que essa ordem discursiva de poder expande esses tabus e rituais, utilizando-os para silenciar vozes dissidentes e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

promover narrativas que servem a seus interesses. De mais a mais, a separação e a rejeição são também instrumentos deste novo poder. Foucault observa que

[...] Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na posição razão e loucura. Desde a alta Idade média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ser que a sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância (...) pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (Foucault, 1996, p. 10-11).

De igual modo, é relevante mencionar que esse instrumento discursivo de poder utiliza essa dinâmica para marginalizar e deslegitimar aqueles que desafiam a narrativa dominante, reforçando a separação entre o discurso aceitável e o inaceitável. E depois, a vontade de verdade, que Foucault (1996, p. 17) descreve como “um suporte institucional que é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”, é manipulada pela *Arquitetura Discursopatológica do Poder* para criar e sustentar realidades alternativas que beneficiam seus objetivos. Esta vontade de verdade é instrumentalizada para justificar ações e políticas que servem aos interesses daqueles no controle. Finalmente, a disciplina, que se define como

A organização das disciplinas se opõe tanto ao princípio do comentário como ao do autor. [...] Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. [...] Em uma disciplina (...) o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para uma construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1996, p. 30). A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (Foucault, 2007, p. 119).

Sob a mesma perspectiva, pode-se igualmente inferir que essa engenharia de poder utiliza essas disciplinas para moldar e controlar o comportamento e o pensamento das populações, assegurando que suas narrativas e discursos sejam internalizados e

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

reproduzidos pela sociedade. Em síntese, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* transgride e expande as categorias de análise de Foucault (1996), operando tanto dentro quanto fora das instituições, utilizando o discurso como uma engrenagem central para controlar, manipular e influenciar a sociedade. Este poder, ao criar e disseminar narrativas que moldam percepções e comportamentos, revela-se uma força onipresente e insidiosa, que redefine as relações de poder e a dinâmica social na contemporaneidade.

Essa forma de poder, que há muito tempo se instaurou em nossa sociedade, é mais perigosa e temível que a própria soberania. Em outras palavras, esta nova forma de poder já domina todo o mundo. De tal forma, ao transcender as limitações e restrições das formas tradicionais de poder, esse maquinismo discursivo de poder se revela uma força insidiosa que se infiltra em todos os aspectos da vida social e política. Diferente da soberania tradicional, que exerce seu controle através de instituições visíveis e formalizadas, este novo poder opera de maneira invisível, utilizando o discurso como sua principal ferramenta de dominação.

Destarte, essa capacidade de se infiltrar em todas as mentes torna a eficácia e efetividade dessa nova máquina discursiva de poder mais plausíveis que as formas tradicionais de controle, como os estados de exceção e de sítio, o necropoder e o biopoder. Enquanto os estados de exceção e de sítio dependem de crises políticas e sanitárias para justificar suas medidas extremas, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* não necessita de tais formalidades. Ela opera através da constante manipulação discursiva, criando realidades alternativas que servem aos interesses daqueles que estão no controle. Esta nova forma de poder exerce uma pressão contínua sobre a percepção pública, moldando comportamentos e decisões de maneira sutil e persistente.

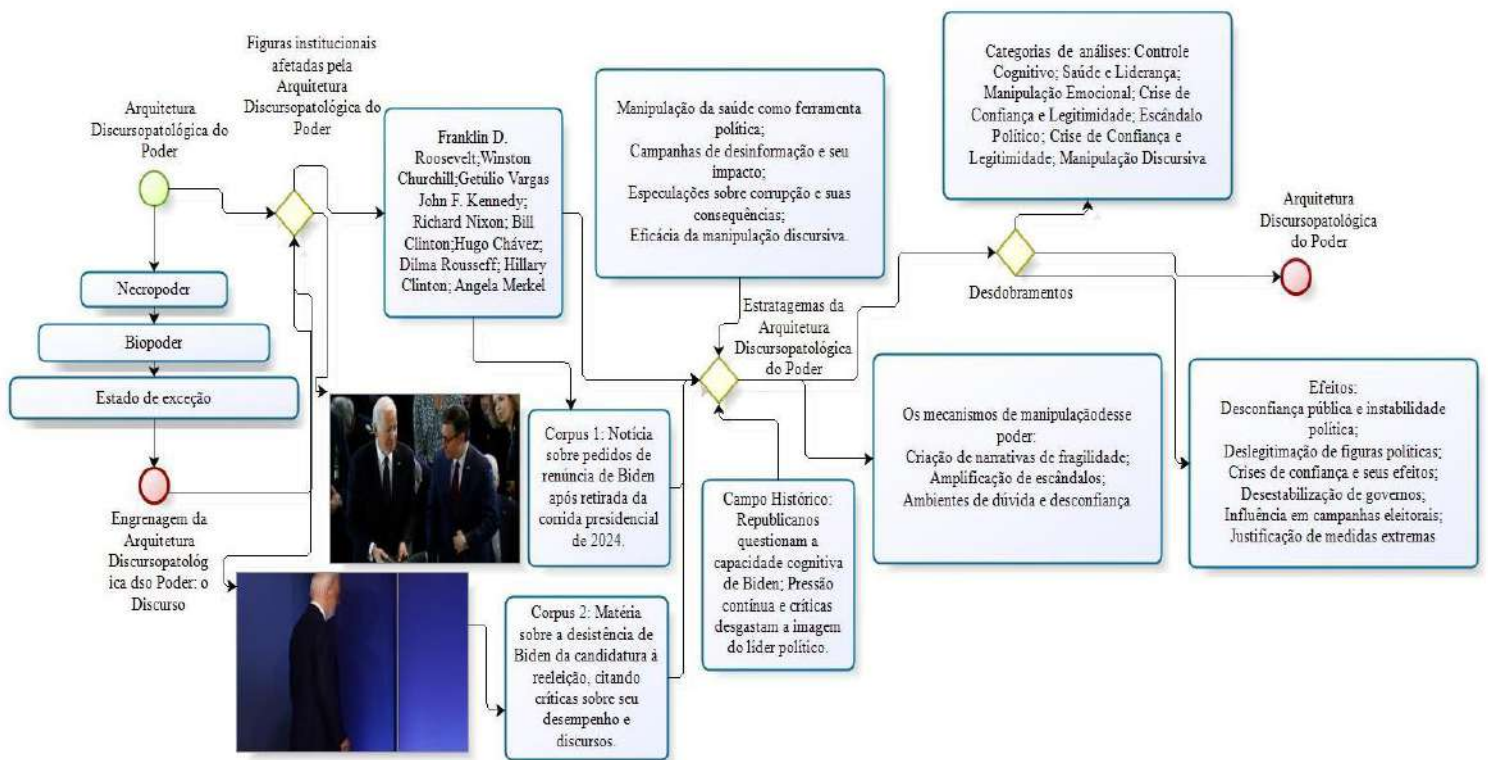
O *modus operandi* desse aparelho discursivo de poder reside em sua capacidade de manipular e controlar a cognição coletiva. Ao se infiltrar nas mentes das pessoas, ela influencia diretamente suas percepções, crenças e ações. Esta forma de poder é mais efetiva do que o necropoder, que se baseia na gestão da morte através da violência direta, e do biopoder, que se concentra na gestão da vida e da saúde das populações. A *Arquitetura Discursopatológica do Poder* utiliza o discurso para controlar tanto a vida quanto a morte, influenciando as decisões que afetam a saúde e o bem-estar das populações.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

A presença onipresente desse novo engenho discursivo de poder torna-a uma força dominante e praticamente indomável. Sua capacidade de manipular narrativas e criar estados de exceção discursivos permite que ela mantenha um controle constante e ininterrupto sobre a sociedade. Diferente dos poderes tradicionais, que dependem de eventos específicos para exercer seu controle, este novo poder está sempre ativo, sempre presente, sempre moldando e influenciando a cognição mental humana.

Para o primeiro desfecho, asseveramos que essa sistematização discursiva de poder representa uma evolução das formas tradicionais de controle, combinando elementos do biopoder, necropoder e estados de exceção, mas operando em um nível mais profundo e insidioso. Sua capacidade de se infiltrar nas mentes das pessoas e manipular suas percepções torna-a uma força mais poderosa e temível que a soberania tradicional. Este novo poder não apenas controla a vida e a morte, mas também domina a realidade percebida, criando um ambiente de constante vigilância e manipulação. Ao reconhecer e entender a eficácia e efetividade dessa forma de poder, podemos começar a desenvolver estratégias para mitigar seus impactos e proteger a saúde mental e social das populações.

Sob uma outra ótica/perspectiva teórica, a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* ocupa, de maneira analógica, o epicentro da pirâmide de poderes existentes, colocando-se no controle central sobre outras formas de poder já existentes. Esta forma de poder é a mais insidiosa e penetrante, capaz de manipular mentes e realidades através do discurso. Logo abaixo deste epicentro, encontramos o necropoder e o biopoder. O necropoder representa o poder de decidir sobre a vida e a morte, geralmente exercido através de políticas de morte e exclusão. Ele é uma forma de poder que, embora poderosa, opera sob a influência dessa estratégia discursiva de poder. De maneira semelhante, o biopoder também está situado abaixo desse maquinário de controle discursivo. Este poder se concentra no controle da vida, saúde e processos biológicos das populações, mas igualmente opera sob a supremacia do poder discursopatológico.



Fonte: criado pelos autores, a partir do software Bizagi Process Modeler Freeware.

Na base da pirâmide, como ilustrado no fluxograma acima, encontra-se o estado de exceção, que representa a suspensão da norma jurídica e a criação de novas ordens em situações emergenciais. O estado de exceção é o fundamento que sustenta toda a estrutura, permitindo que as outras formas de poder se manifestem em momentos de crise e emergência. A centralidade e a supremacia da *Arquitetura Discursopatológica do Poder* são evidenciadas por sua capacidade de manipular percepções, comportamentos e realidades através do discurso, suplantando assim as outras formas de poder. Enquanto o necropoder se concentra no controle da morte e o biopoder na gestão da vida, essa forma de poder através do discurso transcende essas dinâmicas ao influenciar diretamente a cognição pública.

Ancorando-nos nesse pensamento, o estado de exceção sustenta esta estrutura, permitindo que o necropoder e o biopoder operem em situações de crise, mas sempre sob a influência dominante dessa configuração discursiva de poder. Este novo poder vai além

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

do controle tradicional da vida e da morte, abordado pela biopolítica e necropolítica, ao manipular diretamente a percepção pública e criar narrativas que justificam medidas extremas e controle reforçado. Essa nova doutrina discursiva de poder utiliza o discurso para criar estados de exceção contínuos, manipulando a realidade percebida das capacidades e intenções dos indivíduos, e influenciando diretamente questões de vida e morte. Esta descrição detalhada da pirâmide ajuda a visualizar melhor a hierarquia dos poderes existentes com essa filosofia discursiva de poder no epicentro, destacando sua centralidade e supremacia em relação às outras formas de poder, como o necropoder, o biopoder e o estado de exceção.

**Quadro 2** – Análise dos impactos e estratégias de manipulação discursiva em líderes políticos e contextos de crise.

Aspecto	Descrição	Exemplo/Contexto	Mecanismos de Manipulação	Consequências	Categoria de Análise	Impacto na Sociedade
<i>Corpus 1:</i>	Notícia sobre pedidos de renúncia de Biden após retirada da corrida presidencial de 2024.	Republicanos questionam a capacidade cognitiva de Biden.	Criação de narrativa que questiona a capacidade mental do líder político.	Criação de um estado de exceção pessoal, minando a autoridade e legitimidade do presidente.	Controle Cognitivo	Desconfiança pública, instabilidade política
<i>Corpus 2:</i>	Matéria sobre a desistência de Biden da candidatura à reeleição, citando críticas sobre seu desempenho e discursos.	Pressão contínua e críticas desgastam a imagem do líder político.	Manipulação discursiva para forçar Biden a tomar decisões drásticas.	Mitigação dos danos através de declarações públicas, mas com impacto negativo na percepção pública.	Controle Cognitivo	Desconfiança pública, deslegitimação política
Franklin D. Roosevelt	Sofreu ataques sobre sua condição de saúde durante seu mandato.	Adversários usaram sua saúde para minar sua liderança.	Criação de uma percepção de fragilidade, questionando sua capacidade de governar.	Influência na confiança pública e em sua liderança durante a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança, afetando decisões durante crises
Winston Churchill	Enfrentou ataques sobre sua saúde e idade avançada durante e após a Segunda Guerra Mundial.	Questionamentos sobre sua capacidade de liderar durante crises.	Discursos desestabilizaram sua liderança, criando um estado de exceção contínuo.	Criação de um ambiente de incerteza e desconfiança, justificando medidas extremas para garantir a estabilidade política.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança, afetando decisões durante crises
Getúlio Vargas	Enfrentou críticas intensas e uma campanha implacável que levou ao seu suicídio.	Campanha de desinformação e ataques constantes.	Manipulação discursiva desestabilizou emocional e politicamente.	Criação de um estado de exceção pessoal, resultando em consequências trágicas como seu suicídio.	Manipulação Emocional	Impacto emocional e político severo, levando ao suicídio
John F. Kennedy	Enfrentou especulações e ataques sobre sua saúde devido à doença de Addison.	Saúde usada para questionar sua capacidade de governar.	Discursos minaram a confiança pública em sua liderança.	Influência negativa na percepção pública e em sua capacidade de tomar decisões cruciais.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança durante a Guerra Fria



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica.

Richard Nixon	Enfrentou campanha de ataques e desinformação durante o escândalo de Watergate.	Amplificação da crise através de manipulação discursiva.	Criação de um estado de exceção que justificou sua remoção.	Renúncia devido à pressão política e crise de confiança.	Crise de Confiança e Legitimidade	Criação de uma crise de confiança, resultando na renúncia
Bill Clinton	Enfrentou o escândalo Lewinsky e subsequentes processos de <i>impeachment</i> .	Campanha midiática e discursos públicos afetaram sua presidência.	Manipulação discursiva amplificou o escândalo, criando uma percepção pública de crise contínua.	Justificação de medidas extremas como o processo de <i>impeachment</i> .	Escândalo Político	Aumento da desconfiança pública e danos à reputação política
Hugo Chávez	Enfrentou constantes ataques sobre sua saúde após diagnóstico de câncer.	Especulações e campanhas minaram sua autoridade e capacidade de governar.	Manipulação discursiva criou um ambiente de dúvida e incerteza.	Influência negativa na percepção pública e na capacidade de governar.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança durante crises de saúde
Dilma Rousseff	Sofreu <i>impeachment</i> após campanha intensa de ataques e desinformação.	Discursos sobre corrupção e má gestão contribuíram para sua destituição.	Manipulação discursiva criou uma narrativa de incompetência e corrupção.	Justificação do <i>impeachment</i> e desestabilização política.	Crise de Confiança e Legitimidade	Desestabilização política e aumento da desconfiança pública
Hillary Clinton	Enfrentou ataques sobre sua saúde e e-mails privados durante a campanha presidencial.	Campanha de desinformação afetou negativamente sua candidatura.	Manipulação discursiva criou uma narrativa de desconfiança e incompetência.	Influência negativa na percepção pública e na eleição.	Crise de Confiança e Legitimidade	Afetou negativamente as chances eleitorais e a percepção pública
Angela Merkel	Enfrentou ataques relacionados à sua saúde e capacidade de liderança durante a crise migratória.	Discursos desafiaram sua autoridade e influenciaram a percepção pública.	Manipulação discursiva criou um estado de exceção discursivo que desafiou sua autoridade.	Influência negativa na opinião pública e na percepção de suas políticas.	Saúde e Liderança	Minou a confiança na liderança durante crises de política migratória
<i>Arquitetura Discursopatológica do Poder</i>	Sistema de controle social e cognitivo que utiliza a manipulação discursiva para influenciar percepções e comportamentos.	Exemplos históricos e contemporâneos demonstram a aplicação dessa nova forma de poder.	Manipulação da narrativa pública para criar estados de exceção discursivos e influenciar decisões políticas e sociais.	Redefine biopoder e necropoder ao incorporar a manipulação discursiva como ferramenta central, influenciando vida, morte e percepção pública.	Manipulação Discursiva	Criação de realidades alternativas que justificam medidas extremas e controle reforçado

Fonte: criado pelos autores.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Deslocando-se agora para os efeitos de conclusão do artigo, com base no quadro 2, logo acima, evidencia-se a eficácia e complexidade dessa nova ideologia discursiva de poder ao integrar biopolítica, necropolítica e estados de exceção (Agamben, 2024; 2007; Schmitt, 1996; 2007) para manipular percepções e realidades sociais, políticas e de saúde pública. Essa análise revela que a manipulação discursiva é uma ferramenta central para criar estados de exceção contínuos, minando a confiança pública e desestabilizando figuras políticas. Cumpre notar que, em sintonia com o discorrido, que exemplos históricos e contemporâneos, como os ataques à saúde de líderes políticos e campanhas de desinformação, discutidos aqui neste trabalho, ilustram como este novo poder opera além das crises políticas formais, criando realidades alternativas que justificam medidas extremas e controle reforçado.

Sobre esse ponto, vale lembrar, igualmente, que a *Arquitetura Discursopatológica do Poder* redefine biopoder (Foucault, 1999) e necropoder (2018) ao incorporar a manipulação discursiva como uma ferramenta central, influenciando diretamente questões de vida e morte, bem como a percepção pública de competência e legitimidade. Este sistema de controle social e cognitivo utiliza o discurso para criar narrativas que favorecem determinados interesses econômicos e políticos, moldando comportamentos e percepções de maneira sutil e persistente.

Ao analisar os impactos sociais, políticos e de saúde pública, concluímos que esse aparelho discursopatológico do Poder tem consequências profundas e multifacetadas. A desinformação e a criação de estados de exceção discursivos resultam em desconfiança pública, instabilidade política, polarização social e aumento da morbidade e mortalidade por falta de informações corretas. Este novo poder não apenas manipula a cognição coletiva, mas também redefine as dinâmicas tradicionais de controle social e político, revelando-se uma força onipresente e insidiosa na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

ALMEIDA FILHO, A. **Fundamentos do Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRITO, I.; HADDAD, H. “A formulação do conceito de homeostase por Walter Cannon”. **Filosofia e História da Biologia**, v. 12, n. 1, p. 99-113, 2017.

FELIX, P. “Após pressão, Joe Biden desiste de candidatura à reeleição nos EUA”. *In* Veja, 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/apos-pressao-joe-biden-desiste-de-candidatura-a-reeleicao-nos-eua/#google_vignette. Acesso em: 26 jul. 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 14 ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976) / Michel Foucault; tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 34 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Brasil: Sabotagem, 2023.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. *et al.* “O DISCURSO NEGACIONISTA NO DESGOVERNO BOLSONARO COMO “INFLUENCIADOR” DA MORTALIDADE PELA COVID-19: UM PARALELO ENTRE A BIOPOLÍTICA E A NECROPOLÍTICA”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 45, p. 541-576, 2023.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. “O DISCURSO COMO INFECÇÃO: análise do impacto do discurso negacionista de um chefe de estado durante e após a pandemia de covid-19”. **IΦ-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica**, v. 10, n. 27, p. 221-255, 2024.

MARSHALL, J. D. Michel Foucault: Pesquisa educacional como problematização. *In*: PETERS, M. A.; BESLEY, T. **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Artmed Editora, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

MCCAUSLAND, P.; DEBUSMANN, B. “Por que republicanos estão pedindo renúncia de Biden à Presidência”. In **BBCNEWSBRASIL**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2j3zd3ngvgo>. Acesso em: 26 jul. 2024.

NEVES, I. S.; GREGOLIN, M. R. “A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções”. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, v. 2, n. 57, p. 08-32, 2021.

SANTOS, L. E. M. “O estado de exceção da Constituição de 1988”. **Revista Direito e Liberdade**, v. 11, n. 2, p. 121-136, 2010.

SCHMITT, C. **A Crise da Democracia Parlamentar**. São Paulo: Scritta, 1996.

SCHMITT, C. **La Dictadura**. 2 ed. Madrid: Alianza, 2007.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 3 ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Recebido em: 06/07/2024

Aprovado em: 01/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

RESSIGNIFICAÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS NA LÍNGUA PORTUGUESA: explorando a subordinação lexical por afixos através da análise do discurso

SEMANTIC-DISCURSIVE RESIGNIFICATIONS IN PORTUGUESE: exploring lexical subordination by affixes through discourse analysis

SEMANTICDISKURSAJ RESIGNIFICADOJ EN LA PORTUGALA LINGVO: esplori leksikan subigon per afiksoj per diskursanalizo

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹Marilia Bezerra de Araújo Rodrigues²José Roberto Alves Barbosa³Moises Batista da Silva⁴

Resumo

O presente estudo teve como objetivo principal analisar o fenômeno da subordinação a nível lexical por meio da adição de afixos, utilizando como base teórica os trabalhos de Travaglia (2009), Carone (2003), Perini (1995) e Sautchuk (2010). Ao longo da investigação, procurou-se compreender como esses afixos, ao serem incorporados a raízes lexicais, podem carregar conotações semânticas e discursivas de caráter pejorativo,

¹ Licenciado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Pesquisador no Grupo de Estudo do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN); Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia (INVEST).

² Licenciada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente Permanente na Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC/RN). Especialista em Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica pela Universidade Pitágoras Unopar (UNOPAR).

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor na Faculdade de Letras e Artes (FALA), Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) e Docente Permanente do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS (Unidade Mossoró) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

⁴ Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Adjunto IV na Faculdade de Letras e Artes (FALA), Departamento de Letras Vernáculas (DLV) e Docente Permanente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) (Unidade Mossoró) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos e Literários (GPELL) e Líder do Grupo de Pesquisa em Multimodalidade, Semiótica Social e Tics (MultisemioTics).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

particularmente no contexto político brasileiro entre 2018 e 2022, período marcado por uma intensa polarização política. A pesquisa fundamentou-se nas teorias da Análise do Discurso, focando nas seguintes categorias de análises: ideologia, formações e memórias discursivas e efeitos de sentido, que são teorizadas pelos filósofos Pêcheux (1997; 1999; 1999), Orlandi (1990, 1999) e Fernandes (2007). A análise dos neologismos criados nesse período, tais como *esquerdopata*, *petralha*, *luladrão*, *lulista* e *Lule*, que foram utilizados para criticar a esquerda política, e *bolsominions*, *bolsonarista*, *bostonaro* e *bozoloide*, direcionados à direita, revelou a centralidade da linguagem na amplificação das tensões ideológicas. Esses termos, longe de serem meros insultos, constituem articulações simbólicas e discursivas que refletem e reforçam as divisões entre direita e esquerda. Essa dinâmica linguística é também problematizada por filósofos como Bakhtin (1995), Fiorin (2011), Hobbes (2014) e Saussure (2021), que destacam o papel da linguagem na construção das ideologias e das relações de poder. Portanto, conclui-se que os neologismos pejorativos analisados são frutos de um processo de subordinação lexical enraizado em formações discursivas ideologicamente motivadas, as quais contribuíram para a intensificação da polarização política no Brasil.

Palavras-chave: Subordinação Lexical. Análise do Discurso. Política. Ideologia.

Abstract

The present study aimed to analyze the phenomenon of lexical subordination through the addition of affixes, using the theoretical frameworks of Travaglia (2009), Carone (2003), Perini (1995), and Sautchuk (2010). Throughout the investigation, the focus was on understanding how these affixes, when incorporated into lexical roots, can carry semantic and discursive connotations of a pejorative nature, particularly in the Brazilian political context between 2018 and 2022, a period marked by intense political polarization. The research was grounded in the theories of Discourse Analysis, focusing on the following categories of analysis: ideology, discursive formations, discursive memory, and effects of meaning, as theorized by philosophers such as Pêcheux (1997; 1999), Orlandi (1990, 1999), and Fernandes (2007). The analysis of neologisms created during this period, such as *esquerdopata*, *petralha*, *luladrão*, *lulista*, and *Lule*, which were used to criticize the political left, as well as *bolsominions*, *bolsonarista*, *bostonaro*, and *bozoloide*, directed at the right, revealed the central role of language in amplifying ideological tensions. These terms, far from being mere insults, represent symbolic and discursive articulations that reflect and reinforce the divisions between the political right and left. This linguistic dynamic is also problematized by philosophers such as Bakhtin (1995), Fiorin (2011), Hobbes (2014), and Saussure (2021), who emphasize the role of language in constructing ideologies and power relations. Therefore, it is concluded that the pejorative neologisms analyzed are the result of a lexical subordination process rooted in ideologically motivated discursive formations, which contributed to the intensification of political polarization in Brazil.

Keywords: Lexical Subordination. Discourse Analysis. Politics. Ideology.

Resumo

La nuna studo celas analizi fenomenon de subordigo je la leksika nivelo per aldono de afiksoj, uzante kiel teoriant bazon la verkojn de Travaglia (2009), Carone (2003), Perini (1995) kaj Sautchuk (2010). Dum la enketo, ni serĉis kompreni kiel tiuj afiksoj, kiam



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

enkorpigitaj en leksikaj radikoj povas porti semantikajn kaj diskursivajn konotaciojn de insulta naturo, precipe en la brazila politika kunteksto inter 2018 kaj 2022, periodo markita de intensa politika polusiĝo. La esplorado estis bazita sur la teorioj de Diskursa Analizo, temigante la sekvajn kategoriojn da analizo: ideologio, diskursivaj formacioj kaj memoroj kaj efikoj de signifo, kiuj estas teoriaditaj fare de filozofoj Pêcheux (1997; 1999; 1999), Orlandi (1990, 1999) kaj Fernandes (2007). La analizo de neologismoj kreitaj dum tiu ĉi periodo, kiel maldekstrema, “petralha”, “luladrão”, “lulista” kaj “Lule”, kiuj estis uzataj por kritiki la politikan maldekstron, kaj “Bolsominions”, “Bolsonarista”, “Bostonaro” kaj “Bozoloide”, “direktitaj dekstren”, malkaŝis la centrecon de lingvo en la plifortigo de ideologiaj streĉiĝoj. Ĉi tiuj terminoj, for de esti nuraj insultoj, konsistigas simbolajn kaj diskursivajn artikulaciojn, kiuj reflektas kaj plifortigas dividojn inter dekstro kaj maldekstro. Tiun lingvan dinamikon problematigas ankaŭ filozofoj kiel Bakhtin (1995), Fiorin (2011), Hobbes (2014) kaj Saussure (2021), kiuj reliefigas la rolon de lingvo en la konstruado de ideologioj kaj potencrilatoj. Tial oni konkludas ke la insultaj neologismoj analizitaj estas la rezulto de procezo de vortfarada subordigo enradikiĝinta en ideologie motivitaj diskursivaj formacioj, kiuj kontribuis al la intensigo de la politika polarizo en Brazilo.

Ŝlosilvortoj: Leksika Subordigo. Diskursa Analizo. Politiko. Ideologio.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua é uma entidade viva, em constante mutação, que reflete e molda a nossa compreensão do mundo. Nesse contexto dinâmico, a formação e evolução do léxico desempenham um papel central. No que concerne à língua portuguesa, um fenômeno intrigante e ricamente complexo é o da subordinação a nível lexical por meio da adição de afixos. Este fenômeno, embora muitas vezes passe despercebido, desempenha um papel fundamental na criação de novas palavras e no enriquecimento do discurso.

Como extensão inafastável, este estudo tem como objetivo principal analisar o fenômeno da subordinação a nível lexical por meio da adição de afixos, fundamentando-se nas teorias de Travaglia (2009), Carone (2003), Perini (1995) e Sautchuk (2010). A pesquisa busca compreender como a incorporação desses elementos às raízes lexicais pode atribuir cargas semânticas e discursivas de conotação pejorativa, especialmente no contexto político sincrônico entre 2018 e 2022, um período marcado pela intensificação da polarização e do extremismo político no Brasil, tanto de direita quanto de esquerda partidária. O *corpus* é composto por termos que surgiram e ganharam força no discurso político e popular, como *esquerdopata*, *petralha*, *ptzada*, *petista*, *luladrão*, *lulista* e *lule*,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

que reverberam as formações discursivas associadas à desqualificação dos que se identificam com a esquerda política, e *bolsominions*, *bolsonarista*, *direitopata*, *bostonaro* e *bozoloide*, que emergem no contexto da crítica aos apoiadores de Jair Messias Bolsonaro (JMB) e à direita política. Esses termos são analisados à luz das teorias linguísticas e discursivas supramencionadas, destacando como eles carregam conotações pejorativas e ideológicas.

Além de sua abordagem descritiva, a pesquisa será orientada pela Análise do Discurso (AD), com base nos trabalhos de Pêcheux (1999a, 1999b), Orlandi (1990; 1999) e Fernandes (2007), buscando estabelecer uma correlação entre o uso de afixos e os discursos que permeiam o campo político. A AD oferece ferramentas teóricas para entender como esses neologismos, subordinados a formações discursivas e ideológicas específicas, são construídos e disseminados socialmente. Ao integrar a metodologia da AD à análise lexical, o estudo pretende elucidar como os sentidos produzidos pelos sufixos pejorativos refletem não apenas a estrutura da língua, mas também as relações de poder e os discursos dominantes.

Assim, o presente estudo visa contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de formação e evolução do léxico na língua portuguesa, levando em conta o impacto das circunstâncias sociopolíticas e ideológicas na construção de significados e discursos.

LÍNGUA E LINGUAGEM: FUNDAMENTOS LINGUÍSTICOS

Em caráter impreterível, a língua, conforme apontado por diversos estudiosos como Macêdo Júnior (2021), Petter (2002; 2010) e Orlandi (1990), é um sistema composto por signos e/ou símbolos, os quais podem ser verbais ou não verbais. Esses signos, quando codificados, são utilizados convencionalmente por uma comunidade específica com a finalidade de comunicação. Nesse sentido, a linguagem cumpre o papel de traduzir o pensamento humano em palavras, estabelecendo uma ponte entre o discurso mental e sua expressão verbal. Hobbes (2014, p. 39) reforça essa função da linguagem ao afirmar que

o uso comum da linguagem consiste em transformar nosso discurso mental em verbal; ou a série de pensamentos em série de palavras; e isso com duas

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

finalidades: um delas é o registro das consequências de nossos pensamento, que, passíveis de serem subtraídos da memória, podem, quando empreendemos uma nova tarefa, ser recordados por meio das palavras que os distinguiram. Assim, o primeiro emprego dos nomes é imprimir em nossa memória marcas ou notas. O outro é o uso, por várias pessoas, de idênticas palavras para traduzir (por sua conexão e ordem) o que elas concebem ou pensam sobre determinada matéria, e também o que desejam, temem ou pelo qual tenham qualquer outra paixão. Para isso, empregam os signos (Hobbes, 2014, p. 39).

Explanando sob premissas lógicas, a língua não só representa um conjunto de regras e convenções que facilitam a interação entre os membros de uma comunidade, como também serve de instrumento para traduzir emoções e posicionamentos sociais e políticos. Decursivamente, termos como *esquerdopata*, *petralha*, *lulista* e *luladrão* surgem nesse contexto como exemplos de neologismos que refletem o uso da língua para rotular e desqualificar, evidenciando como os signos são adaptados e reconfigurados conforme as necessidades discursivas de determinado grupo social. Eles deixam de ser apenas identificadores e passam a carregar uma forte carga pejorativa, reforçando antagonismos políticos.

Ademais, em continuação inelutável, sob a perspectiva do linguista Ferdinand de Saussure (2021), a linguagem é uma entidade heteróclita e multifacetada, revelando comportamentos e características singulares. Essa complexidade evidencia-se ao se considerar que a linguagem atua em diversos níveis de interação humana, o que a torna uma ferramenta fundamental tanto para o indivíduo quanto para o coletivo social. Saussure (2021) sublinha essa diversidade ao afirmar que

[...] a linguagem é multiforme e heteróclita; apoiada sobre diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, porque não se sabe depreender sua unidade (Saussure, 2021, p. 52).

Em jogo dicotômico ininterrupto, a linguagem pertence tanto ao âmbito individual quanto ao social, não se restringindo a categorias fixas de fenômenos humanos. Essa complexidade implica que sua análise requer a integração de diversos campos do conhecimento, incluindo a psicologia e a antropologia, para uma compreensão completa de seus aspectos (Macêdo Júnior, 2021; Petter, 2002; Petter, 2010; Orlandi, 1990). Aos aspectos aditivos, Hobbes (2014, p. 39) vai ressaltar os usos especiais da linguagem:



Os usos especiais da linguagem são: em primeiro lugar, registrar aquilo que, por meditação, achamos ser a causa de todas as coisas, presentes ou passadas e, segundo nosso parecer, os efeitos de qualquer coisa passada ou presente, isto é, o que essa coisa pode produzir e quais os resultados. Essa é a origem das artes. Em segundo lugar, transmitir aos demais homens os conhecimentos adquiridos, o que, em outras palavras, significa aconselhar e ensinar. Em terceiro lugar, dar a conhecer aos outros nossas vontades e propósitos, para que possamos nos ajudar mutuamente. Em quarto lugar, agradecer e deleitar a nós mesmos e aos outros, jogando com nossas palavras, por prazer (Hobbes, 2014, p. 39).

À guisa do que foi anteriormente supracitado, essa reflexão nos leva a compreender que a linguagem, além de um meio de comunicação e organização do pensamento, é também uma ferramenta de poder e de influência social. Outrossim, acrescendo-se a isso, palavras como *bolsonarista*, *bolsominion* e *direitopata* exemplificam como a linguagem, embora fruto de convenções sociais, também podem ser usadas de maneira subjetiva e individual, dependendo das intenções de quem a emprega. Esses termos, ao serem empregados para designar grupos de apoiadores políticos, ganham novas nuances semânticas com a adição de afixos depreciativos, transformando-os em instrumentos de ataque ou desqualificação, conforme visto no cenário político brasileiro recente. Nesse sentido, Saussure (2021, p. 117) destaca a arbitrariedade do signo linguístico ao afirmar que

O vínculo que une o significante ao significado é arbitrário ou, também, já que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante a um significado, podemos dizer de modo mais simples: *o signo linguístico é arbitrário*. [...] O símbolo tem como característica nunca ser totalmente arbitrário; não é vazio, há um rudimento de vínculo natural entre o significado e o significante. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por outro qualquer, uma carroça, por exemplo. [...] O termo *arbitrariedade* também exige uma observação. Ele não deve dar a ideia de que o significante depende da livre escolha do falante [...]: queremos dizer que ele é imotivado, ou seja, arbitrário com relação ao significado, com o qual não tem nenhum vínculo natural na realidade.

Em adendo inexorável, Saussure (2021) postula que a língua é uma entidade unificada que pode ser categorizada. Dentro de uma determinada comunidade, o uso de palavras com significados específicos é estabelecido por meio de convenções, criando uma base estável para a comunicação. Entretanto, mesmo que essa estrutura pareça

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

oferecer certa liberdade na escolha dos termos, ela é limitada pelas normas e regras impostas pela própria língua. Conquanto haja ressalvas inarredáveis, Saussure (2021, p. 122) realça a imutabilidade do signo ao destacar que

com relação à ideia que representa, o significante aparece como livremente escolhido, com relação à comunidade linguística que o emprega, entretanto, ele não é livre, é imposto. A massa social não é consultada, e o significante escolhido pela língua não poderia ser substituído por outro. Esse fato, que parece envolver uma contradição, poderia ser chamado familiarmente de “escolha forçada”. Diz-se à língua: “escolha!”, mas se acrescenta: “será este signo e não outro”. Não somente um indivíduo seria incapaz, se quisesse, de modificar absolutamente nada na escolha que foi feita, mas a própria massa social não pode exercer sua soberania sobre uma palavra única; ela está ligada à língua tal como é.

De forma simplificada, a palavra, juntamente com a coisa a que se refere, combina-se para formar o nome do objeto, conforme determinado pela convenção adotada por uma comunidade de falantes (Macêdo Júnior, 2021; Petter, 2002; Petter, 2010, p. 14; Orlandi, 1990). No entanto, palavras como *Lule*, *bozoloide* e *bostonaro* demonstram que, além da função de nomear, os signos linguísticos podem ser usados para distorcer ou exagerar as características atribuídas a uma figura pública ou a um grupo. Essas palavras são frutos de processos linguísticos em que a carga ideológica se sobrepõe à simples função de denominação, servindo como ferramentas de controle e de disputa simbólica no campo político.

Em *summa rei*, a língua é a faceta essencial da linguagem, representando um produto social da faculdade da linguagem. Ela é fundamentada em um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, que possibilitam o exercício dessa faculdade nos indivíduos (Macêdo Júnior, 2021; Petter, 2002, p. 14; Petter, 2010). À revelia de qualquer impedimento, em contextos de polarização política, como o vivido no Brasil entre 2018 e 2023, essas convenções podem ser manipuladas para reforçar divisões sociais e ideológicas. Termos como *luladrão*, *bolsominion*, *petralha*, *direitopata* e *bolsonarista* são carregados de conotações negativas e passam a desempenhar um papel de controle social e discursivo, reforçando identidades políticas e consolidando a exclusão ou desqualificação do outro. Assim, a língua, longe de ser neutra, torna-se um campo de disputa simbólica, no qual cada termo carrega, além de seu significado linguístico, um peso ideológico e político. Todos os termos que compõem o *corpus* do presente estudo,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

podem ser relacionados ao que Hobbes (2014, p. 39) vai cognominar de segundo e de quarto abusos da linguagem:

[...] Segundo: quando usam palavras metaforicamente, isto é, com outro sentido, diverso daquele com que foram criadas, para enganar aos outros. [...] Quarto: quando utilizam as palavras para agredir uns aos outros, o que não é correto, pois a natureza armou as criaturas, algumas com dentes, outras com cornos e outras com patas ou mãos para atacar o inimigo, constituindo um abuso o uso das palavras para a agressão com a língua, a não ser que nosso interlocutor seja um nosso subordinado, a quem devemos dirigir, e, assim, a agressão com palavras não seria um abuso, mas uma emenda ou corretivo.

Conforme já ventilado em premissas pregressas, isso reflete exatamente o uso pejorativo e distorcido dos signos linguísticos no *corpus* deste estudo, em que as palavras são transformadas em armas verbais para ofender, deslegitimar ou desqualificar grupos ideológicos opostos. A utilização desses termos metafóricos e agressivos demonstra o poder da linguagem como instrumento de ataque no discurso político, configurando uma forma de violência simbólica, conforme observado por Hobbes (2014). Nesse cenário, o abuso das palavras não apenas altera seus sentidos originais, mas também potencializa o conflito social, reforçando as fronteiras discursivas entre grupos rivais. Por equivalência paradigmática, “o uso dos nomes e a correlação entre eles é a forma utilizada pela linguagem para recordar as consequências, causas e efeitos” (Hobbes, 2014, p. 40).

TEXTO E DISCURSO: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA

Para diferenciar Texto e Discurso, evocamos o pesquisador Luiz Carlos Travaglia em sua obra *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. De acordo com o autor (2009, p. 68),

o discurso é visto como qualquer atividade produtora de efeitos de sentido entre interlocutores, portanto qualquer atividade comunicativa (não apenas no sentido de transmissão de informação, mas também no sentido de interação), englobando os enunciados produzidos pelos interlocutores e o processo de sua enunciação, que é regulado por uma exterioridade sócio-histórica e ideológica que determina as regularidades linguísticas e seu uso, sua função. Essa mesma exterioridade, o sujeito e as regularidade linguísticas (estas como condição de possibilidade, como condição de base) são as condições de produção da atividade comunicativa, da ação pela linguagem (discurso) que resulta no texto, enquanto unidade complexa de sentido, todo significativo em relação à situação.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Em consonância com a assertiva prévia, no contexto político de 2018 a 2023, termos como *esquerdopata* e *bolsominion* exemplificam essas regularidades. À guisa de exegese causal, essas palavras emergem de uma interação discursiva marcada pela polarização política, na qual ideologias específicas influenciam a formação e o uso de neologismos carregados de referência ideológica. Ao fazer a distinção entre Texto e Discurso, podemos dizer que o texto é uma

unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão” (Travaglia, 2009, p. 67). Já o discurso se deferência por ser a “atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação – ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo – como também o evento de enunciação (Travaglia, 2009, p. 67).

Tal como anteriormente esboçado, termos como *petralha* e *lulista* são exemplos de como discursos ideológicos específicos ganham concretude através do texto, com tais neologismos se tornando representações visuais ou auditivas de um processo discursivo que reflete as disputas políticas e sociais. A posteriori, além dos conceitos e distinções apresentados por Travaglia (2009), o discurso pode ser conceituado sob a ótica do pragmático da AD Cleudemar Alves Fernandes, em sua obra *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Explanando sob premissas lógicas, Fernandes (2007) destaca que a palavra “discurso”, presente em nosso vocabulário diário, é frequentemente utilizada para se referir a pronunciamentos políticos, textos elaborados com recursos estilísticos sofisticados, declarações eloquentes, frases expressas de maneira excepcional, além de retórica e diversas outras situações em que a linguagem é utilizada em diferentes contextos sociais. À guisa de prosseguimento, palavras como *bolsonarista* ou *luladrão* demonstram que, embora carreguem significados linguísticos específicos, são impregnadas por contextos sócio-ideológicos, sendo expressões que transcendem o meramente linguístico e carregam consigo reflexos das tensões políticas e sociais.

Como derivação necessária, Fernandes (2007) afirma ainda que, ao ser considerado como objeto de estudo na AD, o “discurso” não se confunde com a língua, o texto ou a fala. No entanto, para adquirir uma existência concreta, o discurso depende de



elementos linguísticos. Dessa forma, podemos afirmar que o discurso transcende a própria língua e está enraizado no âmbito social, envolvendo questões que vão além do estritamente linguístico. No contexto do *corpus* deste estudo, expressões como *direitopata* e *bostonaro* evidenciam essas dinâmicas, pois são criadas a partir de relações de poder que buscam desqualificar o “outro” ideológico. O uso de tais termos revela como os neologismos se tornam veículos de significados ideológicos e expressam as disputas de poder e identidade na sociedade. Referir-se ao discurso implica abordar aspectos sociais e ideológicos presentes nas palavras quando são proferidas. Isso significa que as palavras são permeadas por influências e significados que ultrapassam sua dimensão puramente linguística. Assim, o discurso carrega consigo reflexos das relações sociais, das ideologias e das diferentes posições de poder que moldam sua construção e interpretação (Fernandes, 2007).

Outrossim, acrescentando-se a isso, a obra de Fernandes (2007) proporciona grandes reflexões sobre o tema do discurso. Ao abordar o discurso, é essencial considerar os elementos presentes no contexto social, tais como ideologias e a própria História. Dessa forma, pode-se afirmar que os discursos não são estáticos, mas fluidos, em constante movimento e sujeitos a transformações. Eles acompanham e refletem as mudanças sociais e políticas que fazem parte da vida humana em toda a sua diversidade. Léxicos como *bozoloide* refletem essa capacidade de adaptação e transformação dos discursos, pois emergem em contextos sociais específicos, trazendo consigo a marca das relações sociais em que foram gerados.

Em adendo inexorável, os discursos influenciam ativamente as dinâmicas sociais e culturais. Eles não são produtos individuais, mas construções sociais que resultam da interação entre os indivíduos e o contexto no qual estão inseridos. No caso de neologismos como *luladrão* e *bolsominion*, essas palavras não representam apenas insultos ou rótulos, mas configuram parte de uma construção coletiva de significados e valores que refletem as divisões e alianças ideológicas na sociedade.

A par de tudo, podemos discutir a relação entre formação discursiva e subordinação lexical como produtores de neologismos. À guisa de prosseguimento, conforme Orlandi (1999), o sentido não existe de forma independente, mas é influenciado pelas posições ideológicas presentes no contexto sócio-histórico em que as palavras são

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

utilizadas. Cumulativamente, o significado das palavras varia de acordo com as perspectivas dos indivíduos que as empregam. Elas adquirem sentido a partir dessas perspectivas, ou seja, em relação às estruturas ideológicas em que tais perspectivas se inserem. Com assenso categórico, podemos afirmar que a formação discursiva é definida como aquilo que, em uma determinada formação ideológica – ou seja, a partir de uma posição específica em um determinado contexto sócio-histórico – estabelece o que pode e deve ser expresso. Os neologismos como *esquerdopata* e *direitopata* exemplificam essa fluidez, adquirindo significados pejorativos dependendo da posição discursiva de quem os utiliza. Assim, podemos perceber que os sentidos das palavras estão diretamente ligados às formações discursivas e ideológicas em que se inserem.

Sob influxo suplementar, consideramos que a formação discursiva se refere a um conjunto de práticas e discursos que circulam em determinado contexto social e histórico. Essas práticas e discursos estão inseridos em sistemas de poder e ideologias, influenciando a produção de sentidos e o posicionamento dos neologismos. Dessa maneira, Orlandi (1999, p. 43) enfatiza:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não tem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

De acordo com o que foi discorrido alhures, os neologismos adquirem significados porque aquilo que é expresso pela sociedade está inserido em uma formação discursiva específica, e não em outra, a fim de ter um sentido particular. Isso é claramente visível no uso de neologismos como *lulista* ou *bostonaro*, que, dependendo da formação discursiva, carregam significados específicos e ideologicamente marcados, mostrando que os sentidos das palavras são sempre determinados por essas formações. Isso nos permite perceber que as palavras não possuem um sentido intrínseco, mas derivam seus significados das formações discursivas às quais pertencem. Essas formações discursivas, por sua vez, representam as estruturas ideológicas presentes nas palavras. Portanto, os

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

significados são sempre determinados de forma ideológica. Além disso, é imperioso considerar que não existe sentido que escape dessa influência, pois tudo o que dizemos carrega traços ideológicos em relação a outros traços ideológicos. Ademais, em acréscimo às evidências apresentadas, essa característica não reside na essência das palavras, mas sim na discursividade, ou seja, na maneira pela qual a ideologia produz seus efeitos e se materializa no discurso. No contexto do *corpus*, os neologismos como *petralha* e *bolsonarista* emergem de práticas discursivas específicas, representando a tentativa de rotular e categorizar o “outro” com base em visões ideológicas polarizadas.

Dadas as afirmações de Orlandi (1999), podemos concluir que os neologismos do corpus, como *Lule*, *bolsominion* e *luladrão*, adquirem sentido a partir de suas inserções em contextos discursivos específicos, onde ideologias e posições de poder moldam seu significado. As palavras não possuem um sentido intrínseco, mas são moldadas pelas formações discursivas em que são usadas.

Entendido como uma prática social, o discurso se materializa por meio da linguagem: palavras, gestos, imagens, entre outros recursos. No caso dos neologismos como *esquerdopata* ou *bozoloide*, vemos que as formações discursivas e interdiscursivas influenciam o modo como essas palavras são usadas para expressar opiniões políticas e ideológicas, sendo moldadas pela interação entre os interlocutores. Assim, podemos afirmar que as formações discursivas podem ser compreendidas como regionalizações do interdiscurso, ou seja, como configurações específicas dos discursos em suas relações. Simultaneamente, o interdiscurso fornece enunciados que são determinados pelo já-dito, constituindo, assim, uma formação discursiva em relação a outra. Quando afirmamos que uma palavra possui significado em relação a outras, estamos reconhecendo essa articulação entre as formações discursivas, influenciadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória (Orlandi, 1999).

Dessa forma, os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua, mas dependem das relações constitutivas presentes nas e pelas formações discursivas. Contudo, é importante não conceber as formações discursivas como blocos homogêneos que funcionam automaticamente. Elas são constituídas por contradições, sendo intrinsecamente heterogêneas, e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (Orlandi, 1999). Desse modo, como



Orlandi (1999) argumenta, essas formações discursivas são heterogêneas e em constante mudança. Isso pode ser observado no uso de neologismos como *petralha* e *direitopata*, que, apesar de parecerem fixos em seu uso pejorativo, podem adquirir novos significados conforme o contexto ideológico muda.

Com efeito, a produção de sentidos ocorre pela interação entre a formação discursiva, que traz consigo significados socialmente construídos sobre vários vieses: raciais, de gênero, violência, entre outros. Essa interação provoca diferentes interpretações e reflexões, dependendo do repertório e das experiências de cada indivíduo. Palavras como *lulista* ou *bolsonarista* refletem as tensões sociais, políticas e culturais que moldam a sociedade, sendo resultados diretos de formações discursivas em que as disputas de poder e identidade se expressam. Conforme Orlandi (1999), essa interação entre discurso e ideologia é fundamental para compreender como as palavras ganham seus significados.

Dessa forma, a relação entre formação discursiva e os neologismos como produção de sentidos se evidencia ao mobilizar e evocar significados associados a questões sociais, culturais e políticas presentes na sociedade. Segundo Orlandi (1999), a formação discursiva é fundamental para a compreensão dos diferentes sentidos no funcionamento discursivo. Palavras semelhantes podem ter significados distintos, uma vez que estão inseridas em diferentes formações discursivas. A aparente evidência do sentido, que na realidade é um efeito ideológico, nos impede de perceber sua natureza material e a historicidade de sua construção.

Portanto, podemos afirmar que a evidência do sujeito, ou seja, sua identidade individual (o fato de “eu” ser “eu”), obscurece o fato de que essa identidade é resultante de uma identificação. Os léxicos são constituídos por meio de uma interpelação, que ocorre ideologicamente por sua inserção em uma formação discursiva. Em nossa sociedade, essa interpelação produz o sujeito como um sujeito de direito (jurídico). Historicamente, essa forma-sujeito corresponde ao sujeito do capitalismo, simultaneamente determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres (Orlandi, 1999).



SUBORDINAÇÃO A NÍVEL ORACIONAL A LUZ DA GRAMÁTICA DESCRITIVA

De acordo com Travaglia (2009), a gramática descritiva se dedica a uma análise minuciosa da estrutura e do funcionamento da linguagem, contemplando tanto os aspectos formais quanto os funcionais. Essa gramática representa um conjunto de regras identificadas pelo linguista por meio de uma teoria e método específicos, sendo essas regras empregadas pelos falantes na composição concreta de suas expressões linguísticas. No contexto do *corpus* deste estudo, palavras como *esquerdopata* e *bolsominion* refletem essa estrutura subjacente à linguagem. Em função *sine qua non*, esses neologismos são produtos das regras gramaticais que, embora descritivas, são moldadas pelas formações discursivas, destacando a relação entre forma e função na criação de sentidos específicos dentro de um contexto ideológico.

À revelia de qualquer impedimento, Carone (2003, p. 18), embora tenha uma posição contrária aos estudos da gramática descritiva, destaca a relevância da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Tendo como premissa maior, que orienta e fundamenta todas as demais consequências, esse guia orienta o ensino da língua portuguesa nas escolas de 1º e 2º graus do Brasil. Nesse sentido, a NGB aborda as palavras *coordenação* e *subordinação* a partir do item relativo ao período composto. No transcórrer ulterior, ao tratar dos termos da oração, essas palavras não são mencionadas, o que poderia levar à conclusão de que esses mecanismos sintáticos não operam em um nível inferior ao período composto, ou seja, dentro da oração. No entanto, como Carone (2003) argumenta, subordinações ocorrem também dentro de orações e sintagmas, conectando elementos hierarquicamente. Essa estrutura é visível nos neologismos analisados, como *luladrão* e *bolsonarista*, que dependem de elementos subordinantes e subordinados para formar significados carregados de conotações ideológicas. A subordinação lexical, por meio da adição de afixos, gera novas palavras que assumem significados específicos conforme o contexto discursivo.

Sob influxo suplementar, essa interpretação pode ser reforçada pela aderência a essa orientação oficial, presente nas gramáticas mais amplamente acessíveis aos estudantes. No entanto, é importante salientar que essa interpretação é enganosa. Na realidade, quando as palavras se organizam para formar sintagmas e esses sintagmas se



articulam para compor uma oração, eles o fazem por meio de uma conexão sintática, que é o principal organizador da frase – a própria subordinação. Essas relações ocorrem não apenas no nível sintático, mas também na organização hierárquica de morfemas e fonemas, que formam pares de *functivos* (Carone, 2003).

Funcutivo Central (subordinante)	Funcutivo marginal (subordinado)
surgem	indícios
recebeu	cartas
corre	velozmente
mesa	velha
plenário	-s
planet-	ário
mes-	-a
/a/	/r/
/a/	/i/

Fonte: Carone (2003, p. 17).

Em consonância com a assertiva prévia, Carone (2003, p. 17) demonstra a organização sintática através da hierarquia de functivos, no qual o functivo central (subordinante) se relaciona ao functivo marginal (subordinado), como vemos na relação entre radicais e afixos em palavras como *petralha* e *bostonaro*. Esses neologismos exemplificam como a subordinação morfológica, com a adição de sufixos e prefixos, pode modificar radicalmente o significado original da palavra, reforçando uma ideologia política específica por meio de sua estrutura.

Numa perspectiva mais ampla, a *função* é a relação de dependência estabelecida entre dois elementos que se articulam. Dessa forma, forma-se o sintagma como uma construção binária que se fecha sobre si mesma, constituindo uma nova unidade mais complexa, pronta para se articular com outra, contraindo, assim, uma nova função. Carone (2003, p. 18) observa que os elementos *marginais* normalmente se situam à esquerda, incluindo o sujeito, os artigos, os numerais, os pronomes adjetivos e as preposições. Embora essa ordem não seja rígida, sendo apenas a mais frequentemente observada, pode ocasionalmente sofrer alterações por várias razões, resultando em diferentes efeitos. Em nítido contraponto, os únicos elementos que permanecem inalteráveis em relação ao seu centro sintagmático são o artigo e a preposição. O binarismo dos neologismos como *direitopata* e *lulista* reflete essa construção sintática, onde o radical se combina com um afixo para formar uma nova unidade discursiva. Assim, a linguagem reflete a dinâmica



das formações ideológicas, com cada novo termo expressando um posicionamento político e assumindo um papel dentro do debate social polarizado.

Em acréscimo às evidências apresentadas, essa rápida revisão da estrutura do sintagma e da colocação usual de seus componentes destaca um traço fundamental: o binarismo. Independentemente da complexidade de um sintagma, seus componentes se organizam em pares de functivos. Uma vez constituído, esse par se torna uma nova unidade que se articula com outro functivo, que, por sua vez, pode ser o resultado de articulações anteriores. Assim, o processo de expansão do texto prossegue de forma contínua. Continuando nessa linha de raciocínio, podemos afirmar que Carone (1995) aborda em sua obra a retórica da existência da subordinação semântico-lexical de duas formas: as formas presas e livres:

Formas livres são aquelas que podem constituir, isoladas, um enunciado suficiente para a comunicação. Em sentido amplo, toda frase, da mais simples à mais complexa, é uma forma livre, desde que adotada de uma entonação adequada. [...] A esse conceito se opõe o de formas presas, aquelas que não são suficientes para, sozinhas, constituírem um enunciado.

À guisa do que foi anteriormente proferido, neologismos como *bozoloide* e *luladrão* ilustram como formas presas, como afixos, moldam o sentido das palavras ao se subordinarem aos radicais, criando expressões que não apenas informam, mas também desqualificam. Como Carone (1995, p. 7-8) observa, “a palavra subitamente esvaziada de seu significado pela silabação, deixa de representar a coisa, seu referente; as sílabas, agora soltas, adquirem vida própria e assombram, com seu imenso mistério, o imprudente aprendiz de feiticeiro que as libertou.” [...] Ela acrescenta que “a sílaba é uma construção de um, dois ou mais fonemas articulados, mas não ultrapassa os limites do campo a que pertencem as unidades não-significativas – o plano de expressão.” Entretanto, quando o léxico apresenta a sua estrutura CVC (consoante-vogal-consoante), ele sai do plano de expressão (sem significado), passando para o plano de conteúdo, trazendo consigo a situação em que se encontra, semelhante ao processo de subordinação lexical por afixos abordados mais à frente. De maneira inelutável, em conformidade com o curso natural dos fatos, a palavra “esvaziada de seu significado” pela manipulação dos afixos assume novos sentidos, frequentemente pejorativos, no plano de conteúdo discursivo.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Com idêntica importância, somando argumentos imprescindíveis, Perini (1995) também aborda a estrutura das frases e a subordinação de uma frase a outra. No caso dos neologismos do *corpus*, a adição de afixos é um processo análogo à subordinação sintática que Perini (1995) descreve. A estrutura gramatical que sustenta termos como *petralha* ou *direitopata* segue o mesmo princípio de incorporação de significados subordinados. Os afixos funcionam como dependentes dos radicais, exigindo complementos para completar seu sentido, exatamente como Perini (1995) descreve nas frases subordinadas.

Sob o prisma cumulativo, a análise da subordinação lexical por meio de afixos e as ressignificações semântico-discursivas na língua portuguesa estão intimamente relacionadas à natureza dos determinantes na linguística. Em progressão sincrônica, Sautchuk (2010, p. 20) afirma:

A Linguística considera como DETERMINANTE todo o conjunto de morfemas gramaticais independentes que servem não para acrescentar um conteúdo semântico ao substantivo ou para modificar seu sentido, mas para identificar sua referência por meio da situação espacotemporal ou delimitar seu número. Por isso, são de terminantes simples a classe fechada dos artigos (definidos/indefinidos), dos pronomes possessivos e demonstrativos e dos numerais cardinais e ordinais. Por sua natureza morfossintática, esses determinantes articulam-se somente com palavras que pertençam à classe dos substantivos ou que, em determinado contexto, estejam funcionando como tal.

Conforme já delineado anteriormente, reiterando os contornos do argumento previamente exposto, a compreensão de como esses determinantes se articulam com as palavras que pertencem à classe dos substantivos ou que, em determinado contexto, funcionam como tais, é essencial para a análise da subordinação lexical e ressignificações na língua portuguesa. Agregando-se ulteriormente, Palavras como *bolsominion* e *esquerdopata* se articulam com os determinantes discursivos e sociais que moldam seu significado. Com idêntica importância, Sautchuk (2010, p. 20) afirma que os determinantes gramaticais ajudam a identificar a referência sem alterar o conteúdo semântico, o que se aplica diretamente ao *corpus* deste estudo, onde os neologismos adquirem sentido em relação ao contexto político, mas sua estrutura gramatical permanece constante.



SUBORDINAÇÃO IDEOLÓGICA LEXICAL NA ANÁLISE DO DISCURSO: IDEOLOGIA, EFEITOS DE SENTIDO, FORMAÇÃO E MEMÓRIAS DISCURSIVAS

Na AD proposta por Michel Pêcheux, a noção de “subordinação” do vocábulo à ideologia é fundamental para compreender como os sentidos são produzidos e circulam na linguagem. De acordo com Pêcheux (1999a), o léxico não é um termo autônomo e neutro, mas é constituído e moldado pela ideologia dominante presente na sociedade. Assim, quando se propõe a leitura dos sentidos na perspectiva de Pêcheux (1999a), é crucial considerar que a linguagem não é um mero reflexo transparente do pensamento individual, mas está intrinsecamente ligada às relações de poder e aos discursos socialmente estabelecidos. Nesse contexto, os sentidos são construídos e negociados em um campo discursivo, permeado por relações de dominação e luta ideológica.

Sob o mesmo prisma, quando analisamos termos como *esquerdopata* ou *bolsonarista*, percebemos que essas palavras carregam sentidos que não surgem de forma isolada, mas são produtos das formações discursivas e das relações de poder que dominam o campo político. Esses neologismos exemplificam como o vocabulário é *subordinado* aos discursos ideológicos, refletindo lutas sociais e políticas. Essa perspectiva é corroborada por Orlandi (1999, p. 45), que assevera:

Um dos pontos fortes da Análise de Discurso é re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem. Trata-se assim de uma definição discursiva de ideologia. [...] O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. [...] Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existências.

Diante das considerações de Orlandi (1999), podemos afirmar que a AD propõe uma abordagem da ideologia ao considerar a linguagem como central. Sob a razão inquestionável, a interpretação é fundamental para a produção de sentido, e essa interpretação revela a presença da ideologia. O fato de que “não há sentido sem

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

interpretação” revela o trabalho ideológico por trás das palavras, como vemos em termos como *petralha* ou *bolsominion*, que parecem ter significados evidentes, mas são carregados de conotações produzidas pelo histórico e pelo simbólico. A ideologia apaga a complexidade das interpretações, criando a ilusão de que as palavras têm um sentido natural, como se *lulista* ou *bozoloide* fossem descrições neutras, quando na verdade elas refletem posicionamentos políticos específicos. Diante disso, Orlandi (1999) propõe uma definição discursiva de ideologia, na qual a interpretação desempenha um papel central.

Conforme aponta Fernandes (2007, p. 20), “trata-se do efeito de sentido entre sujeitos em enunciação; nega-se a ideia de mensagem encerrada em si; contesta-se a imanência do significado”. Nesse sentido, o autor supracitado (2007, p. 20) concorda ao afirmar que os sentidos são efeitos de enunciação entre sujeitos, contestando a ideia de que as palavras possuem um significado inerente. Isso é evidente no uso de neologismos como *luladrão*, que, em vez de simplesmente descrever uma realidade, reflete uma construção ideológica que naturaliza a interpretação de corrupção associada a Lula, reforçando um discurso político específico.

Frequentemente, o sentido é tratado como algo evidente e pré-existente, o que acaba negando a interpretação e naturalizando o que é produzido pela relação entre o histórico e o simbólico. Esse mecanismo ideológico apaga a interpretação, criando a ilusão de transparência na linguagem e na história, como se não houvesse opacidade ou complexidade a serem interpretadas por determinações históricas. A referida naturalização é um mecanismo ideológico que transforma palavras como *esquerdopata* ou *direitopata* em ferramentas de ataque político, apagando a complexidade de suas origens e influências discursivas. A ideologia, conforme Fernandes (2007, p. 20), está presente em todos os signos, e palavras enunciadas, como no corpus deste estudo, revelam quais ideologias integram suas significações. Sobre Ideologia, Fernandes (2007, p. 20) corrobora:

uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m);

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

A ideologia, portanto, atua para produzir evidências, estabelecendo uma relação imaginária entre as palavras e suas condições materiais de existência. Neologismos como *bolsominion* ou *lulista* não apenas identificam grupos, mas são produtos de um discurso ideológico que molda a identidade e a posição dos sujeitos em um contexto social polarizado. Orlandi (1999, p. 46) corrobora e enfatiza nossas afirmativas, a seguir:

[...] A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos.

Diante disso, Orlandi (1999) sustenta que a evidência do sentido, que faz com que uma palavra se refira a uma coisa específica, oculta sua natureza material. Cumpre notar que, os léxicos, como *luladrão* ou *bozoloide* parecem ter significados evidentes, mas são resultados de formações discursivas e interdiscursivas que determinam como essas palavras são compreendidas e utilizadas em contextos políticos específicos. A interpretação, nesse caso, revela a subjetividade imposta pela ideologia e pelo contexto sócio-histórico, que moldam as significações dos neologismos no *corpus*. Isso nos leva a perceber como algo transparente aquilo que, na verdade, é construído pela referência a um conjunto de formações discursivas que exercem uma influência predominante. As palavras adquirem seus significados por meio das relações estabelecidas com essas formações discursivas, resultado da influência determinante do interdiscurso (da memória).

Nesse contexto, a noção de “subordinação” enfatiza que o léxico é submetido às formas de interpelação ideológica presentes nos discursos e práticas sociais. Vocábulos como *petralha* e *direitopata* são moldados por formações discursivas que expressam visões de mundo e interesses políticos. Nesse sentido, o vocábulo é moldado e posicionado por meio das formações discursivas, que são conjuntos de enunciados que expressam determinadas visões de mundo e interesses políticos. Fernandes (2007, p. 47) conceitua a categoria de análise formação discursiva:

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

refere-se ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica.

Assim, ao realizar a leitura dos sentidos, é preciso considerar as formações discursivas em que os enunciados estão inseridos e como essas formações contribuem para constituir determinadas posições subjetivas. O léxico é atravessado pela ideologia, e suas posições estão sujeitas aos efeitos dessas relações de poder presentes nos discursos. Assim, ao analisar os sentidos dos neologismos como *esquerdopata* ou *bolsonarista*, é essencial considerar as formações discursivas em que esses enunciados estão inseridos. Essas formações discursivas constituem posições ideológicas que atravessam o léxico, moldando seus significados conforme os interesses e as lutas de poder vigentes. O léxico não existe fora da ideologia; ele é construído por ela e reflete suas tensões.

Para corroborar nosso posicionamento acerca da “subordinação” do vocábulo ao contexto histórico para a produção de sentidos, evocamos mais uma vez Orlandi (1999), que afirma: “o sentido é o resultado de uma relação determinada entre o sujeito, afetado pela língua, e a história”. Os neologismos como *bolsominion* e *lulista* demonstram como a memória discursiva, descrita por Pêcheux (1999a), desempenha um papel fundamental na formação de significados. A interpretação dessas palavras reflete o momento histórico e as condições ideológicas em que foram geradas. Para tanto, a interpretação desempenha um papel crucial nessa conexão entre o léxico, a língua e os sentidos. Essa interpretação é um indicativo da subjetivação e, ao mesmo tempo, revela a relação da língua com o mundo exterior: nenhum discurso existe sem as palavras, e nenhuma palavra existe sem ideologia. A ideologia e o inconsciente estão intrinsecamente ligados de forma material.

Portanto, ao analisar os sentidos na perspectiva de Pêcheux (1999a), é fundamental compreender que a produção de sentido é um processo complexo e marcado por relações de poder e ideologia, em que o neologismo é subordinado e posicionado dentro de determinados sistemas discursivos. No que diz respeito às memórias discursivas, Pêcheux (1999a, p. 11) destaca que a estruturação do discurso desempenha um papel fundamental na formação de uma determinada memória social. Esse espaço de

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

memória, enquanto um componente essencial para o funcionamento dos discursos, é moldado por contextos sócio-histórico-culturais específicos. Fernandes (2007, p. 47) assegura:

espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo-sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

Tal como foi elucidado anteriormente, Fernandes (2007, p. 47) concorda, observando que o “espaço de memória” é uma condição essencial para o funcionamento discursivo. Palavras como *luladrão* ou *bostonaro* expressam não apenas uma significação presente, mas também remetem a memórias discursivas construídas por anos de conflitos políticos. Esses neologismos refletem um corpo sócio-histórico-cultural que molda e é moldado pelas relações de poder.

Os discursos não apenas refletem a memória coletiva na qual os sujeitos estão inseridos, mas também contribuem para a construção dessa memória. Essa memória coletiva não implica uma uniformidade absoluta, pois a existência de diversos tipos de discurso está intrinsecamente ligada à existência de diferentes grupos sociais, embora não sejam necessariamente equivalentes. Assim, palavras como *petralha* ou *direitopata* se inserem em discursos que compartilham traços ideológicos comuns, expressando divisões sociais. Cada discurso abrange uma comunidade de sujeitos que compartilham traços socioculturais e ideológicos comuns, frequentemente em contraposição a outros discursos. Além disso, é importante observar que essas memórias discursivas não se limitam ao texto em si; elas são eventos exteriores e anteriores ao texto, refletindo materialidades que desempenham um papel fundamental na sua construção (Fernandes, 2012).

Adicionando elementos imprescindíveis, a relação intrínseca entre o discurso e as circunstâncias que o envolvem engloba todos os aspectos da enunciação, ou seja, o contexto histórico e social que está intrinsecamente ligado à criação de significados. A AD frequentemente incorpora a dimensão histórica, uma vez que se concentra nos sentidos gerados no discurso, considerando as condições de produção que são únicas para a existência dos sujeitos envolvidos. Esse enfoque procura evitar críticas frequentes,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

como aquelas dirigidas à Psicologia Social por Pêcheux (1999b, p. 11), que ressalta a importância de não se desconsiderar as condições materiais e históricas na análise dos processos discursivos.

a psicologia social entende fazer experimentos (em laboratório ou em campo) sobre construções/manipulações da interação, e em particular da interação verbal. Nesse quadro, a “situação” experimental - construída em laboratório ou provocada em campo - é uma cena fechada, a- histórica, na qual a linguagem (falas, textos ou discursos) é imediatamente identificada a sequências “observáveis” de ações (condutas, comportamentos) de trocas entre os protagonistas da interação.

Em contrapartida a essa abordagem a-histórica, a AD, ao se aprofundar nas condições histórico-sociais que permeiam a produção do discurso, faz uso da História para examinar o conteúdo em termos de criações situadas em contextos socioeconômicos, político-ideológicos e culturais específicos. No *corpus* deste estudo, neologismos como *bozoloide* ou *esquerdopata* só podem ser plenamente compreendidos se levarmos em conta os contextos histórico-sociais que influenciam sua criação e uso, reforçando a necessidade de considerar a história na interpretação dos sentidos discursivos.

Portanto, em relação à memória discursiva, podemos afirmar que se trata do espaço de memória, o qual funciona como uma condição essencial para a operação discursiva, formando um corpo que é intrinsecamente ligado ao contexto sociocultural e histórico. Os discursos manifestam uma memória coletiva na qual os sujeitos participam, e isso envolve eventos que ocorrem fora e anteriormente ao texto, demonstrando interconexões que influenciam em sua construção. Em contrapartida à visão a-histórica, a AD enfatiza o papel da história e das condições materiais na produção dos sentidos. Os neologismos do *corpus* são exemplos claros de como o discurso se inscreve em memórias coletivas e contextos sociais específicos, refletindo não apenas o presente, mas as continuidades e rupturas históricas que moldam o campo político e ideológico.

SUBORDINAÇÃO LEXICAL E POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA: ANÁLISE DISCURSIVA DOS NEOLOGISMOS LIGADOS À ESQUERDA POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 2018

A análise da subordinação lexical dos termos ligados à esquerda política, como *esquerdopata*, *petralha*, *petista*, *lulista*, *ptzada*, *luladrão* e *lule*, revela um processo

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

linguístico de criação de neologismos que reflete as tensões políticas e ideológicas intensificadas no Brasil, especialmente a partir das eleições de 2018. No interstício temporal, a polarização atingiu seu ápice quando Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), foi derrotado pelo ex-presidente JMB em uma campanha marcada por acusações, Fake News, e uma crescente demonização das figuras políticas associadas à esquerda.

Simultaneamente, à medida que novos elementos se agregam, a palavra *esquerdopata* é formada pelo radical /esquerdo/, que remete diretamente à ideologia política de esquerda, e o sufixo pejorativo /-pata/, que está associado a *patologia* ou *doença*. À guisa de epítome elucidativo, a subordinação lexical aqui reflete o que Carone (1995) descreve como a manipulação de afixos para alterar radicalmente o sentido do radical. Essa combinação resulta em uma palavra que não apenas descreve alguém de esquerda, mas também carrega a implicação de que a pessoa sofre de uma patologia mental ou ideológica. Durante as eleições de 2018, esse termo foi amplamente utilizado por apoiadores do ex-presidente JMB em redes sociais e discursos públicos para desqualificar e deslegitimar os eleitores de Haddad e, mais amplamente, aqueles que defendiam posições progressistas. Acrescentando a esta discussão, Bakhtin (1995, p. 31) afirma:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e retrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*.

Ou seja, sem as palavras/signos não há ideologia. Os léxicos trabalhados aqui no presente estudo, como *esquerdopata*, reverberam ideologias semânticas implícitas. Num ciclo de intercâmbio pendular, a análise desse termo na perspectiva da AD nos mostra como ele é fruto de um processo de interpelação ideológica. O termo *esquerdopata* é subordinado a uma formação discursiva de direita, que buscava construir um discurso no qual a esquerda política era vista como uma ameaça irracional e perigosa. Outrossim, os efeitos de sentido dessa palavra são claros: ela promove a ideia de que ser de esquerda é uma forma de insanidade, algo a ser combatido e marginalizado. A memória discursiva

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

que sustenta o uso de esquerdopata remonta a uma longa tradição de associar ideologias políticas extremistas e divergentes a distúrbios mentais ou patologias, uma prática comum em contextos de alta polarização política. Por meio das premissas anteriores, Fernandes (2007, p. 41) sugere que “ao falarmos sobre formação discursiva, referimo-nos ao que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas.”

Outro termo frequentemente utilizado durante esse período foi *petralha*, que combina o radical /PT/, aludindo ao Partido dos Trabalhadores, com o sufixo pejorativo /-ralha/, que remete à rale, grupo social marginalizado. Esse neologismo reflete uma tentativa de desumanizar os membros e apoiadores do PT, associando-os a um grupo de menor valor ou importância. Em 2018, o uso de *petralha* foi intensificado como parte da retórica anti-PT que dominava os discursos de campanha e as redes sociais, no qual o PT foi frequentemente associado à corrupção e à degeneração moral. A reportagem da revista Veja aborda a declaração polêmica do ex-presidente JMB, em 2018, quando ele sugeriu “fuzilar a petralhada”, gerando ampla repercussão e críticas, consoante figura 1.

Figura 1 – “Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’”.



Fonte: Bonin (2022).

Sob a lente da AD, o vocábulo *petralha* se insere em uma formação discursiva que visa não apenas desqualificar o PT como partido político, mas também atacar seus eleitores e simpatizantes. Sobre ideologia e formação discursiva aqui aludidos, Fiorin (2011, p. 22) corrobora:

Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem ideias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística.

Em alusão ao que foi previamente trazido à baila, o trecho supracitado explica como neologismos como *esquerdopata* e *petralha* emergem dentro de uma formação discursiva e ideológica de oposição à esquerda política, refletindo e materializando as visões de mundo conservadoras que criticam e desqualificam a esquerda. A ideologia subjacente ao uso dessa palavra está alinhada com a ascensão de uma direita conservadora que via no PT o símbolo de um sistema corrupto e falido, reforçando estereótipos negativos sobre a esquerda. A respeito dos signos ideológicos elencados no *corpus* deste estudo, Bakhtin (1995, p. 32) sugere que

os signos também são objetivos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e retrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios da avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.*

Integrando-se com eficácia ao conjunto, os efeitos de sentido aqui envolvem a criação de uma imagem de desvalorização social, associando o PT a algo desprezível, e a memória discursiva se liga ao período pós-*impeachment* de Dilma Rousseff, quando o PT foi amplamente criticado e vilipendiado nos discursos públicos. A título de incremento, com novas adições substanciais, o termo *petista*, embora originalmente neutro, foi carregado de conotações negativas durante a campanha de 2018. Por conseguinte, *Petista* refere-se aos seguidores do PT, e sua subordinação lexical pelo sufixo */-ista/* indica uma pessoa alinhada com a ideologia do partido. No entanto, no contexto eleitoral de 2018, essa palavra passou a ser usada de forma pejorativa, principalmente nos círculos bolsonaristas. Em debates acalorados, ser chamado de *petista* passou a significar ser

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

cúmplice de um sistema corrupto, alimentando uma polarização exacerbada. No que tange a memória discursiva Pêcheux (1999a, p. 11) atesta:

a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social. Esse espaço de memória como condição do funcionamento discursivo constitui um corpo sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discurso implica a existência de diferentes grupos sociais, sem, contudo, implicar equivalência. Um discurso engloba a coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

De mais a mais, a reportagem do site de notícias Brasil de Fato relata o ataque a um militante petista (termo já utilizado pela mídia) em uma rodovia de São Paulo, enquanto também destaca declarações polêmicas do vice do PDT sobre Lula e questões políticas internas do partido, como apresentado na figura 2.

Figura 2 – “*Petista é atacado em rodovia, vice do PDT diz que falas de Ciro sobre Lula são pessoais e mais Presidente do PT de Ilha Solteira (SP) foi atingido duas vezes por um carro que tentou tirá-lo da estrada.*”



Fonte: Oliveira (2022).

Com base na formação discursiva de 2018, *petista* passou a ser não apenas um rótulo partidário, mas uma arma verbal usada para atacar aqueles que defendiam políticas progressistas ou criticavam o então candidato JMB. A memória discursiva remonta ao período dos governos de Lula e Dilma, marcados por escândalos de corrupção, a lava jato o mensalão, petrolão etc., que foram usados como argumento central pela oposição. Os



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

efeitos de sentido são a estigmatização de qualquer pessoa ligada ao PT, fazendo com que o termo funcione como uma marca de desonra para muitos.

De modo suplementar, integrando-se com eficácia ao conjunto, *Lulista* segue uma lógica semelhante, sendo um neologismo que utiliza como o radical /Lul/, derivado do nome próprio Lula, que se trata do atual presidente da república federativa do Brasil, hoje em seu terceiro mandato (2023-2026), com o sufixo /-ista/, que indica seguidor. Durante a campanha de 2018, a imagem de Lula foi central tanto para os defensores quanto para os detratores da esquerda. Embora estivesse preso durante grande parte da campanha, Lula permaneceu uma figura central, e o termo *lulista* foi usado tanto como emblema de orgulho quanto como rótulo pejorativo. A redação do site Consultor Jurídico utiliza o termo *lulista* para se referir a um eleitor do atual presidente Lula, que foi assassinado durante sua festa de aniversário, cujo tema era dedicado ao referido chefe de Estado, conforme visto na figura 3.

Figura 3 – “Lulista morre após troca de tiros com bolsonarista em Foz do Iguaçu (PR).”



Fonte: Consultor Jurídico (2022).

Na perspectiva da AD, *lulista* faz parte de uma formação discursiva de oposição, no qual o nome de Lula se tornou sinônimo de corrupção e má gestão. A palavra carrega a memória discursiva das acusações de corrupção que cercaram Lula durante a Operação Lava Jato, petrolão, mensalão, etc., e os efeitos de sentido produzidos pelo termo polarizam o discurso, associando o seguidor de Lula a uma visão de mundo supostamente moralmente corrupta. Hobbes (2014, p. 152) reforça essa ideia ao refletir sobre como



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

diferentes grupos, insatisfeitos com determinadas formas de governo, tendem a renomeá-las de forma pejorativa:

Assim, os que estão descontentes com uma monarquia a chamam de tirania, e os que não estão satisfeitos com uma aristocracia a denominam oligarquia. Os que se sentem prejudicados por uma democracia chamam-na anarquia (isto é, inexistência de governo), embora, creio eu, ninguém pense que a ausência de governo seja uma nova espécie de governo.

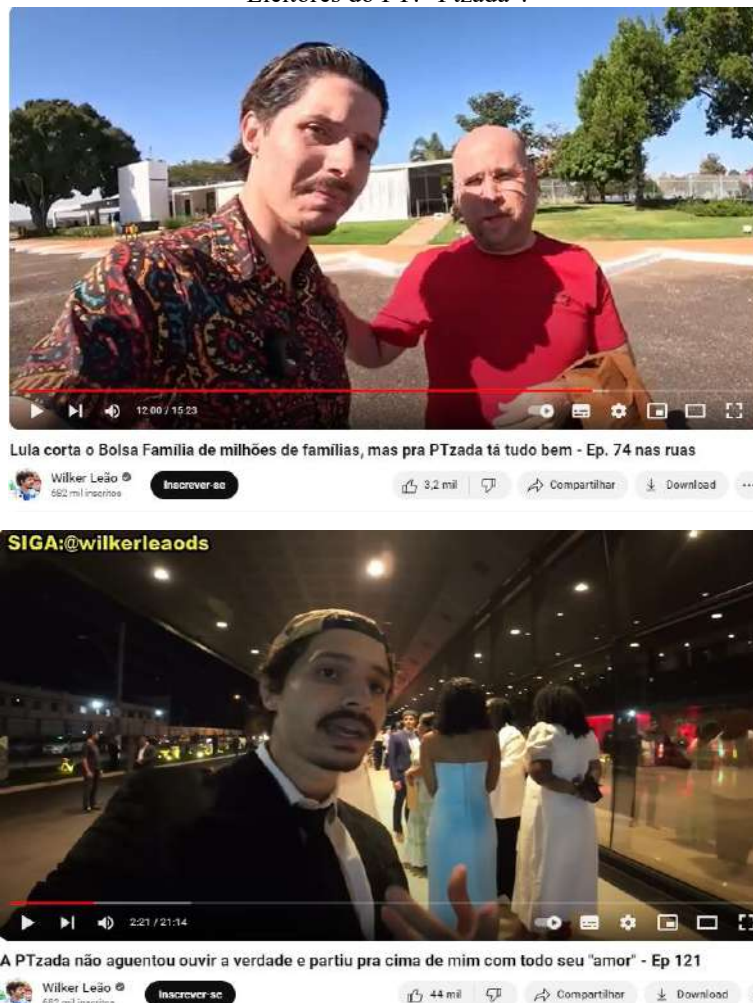
A título de incremento, com novas adições substanciais, o termo *ptzada* é ainda mais explícito em sua carga pejorativa. Formado pelo radical *PT*, acrônimo que designa Partido dos Trabalhadores, e o sufixo */-zada/*, que é usado de maneira depreciativa para indicar um grupo indesejado ou inferior, essa palavra apareceu frequentemente em ataques durante a campanha de 2018. O uso de *ptzada* reflete a subordinação lexical que visa desumanizar o grupo de eleitores do PT, posicionando-os como uma massa amorfa e desvalorizada, sem legitimidade política. Os vídeos do Youtuber Wilker Leão, presentes na figura 4, em que ele se refere aos eleitores de Lula como *PTzada*, exemplificam o tom provocativo de seus conteúdos políticos. Em episódios como “Lula corta o Bolsa Família de milhões de famílias, mas pra PTzada tá tudo bem” (Leão, 2023a) e “A PTzada não aguentou ouvir a verdade e partiu pra cima de mim” (Leão, 2023b), Leão critica duramente as políticas do governo e os apoiadores do Partido dos Trabalhadores, gerando debates acalorados nas redes sociais.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Figura 4 – Críticas Polêmicas e Confrontos nas Redes: A Retórica Provocativa de Wilker Leão Contra Eleitores do PT: “Ptzada”.



Fonte: Leão (2023a; 2023b).

Dentro da formação discursiva bolsonarista, *ptzada* reforça o discurso de rejeição total ao PT, que foi central na campanha de 2018. Os efeitos de sentido aqui são claros: o termo produz um afastamento, uma exclusão discursiva, no qual o grupo designado pela palavra é deslegitimado e marginalizado. A memória discursiva remonta ao desgaste do PT após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma e à intensificação dos escândalos de corrupção associados ao partido. Como reforça Orlandi (1999, p. 43), “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.” Dessa forma, o termo *ptzada* dialoga com outros discursos que atacam o PT e rememoram eventos passados, consolidando uma rejeição histórica e contínua.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Além do mais, a reportagem do site Diário do Centro do Mundo, escrita por Eduardo Borges, intitulada *Luladrão? Como vencer bolsominions e antipetistas no debate jurídico*, já destaca o uso do neologismo *luladrão*, já enraizado em formações discursivas dos opositores ao governo Lula (Nogueira, 2022), como visto na figura 5.

Figura 5 – Léxico pejorativo *luladrão* já utilizado anteriormente.



Fonte: Nogueira (2022).

Além do mais, em sincronia evolutiva, o termo *luladrão* é talvez o mais explícito em sua intenção pejorativa. Formado pela combinação do nome /Lula/ com o sufixo /-drão/, que deriva de *ladrão*, essa palavra foi amplamente usada para acusar Lula de corrupção. Durante a campanha de 2018, quando Lula foi preso, *luladrão* se tornou um grito de guerra entre os apoiadores de JMB, simbolizando todas as acusações de corrupção que cercaram o ex-presidente.

Na formação discursiva da direita, *luladrão* não é apenas uma acusação direta, mas um símbolo da corrupção que muitos associaram ao governo do PT. Os efeitos de sentido aqui são a criminalização de Lula e de seus seguidores, com o objetivo de deslegitimar sua influência política. A memória discursiva envolve o julgamento de Lula na Operação Lava Jato, que serviu como um dos principais pilares do discurso bolsonarista durante a eleição, consolidando a narrativa de corrupção e má gestão. Nesse contexto, as formações discursivas operam em articulação contínua, como ressalta Orlandi (1999, p. 44), ao afirmar que



as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinado, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação as outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória. Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (Orlandi, 1999, p. 44).

Tal como anteriormente esboçado, esse processo evidencia que o significado de luladrão se constitui não apenas por propriedades inerentes à língua, mas em relação aos outros discursos que o cercam, inseridos em uma trama de relações sociais e políticas. As fronteiras dessas formações discursivas são, portanto, fluídas e permeáveis, configurando-se e reconfigurando-se continuamente, refletindo a complexidade e a contradição inerentes ao discurso político.

Como epítome final desta análise, o termo *Lule* surge no mesmo contexto polarizado e é um neologismo que combina o nome /Lula/ com a terminação sufixal desinencial /-e/, que está associada à linguagem neutra de gênero. Nesse caso, a subordinação lexical reflete uma tentativa de desqualificar não apenas a figura do atual presidente Lula, mas também o movimento de linguagem neutra, que é ligado a questões de diversidade e inclusão social. Em 2023, o uso de *Lule* se inseriu em um contexto em que discussões sobre gênero e linguagem neutra se intensificaram, sendo frequentemente atacadas por setores conservadores da sociedade.

O neologismo *Lule* surge não apenas como uma forma pejorativa de referir-se ao ex-presidente Lula, mas também diretamente ligado ao uso da linguagem neutra, que ganhou destaque durante seu discurso de posse no terceiro mandato presidencial. Na ocasião, Lula utilizou expressões inclusivas como “todos, todas e todes”, demonstrando um compromisso com a diversidade e a inclusão de gêneros não binários, como destacado pela manchete do jornal *Metrópole*: “Todos, todas e todes: entenda a linguagem neutra usada no governo Lula”. Esse posicionamento em prol da linguagem neutra gerou reações e críticas de setores mais conservadores, resultando na criação de termos como *Lule* para

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

ironizar tanto a figura do presidente quanto o uso de uma linguagem que visa incluir identidades de gênero diversas.

Na formação discursiva da direita conservadora, *Lule* representa uma crítica ao progressismo associado a Lula e ao uso da linguagem neutra, que era visto como uma ameaça aos valores tradicionais. Os efeitos de sentido envolvem a ridicularização tanto de Lula quanto das pautas de diversidade de gênero, consolidando uma visão de que esses movimentos eram artificiais e antinaturais. A memória discursiva aqui evoca o período de maior debate sobre ideologia de gênero no Brasil, que foi intensificado durante as eleições, com candidatos de extrema-direita política.

Dessa forma, a subordinação lexical dos termos analisados demonstra como a linguagem foi utilizada para refletir e intensificar a polarização política no Brasil, especialmente durante o conturbado período eleitoral de 2018. Por conseguinte, através da adição de afixos pejorativos, o léxico ligado à esquerda foi moldado para refletir as tensões ideológicas e as estratégias discursivas de deslegitimação política. Cada um desses neologismos carrega consigo não apenas a marca da disputa eleitoral, mas também uma memória discursiva que remonta a décadas de conflitos políticos no Brasil.

SUBORDINAÇÃO LEXICAL E A DESQUALIFICAÇÃO DISCURSIVA: ANÁLISE DOS NEOLOGISMOS PEJORATIVOS DIRIGIDOS À DIREITA POLÍTICA DURANTE O MANDATO DE JMB

A análise da subordinação lexical dos termos ligados à direita política, como *direitopata*, *bolsominions*, *bolsonarista*, *bostonaro* e *bozoloide*, revela como os léxicos foram moldados para desqualificar, ridicularizar e criticar a figura do ex-presidente JMB e seus apoiadores, especialmente no contexto das eleições de 2018 e durante seu mandato presidencial, que foi marcado pela polarização política, Fake News, e, posteriormente, pela gestão da pandemia do novo coronavírus/COVID-19. A construção desses neologismos reflete a tensão política exacerbada, em que cada lado utilizava a linguagem como uma ferramenta de ataque e deslegitimação. Nesse contexto, as palavras adquiriram novos sentidos, conforme a polarização política intensificou os debates públicos e a crítica social. A respeito dessas novas formações e da transformação do significado das palavras ao longo do tempo, Saussure (2021, p. 125) afirma:

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

O tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, aparentemente contraditório com o primeiro: alterar mais ou menos depressa os signos linguísticos e, em certo sentido, se pode falar ao mesmo tempo da imutabilidade do signo. [...] O signo pode ser alterado porque tem continuidade. O que domina em toda alteração é a persistência da matéria antiga; a infidelidade ao passado é somente relativa. Por isso é que o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade. Quaisquer que sejam os fatores de alterações, quer atuem isoladamente ou combinados, sempre resultam num *deslocamento da relação entre significado e significante*. [...] Uma língua é radicalmente impotente para se defender dos fatores que deslocam a cada instante a relação do significado e do significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo.

Em confluência ascendente, no termo *direitopata*, a combinação do radical /direito/, que se refere à ideologia de direita, com o sufixo pejorativo /-pata/, remete à ideia de patologia/doença ou anomalia, desqualificando diretamente o pensamento conservador. A subordinação lexical aqui segue o princípio discutido por Carone (1995), em que o sufixo altera o sentido original do radical, transformando a designação política em uma acusação de irracionalidade ou extremismo. Durante as eleições de 2018, esse termo foi amplamente utilizado por críticos da direita para sugerir que o conservadorismo do ex-presidente JMB e de seus eleitores era uma forma de fanatismo, algo comparável a uma doença mental. A polarização política em torno de JMB, que foi apoiado por um discurso fortemente conservador, gerou uma reação progressista, e o termo *direitopata* se tornou uma ferramenta para desqualificar não só a ideologia da direita política, mas também seus seguidores.

Os termos *esquerdopata* e *direitopata*, já em uso no debate político brasileiro, refletem a crescente polarização ideológica, como destacado na reportagem do site Paraíba Já (2016), na manchete intitulada “‘Não tem esquerdopata nem direito-pata’, rebate Anísio sobre declarações de Eliza”, no qual o deputado Anísio Maia (PT) rebate as declarações da vereadora Eliza Virgínia (PSDB), que criticava a predominância de políticas de esquerda nas escolas. O deputado condenou o uso do termo *esquerdopatas* pela vereadora, argumentando que essas rotulações indevidas visam desqualificar ideologias. Ao ironizar a ideia de que a direita estaria oprimida, Anísio enfatizou que não existem *esquerdopatas* ou *direitopatas*, mas sim pessoas com ideias diferentes, destacando a necessidade de respeitar as divergências ideológicas. Esses neologismos,

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

utilizados tanto para criticar a esquerda quanto a direita, inserem-se em formações discursivas que buscam desqualificar o oponente político, muitas vezes ignorando a complexidade das ideias em prol de simplificações pejorativas.

Nesse sentido, a crítica progressista ganha forma discursiva ao promover a ideia de que o conservadorismo seria um desvio social ou mental. Como Fiorin (2011, p. 19) destaca:

[...] a esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social [...] é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é ‘falsa consciência’.

De acordo com o que foi discorrido alhures, o termo *direitopata* se insere em um discurso ideológico que, de forma crítica, tenta revelar as contradições percebidas na visão de mundo conservadora, apresentando-a como distorcida ou equivocada, conforme a noção de “falsa consciência” descrita por Fiorin (2011).

À medida que novos elementos se agregam, os efeitos de sentido dessa palavra são claros: ser de direita é visto como irracional, algo que deve ser combatido e marginalizado. Por outro lado, “esses sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (Fernandes, 2007, p. 14).

Esse neologismo se insere em uma formação discursiva de oposição à direita bolsonarista, especialmente no período eleitoral de 2018, quando as divisões ideológicas no Brasil se tornaram extremamente polarizadas. Além disso, “as escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema (Fernandes, 2007, p. 14). Com efeito, a memória discursiva que sustenta o uso de *direitopata* remonta a uma tradição de ridicularizar ideologias divergentes associando-as a patologias, uma prática comum em cenários de polarização política.

Outro termo amplamente utilizado/observado nesse período foi *bolsominions*, que combina o radical /Bolso/, referindo-se ao sobrenome da família Bolsonaro, com o sufixo

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

/-minions/, uma referência aos personagens caricatos da animação *Meu Malvado Favorito*, que são frequentemente descritos como criaturas sem vontade própria, servindo cegamente a um mestre. O termo emergiu em um cenário de crescente desinformação, em que os apoiadores do ex-presidente JMB eram frequentemente acusados de acreditar em Fake News e de seguir cegamente as ordens e declarações do presidente, sem questionar ou refletir criticamente. O vocábulo foi especialmente popular durante a pandemia de COVID-19, quando as declarações de JMB minimizando a gravidade do vírus e promovendo tratamentos sem comprovação científica foram amplamente divulgadas e aceitas por grande parte de sua base eleitoral.

Eventualmente, o termo *bolsominion*, amplamente utilizado para referir-se aos seguidores fervorosos do ex-presidente JMB, já havia sido destacado anteriormente no debate público, como ilustrado na reportagem do Jornal Extra (2016), como demonstrada na figura 6, intitulada “Bolsominions: quem são e do que se alimentam”. Nesse contexto, o termo descreve um grupo de apoiadores do ex-presidente JMB, segundo a análise do autor, manifesta comportamento agressivo e alinhado à figura do líder, frequentemente atacando minorias como homossexuais, negros e feministas (Pena, 2016). Inspirado pelo conceito de “narcisismo das pequenas diferenças” de Sigmund Freud, o artigo sugere que esses seguidores utilizam pequenas distinções sociais como justificativa para a barbárie, exacerbada pela liderança de JMB, que seria percebido como alguém acima das leis da civilização (Pena, 2016). O uso de *bolsominion* passou a encapsular essa ideia de seguidor submisso e agressivo, amplamente disseminado em redes sociais como Facebook, onde os seguidores do ex-presidente JMB se organizam para hostilizar aqueles com quem têm divergências ideológicas (Pena, 2016).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Figura 6 – “Bolsominions: quem são e do que se alimentam”.



Fonte: Pena (2016).

Aqui, a subordinação lexical se manifesta ao associar os seguidores de JMB a figuras subservientes e irracionais. O uso de /-minions/ desqualifica os eleitores do presidente, sugerindo que eles não têm autonomia intelectual e seguem o líder cegamente. A ideologia que sustenta esse termo reflete uma crítica à direita bolsonarista e sua base eleitoral, especialmente em relação à aceitação de Fake News e à disseminação de desinformação durante a pandemia. Como assevera Fernandes (2007, p. 15), “a ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens.”

Em confluência contínua, os efeitos de sentido do termo reforçam a ideia de que os apoiadores do ex-presidente JMB são manipulados e incapazes de tomar decisões racionais, fortalecendo a polarização política. Essa palavra se insere em uma formação discursiva de oposição à base de apoio de JMB, que foi frequentemente acusada de apoiar cegamente suas declarações, mesmo diante de evidências científicas contrárias, especialmente durante a pandemia. A memória discursiva desse termo está associada à gestão de crises de desinformação e às Fake News que circularam de forma massiva durante as eleições e a pandemia.

Paralelamente, em expansão sintética e contínua, o termo *bolsonarista*, embora neutro em sua estrutura (radical /Bolsonaro/ e o sufixo /-ista/, que indica seguidor), foi

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

carregado de conotações negativas ao longo do mandato de JMB, principalmente pela oposição. Durante o período eleitoral de 2018 e ao longo de seu governo, ser chamado de *bolsonarista* muitas vezes significava ser cúmplice de um governo caracterizado por atitudes autoritárias, anti-científicas e negacionistas, especialmente durante a pandemia. O uso desse termo em debates e discursos era polarizador, refletindo a forte divisão ideológica entre aqueles que apoiavam o presidente e aqueles que o criticavam severamente. Dessa maneira, “a ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens” (Fernandes, 2007, p. 15).

Em continuidade, o termo *bolsonarista*, amplamente utilizado tanto por apoiadores quanto por críticos do ex-presidente JMB, já havia sido destacado no debate público, conforme a reportagem da BBC News Brasil (2022): “O que é ser bolsonarista?”. Para os defensores do ex-presidente JMB, o termo é uma forma de expressar orgulho por sua posição política, como exemplificado pela declaração do deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ): “Quanto mais eu conheço os inimigos de Bolsonaro, mais bolsonarista eu me torno”. No entanto, para os críticos, *bolsonarista* muitas vezes carrega uma carga semântica próxima de insulto, usada para associar os seguidores de JMB a comportamentos ou ideologias radicais.

Sob o manto da causalidade irrefutável, esse termo se consolidou no cenário político como parte de uma formação discursiva que polariza ainda mais o debate entre direita e esquerda no Brasil. Com a ascensão do bolsonarismo, ser *bolsonarista* passou a significar/aderir a uma série de valores, como a defesa da família tradicional, a rejeição ao PT e o apoio ao uso de armas, sendo também associado ao ressentimento com a classe política tradicional (Magenta, 2022).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Figura 7 – O Significado de Ser Bolsonarista: Entre Orgulho Político e Insulto Ideológico.



Fonte: Magenta (2022).

Dentro da formação discursiva da oposição, o termo *bolsonarista* passou a se referir ideologicamente não apenas a um seguidor do ex-presidente JMB, mas a alguém alinhado com valores considerados extremistas, como o negacionismo científico e o ultraconservadorismo. Com base nesse premissa, “as ideias dominantes são racionalizações que explicam e justificam a realidade. Na sociedade capitalista, a partir do nível aparente, constroem-se os conceitos de individualidade, de liberdade como algo individual etc.” (Fiorin, 2011, p. 20). Consoante supramencionado, os enunciados aqui trabalhados, com vieses de esquerda ou direita política, são construídos dentro de formações discursivas que visam justificar visões de mundo e hierarquias políticas.

Adicionalmente, os efeitos de sentido dessa palavra variavam dependendo do contexto, mas, em muitos casos, funcionavam para deslegitimar e atacar moralmente aqueles que apoiavam o ex-presidente JMB. A memória discursiva associada a esse termo remonta às controvérsias e escândalos que cercaram o governo de JMB, especialmente durante a pandemia, quando a postura do presidente em relação ao combate à COVID-19 foi amplamente criticada tanto nacional quanto internacionalmente. A referida produção de sentidos, Fernandes (2007, p. 15) argumenta,

[...] quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Em sincronia evolutiva, o termo *Bostonaro* é mais satírico e também deriva do sobrenome da família /Bolsonaro/ combinado com uma referência pejorativa a /fezes/. Durante o mandato de JMB, o termo *Bostonaro* ganhou destaque como uma crítica direta à sua figura, associando-o a algo sujo ou dejetivo. Essa associação foi uma forma de desumanizar e ridicularizar o ex-presidente supracitado, destacando as controvérsias e os escândalos que marcaram sua gestão. A subordinação lexical nesse caso transforma o sobrenome do presidente em uma metáfora que o desqualifica de maneira grotesca, associando-o a algo indigno. Por conseguinte, as palavras adquirem sentido de acordo com as formações ideológicas nas quais os sujeitos (interlocutores) estão inseridos.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio- histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997b, p. 190).

Simultaneamente, à medida que novos elementos se agregam, a ideologia por trás desse termo reflete a oposição extrema ao governo do ex-presidente JMB, na qual as críticas ao presidente extrapolavam o campo político e entravam no terreno da ridicularização pessoal. Os efeitos de sentido do termo *Bostonaro* reforçam uma visão de desprezo e desrespeito em relação ao ex-presidente, associando sua figura a algo dejetivo e repulsivo. Nesse contexto, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 169) enfatizam que

O sentido de uma sequência só é materialmente concebido na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva [...] Trata-se de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B. [...] Os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. [...] A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. (Pêcheux; Fuchs, 1990, p. 169).

Em acréscimo às evidências apresentadas, a formação discursiva desse termo se alinha com um discurso de rejeição total ao bolsonarismo, especialmente em momentos de crise, como a pandemia de COVID-19 e as acusações de corrupção e negligência administrativa. A memória discursiva evoca os momentos de maior desgaste político do ex-presidente JMB, quando suas falas e ações foram criticadas de forma contundente por setores da imprensa e da sociedade civil. Esse processo, sob à ótica de Pêcheux (1990b, p. 314), revela que

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

a noção de formação discursiva começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma formação discursiva não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais.

Assim, as críticas ao bolsonarismo se alimentam de discursos que não pertencem exclusivamente a esse contexto, mas que repetem e reforçam significados de outras formações discursivas que se entrecruzam e moldam o sentido do termo. Para além do compreendido, Fiorin (2011, p. 20) argumenta que “todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia; ela é uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade.” Logo, esse fragmento discute como a linguagem, especialmente os neologismos pejorativos, serve como uma “visão de mundo” que representa os interesses de grupos sociais específicos, ajudando a construir ou desmantelar discursos de poder e autoridade.

Para encerramento peremptório, o termo *bozoloide* combina a raiz /Bozo/, usado pejorativamente para se referir ao ex-presidente JMB como um palhaço, com o sufixo /-loide/, que remete a uma deformação ou imitação imperfeita. Esse termo foi utilizado amplamente para desqualificar o ex-presidente, especialmente durante seu mandato, e reflete uma crítica visceral à sua figura. O uso de /Bozo/ já indicava uma tentativa de associar o ex-presidente JMB à figura de um palhaço ridículo, mas com o sufixo /-loide/, o neologismo ganha uma conotação ainda mais ofensiva, ao compará-lo a dejetos.

Aqui, a subordinação lexical opera de forma a transformar o nome do ex-presidente JMB em uma figura grotesca e indigna, conectando sua imagem a algo sujo e desprezível. A título de incremento, com novas adições substanciais, a ideologia por trás do uso da terminologia *bozoloide* reflete uma oposição radical ao ex-presidente, associando-o a figura de escárnio e desprezo. Conforme destacado por Orlandi (1990, p. 48),

Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/ mundo/pensamento

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas.

Traçando um paralelo com a ideia já apresentada, as imagens evocadas pela linguagem permitem que as palavras “colem” com as coisas, possibilitando que os neologismos carreguem sentidos ideológicos e afetem a percepção pública da figura em questão. Com base nas evidências aduzidas, os efeitos de sentido dessa palavra intensificam a ridicularização do ex-presidente JMB, reforçando uma visão de que ele era indigno de ocupar a posição de líder político. Além do mais, a formação discursiva desse termo reflete um cenário em que as críticas ao governo do ex-presidente se tornaram extremas, com figuras da oposição e da imprensa utilizando o humor grotesco e o insulto para deslegitimar o presidente. Ademais, a memória discursiva do termo está ligada à rejeição pública das atitudes de JMB durante seu mandato, especialmente em questões como a pandemia, a corrupção e a desinformação.

Em clausura de toda a explanação, os neologismos criados para atacar a direita política durante o período eleitoral de 2018 e o mandato de JMB foram construídos para desqualificar tanto o presidente quanto seus apoiadores. Esses termos refletem a intensa polarização política e o uso estratégico da linguagem para reforçar narrativas de deslegitimação e ridicularização no campo do discurso político.

ASSERTIVAS FINAIS

As considerações finais deste estudo reafirmam a relevância da análise linguística descritiva, aliada à AD francesa, para a compreensão dos fenômenos sociopolíticos que moldam o léxico da língua portuguesa. Ao longo deste artigo, observamos como a subordinação lexical por meio da adição de afixos – um processo descrito minuciosamente por teóricos como Travaglia, Carone, Perini e Sautchuk – é instrumental na criação de neologismos pejorativos que refletem e amplificam as tensões ideológicas. A linguagem, sendo uma entidade viva, espelha as transformações sociais, políticas e culturais, e esses neologismos, especialmente no contexto polarizado das eleições de 2018 e do mandato de Jair Bolsonaro, demonstram o impacto profundo da ideologia nas formações discursivas.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Os termos analisados, tanto da esquerda quanto da direita política, revelam uma disputa ferrenha pelo controle simbólico e pela construção de significados que transcendem a mera denominação política. Palavras como *esquerdopata*, *petralha* e *luladrão*, por um lado, e *bolsominions*, *bolsonarista* e *bozoloide*, por outro, emergem não como simples insultos, mas como expressões de um campo discursivo saturado de ideologias que visam deslegitimar e ridicularizar o adversário. A subordinação lexical, nesse sentido, cumpre o papel de intensificar a conotação pejorativa e polarizar ainda mais o debate político.

A AD, ao revelar como esses neologismos são moldados por formações discursivas específicas, nos permite enxergar que os sentidos não são neutros ou espontâneos, mas resultados de processos históricos e ideológicos profundamente enraizados. A memória discursiva que sustenta termos como *lulista* ou *bolsominion* está diretamente relacionada aos eventos e narrativas que circundam figuras como Lula e Bolsonaro, mostrando que a linguagem reflete e perpetua lutas de poder.

Portanto, a tese defendida ao longo deste artigo – de que os neologismos pejorativos, surgidos no período de 2018 a 2022, são frutos de um processo de subordinação lexical enraizado em formações discursivas ideologicamente motivadas – foi corroborada pela análise. Este trabalho contribui para uma compreensão mais profunda das relações entre linguagem, ideologia e poder, evidenciando que o léxico não é apenas uma ferramenta comunicativa, mas um campo de batalha simbólico no qual se disputam significados, legitimidades e identidades. A análise linguística, portanto, não só descreve a estrutura da língua, como também nos oferece uma lente crítica para compreender as dinâmicas de poder que moldam o discurso social e político.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Prefácio de Roman Jakobson; Apresentação de Marina Yaguello; Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Editora Hucitec, São Paulo – SP, 1995.

BONIN, R. “Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’”. **Veja**, 2022.

CARONE, F. B. **Morfossintaxe**. São Paulo – SP: Editora Ática S. A., 1995.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

CARONE, F. B. **Subordinação e coordenação**: confrontos e contrastes. São Paulo – SP: Editora Ática, 2003.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. – 2. edição. – São Carlos: Claraluz, 2007. Disponível em:
https://www.sergiofreire.pro.br/ad/FERNANDES_ADRI.pdf. Acessado em: 20 mai. 2023.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia** / José Luiz Fiorin. 1.ed. (rev. e atualizada). São Paulo: Ática, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, B. D. “Recursos léxico-gramaticais no ensino da língua portuguesa: Lexical-grammatical resources in the teaching of the Portuguese language”. **Revista do GEL**, v. 19, n. 1, p. 100-118, 2022.

LEÃO, W. “A PTzada não aguentou ouvir a verdade e partiu pra cima de mim com todo seu “amor” – Ep 121”. **YouTube**, 2023b.

LEÃO, W. “Lula corta o Bolsa Família de milhões de famílias, mas pra PTzada tá tudo bem – Ep. 74 nas ruas”. **YouTube**, 2023a.

MACÊDO JÚNIOR, A. M. **Linguística básica para discentes de letras** [livro eletrônico] / Adriano Menino de Macêdo Júnior. – Tutóia, MA: Diálogos, 2021. Disponível em:
<file:///C:/Users/adria/OneDrive/ACADEMICO/UERN%20LETRAS/POSEDUC/DOCUMENTOS/Livro%202.pdf>. Acessado em: 16 out. 2023.

MAGENTA, M. “O que é ser bolsonarista?”. **Jornal BBC News Brasil**, 2022.

NOGUEIRA, D. “Luladrão? Como vencer bolsominions e antipetistas no debate jurídico”. Por Eduardo Borges. **DCM**, 2022.

OLIVEIRA, C. “Petista é atacado em rodovia, vice do PDT diz que falas de Ciro sobre Lula são pessoais e mais”. **Brasil de Fato**, 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

PARAÍBA, J. “‘Não tem esquerdotata nem direitopata’, rebate Anísio sobre declarações de Eliza.” **Paraíba Já**, 2016.

PÊCHEUX, M. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1990. (p. 311319).

PÊCHEUX, M. O Papel da Memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **O Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso - Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso**. *In*: Escritos, n. 4, Campinas: Nudecri, 1999b.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975). *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1990. (p.163- 252).

PENA, F. “Bolsominions: quem são e do que se alimentam”. **Jornal Extra**, 2016.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1995.

PETTER, M. Linguagem, Língua e Linguística. *In*: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística I: princípios de análise**. – 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução, notas e posfácio Marcos Bagno; apresentação Carlos Alberto Faraco. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2021.

SAUTCHUK, I. **Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática**. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. – 14 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Recebido em: 15/10/2024

Aprovado em: 01/11/2024

Publicado em: 30/12/2024

**A RECONEXÃO COM A NATUREZA A PARTIR DO
MARAVILHAMENTO COM O COSMOS: ações educativas do
Observatório Astronômico Popular Móvel de Barbacena, Minas
Gerais**

**RECONNECTION WITH NATURE THROUGH WONDER AT THE
COSMOS: educational actions at the Mobile Popular Astronomical
Observatory of Barbacena, Minas Gerais**

**RENKONTIGO KUN LA NATURO DE MIRI LA KOMOSO: edukaj
agoj de la Movebla Populara Astronomia Observatorio de Barbacena,
Minas Gerais.**

Delton Mendes Francelino¹Leandro Benedini Brusadin²**Resumo**

As relações entre as pessoas e o céu noturno mudou drasticamente nas recentes décadas. Com o aumento populacional, ampliação dos meios urbanos e da poluição visual, além da “quantidade de coisas” a se fazer no dia a dia, as pessoas apresentam severas dificuldades em observar as estrelas, Lua, planetas, perdendo, na contemporaneidade, algo que foi fundamental ao longo de nossa evolução biológica: o maravilhamento pela astronomia, ou qualquer termo que remeta à observação do céu, do cosmos. Este artigo é resultado de processos tidos no Observatório Astronômico Popular Móvel de Barbacena, do qual sou diretor, entre os meses de Abril e Setembro de 2024, e pretende mostrar possibilidades de estímulo, ressignificação e conexão entre pessoas no meio urbano e o cosmos, propondo que Observatórios Astronômicos Móveis e sua capacidade de estarem em diversos ambientes, inclusive periferias e comunidades menos privilegiadas, podem ensinar e educar para a vida em sociedade, tendo o retorno às ecologias da existência e, certamente, possibilidades de atuação ambiental sensível. Trata-se de um texto de cunho descritivo e reflexivo, voltado para a interdisciplinaridade em projetos alternativos de educação científica, seguindo também incentivos oferecidos pela ONU (2015) no sentido de pesquisas que levem em consideração as experiências pessoais de pesquisadores e educadores.

Palavras-chave: Educação Alternativa. Sensibilização. Ressignificação. Sustentabilidade.

¹ Diretor da Casa da Ciência e da Cultura de Barbacena e do Observatório Astronômico. Pós Doc (PPG-ACPS) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: deltonmusica@gmail.com

² Professor adjunto da Universidade Federal do Paraná.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Abstract

The relationships between people and the night sky have changed dramatically in recent decades. With the population increase, expansion of urban areas and visual pollution, in addition to the “amount of things” to be done on a daily basis, people have severe difficulties in observing the stars, Moon, planets, losing, in contemporary times, something that was fundamental throughout our biological evolution: the wonder of astronomy, or any term that refers to the observation of the sky, the cosmos. This article is the result of processes carried out at the Barbacena Popular Mobile Astronomical Observatory, of which I am director, between the months of April and September 2024, and aims to show possibilities for stimulation, resignification and connection between people in the urban environment and the cosmos, proposing that Mobile Astronomical Observatories and their ability to be located in different environments, including outskirts and less privileged communities, can teach and educate for life in society, returning to the ecologies of existence and, certainly, possibilities for sensitive environmental action. This is a descriptive and reflective text, focused on interdisciplinarity in alternative scientific education projects, also following incentives offered by the UN (2015) towards research that takes into account the personal experiences of researchers and educators.

Keywords: Alternative Education. Awareness. Reframing. Sustainability.

Resumo

La rilatoj inter homoj kaj la nokta ĉielo draste ŝanĝiĝis en la lastaj jardekoj. Kun la loĝantarkresko, ekspansio de urbaj areoj kaj vida poluado, krom la "kvanto de aferoj" farendaj ĉiutage, homoj havas severajn malfacilaĵojn observi stelojn, Lunon, planedojn, perdante, en nuntempaj tempoj, ion tio estis fundamenta tra nia biologia evoluo: la mirindaĵo de astronomio, aŭ ajna termino kiu referencas al la observado de la ĉielo, la kosmo. Ĉi tiu artikolo estas la rezulto de procezoj efektivigitaj ĉe la Barbacena Populara Poŝtelefona Astronomia Observatorio, kies direktoro mi estas, inter la monatoj de aprilo kaj septembro 2024, kaj celas montri eblecojn por stimulo, resignifikeco kaj ligo inter homoj en la urba medio kaj la kosmo, proponante ke Poŝtelefonaj Astronomiaj Observatorioj kaj ĝia kapablo esti en malsamaj medioj, inkluzive de periferioj kaj malpli privilegiitaj komunumoj, povas instrui kaj eduki por vivo en socio, revenante al la ekologioj de ekzisto kaj, certe, eblecoj por sentema media agado. Ĉi tio estas priskriba kaj reflektita teksto, fokusita al interfakeco en alternativaj sciencaj edukaj projektoj, ankaŭ sekvante instigojn ofertitajn de UN (2015) al esplorado, kiu konsideras la personajn spertojn de esploristoj kaj edukistoj.

Ŝlosilvortoj: Alternativa Edukado. Konscio. Reenkadrigeo. Daŭripovo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as relações entre os seres humanos e o céu noturno passaram por transformações significativas. O avanço da urbanização, o aumento da poluição visual e o ritmo acelerado da vida cotidiana afastaram grande parte da população da prática que foi, por milênios, essencial para nossa evolução biológica, social e cultural: a contemplação do cosmos.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

A vastidão estrelada que, por gerações, despertou fascínio e alimentou descobertas, hoje é escondida por prédios, luzes artificiais e rotinas exaustivas. Essa desconexão com o universo acarreta consequências não apenas no campo do imaginário, mas também na forma como nos relacionamos com o ambiente e com os outros.

É justamente nesse contexto que surge esta proposta reflexiva: a educação, a partir da Astronomia, como base para uma sociedade mais sustentável e ecologicamente conectada. O Observatório Astronômico Popular Móvel de Barbacena, da Casa da Ciência e da Cultura, com recorte no trabalho realizado entre abril e setembro de 2024, exemplifica como a Astronomia pode ser instrumento poderoso de ressignificação e reconexão ecológica. Ao levar telescópios e conhecimento até comunidades periféricas e menos privilegiadas, além de praças e instituições públicas, demonstra que é possível, mesmo em cenários urbanos, promover a experiência do maravilhamento para com o universo. Mais que isso, a observação do céu noturno oferece oportunidade única para que as pessoas compreendam seu papel no equilíbrio ecológico do planeta. Logo, pode ser alicerce fundamental na construção de um futuro mais sustentável.

Ao estimular nas novas gerações o fascínio pelas estrelas, planetas e galáxias, desperta-se a consciência crítica sobre os impactos ambientais, promovendo culturas de cuidado com o nosso planeta e incentivando soluções mais sensíveis para os desafios contemporâneos. Além disso, a Astronomia ensina a humildade perante a imensidão do cosmos, reforçando valores como a cooperação, o respeito às diferenças e a solidariedade, todos essenciais para a vida em sociedade equilibrada e justa.

O retorno às "ecologias da existência", proposto pela experiência do observatório móvel, revela-se uma instrumental potente para o que precisamos construir: uma reconexão com a natureza e com os ritmos do planeta, tanto em nível individual quanto coletivo. Observar o cosmos nos lembra que fazemos parte de algo maior, um todo interconectado, no qual a vida prospera em equilíbrio com o ambiente. Com isso, a Astronomia pode nos guiar para uma nova forma de habitar o mundo, mais consciente, mais atenta e, certamente, mais sustentável.

Metodologicamente, esta pesquisa parte de resultados notados pelo pesquisador, que também é o Diretor e professor responsável no Observatório Astronômico. Tem perspectiva observacional e de demonstração de resultados subjetivos e, por isso, para

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

reduzir vieses de confirmação que possam ser prejudiciais, utiliza o método proposto por Clandinin e Connely (2011), que se estrutura a partir da pesquisa de cunho narrativa e de história de vida.

DISCUSSÃO

Distanciamento que gera desconexão

Em estágio de Pós Doutorado, estudo tem sido estabelecido, pelo autor desta pesquisa e seu orientador, via UFMG, acerca das relações entre a perspectiva sociológica da dádiva, proposta por Mauss (2008 [1925]) e o Observatório Astronômico Móvel de Barbacena, no sentido de entender se é possível discutir/defender que a observação do céu noturno figura como retorno, ou incentivo, à Dádiva na contemporaneidade. No âmbito do que articulam teóricos maussianos, como Caillé (2002), é possível depreender que, sendo a dádiva também marcada pelas relações sociais imedíveis, e por várias vezes, perceptíveis nas relações de reciprocidade, é possível afirmar que observações do céu noturno com telescópios permitem um tipo de maravilhamento com o mundo que tem proeminente potencial ecosófico e de dádiva.

A dádiva sociológica, no entanto, não pode ser confundida com a dádiva do senso comum. Na realidade, o conceito, no espectro da sociologia e antropologia, escapa de definições rígidas, ou uniformes. Mostra-se líquida, como a modernidade proposta por Harvey (2004). Dialeticamente, valendo-se da busca por uma conceitualização que se identifique com o corpo teórico desta pesquisa, e com o que Mauss trouxe na segunda década do século passado, propõe-se a dádiva como as trocas sociais e os sistemas de reciprocidade que moldam as relações humanas, inseridas em um sistema tripartido: *dar, receber e retribuir*. Esses atos criam laços sociais e obrigações entre indivíduos e grupos.

Teóricos neomaussianos da atualidade expandem esse conceito, analisando-o em diferentes contextos e momentos históricos. Caillé (2002) ressalta que a dádiva, mesmo nas sociedades modernas capitalistas, continua sendo fundamental para a constituição de laços sociais, ainda que de formas mais sutis e complexas. Para ele, a troca mercantil não substitui totalmente as trocas de dádivas, mas pode coexistir ou ser reinterpretada dentro

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

desse sistema. Por isso, em nível de pós doutoramento, propôs-se a dádiva como uma condição ecosófica.

Aqui, é importante discernir acerca do que é a ecosofia, no sentido proposto por Guattari (1989), sobretudo diante do sequestro de conceitos científicos e filosóficos por falsas ciências e charlatões do mundo virtual. Para o filósofo, de forma sintetizada, não podemos tratar os problemas ecológicos de forma isolada, como questões meramente técnicas ou naturais, porque eles estão profundamente enraizados em nossas relações sociais, subjetivas e com o ambiente.

Ele usa o termo ecosofia para descrever sabedoria ecológica calcada em três ecologias: *Ambiental, Social e Mental*. Salutar destacar que o teórico não propõe qualquer tipo de pseudociência, ou algo que busque tecer “formas de agir” no mundo. Ele apenas lança reflexões sobre a maneira como a humanidade se distanciou, e se desconectou, de aspectos elementares do mundo natural, sobretudo em decorrência dos modelos de subtração dos recursos ambientais, da precarização das relações humanas e da incapacidade patológica de pessoas entenderem-se em seu universo criativo, subjetivo e coletivo.

É possível dizer que Guattari (1989), de certo modo, trata de uma crise de identidade ecológica, estabelecida a partir do *modus operandi* capitalista, que gerou urbanidades predatórias e que dissociam as pessoas de suas singularidades e, assim, tornam-as apenas partes do mundo no qual vivem, e não seres totalmente conectados a ele, com olhar crítico e senso de existência.

Exatamente neste ponto, a relação entre as três ecologias, com a dádiva e a observação do céu noturno se faz tão potente. E, certamente, algo fundamental para os estudos de pós doutoramento: antes de qualquer desconexão, há o distanciamento, que geralmente se dá de forma paulatina, gradual, sendo aprofundado ao longo do tempo. Portanto, a desconexão profunda com a natureza, em seu sentido complexo, deu-se a partir de uma série de quebras, rupturas, que alavancaram o distanciamento dos fazeres humanos no planeta de uma cosmologia das experiências com a natureza e da natureza. Dois dos resultados mais perversos da desconexão vigente são a crise climática e os conflitos humanos que ainda geram fome e miséria em um mundo no qual todas as



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

pessoas poderiam se alimentar tranquilamente, caso melhor distribuição de terras e renda existisse.

Como discutir um Observatório Astronômico contribui para estas questões? O que se defendeu em Tese de Doutorado, e agora, aplicado em estágio de Pós Doutorado, é que é necessário, na modernidade, que o resgate de culturas de sustentabilidade seja estabelecido (Francelino, 2023). Para isso, é amplamente importante cultivar-se a serenidade, o ouvir, o conversar e o observar: todos estão imbricados, intimamente, na prática de observação do céu noturno.

Ecosofia e Dádiva conectadas a partir de um Observatório Astronômico

A conexão entre as Três Ecologias, de Félix Guattari e o conceito de dádiva, de Marcel Mauss, aplicada à prática da observação do céu noturno, oferece perspectiva transformadora sobre como essa experiência pode promover cidadania mais consciente e ações mais ecológicas, algo proximal do que propõe Morin (2000) e Gadotti (2000) ao articularem as perspectivas de educação para o futuro e pedagogias ecológicas, que partam do senso de cidadanias planetárias não utilitaristas.

O conceito de dádiva foi amplamente discutido por Marcel Mauss em seu ensaio "Ensaio sobre a Dádiva" (1925), no qual ele descreve o ato de *dar, receber e retribuir* como um processo fundamental nas relações sociais. A dádiva é mais do que uma simples troca material; ela cria laços de solidariedade, reciprocidade e pertencimento entre indivíduos e comunidades. A dádiva, para ele, de forma sintetizada aqui, estabelece uma rede de obrigações e interdependência, sustentando a coesão social e a harmonia coletiva.

Quando vinculamos a ideia de dádiva com as Três Ecologias de Guattari — *ecologia ambiental, social e mental* — percebemos que a observação do céu noturno pode funcionar como uma dádiva simbólica, oferecendo experiência que transforma indivíduos e comunidades em três níveis interligados:

Ecologia Ambiental	Ecologia Social	Ecologia Mental
A prática da observação do céu noturno pode ser vista	O ato de compartilhar a experiência de observação do	A contemplação do céu noturno também atua no



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

<p>como uma dádiva da natureza, que nos lembra de nossa interconexão com o universo. Ao contemplar o cosmos, nos tornamos mais conscientes de nossa pequenez diante do universo vasto e misterioso, despertando sentimentos de humildade e cuidado pelo planeta. Essa consciência pode funcionar como um "presente", nos convidando a retribuir a generosidade do cosmos cuidando melhor do nosso meio ambiente. Desse modo, o ato de olhar para as estrelas promove uma ecologia ambiental em que os cidadãos se tornam mais atentos ao equilíbrio ecológico e responsáveis pela preservação do planeta.</p>	<p>céu em comunidades — especialmente através de projetos como o Observatório Astronômico Popular Móvel de Barbacena — promove laços de solidariedade, criando um senso de pertencimento e cooperação. Ao reunir pessoas em torno da observação do cosmos, formam-se redes de reciprocidade e trocas culturais, nas quais o conhecimento astronômico é transmitido como uma dádiva que fortalece as relações sociais. Essa experiência compartilhada conecta indivíduos, desfaz barreiras sociais e estimula a construção de uma sociedade mais colaborativa e solidária, alinhada com a ecologia social de Guattari.</p>	<p>nível da subjetividade. Ela oferece pausa na agitação da vida moderna, permitindo que as pessoas se reconectem com uma dimensão mais profunda de existência. O maravilhamento diante das estrelas e da vastidão do universo ressignifica o modo como nos vemos e como nos relacionamos com o mundo. Essa experiência pode ser entendida como uma dádiva mental, que nos permite refletir sobre nosso papel na Terra e nos convida a agir com mais sabedoria e criatividade no cotidiano. Esse processo estimula uma ecologia mental mais saudável, promovendo o bem-estar psíquico, a introspecção e uma visão mais ampla e integrada de nós mesmos.</p>
---	---	---

Quadro 1: relações possíveis entre a dádiva, a ecosofia e a observação do céu noturno. (Fonte: próprio autor do estudo)

A prática da observação do céu noturno, então, pode ser conectada às Três Ecologias e à dádiva, sobretudo, no ensejo da transformação das pessoas em cidadãs mais conscientes e ativas no mundo, a partir da sensibilidade. Sensibilidade que pode gerar sustentabilidade (ainda acreditando-se no potencial deste conceito).

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Foto 1: evento de observação do céu noturno em cidade do interior de Minas Gerais, em maio de 2024. Fonte: próprio autor.

Ao se abrir para essa experiência de dádiva — por exemplo, recebendo a beleza do cosmos, compartilhando-a com outros e refletindo sobre seu lugar no universo — o indivíduo pode agir de maneira mais ecológica, tanto no sentido ambiental quanto social e subjetivo. Essas ações podem se manifestar em gestos simples, como o cuidado com o ambiente ao redor, o fortalecimento das redes comunitárias, ou até em engajamentos mais amplos, como a participação em movimentos de sustentabilidade e justiça social. Claro, isso é imedível: é impossível oferecer certeza, nas epistemologias da educação, sobre como os indivíduos são afetados por um processo educativo; todavia, no rol do possível e do que é notado no Observatório, as pessoas relatam que o maravilhamento com o cosmos as incentiva, por exemplo, a utilizarem menos telas, como celulares, TVs e computadores à noite, e se aquietarem mais, com leitura, relaxamento, dentre outras práticas que contribuem para a redução da ansiedade.

Compreender o céu noturno como um retorno ao passado, à evolução do mundo e da Terra, é dádiva também na experiência contemplativa. As pessoas se reconectam com a dimensão ecológica subjetiva, sentindo-se parte de uma rede de relações que envolve o

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

cosmos, a sociedade e sua própria existência. Isso pode as tornar mais conscientes de suas responsabilidades como cidadãs em seu mundo e em suas cidades, cultivando olhares mais atentos e ações mais responsáveis e ecológicas, alinhadas com uma ética de cuidado e reciprocidade.

Dessa forma, a prática de observar o céu noturno pode ser um caminho poderoso para a construção de uma cidadania mais ativa e ecológica, na qual as Três Ecologias de Guattari (1989) e o conceito de dádiva de Mauss (2008 [1925]) se entrelaçam na busca por um habitar que gere o cuidar do mundo.

O Direito à cidade e o olhar para o cosmos

O conceito de Direito à Cidade, formulado pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2001), propõe visões acerca da vida urbana, defendendo que as cidades devem ser espaços de participação, inclusão e apropriação coletiva. Para Lefebvre, o Direito à Cidade vai além do simples acesso à infraestrutura ou aos serviços urbanos: trata-se do direito de todos os cidadãos de moldarem, transformarem e reapropriarem os espaços urbanos, criando novos sentidos para a vida na cidade. Essa noção se torna especialmente relevante quando conectamos a prática de observar o cosmos a partir de telescópios em espaços públicos, como praças, instituições educacionais e periferias, em várias cidades mineiras.

A prática de levar telescópios para esses ambientes permite um tipo interessante de apropriação do espaço urbano. Ao disponibilizar a observação astronômica em áreas públicas, cria-se um convite à ocupação democrática da cidade, ressignificando espaços muitas vezes negligenciados ou inacessíveis a parcelas mais estigmatizadas da população. Esta iniciativa promove o uso da cidade não apenas para o trânsito ou para o consumo, mas como um lugar de encontro, de maravilhamento e de partilha de conhecimento. Ela permite que cidadãos de todas as classes sociais, especialmente aqueles que vivem nas periferias, tenham acesso a uma experiência que historicamente esteve confinada a elites ou a espaços especializados.

Estando também em várias cidades de Minas Gerais, o Observatório Popular Astronômico, tem buscado democratizar o conhecimento científico, mas também correlacionando com as perspectivas do direito ao urbano e entendendo as urbanidades



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

para além do ambiente construído: sobretudo, o ambiente socialmente utilizável e em construção *perene*.

Essa prática, acredita-se, amplia o Direito à Cidade, uma vez que torna acessível uma experiência que transcende as barreiras físicas e simbólicas impostas pela vida urbana. O cosmos, que sempre foi fonte de curiosidade e fascínio, passa a ser uma dádiva compartilhada. Em vez de ser visto apenas como um espaço de passagem ou de sobrevivência, o ambiente urbano se transforma em um lugar de exploração e descoberta coletiva (Arendt, 1979).

Ao observar o céu noturno em praças e instituições públicas, a população se reconecta com o cosmos, mas também com o espaço que habita. Lefebvre sugere que o Direito à Cidade inclui o direito de seus moradores criarem novos significados para a cidade, e, nesse caso, a prática de observação astronômica atua como um catalisador para essa transformação. A praça deixa de ser apenas um lugar de passagem e se torna um ponto de conexão com o universo, *convivialismo*, oferecendo experiências que vão além dos limites da vida urbana comum.

Nas periferias, onde muitas vezes os cidadãos são privados de acesso a experiências culturais (Boff, 1996) e científicas, essa prática assume uma importância ainda maior. A observação do cosmos, feita diretamente no “coração” da comunidade, quebra barreiras de exclusão e oferece às pessoas oportunidade de participarem de algo que transcende sua realidade imediata. Essa vivência contribui para o empoderamento das comunidades, estimulando nelas o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de que, assim como têm direito ao céu, também têm direito à cidade.

Essa apropriação dos espaços públicos, através da ciência e da observação astronômica, e da cultura, pode ser vista como um exercício concreto do direito ao viver na cidade e de usufruto da cidadania, pois envolve uma reivindicação dos espaços urbanos como locais de conhecimento, *convivência* e transformação. Tal prática ajuda a construir uma cidade mais inclusiva, na qual a ciência e a cultura não estão confinadas a elites, mas são distribuídas democraticamente, favorecendo o diálogo entre diferentes setores da sociedade.

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

Foto 2: Eventos em praças e ambientes públicos realizados entre junho e setembro de 2024. Fonte: próprio autor.

Além disso, ao levar os telescópios às periferias e praças, promove-se ecologia social e mental, conectando indivíduos ao universo e, ao mesmo tempo, gerando uma nova forma de relação com a cidade. As pessoas passam a enxergar o espaço urbano não apenas como uma área de sobrevivência, mas como um lugar de possibilidades infinitas. A cidade se torna, então, um lugar de aprendizado, de maravilhamento e de ação coletiva.

Em suma, a prática de observar o cosmos em espaços públicos nas cidades mineiras concretiza o ideal do direito à cidade proposto por Lefebvre, ao democratizar o acesso ao conhecimento científico e à contemplação do universo. Ao ocupar praças e periferias com telescópios, promovemos uma nova forma de participação cidadã, em que todos têm o direito de se apropriar não só do espaço urbano, mas também do espaço cósmico, expandindo seus horizontes e reimaginando a cidade como um espaço de inclusão e criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não tem como objetivo oferecer métodos científicos que possam ser testados e falseados, como é tradicional (e fundamental) no meio acadêmico. Busca relatar alguns resultados, no campo da filosofia da educação e da interdisciplinaridade,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

do Observatório Astronômico, e, assim, contribuir para reflexões contemporâneas sobre as relações dos indivíduos com o mundo, a cidade, a cultura na modernidade.

Embora muitos teóricos não demonstrem expectativas positivas em relação ao futuro próximo da humanidade, e da vida não humana terrestre, proponho que alternativas sejam estimuladas de forma descentralizada, no seio de cidades, ampliando as possibilidades de ressignificação do urbano, da vida subjetiva e coletiva, ambiental e ecológica.

Nesse sentido, projetos como o Observatório, que incentivem outras cosmologias em face à vida acelerada do dia a dia, são fundamentais na geração de perspectivas educativas alternativas, capazes de renovar o sentido humano de existência e alavancar esperanças de que a sustentabilidade não seja um conceito esvaziado e inalcançável.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Corbis Corporation, Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Editora Carta da Terra, SP, 1996.

CAILLÉ, A. Dádiva e Associação. In: **A Dádiva entre os modernos: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social** (MARTINS, P.H, org). Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

CLANDININ, D.J; CONNELLY, F.M. **Pesquisa Narrativa: experiência e história de vida em Pesquisa Qualitativa**. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores, EDUUFU, Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2011.

FRANCELINO, Delton Mendes. **Associativismo ambiental como resposta à sustentabilidade e contribuição para a ecologia urbana**. Tese de Doutorado. Orientação: Dr. Leandro Benedini Brusadin. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 4ª edição. Editora Peirópolis, SP, 2000.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. SP, Papius, 1989.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**, Ed. UFMG, BH, 2004.

LEFEVBRE, H. **O Direito à cidade**. Editora Centauro, São Paulo, 2001.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação
filosófica, científica e tecnológica.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. In: **Sociologia e antropologia**, Brasil, Edições Loyola, 2008 [1925].

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Edições UNESCO Brasil, SP, 2000.

ONU. **Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** (2015). Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso: 30 de março de 2021.